



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LX - Nº 091 - QUARTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2005 - BRASILIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p><b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT – AC</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p><b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p><b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p><b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p><b>Vice-Líderes</b> Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p><b>LÍDER DO PMDB – 23</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p><b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b> Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p><b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Delcídio Amaral – PT</b></p> <p><b>VICE-LÍDERES</b>  Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p><b>LÍDER DO PT – 13</b> <b>Delcídio Amaral – PT</b></p> <p><b>VICE-LÍDERES DO PT</b> Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p><b>LÍDER DO PTB – 3</b> <b>Mozarildo Cavalcanti</b></p> <p><b>VICE-LÍDER DO PTB</b> Sérgio Zambiasi</p> <p><b>LÍDER DO PL – 4</b> <b>Marcelo Crivella</b></p> <p><b>VICE-LÍDER DO PL</b> Aelton Freitas</p> <p><b>LÍDER DO PSB – 2</b> <b>João Capiberibe</b></p> <p><b>LÍDER DO PDT – 4</b> <b>Osmar Dias</b></p> <p><b>VICE-LÍDERES DO PDT</b> (vago)</p> <p><b>LÍDER DO GOVERNO</b> <b>Aloizio Mercadante – PT</b></p> <p><b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 29</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>José Jorge – PFL</b></p> <p><b>VICE-LÍDERES</b> Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p><b>LÍDER DO PFL – 16</b> <b>José Agripino</b></p> <p><b>VICE- LÍDERES DO PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p><b>LÍDER DO PSDB – 13</b> <b>Arthur Virgílio</b></p> <p><b>VICE- LÍDERES DO PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p><b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 768, DE 2005

**Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 16 de junho de 1998, a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 29, DE 2005

**Suspende a execução do art. 36 da Lei Estadual nº 7.366, de 29 de março de 1980, do Estado do Rio Grande do Sul.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 36 da Lei Estadual nº 7.366, de 29 de março de 1980, do Estado do Rio Grande do Sul, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 144.817-2 – Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 30, DE 2005

**Suspende a execução, no caput do art. 47 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, da remissão feita ao inciso I do art. 29 da mesma Carta.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução, no **caput** do art. 47 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, da remissão feita ao inciso I do art. 29 da mesma Carta, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 198.982-3 – Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### **RESOLUÇÃO Nº 31, DE 2005**

**Suspende a execução dos seguintes dispositivos legais: na Lei Estadual Complementar nº 9, de 2 de agosto de 1993, do Estado de Pernambuco: arts. 3º, 5º e parágrafos, 6º, 7º e 8º, II; no art. 7º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 8.034, de 1º de novembro de 1979, com a redação dada pelo art. 8º da Lei Estadual Complementar nº 9, de 2 de agosto de 1993, ambas do Estado de Pernambuco, da expressão “e do órgão Especial”; no Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme a Resolução nº 70, de 9 de outubro de 1993, daquele Tribunal: no art. 3º, da expressão “da Corte Especial”; do art. 8º, II; no art. 8º, §§ 1º e 2º, da expressão “a Corte Especial”; do art. 12, I e II; no art. 28 da expressão “as da Corte Especial”; do art. 34, I, b, e, no § 2º, da expressão “ou da Corte Especial”; no art. 8º da Resolução nº 70, de 1993, da expressão “integrantes da Corte Especial”.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução dos seguintes dispositivos legais: na Lei Estadual Complementar nº 9, de 2 de agosto de 1993, do Estado de Pernambuco: arts. 3º, 5º e parágrafos, 6º, 7º e 8º, II; no art. 7º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 8.034, de 1º de novembro de 1979, com a redação dada pelo art. 8º da Lei Estadual Complementar nº 9, de 2 de agosto de 1993, ambas do Estado de Pernambuco, da expressão “e do órgão Especial”; no Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme a Resolução nº 70, de 9 de outubro de 1993, daquele Tribunal: no art. 3º, da expressão “da Corte Especial”; do art. 8º, II; no art. 8º, §§ 1º e 2º, da expressão “a Corte Especial”; do art. 12, I e II; no art. 28 da expressão “as da Corte Especial”; do art. 34, I, **b**, e, no § 2º, da expressão “ou da Corte Especial”; no art. 8º da Resolução nº 70, de 1993, da expressão “integrantes da Corte Especial”, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Originária nº 232-0 – Pernambuco.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### **RESOLUÇÃO Nº 32, DE 2005**

**Suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução do § 2º do art. 20 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Goiás.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do § 2º do art. 20 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Goiás, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 227.158-8 – Goiás.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### **RESOLUÇÃO Nº 33, DE 2005**

**Suspende a execução do subitem 2.2.3 do Setor II da Tabela III da Lei Municipal nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, do Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do subitem 2.2.3 do Setor II da Tabela III da Lei Municipal nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, do Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 153.771-0 – Minas Gerais.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 2005**

**Suspende a execução dos arts. 8º e 9º da Lei Estadual nº 3.310, de 27 de dezembro de 1979, do Estado do Espírito Santo.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução dos arts. 8º e 9º da Lei nº 3.310, de 27 de dezembro de 1979, do Estado do Espírito Santo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 120.954-2 – Espírito Santo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### **RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2005**

**Suspende a execução dos arts. 7º, incisos I e II, 87, incisos I e II, e 94 da Lei Municipal nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com a redação dada pela Lei Municipal nº 11.152, de 30 de dezembro de 1991, ambas do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução dos arts. 7º, incisos I e II, 87, incisos I e II, e 94 da Lei Municipal nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com a redação dada pela Lei Municipal nº 11.152, de 30 de dezembro de 1991, ambas do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 199.969-1 – São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### **RESOLUÇÃO Nº 36, DE 2005**

**Suspende a execução do inciso XVIII do art. 51, e respectivo parágrafo único, do Decreto Legislativo Municipal nº 12, de 2 de abril de 1990 – Lei Orgânica do Município de Cidreira, no Estado do Rio Grande do Sul.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do inciso XVIII do art. 51, e respectivo parágrafo único, do Decreto Legislativo Municipal nº 12, de 2 de abril de 1990 – Lei Orgânica do Município de Cidreira, no Estado do Rio Grande do Sul, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 172.004 –2 – Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### **RESOLUÇÃO Nº 37, DE 2005**

**Suspende a execução da Resolução nº 8/94-GP, de 23 de fevereiro de 1994, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da Resolução nº 8/94-GP, de 23 de fevereiro de 1994, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Mandado de Segurança nº 21.981-5 – Pará.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### **RESOLUÇÃO Nº 38, DE 2005**

**Suspende a execução do art. 1º da Lei Municipal nº 1.513, de 27 de dezembro de 1989, que alterou a redação do art. 29 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, ambas do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 1º da Lei Estadual nº 1.513, de 27 de dezembro de 1989, que alterou a redação do art. 29 da Lei Estadual nº 691, de 24 de dezembro de 1984, ambas do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 200.324-7 – Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 39, DE 2005**

**Suspende a execução do art. 1º da Lei Municipal nº 10.991, de 13 de junho de 1991, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 1º da Lei Municipal nº 10.991, de 13 de junho de 1991, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 193.749-1 – São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 40, DE 2005**

**Suspende a execução do inciso V do art. 9º da Lei Estadual nº 6.176, de 18 de janeiro de 1993, alterada pela Lei Estadual nº 6.490, de 10 de agosto de 1994, ambas do Estado de Mato Grosso.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do inciso V do art. 9º da Lei Estadual nº 6.176, de 18 de janeiro de 1993, alterada pela Lei Estadual nº 6.490, de 10 de agosto de 1994, ambas do Estado de Mato Grosso, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do **Habeas Corpus** nº 75.308-6 – Mato Grosso.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 41, DE 2005**

**Suspende a execução do art. 10 da Lei Municipal nº 7.673, de 23 de março de 1995, e do Decreto Municipal nº 9.643, de 10 de maio de 1995, ambos do Município de Fortaleza, no Estado do Ceará.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 10 da Lei Municipal nº 7.673, de 23 de março de 1995, e do Decreto Municipal nº 9.643, de 10 de maio de 1995, ambos do Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 264.289-4 – Ceará.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2005**

**Suspende a execução do art. 119 da Lei Municipal nº 2.303, de 2 de dezembro de 1991, do Município de Sarandi, no Estado do Rio Grande do Sul.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 119 da Lei Municipal nº 2.303, de 2 de dezembro de 1991, do Município de Sarandi, no Estado do Rio Grande do Sul, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 219.169-4 – Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2005**

**Suspende a execução da Lei Estadual nº 10.521, de 20 de julho de 1995, do Estado do Rio Grande do Sul.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da Lei Estadual nº 10.521, de 20 de julho de 1995, do Estado do Rio Grande do Sul, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 215.325-7 – Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 44, DE 2005**

**Suspende a execução da Lei Municipal nº 11.659, de 4 de novembro de 1994, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da Lei Municipal nº 11.659, de 4 de novembro de 1994, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 227.384-8 – São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 45, DE 2005**

**Suspende a execução do inciso I do art. 29 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.**



O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do inciso I do art. 29 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de 3 de outubro de 1989, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 265.129-0 – Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

#### **RESOLUÇÃO Nº 46, DE 2005**

**Suspende a execução do § 3º do art. 90 da Constituição do Estado de São Paulo.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do § 3º do art. 90 da Constituição do Estado de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 199.293-0 – São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

#### **RESOLUÇÃO Nº 47, DE 2005**

**Suspende a execução do art. 96 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 96 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Inquérito nº 1.915-1 – Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 92ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 28 DE JUNHO DE 2005

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2005, de autoria do Senador Aelton Freitas, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências para dispor sobre o acesso das pessoas portadoras de deficiência física ao interior dos veículos de transporte coletivo..... 21128

Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, que dispõe sobre isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação incidentes sobre ferramentas, máquinas, aparelhos e instrumentos adquiridos por profissional autônomo, quando destinados ao uso exclusivo em sua profissão. .... 21128

Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). .... 21130

#### 1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 707, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando voto de censura em repúdio à declaração feita pelo Coronel da Reserva do Exército – Lício Augusto Ribeiro Maciel, na tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 17 de junho, de que se arrepende de não ter, com oficial das FFAA brasileiras, usado de violência física contra o Deputado José Genoíno, na época prisioneiro político. .... 21133

Nº 708, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando a tramitação conjunta dos

Projetos de Lei do Senado nº 43, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1995..... 21133

Nº 709, de 2005, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2000, já apensados aos Projetos de Lei nºs 263 e 295, de 2003..... 21133

Nº 710, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2003, por regularem sobre a mesma matéria. .... 21133

Nº 711, de 2005, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000, seja submetido ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, além das comissões constantes do despacho inicial. .... 21133

Nº 712, de 2005, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando ao Ministro de Estado da Integração Nacional as informações que menciona.... 21134

Nº 713, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona..... 21134

Nº 714, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. .... 21135

Nº 715, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2005, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. .... 21135

Nº 716, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2000, por versarem sobre a mesma matéria..... 21135

Nºs 717 a 721, de 2005, de autoria do Senador José Jorge, solicitando aos Ministros de Estado da Fazenda, do Esporte, das Comunicações, de Minas e Energia, e do Trabalho, respectivamente, as informações que menciona..... 21135

Nº 722, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2005, seja encaminhado à Comissão de Educação, para que esta se pronuncie sobre o mesmo. .... 21138

### 1.2.3 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 29, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que dispõe sobre a preferência para maiores de 60 (sessenta) anos de idade no recebimento de precatórios. .... 21138

### 1.2.4 – Offícios

Nº 801/2005, de 28 do corrente, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Especial destinada a analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 253, de 2005. .... 21140

Nº 820/2005, de 28 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 252, de 2005. .... 21140

Nº 272/2005, de 24 do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 252, de 2005. .... 21140

Nº 574/2005, de 23 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 252, de 2005. .... 21140

Nº 644/2005, de 28 do corrente, da Liderança do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Inquérito, com a finalidade de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros Países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior. .... 21141

### 1.2.5 – Pareceres

Nº 1.025, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Ofício “S” nº 43, de 2000 (nº 1.732/2000, na origem), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que encaminha ao Senado Federal cópia completa do Acórdão relativo ao Recurso de Ofício na Averiguação Preliminar nº 08000.000518/96-06, em que são Representadas as empresas National Medical Care Inc., Baxter International Inc. e Baxter Hospitalar Ltda., referentes às denúncias de monopolização e cartelização da hemodiálise no Brasil. .... 21141

Nº 1.026, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), sobre o Ofício “S” nº 3, de 2003 (nº 4.144/ na origem), da Ministra de Estado Corregedora-Geral da União, encaminhando ao Presidente do Senado Federal exemplar do Relatório Anual de

Atividades da Corregedoria-Geral da União no ano de 2002. .... 21143

### 1.2.6 – Comunicações da Presidência

Arquivamento dos Ofícios nºs S/43, de 2000, e S/3, de 2003, em observância às conclusões dos pareceres lidos anteriormente. .... 21145

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.267, de 2004 (nº 1.039/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás. Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação. .... 21146

### 1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Realização de audiência pública na Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, para discutir o Estatuto da Igualdade Racial. Apelo pela aprovação da “PEC paralela” da Previdência, antes do recesso de julho. .... 21148

SENADOR RAMEZ TEBET – Apoio à marcha dos agricultores que está sendo realizada em Brasília, chamada de “tratoração”. Apelo para que o governo atenda às reivindicações do setor agropecuário. .... 21148

SENADORA IDELI SALVATTI – Elogios ao Presidente Lula pelos investimentos na área de educação e, em especial, pela expansão do ensino profissionalizante voltado à população de baixa renda. .... 21150

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Considerações sobre os conflitos entre a Assembleia Legislativa e o Governo de Rondônia. .... 21153

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Apelo ao Governo para que adote medidas urgentes no sentido de minimizar a crise que afeta a agricultura brasileira. .... 21154

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Importância do pronunciamento do Senador Osmar Dias sobre o setor agrícola. Considerações sobre a implantação do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Apelo pela aprovação de proposta de emenda à Constituição, de autoria de S.Exa., que estabelece ações destinadas à revitalização do São Francisco. .... 21156

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Apoio às reivindicações dos trabalhadores do setor agrícola reunidos, hoje, em manifestação em Brasília. Posicionamento contrário ao recesso parlamentar no mês de julho tendo em vista a necessidade de continuidade dos trabalhos do Congresso Nacional. .... 21189

SENADOR AELTON FREITAS – Manifestação organizada pela Confederação Nacional de Agricul-

tura em Brasília, para solicitar apoio governamental ao setor agrícola. .... 21192

SENADOR *JOSÉ JORGE*, como Líder – Apoio ao Governo Federal para a execução do Plano Nacional de Educação. .... 21193

SENADOR *MÃO SANTA* – Apoio às manifestações dos agricultores reunidos no “tratoração” em Brasília. .... 21199

SENADOR *SIBÁ MACHADO*, como Líder – Pontos importantes da reforma política aprovados pela Câmara dos Deputados. .... 21202

SENADOR *ALVARO DIAS* – Questionamentos sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito durante o recesso do Congresso Nacional no mês de julho. .... 21203

SENADOR *EFFRAIM MORAIS* – Questionamentos sobre a hipótese de envolvimento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas recentes denúncias de corrupção. .... 21205

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Defesa da Ministra Marina Silva e do Deputado João Alfredo. .... 21207

SENADOR *MARCO MACIEL* – Considerações sobre o projeto de transposição das águas do rio Rio São Francisco. .... 21208

### 1.2.8 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 1.172/2005, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando a relação dos nomes eleitos por aquela Casa para comporem a Comissão Representativa do Congresso Nacional. .... 21216

1.2.9 – Eleição dos Senadores e designação da Comissão Representativa do Congresso Nacional para o período de 1º a 31 de julho de 2005. .... 21216

### 1.3 – ORDEM DO DIA

**Item 1 – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica. **Aprovada a medida provisória**, ficando prejudicado o projeto de lei de conversão, após Parecer nº 1.027, de 2005, de Plenário, tendo usado da palavra os Srs. Maguito Vilela, César Borges, José Jorge, Sérgio Guerra, José Agripino, Arthur Virgílio, Antonio Carlos Magalhães, as Sras. Heloísa Helena e Lúcia Vânia, e os Srs. Mão Santa, Efraim Morais e Geraldo Mesquita Júnior. À Câmara dos Deputados. .... 21217

### 1.3.1 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 659, de 2005, que estabelece calendário para a PEC 77-A, lido na sessão do dia 21 do corrente. **Aprovado**. .... 21247

### 1.3.2 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão deliberativa extraordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, destinada a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 77-A (Pec Paralela), ficando, conseqüentemente, cancelada a sessão deliberativa ordinária. .... 21247

### 1.3.3 – Ordem do Dia (continuação)

**Item Extra-Pauta (Projeto recebido da Câmara dos Deputados, lido nesta oportunidade, e apreciado imediatamente, após aquiescência do Plenário)**

Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2005 (nº 1.682/2005, na Casa de origem), que escolhe o Sr. João Augusto Ribeiro Nardes para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Efraim Morais, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Arthur Virgílio, Antonio Carlos Valadares, José Agripino, Sérgio Zambiasi, a Sra. Lúcia Vânia e o Sr. Leomar Quintanilha. .... 21257

**Item Extra-Pauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)**

Parecer nº 1.019, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 160, de 2005 (nº 362/2005, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Doutor Cláudio Lemos Fonteles, com mandato de 2 anos. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Pedro Simon, Flávio Arns, Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio, Edison Lobão e Ney Suassuna. .... 21260

**Item Extra-Pauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)**

Mensagem nº 130, de 2005 (nº 224/05, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Appio Claudio Muniz Acquarone Filho*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia. **Aprovado o Parecer nº 1.028, de 2005-CRE**. .... 21263

**Item Extra-Pauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)**

Mensagem nº 154, de 2005 (nº 337/05, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do



Brasil junto à República Federal da Alemanha. **Aprovado o Parecer nº 1.029/05-CRE.**..... 21264

**Item Extra-Pauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)**

Mensagem nº 159, de 2005 (nº 342/05, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *André Mattoso Maia Amado*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão. **Aprovado o Parecer nº 1.030/05-CRE.**..... 21265

**Item Extra-Pauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)**

Parecer nº 979, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 142, de 2005 (nº 299/05, na origem), de 19 de maio do corrente, pela o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Cláudio Maierovich Pessanha Henriques para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. **Aprovado,** após usar da palavra o Sr. Arthur Virgílio. .... 21266

**1.3.4 – Apreciação de matéria**

Requerimento nº 599, de 2005, lido em sessão anterior. **Aprovado.**..... 21268

**1.3.5 – Ordem do Dia (continuação)**

**Item Extra-Pauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 724, de 2005, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)**

Projeto de Resolução nº 58, de 2005, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. .... 21268

Redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 2005 (**Parecer nº 1.031/05-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. .... 21269

**1.3.6 – Leitura de requerimento**

Nº 725, de 2005, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2004 (nº 84/1999, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a efetuar contribuições ao Grupo dos 24 (G-24). **Aprovado.** ... 21270

**1.3.7 – Ordem do Dia (continuação)**

**Item Extra-Pauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 726, de 2005, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)**

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2005 (nº 5.873/02, na Casa de origem), que inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro dos Heróis da Pátria. **Aprovado,** após usar da palavra o Sr. Romeu Tuma. À sanção..... 21272

**Item 2**

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora

Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. **Apreciação sobrestada.**..... 21273

**Item 3**

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). **Apreciação sobrestada.**..... 21273

**Item 4**

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). **Apreciação sobrestada.** ..... 21273

**Item 5**

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.**..... 21274

**Item 6**

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). **Apreciação sobrestada.**..... 21274

**Item 7**

Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral. **Apreciação sobrestada.**..... 21274

**Item 8**

Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa. **Apreciação sobrestada.**..... 21274

**Item 9**

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B. **Apreciação sobrestada.**..... 21274

**1.3.8 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia**

Requerimento nº 604, de 2005, lido em sessão anterior. **Aprovado.** ..... 21274

Requerimento nº 665, de 2005, lido em sessão anterior. **Aprovado.** ..... 21274

**1.3.9 – Leitura de requerimentos**

Nº 727, de 2005, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, solicitando a concessão de licença para desempenhar missão no exterior. **Aprovado.** ..... 21275

Nº 728, de 2005, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, solicitando autorização para desempenhar missão no exterior, no período de 30 de junho a 8 de julho de 2005. **Aprovado.** ..... 21275

Nº 729, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Hospital Universitário Getúlio Vargas, de Manaus-AM, pelo transcurso de seu 40º aniversário de criação..... 21275

**1.3.10 – Comunicação da Presidência**

Designação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a questão das privatizações realizadas no Brasil, no período de 1990 a 2004, criada pelo Requerimento nº 161, de 2005, de acordo com as indicações das Lideranças. .... 21275

**1.3.11 – Offícios**

Nº 232/2005, de 28 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros na CPI dos Bingos, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004. .... 21276

Nº 132/2005, de 28 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na CPI dos Bingos, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004. .... 21276

**1.3.12 – Apreciação de matéria**

Requerimento nº 448, de 2005, lido em sessão anterior. **Aprovado.** ..... 21291

**1.3.13 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADOR NEZINHO ALENCAR – Votos de recuperação a Miguel Arraes, que enfrenta problemas de saúde. .... 21291

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários a ações da Polícia Federal no combate à corrupção..... 21291

**1.3.14 – Comunicação da Presidência**

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa extraordinária amanhã, dia 29, quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, destinada a apreciação da PEC 77-A (Pec Paralela), ficando, conseqüentemente, cancelada a sessão deliberativa ordinária, anteriormente convocada para às 14 horas..... 21291

**1.4 – ENCERRAMENTO****2 – RETIFICAÇÃO**

Ata da 73ª sessão deliberativa ordinária, realizada em 1º do corrente..... 21293

**3 - ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO GRUPO BRASILEIRO DA ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO**

2ª reunião ordinária, realizada em 24 de setembro de 2003..... 21295

3ª reunião ordinária, realizada em 28 de outubro de 2003..... 21296

**4 – TERMOS DE REUNIÕES DO GRUPO BRASILEIRO DA ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO****SENADO FEDERAL****5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****6 – SECRETARIA DE COMISSÕES****7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

# Ata da 92ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de Junho de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, Papaléo Paes,  
Roberto Saturnino e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 28/6/2005 07:40:19 até 28/6/2005 21:54:08

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS'SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	X

**Compareceram: 72 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2005**

**Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” para dispor sobre o acesso das pessoas portadoras de deficiência física ao interior dos veículos de transporte coletivo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. Os veículos de transporte coletivo e suas respectivas infra-estruturas de acesso deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se aos veículos das modalidades rodoviária, ferroviária, aquaviária e aérea.

§ 2º Aos passageiros usuários de cadeiras de rodas serão asseguradas condições para embarque e desembarque independentemente da ajuda de terceiros. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor depois de decorridos 365 dias de sua publicação oficial.

### **Justificação**

A idéia de propor esta iniciativa foi motivada por uma lamentável ocorrência que presenciei há algum tempo e que ora passo a relatar aos nobres colegas.

Quando me encontrava em trânsito no Aeroporto de Brasília, constatei que um cadeirante foi carregado no colo durante uma operação de embarque em aeronave estacionada em posição remota, o que significa que as operações de embarque e desembarque não se fazem por meio das passarelas. Questionado, um funcionário da Infraero, empresa que administra os maiores aeroportos nacionais, informou tratar-se de

operação corriqueira, pois, sempre que havia necessidade de embarque ou desembarque de passageiros cadeirantes em aeronaves estacionadas em posição remota, era aquele o procedimento padrão.

A dignidade do portador de deficiência física depende, necessariamente, do efetivo exercício de seu direito de ir e vir, conforme garantido no texto constitucional. Ao submeter-se à humilhação de ser carregado nos braços por uma terceira pessoa – por mais bem intencionada que esta seja! –, o cadeirante é tolhido, claramente, em suas prerrogativas de cidadania.

Portanto, é fundamental que modifiquemos a Lei nº 10.098, de 2000, de forma a tomar claro não só o fato de que todos os tipos de veículos utilizados no transporte coletivo (independentemente da modalidade) estão sujeitos ao texto dessa lei, mas também que a infra-estrutura de acesso aos veículos submete-se às normas técnicas de acessibilidade e que os cadeirantes devem ter a opção de embarque e desembarque sem a ajuda de terceiros.

Diante do evidente alcance social da medida proposta, solicitamos o apoio dos nobres Pares a fim de acolher o projeto que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Aelton Freitas**.

### **LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

**Estabelece normas gerais e critério básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.**

O Presidente da República; Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 16. Os veículos de transporte coletivo deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas.

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2005**

**Dispõe sobre isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação incidentes sobre ferramentas, máquinas, aparelhos e instrumentos adquiridos por profissional autônomo, quando destinados ao uso exclusivo em sua profissão.**



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A aquisição, realizada por profissional autônomo, de ferramentas, máquinas, aparelhos e instrumentos, destinados ao uso exclusivo no exercício da profissão, fica isenta dos seguintes tributos:

I – Imposto de Importação (II); e

II – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

§ 1º A pessoa física somente poderá usufruir do benefício de que trata este artigo uma vez a cada cinco anos.

§ 2º A isenção de tributos incidentes sobre bens importados só se aplica aos produtos sem similar nacional e cuja importação seja realizada diretamente pelo profissional autônomo.

§ 3º A isenção não alcança acessórios opcionais que não componham originalmente o produto importado.

§ 4º Para usufruir dos benefícios de que trata este artigo, a pessoa física deverá comprovar sua condição de contribuinte autônomo do INSS e do ISS.

Art. 2º A isenção será revogada de ofício, com a conseqüente exigência dos impostos dispensados, bem como dos acréscimos e penalidades previstos na legislação tributária, se, no prazo de cinco anos contados da data da outorga da isenção, o beneficiário transferir a terceiros, sem a prévia autorização da autoridade aduaneira, a propriedade ou uso, a qualquer título.

Art. 3º O Poder Executivo, para fins de observância do estabelecido nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia tributária resultante do disposto no art. 1º e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, mas o art. 1º somente produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subseqüente ao do cumprimento do estabelecido no art. 3º.

### Justificação

A Constituição Federal de 1988 consagrou, como direito fundamental, o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão (art. 5º, XIII). Certas profissões, no entanto, dependem, cada vez mais, de instrumentos, ferramentas, máquinas e aparelhos dotados de elevado grau de sofisticação tecnológica, o que os tomam quase sempre onerosos ao trabalhador.

Esse projeto vem ao encontro das políticas de inclusão social e desoneração fiscal, pois na medida em que barateamos as ferramentas de trabalho, estare-

mos criando mais um mecanismo de empregabilidade e de geração de riqueza. Ademais, privilegiar o pleno exercício das profissões, sem amarras econômicas, não só concretiza o princípio constitucional da liberdade de trabalho, como também estimula e dinamiza o setor de prestação de serviços, que tanta importância tem para a economia brasileira.

A proposta prevê também a isenção de Imposto de Importação para as ferramentas e máquinas, quando não houver similares produzidas no País. Ressalto, contudo, que essa isenção não acarreta qualquer gravame à indústria nacional, na medida em que a isenção ao produto importado não alcança bens que tenham similar de fabricação nacional.

Assim, como parte considerável do preço das ferramentas e equipamentos de trabalho se deve aos tributos que sobre eles incidem, e por ser de interesse do Estado a desoneração dos meios essenciais ao exercício da profissão, propomos a isenção do Imposto sobre a Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

A proposta prevê algumas condições para a obtenção do referido benefício, tais como, ser profissional autônomo contribuinte do INSS e do ISS.

Além dessas condições, a ferramenta adquirida deverá ter uso exclusivo em sua profissão.

Por fim, restringimos a aquisição de apenas uma ferramenta, máquina, aparelho ou instrumento por beneficiário, a cada cinco anos.

Acreditamos que ao permitir a aquisição de bens que servirão para ampliar a capacidade de trabalho dos profissionais beneficiados, pode-se prevê que a renúncia de receita que o projeto cria será largamente compensada pelo aumento da arrecadação dos tributos que incidem sobre os rendimentos desses mesmos profissionais.

Por essas razões, apresentamos a presente emenda e contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

Sala das sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
DE 4 DE MAIO DE 2000

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias, e com as normas desta Lei Complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário – financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alí-

quotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2005**

**Altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 8º .....

XII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia. (NR)

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 10. ....

XXVII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A Lei nº 10.637, de 2002, instituiu o regime de tributação não-cumulativo do PIS/Pasep e elevou sua alíquota de 0,65% para 1,65%. No mesmo sentido, a Lei nº 10.833, de 2003, que tomou a Cofins não-cumulativa, também contemplou elevação de alíquota, que passou de 3% para 7,6%.

É inegável que o fim da comutatividade das contribuições sociais sobre o faturamento trouxe benefícios para a economia do País, pois reduziu a incidência “em cascata” dessas contribuições, especialmente no caso de bens cuja cadeia de produção envolve múltiplas fases.

A calibragem das alíquotas, no entanto, não deveria implicar aumento da já elevada carga tributária, principalmente em relação àqueles setores essenciais à sociedade e à retomada do crescimento. Todavia, somente o PIS/Pasep, no primeiro ano de sua vigência (2003), teve um crescimento real de quase 19%.

Os setores mais prejudicados são aqueles que não dispõem de créditos a deduzir referentes a fases anteriores da cadeia. Nesses casos, têm de arcar, quase que integralmente, com as novas alíquotas. Para corrigir essa distorção, vários setores econômicos, prejudicados que foram pelas novas regras, foram transferidos para o regime anterior, cumulativo, mas com alíquota menor.

No rol de setores que já foram excetuados, incluem-se os serviços de telecomunicações, hospitalares, de hotelaria, de transporte coletivo de passageiros, de educação, de **call-center**, entre vários outros.

A finalidade da proposição que ora apresentamos é, justamente, incluir nesse rol os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia.

O setor energético foi extremamente prejudicado pelas novas regras. Segundo levantamento dos principais agentes do mercado, as mudanças nas alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins representaram incremento de aproximadamente 50% do peso dessas contribuições no setor de energia, passando de 3,65% para 5,3% do faturamento. Esses custos representaram, para os consumidores, um aumento nas tarifas de 3% a 4%, que, certamente, será revertido com a aprovação da presente proposição.

É sabido, ademais, que a energia constitui insumo para qualquer atividade produtiva. Retirar o setor energético do regime da não-cumulatividade, portanto, além de restaurar a justiça fiscal, trará benefícios a toda economia. A redução de preços não ficará, portanto, restrita à tarifa de energia, mas será geral, aliviando os índices de inflação e o custo de vida do povo brasileiro.

Em razão da relevância da matéria, e tendo em vista os argumentos apresentados, solicitamos aos eminentes parlamentares o apoio necessário à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002

**Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público**

**(PASEP), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.**

Art. 8º Permanecem sujeitas às normas da legislação da contribuição para o PIS/Pasep, vigentes anteriormente a esta lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 6º.

I – as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998 (parágrafos introduzidos pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001), e Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

II – as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado;

III – as pessoas jurídicas optantes pelo Simples;

IV – as pessoas jurídicas imunes a impostos;

V – os órgãos públicos, as autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, e as fundações cuja criação tenha sido autorizada por lei, referidas no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988;

VI – (Vetado)

VII – as receitas decorrentes das operações:

a) referidas no inciso IV do § 3º do art. 1º;

b) sujeitas à substituição tributária da contribuição para o PIS/Pasep;

c) referidas no art. 5º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998;

VIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações;

IX – (Vetado)

X – as sociedades cooperativas; (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30-5-2003)

XI – as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30-5-2003)

LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

**Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.**

Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da Cofins, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º:

I – as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

II – as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado;

III – as pessoas jurídicas optantes pelo Simples;

IV – as pessoas jurídicas imunes a impostos;

V – os órgãos públicos, as autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, e as fundações cuja criação tenha sido autorizada por lei, referidas no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição;

VI – sociedades cooperativas, exceto as de produção agropecuária, sem prejuízo das deduções de que trata o art. 15 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o art. 17 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, não lhes aplicando as disposições do § 7º do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e as de consumo;

VII – as receitas decorrentes das operações:

a) referidas no inciso IV do § 3º do art. 1º;

b) sujeitas à substituição tributária da Cofins;

c) referidas no art. 5º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998;

VIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações;

IX – as receitas decorrentes de venda de jornais e periódicos e de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

X – as receitas submetidas ao regime especial de tributação previsto no art. 47 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2007;

XI – as receitas relativas a contratos firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003:

a) com prazo superior a 1 (um) ano, de administradoras de planos de consórcios de bens móveis e imóveis, regularmente autorizadas a funcionar pelo Banco Central;

b) com prazo superior a 1 (um) ano, de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço predeterminado, de bens ou serviços;

c) de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço predeterminado, de bens ou serviços contratados com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, bem como os contratos posteriormente

firmados decorrentes de propostas apresentadas, em processo licitatório, até aquela data;

XII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros;

XIII – as receitas decorrentes de serviços:

a) prestados por hospital, pronto-socorro, clínica médica, odontológica, de fisioterapia e de fonoaudiologia, e laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas; e

b) de diálise, raios X, radiodiagnóstico e radioterapia, quimioterapia e de banco de sangue;

XIV – as receitas decorrentes de prestação de serviços de educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação superior.

XV – as receitas decorrentes de vendas de mercadorias realizadas pelas pessoas jurídicas referidas no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976;

XVI – as receitas decorrentes de prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, efetuado por empresas regulares de linhas aéreas domésticas, e as decorrentes da prestação de serviço de transporte de pessoas por empresas de táxi aéreo;

XVII – as receitas auferidas por pessoas jurídicas, decorrentes da edição de periódicos e de informações neles contidas, que sejam relativas aos assinantes dos serviços públicos de telefonia;

XVIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços com aeronaves de uso agrícola inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB);

XIX – as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas de **call center**, **telemarketing**, **telecobrança** e de **teleatendimento** em geral;

XX – as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2006;

XXI – as receitas auferidas por parques temáticos, e as decorrentes de serviços de hotelaria e de organização de feiras e eventos, conforme definido em ato conjunto dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.

XXII – as receitas decorrentes da prestação de serviços postais e telegráficos prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

XXIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços públicos de concessionárias operadoras de rodovias;

XXIV – as receitas decorrentes da prestação de serviços das agências de viagem e de viagens e turismo.

XXV – as receitas auferidas por empresas de serviços de informática, decorrentes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou



cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de **software**, compreendidas ainda como **softwares** as páginas eletrônicas.

XXVI – (Vide Medida Provisória nº 252, de 2005)

§ 1º Ficam convalidados os recolhimentos efetuados de acordo com a atual redação do inciso IX deste artigo.

§ 2º O disposto no inciso XXV do **caput** deste artigo não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de **software** importado.

.....  
(À Comissão de Assuntos Econômicos  
– decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 707, DE 2005**

Requeiro, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, um voto de censura em repúdio à declaração feita pelo Coronel da Reserva do Exército – Lício Augusto Ribeiro Maciel, na tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 17 de junho, de que se arrepende de não ter, como oficial das FFAA brasileiras, usado de violência física contra o Deputado José Genoíno, na época prisioneiro político.

Sala das sessões, 28 de junho de 2005. – **Cristovam Buarque**, Senador – PT/DF.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 708, DE 2005**

Nos termos do disposto no artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro tramitação

conjunta dos Projetos a seguir: PLS nº 43 de 2005 PLS nº 230 de 1995.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Gerson Camata**.

#### **REQUERIMENTO Nº 709, DE 2005**

Requeiro, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2000, já apensado aos Projetos de Lei nºs 263 e 295, de 2003.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senadora **Ana Júlia Carepa**.

#### **REQUERIMENTO Nº 710, DE 2005**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Delcídio Amaral**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, posteriormente, incluídos em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 711, DE 2005**

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre o PLC/64/2000, que “determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica”, seja submetido ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, além das comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Sibá Machado**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 712, DE 2005**

Requeiro, nos termos do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Senhor Ministro da Integração Nacional o inteiro teor dos relatórios atualizados do Sistema de Informações Gerenciais – SIG, com o histórico operacional dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, desde o seu advento até o ano de 2004, inclusive informações do volume de recursos financeiros e das contratações e repactuações à conta dos Fundos Constitucionais referidos, discriminados por região, porte de empresa e atividade econômica, com o respectivo nível de inadimplência por porte da empresa.

Requeiro, ainda, que seja solicitado informações sobre o montante e destinação temporária dos recursos não aplicados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento, com a respectiva remuneração dos gestores sobre esses recursos, no período referido.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**

*(À Mesa para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 713, DE 2005**

**Solicita informações ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda sobre os gastos com publicidade e aplicações financeiras do Banco Popular do Brasil.**

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto do Artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado, requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Sr Ministro da Fazenda, em atendimento à competência fiscalizadora do Senado Federal, acerca do Banco Popular do Brasil, subsidiária integral do Banco do Brasil S/A, criada pela Lei nº 10.738 de 17 de setembro de 2003, as seguintes informações:

1. O volume de recursos destinados à propaganda e publicidade, discriminada ano a ano, no período compreendido entre a criação da instituição até a presente data;

2. Relação das agências de publicidade ou quaisquer prestadores de serviços de propaganda e publicidade, contratados no mesmo período.

3. Cópia de todos os contratos de publicidade e propaganda firmados para atendimento ao Banco Popular do Brasil no mesmo período, pelas empresas contratadas relacionadas ao item 2;

4. Relação dos acionistas, quotistas ou proprietários, assim como dirigentes das empresas contratadas;

5. Qual o procedimento aplicado para escolha das agências de publicidade ou prestadores de serviço de publicidade e propaganda, assim como cópia dos documentos relativos ao processo de seleção e julgamento do vencedor.

6. Discriminação das aplicações financeiras feitas pelo Banco Popular do Brasil no mercado financeiro (fundos de investimento, títulos públicos, etc.) no período compreendido entre sua criação e esta data;

7. Em relação ao item 1, identificar as corretoras utilizadas como intermediárias de aplicações financeiras e/ou compra e venda de títulos, especificando seus proprietários, quotistas, acionistas e dirigentes;

8. Taxa de corretagem e valor pago pelo Banco Popular do Brasil a corretoras como contrapartida de serviços financeiros prestados ao Banco Popular do Brasil;

9. Discriminar as espécies de títulos de renda fixa e variável que o Banco Popular do Brasil tenha contratado operações de compra e venda;

10. Apresentar balanços dos exercícios encerrados e balancetes do exercício a encerrar;

#### **Justificação**

Ao longo da discussão do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, lançado pelo Governo Federal por meio da MP nº 226, de 2004, constatou-se o impressionante valor de R\$25 milhões em gastos com propaganda e publicidade do Banco Popular, com uma despesa administrativa de R\$26,3 milhões, valores estes muito superiores ao montante destinado para as operações de microcrédito que não passou de R\$20 milhões.

Por outro lado, O Balanço do Banco Popular relativo ao exercício de 2004, apresentou aplicação – apenas em títulos e valores mobiliários – R\$52 milhões. O aporte de capital efetuado pelo controlador integral, o Banco do Brasil, foi de R\$92 milhões. Significa dizer que mais da metade do capital do Banco Popular foi destinado a aplicações financeiras.

O mesmo balanço indica que a atividade fim daquela instituição, ou seja, proporcionar microcrédito à população de baixa renda, não superou R\$20 milhões, numa evidente distorção de sua finalidade.

Aliada ao desproporcional investimento em propaganda e publicidade (R\$25 milhões) e despesas administrativas (R\$26,3 milhões), constata-se, no mínimo, má administração de recursos.

Por outro lado, por ocasião de reunião secreta ocorrida na CAE do Senado Federal, os dirigentes do Banco Popular comprometeram-se a prestar informações acerca dos gastos em publicidade e das aplicações financeiras da entidade, o que até o momento não ocorreu.

Destarte, justifica-se o presente requerimento de informações de forma a atender a constitucional prerrogativa fiscalizadora do Poder Legislativo, esclarecendo tais dúvidas.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Tasso Jereissati**.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 714, DE 2005**

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005 que, “Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que impliquem na suspensão do oferecimento da merenda escolar”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**

#### **REQUERIMENTO Nº 715, DE 2005**

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2005 que, “Dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 716, DE 2005**

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno a tramitação em conjunto do PLS nº 291, de 2004, com o PLS nº 200, de 2000, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 717, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci, o presente requerimento, para que forneça informações a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre o Banco do Brasil e a empresa DNA Propaganda.

Gostaríamos de solicitar ao ministro:

a) Cópia integral do processo que instruiu a licitação e que foi objeto da execução da licitação;

**b)** Cópia do contrato assinado entre o Banco do Brasil e suas subsidiárias, e a DNA Propaganda;

**c)** Cópia de toda a documentação de execução efetiva do contrato, mês a mês, desde sua assinatura até a presente data;

#### **Justificação**

A imprensa brasileira tem divulgado, desde a eclosão dos escândalos denominados de “Corrupção dos Correios” e do “Mensalão”, o envolvimento da empresa DNA Propaganda, em operações suspeitas quando foi contratada por órgãos da administração pública federal.

Entre os órgãos públicos a que a citada empresa presta serviços de publicidade e propaganda, estaria o Banco do Brasil, que é uma empresa sob a coordenação do Ministério da Fazenda.

Em vistas deste fato, requero cópia do processo, do contrato e da documentação relativa à contratação da DNA Propaganda pelo Banco do Brasil e suas empresas subsidiárias.

Por oportuno, solicito aos nobres pares, a aprovação deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Fazenda, de modo a que o Senado Federal possa avaliar a regularidade do processo licitatório, e da execução dos contratos de prestação de serviço de publicidade e propaganda.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **José Jorge**, Senador da República.

*(À Mesa para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 718, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requero que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Agnelo Queiroz, o presente requerimento, para que forneça informações a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre o Ministério e a empresa SMP&B Publicidade.

Gostaríamos de solicitar ao ministro:

**a)** Cópia integral do processo que instruiu a licitação e que foi objeto da execução da licitação;

**b)** Cópia do contrato assinado entre o Ministério, e a SMP&B Publicidade;

**c)** Cópia de toda a documentação de execução efetiva do contrato, mês a mês, desde sua assinatura até a presente data;

#### **Justificação**

A imprensa brasileira tem divulgado, desde a eclosão dos escândalos denominados de “Corrupção dos Correios” e do “Mensalão”, o envolvimento da empresa SMP&B Publicidade, em operações suspeitas quando foi contratada por órgãos da administração pública federal.

Entre os órgãos públicos a que a citada empresa presta serviços de publicidade e propaganda, estaria o Ministério do Esporte.

Em vistas deste fato, requero cópia do processo, do contrato e da documentação relativa à contratação da SMP&B Publicidade pelo Ministério do Esporte.

Por oportuno, solicito aos nobres pares, a aprovação deste requerimento ao senhor Ministro do Esporte, de modo a que o Senado Federal possa avaliar a regularidade do processo licitatório, e da execução dos contratos de prestação de serviço de publicidade e propaganda.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **José Jorge**, Senador da República.

*(À Mesa para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 719, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requero que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Eunício Oliveira, o presente requerimento, para que forneça informações a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e a empresa SMP&B Publicidade.

Gostaríamos de solicitar ao ministro:

**a)** Cópia integral do processo que instruiu a licitação e que foi objeto da execução da licitação;

**b)** Cópia do contrato assinado entre a ECT e a SMP&B Publicidade;

**c)** Cópia de toda a documentação de execução efetiva do contrato, mês a mês, desde sua assinatura até a presente data;

#### **Justificação**

A imprensa brasileira tem divulgado, desde a eclosão dos escândalos denominados de “Corrupção dos Correios” e do “Mensalão”, o envolvimento da empresa SMP&B Publicidade, em operações suspeitas



quando foi contratada por órgãos da administração pública federal.

Entre os órgãos públicos a que a citada empresa presta serviços de publicidade e propaganda, estaria a, que é uma estatal sob a coordenação do Ministério das Comunicações.

Em vistas deste fato, requeiro cópia do processo, do contrato e da documentação relativa à contratação da SMP&B Publicidade pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Por oportuno, solicito aos nobres pares, a aprovação deste requerimento ao senhor Ministro das Comunicações, de modo a que o Senado Federal possa avaliar a regularidade do processo licitatório, e da execução dos contratos de prestação de serviço de publicidade e propaganda.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 720, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, o presente requerimento, para que forneça informações a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte e a empresa DNA Propaganda.

Gostaríamos de solicitar ao ministro:

- a)** Cópia integral do processo que instruiu a licitação e que foi objeto da execução da licitação;
- b)** Cópia do contrato assinado entre a subsidiária deste Ministério e a DNA Propaganda;
- c)** Cópia de toda a documentação de execução efetiva do contrato, mês a mês, desde sua assinatura até a presente data;

#### **Justificação**

A imprensa brasileira tem divulgado, desde a eclosão dos escândalos denominados de “Corrupção dos Correios” e do “Mensalão”, o envolvimento da empresa DNA Propaganda, em operações suspeitas quando foi contratada por órgãos da administração pública federal.

Entre os órgãos públicos a que a citada empresa presta serviços de publicidade e propaganda, estaria a Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte.

Em vistas deste fato, requeiro cópia do processo, do contrato e da documentação relativa à contratação da DNA Propaganda pela Eletronorte.

Por oportuno, solicito aos nobres pares, a aprovação deste requerimento ao senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, de modo a que o Senado Federal possa avaliar a regularidade do processo licitatório, e da execução dos contratos de prestação de serviço de publicidade e propaganda.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**

*(À Mesa para decisão)*

#### **REQUERIMENTO Nº 721, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, o presente requerimento, para que forneça informações a respeito do contrato de prestação de serviço de publicidade e propaganda, estabelecido entre o Ministério e a empresa DNA Propaganda.

Gostaríamos de solicitar ao ministro:

- a)** Cópia integral do processo que instruiu a licitação e que foi objeto da execução da licitação;
- b)** Cópia do contrato assinado entre o Ministério e a DNA Propaganda;
- c)** Cópia de toda a documentação de execução efetiva do contrato, mês a mês, desde sua assinatura até a presente data;

#### **Justificação**

A imprensa brasileira tem divulgado, desde a eclosão dos escândalos denominados de “Corrupção dos Correios” e do “Mensalão”, o envolvimento da empresa DNA Propaganda, em operações suspeitas quando foi contratada por órgãos da administração pública federal.

Entre os órgãos públicos a que a citada empresa presta serviços de publicidade e propaganda, estaria o Ministério do Trabalho e Emprego.

Em vistas deste fato, requeiro cópia do processo, do contrato e da documentação relativa à contratação da DNA Propaganda pelo Ministério.

Por oportuno, solicito aos nobres pares, a aprovação deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, de modo a que o Senado Federal possa avaliar a regularidade do processo licitatório, e da execução dos contratos de prestação de serviço de publicidade e propaganda.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 722, DE 2005**

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2005 que, “Altera o inciso III do art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e inclui parágrafo no art. 35 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para prever publicação, na rede mundial de computadores (Internet), das informações acerca da gestão das prestadoras de serviços públicos e discrimina quais informações devem ser prestadas pelas concessionárias de rodovias”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

#### **PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2005**

**Dispõe sobre a preferência para maiores de 60 (sessenta) anos de idade no recebimento de precatórios.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º – Acrescente-se um parágrafo ao art. 100 da Constituição Federal, com o seguinte teor:

“Art. 100. ....  
.....

§ – Os precatórios expedidos em favor dos maiores de 60 (sessenta) anos de idade serão obrigatoriamente pagos dentro do primeiro trimestre do exercício de pagamento, com preferência em relação aos demais.”

Art. 2º Os precatórios de titularidade de maiores de 60 (sessenta) anos de idade em atraso, expedidos em exercícios anteriores ao do imediatamente anterior ao ano da entrada em vigor desta Emenda Constitucional, serão obrigatoriamente pagos no prazo de 1 (um) ano da vigência desta Emenda Constitucional.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

#### **Justificação**

O sistema de pagamentos das dívidas do Poder Público decorrentes de decisões judiciais se encontra em séria crise, em especial no que se refere aos Estados Federados e aos Municípios.

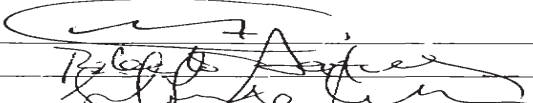
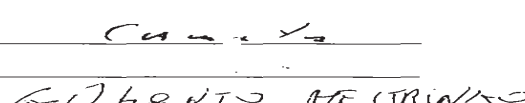
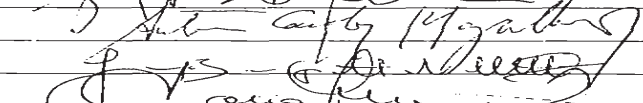
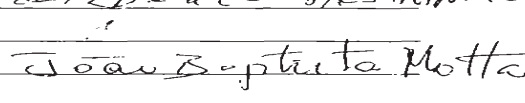
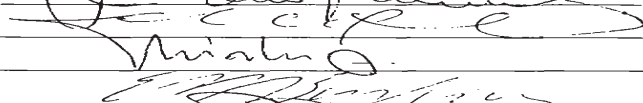
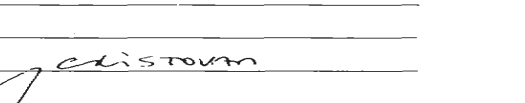
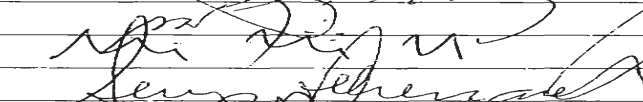
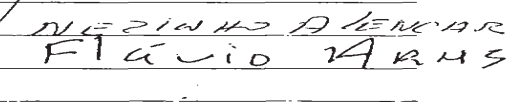
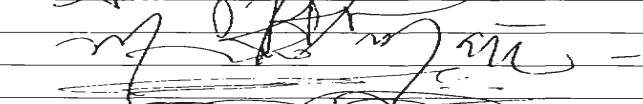
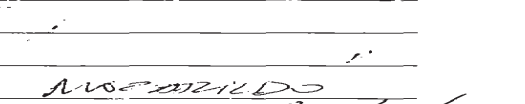
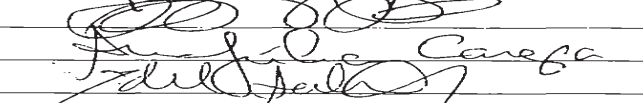
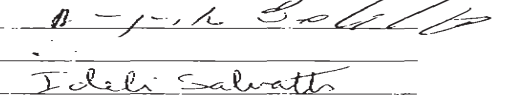

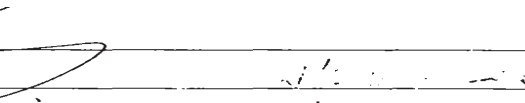
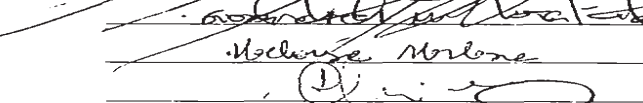
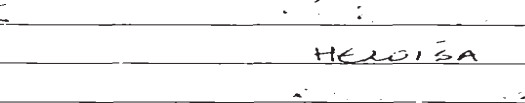

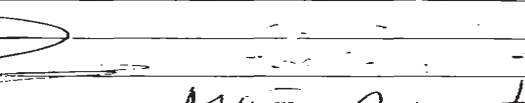
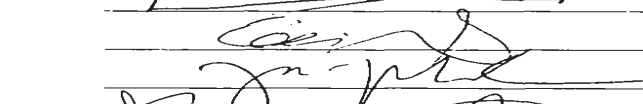
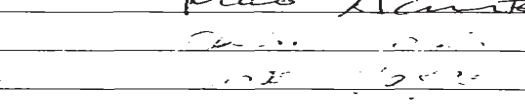
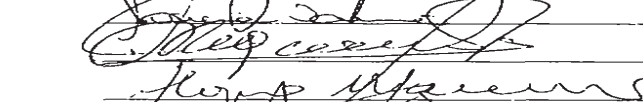
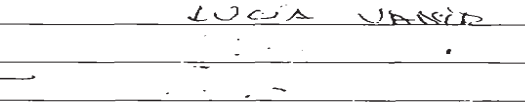
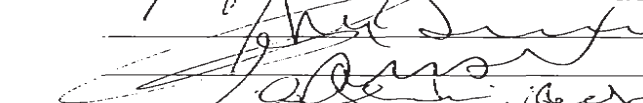
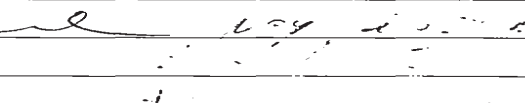
Inúmeros Estados e Municípios não têm pago os precatórios dentro do exercício imediatamente posterior ao da sua expedição, como determina a Constituição Federal.

Os idosos são os que mais sofrem com essa situação, pois são os que mais necessitam de celeridade no recebimento dos valores a que têm direito em razão de decisão judicial transitada em julgado.

Nada mais justo, portanto, que se dar prioridade aos idosos no recebimento dos seus precatórios, com a determinação de que esse pagamento seja obrigatoriamente efetivado dentro do primeiro trimestre do respectivo exercício financeiro.

Esses os motivos pelos quais solicito de meus pares a aprovação desta proposta de Emenda Constitucional.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **Sérgio Cabral**, Senador.

## LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CONSTITUIÇÃO

.....

Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos

ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (EC nº 20/98, EC nº 30/2000 e EC nº 37/2002)

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimen-

tos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.

§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Of. nº 801

Brasília, 28 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Indico os Deputados Reginaldo Germano, do PP/BA, como Titular e Ricardo Barros, do PP/PR, como Suplente, para a Comissão Especial destinada

a analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 253, de 22 de junho de 2005, que prorroga o prazo previsto no art. 32 da Lei nº 10.826/03, em substituição aos Deputados José Janene, do PP/PR e Mário Negromonte, do PP/BA.

Atenciosamente, – Deputado **José Janene**, Líder do PP.

OF/GAB/I/Nº 820

Brasília, 28 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Lupércio Ramos e Max Rosenmann passam a participar, na qualidade de titular, e os Deputados Carlos Eduardo Cadoca e Luiz Bittencourt, na qualidade de suplente, da Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005, em substituição aos Deputados anteriormente indicados.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

OF/LID/Nº 272/2005

Brasília, 24 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os deputados Cezar Silvestri e Fernando Coruja para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, em substituição aos deputados Dimas Ramalho e Rogério Teófilo, a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 252, de 2005, que “institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

Of. nº 574/2005

Brasília, 23 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, o Senhor Deputado Ricardo Izar (PTB – SP), como Titular e em substituição ao Senhor Deputado José Múcio Monteiro (PTB – PE), para a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 252 de 16 de junho de 2005, que “institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens



de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

Of. nº 644/05 – LBP

Brasília, 28 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup>, que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Neucimar Fraga (PL/ES), como titular, em substituição ao Deputado João Paulo Gomes da Silva (PL/MG), para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, “com a finalidade de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 1.025, DE 2005**

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Ofício “S” nº 43, de 2000, (nº 1.732/2000, na origem), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que encaminha ao Senado Federal cópia completa do Acórdão relativo ao Recurso de Ofício na Averiguação Preliminar nº 08000.000518/96-06, em que são Representadas as empresas National Medical Care INC., Baxter International INC. e Baxter Hospitalar Ltda., referentes às denúncias de monopolização e cartelização da hemodiálise no Brasil.**

Relator: Senador **Sérgio Cabral**

Relator *ad hoc*: Senador **Flávio Arns**

#### **I – Relatório**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) encaminhou ao Senado Federal o Ofício nº 1.732, datado de 30 de maio de 2000, com cópia completa do Acórdão relativo ao Recurso de Ofício na

Averiguação Preliminar nº 08000.000518/96-06, em que são Representadas as empresas National Medical Care INC., Baxter International INC. e Baxter Hospitalar Ltda., referentes às denúncias de monopolização e cartelização da hemodiálise no Brasil.

A Presidência do Senado recebeu o citado documento como Ofício “S” nº 43, de 2000, encaminhando-o ao Plenário, que o reencaminhou a esta Comissão de Assuntos Sociais.

Trata-se de acórdão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Recurso de Ofício na Averiguação Preliminar nº 08012.000518/96-06), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, em que se analisou possível prática de cartelização e dominação do segmento de hemodíálises no Brasil, “suscitando a prática das infrações à ordem econômica decorrentes do exercício de coordenação e monopolização do mercado” (fl. 02) pelas empresas NMC do Brasil, National Medical Care Inc., Baxter International Inc. e Baxter Hospitalar Ltda.

O Cade assim sumariza o fato apurado: “o ato sobre o qual versam essas denúncias é a realização de operações de compra de empresas ou clínicas de diálises, peritoniais ou de hemodíálises realizados por NMC e Baxter que visavam a aquisição de todas essas empresas localizadas no país” (fl. 2).

O acórdão inicialmente remetido ao Senado, publicado em 2 de dezembro de 1997, dava provimento, por maioria, ao recurso de ofício da Secretaria de Direito Econômico (SDE) e determinava o prosseguimento das averiguações. O encaminhamento do acórdão ao Senado deu-se em razão de sugestão do então Presidente daquela Autarquia, para que se transmitissem “aos foros competentes dos três Poderes a preocupação quanto à eventual contradição entre o dispositivo contido no § 3º do art. 199 da Constituição Federal e o princípio constitucional da livre concorrência” (fl. 55).

Mais tarde, foi anexada aos autos do processado a decisão final sobre a matéria, datada de 29 de maio de 2002, em que o Cade conclui pelo arquivamento do feito, por entender que não houve conjunto probatório suficiente para a caracterização da conduta das Representadas como indicio de infração segundo o art. 21 da Lei nº 8.884/94 (fl. 10).

#### **II – Análise**

Não compete a esta Comissão de Assuntos Sociais reanalisar e emitir juízos sobre a correção da decisão do Cade, que é autoridade competente para, autonomamente, decidir sobre a matéria, nos termos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, visto que não pendem dúvidas sobre a lisura do procedimento daquela Autarquia.

Além disso, não vislumbramos a alegada contradição entre o § 3º do art. 199 da Constituição, que proíbe

a participação de empresas ou capitais estrangeiros no auxílio à saúde no Brasil, salvo nos casos previstos em lei, e a defesa da livre concorrência, erigida a princípio da atividade econômica pelo art. 170, IV, da Carta Magna, porque se trata de dois dispositivos constitucionais originários de igual hierarquia normativa. Na verdade, o que o Cade descreve como uma contradição constitucional nada mais é que uma opção política do legislador constituinte, que legitimamente delimitou a extensão da livre concorrência – que, como todos os princípios constitucionais, não é absoluto – no que tange à assistência à saúde.

Quanto ao mérito do dispositivo, entendemos que refoge à competência desta Comissão discutir o assunto, uma vez que não lhe cabe, nos termos do art. 60

da Constituição, a iniciativa de proposta de emenda à constituição (PEC). Se vier à apreciação desta Comissão texto de PEC nesse sentido, esse será o momento adequado para a análise em questão. A propósito, vale salientar que a supressão do § 3º do art. 199 já foi examinada por este Senado Federal, por ocasião da PEC nº 52, de 1995, arquivada ao final da legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, em 1999.

Dessa forma, tratando-se de ofício informativo, recomendamos seu arquivamento.

### III – Voto

Em razão do exposto, o voto é pelo arquivamento do Ofício “S” nº 43, de 2000.

Sala da Comissão,

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO “S” Nº 43, DE 2000.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/06/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR SÉRGIO CABRAL

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) – TITULARES

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) – SUPLENTE

MARCO MACIEL – PFL

1- HERÁCLITO FORTES – PFL

JONAS PINHEIRO – PFL

2- JOSÉ JORGE – PFL

MARIA DO CARMO ALVES – PFL

3- DEMÓSTENES TORRES – PFL

RODOLPHO TOURINHO – PFL

4- ROMEU TUMA – PFL

FLEXA RIBEIRO – PSDB

5- EDUARDO AZEREDO – PSDB

LEONEL PAVAN – PSDB

6- ALMEIDA LIMA – PSDB

LUCIA VÂNIA – PSDB

7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB

REGINALDO DUARTE – PSDB

8- SÉRGIO GUERRA – PSDB

PMDB TITULARES

PMDB SUPLENTE

JOÃO BATISTA MOTTA

1- HÉLIO COSTA

WIRLANDE DA LUZ

2- RAMEZ TEBET

VALDIR RAUPP

3- JOSÉ MARANHÃO

MÃO SANTA

4- PEDRO SIMON

SÉRGIO CABRAL

5- MAGUITO VILELA

PAPALÉO PAES

6- GERSON CAMATA

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)

FLÁVIO ARNS (PT)

2- MAGNO MALTA (PL)

IDELI SALVATTI (PT)

3- EDUARDO SUPLICY (PT)

RCELO CRIVELA (PL)

4- FÁTIMA CLEIDE (PT)

PAULO PAIM (PT)

5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)

PATRICIA SABOYA GOMES (PPS)

6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)

PDT TITULARES

PDT SUPLENTE

AUGUSTO BOTELHO

1- JUVÊNCIO DA FONSECA

**PARECER Nº 1.026, DE 2005**

**Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), sobre o Ofício S nº 3, de 2003 (nº 4.144/2002 na origem), da Ministra de Estado Corregedora-Geral da União, encaminhando ao Presidente do Senado Federal exemplar do Relatório Anual de Atividades da Corregedoria-Geral da União no ano de 2002.**

Relator: Senador **Luiz Otávio**

**I – Relatório**

Mediante o Ofício S nº 3, de 2003 (Of. nº 4144/CGU-PR, de 31-12-02, na origem), a Senhora Ministra de Estado Corregedora-Geral da União remeteu ao Presidente do Senado Federal exemplar do Relatório Anual de Atividades da Corregedoria-Geral da União no ano de 2002, encaminhado a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do art. 102-A do RISF.

A Corregedoria-Geral da União foi criada pela Medida Provisória nº 2.143-31, de 2-4-2001, com o objetivo de combater a fraude e a corrupção na esfera administrativa e promover a defesa do patrimônio público, no âmbito do Poder Executivo Federal. Em decorrência do Decreto nº 4.177, de 28-3-2002, a Secretaria Federal de Controle Interno e a Comissão de Coordenação de Controle Interno foram integradas à estrutura da Corregedoria-Geral da União, para a qual foram transferidas as competências de ouvidoria-geral, até então situadas no Ministério da Justiça, na qual permaneceram apenas de ouvidoria-geral de direitos humanos.

Depois de relatar as transformações institucionais pelas quais passou a instituição, a Ministra de Estado Corregedora-Geral informa que “na sua atual conformação, a Corregedoria-Geral da União constitui o sistema de controle interno do Poder Executivo Federal previsto no art. 74, **caput** da Constituição Federal, (controle interno) reunindo as funções administrativas de controle, correição e ouvidoria.” Essa tríplice competência se manifesta nas seguintes atribuições: “**a**) desenvolver as atividades de controle interno e auditoria pública da administração federal; **b**) velar pela apuração de irregularidades administrativas capazes de produzir lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público; **c**) receber e examinar manifestações referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades, buscando soluções adequadas.”

**II – Análise**

Nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal, é competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Conforme determina o art. 70, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (art. 71). Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário deverão manter, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74).

No Senado Federal, as ações de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo estão atribuídas à CMA, conforme disciplinam os arts. 102-A a 102-D do RISF, dos quais se destaca, por sua relação com o relatório em exame, as seguintes:

Art. 102-A. À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além da aplicação, no que couber, do disposto no art. 90 e sem prejuízo das atribuições das demais comissões, compete:

.....  
I – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para esse fim:

.....  
**d)** avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, notadamente quando houver indícios de perda, extravio ou irregularidade de qualquer natureza de que resulte prejuízo ao Erário;

e) providenciar a efetivação de perícias, bem como solicitar ao Tribunal de Contas da União que realize inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas da União e demais entidades referidas na alínea d;

.....  
Parágrafo único. No exercício da competência de fiscalização e controle prevista no inciso I deste artigo, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle:

I – remeterá cópia da documentação pertinente ao Ministério Público, a fim de que este promova a ação cabível, de natureza cível ou penal, se for constatada a existência de irregularidade;

.....  
Art. 102-C. Ao termo dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será publicado no Diário do Senado Federal e encaminhado:

.....  
II – ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, com cópia da documentação, para que promova a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

.....  
Depois de relatar as atividades desenvolvidas em 2002, a Ministra de Estado Corregedora-Geral da União afirma que a divulgação do resultado dos trabalhos do órgão enquadra-se numa política de transparência, para prevenir a ocultação de infrações e favorecer o controle e a fiscalização pelo próprio público. Acrescenta que

a ampla publicidade sobre a atuação da Corregedoria-Geral da União e a intensificação da apuração das irregularidades e da aplicação de sanções e medidas judiciais complementares, por sua vez, levam a maior atenção dos servidores na gestão dos negócios públicos e estimulam a transparência dos atos administrativos.

E finaliza:

A mais importante de todas as contribuições que a Corregedoria-Geral da União pretende haver prestado, entretanto, é, indubitavelmente, a mudança cultural no seio da sociedade, permitindo que o cidadão brasilei-

ro não mais considere que este é o País da impunidade, nem obedeça à Lei de Gerson, mas, ao contrário, tenha restaurado o orgulho de sua nacionalidade, convencido de que, se temos as nossas mazelas – como no mundo inteiro elas existem, também -, nós as detectamos, com eficiente sistema de controle interno, e as corrigimos, punindo os responsáveis e restaurando os danos à res publica.

O relatório confirma as conclusões da Ministra Corregedora-Geral da União. Com efeito, as atividades de fiscalização do órgão, no ano de 2002, apresentaram, segundo o relatório, resultados muito positivos. Tais atividades estão divididas em seis grandes linhas de ação: 1. reformulação do órgão; 2. disponibilização de servidores para instauração de mais de 500 processos disciplinares no âmbito do INSS, DNER, Sudene e Sudam; 3. informações ao público por veículos de imprensa; 4. atividades de controle interno (cumprimento de metas anuais de auditoria e controle; elaboração de indicadores contábeis; elaboração de indicadores de preços; identificação de gestores com contas irregulares; proposta de alteração da legislação e normas específicas do controle interno; consolidação de constatações. Auditoria sobre convênios e contratos de repasse); 5. atividades de correição (promulgação da convenção interamericana contra a corrupção; apuração dos casos de irregularidades mais noticiados na mídia. DNER, Sudene, Sudam, FAT, Terracap – informações ao público e banco de dados); 6. ações de ouvidoria-geral (início do processo de integração das ouvidorias do Poder Executivo Federal; estímulo à participação popular na administração pública; aprimoramento da prestação do serviço público).

Não se trata, portanto, de documento de denúncia de irregularidades, mas antes de relato das ações da Corregedoria-Geral da União para cumprir os objetivos constitucionais de combater a fraude e a corrupção na esfera administrativa e promover a defesa do patrimônio público, no âmbito do Poder Executivo Federal. Sobre o assunto, compete a esta comissão, tomar conhecimento das informações contidas no referido relatório e, se entender que não há algo que mereça ser objeto de exame por outro órgão interno ou externo, deve ser a matéria encaminhada ao arquivo e comunicado o fato à Mesa.

De outro lado, se a CMA entender que o documento não deve ter andamento, deve encaminhá-lo ao arquivo, comunicando o fato à Mesa, nos termos do art. 143, do RISF, **verbis**:

Art. 143. Quando a comissão julgar que a petição, memorial, representação ou outro



documento não deva ter andamento, mandando-o arquivar, por proposta de qualquer de seus membros, comunicando o fato à Mesa.

§ 1º A comunicação será lida na Hora do Expediente, publicada no Diário do Senado Federal e encaminhada ao arquivo com o documento que lhe deu origem.

§ 2º O exame do documento poderá ser reaberto se o Plenário o deliberar, a requerimento de qualquer Senador.

§ 3º A comissão não poderá encaminhar à Câmara dos Deputados ou a outro órgão do Poder Público qualquer documento que lhe tenha sido enviado.

Em razão da natureza do documento examinado, não cabe, neste caso, nenhuma providência ou diligência adicional por parte desta CMA.

### III – Voto

A vista do exposto, o voto é pela aplicação disposto no art. 143 do RISF, com o objetivo de encaminhar ao arquivo o Ofício S nº 3, de 2003 (OF. nº 4144/CGU-PR, de 31-12-02, na origem), da Senhora Ministra de Estado Corregedora-Geral da União ao Presidente do Senado Federal, com o Relatório Anual de Atividades da Corregedoria-Geral da União no ano de 2002 e comunicar a decisão à Mesa.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: OFS "S" Nº 3 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/06/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>R. Quintanilha</i> (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR: <i>Luiz Otávio</i> (SEN. LUIZ OTÁVIO)	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
HERÁCLITO FORTES – PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES – PFL	2-JOSÉ JORGE – PFL
JONAS PINHEIRO – PFL	3-ROSEANA SARNEY – PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB	4- ALMEIDA LIMA – PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB	5-LEONEL PAVAN – PSDB
FLEXA RIBEIRO – PSDB	6-ÁLVARO DIAS – PSDB
<b>PMDB</b>	
NEY SUASSUNA	1-ANTÔNIO LEITE
LUIZ OTAVIO	2-VAGO
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
AELTON FREITAS – PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI – PTB
ANA JÚLIA CAREPA – PT	2-CRISTÓVAM BUARQUE – PT
SIBÁ MACHADO – PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES – PSB
NEZINHO ALENCAR – PSB	4-IDELI SALVATTI – PT
SERYS SLHESSARENKO – PT	5-FLÁVIO ARNS – PT
<b>PDT</b>	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com relação aos **Pareceres nºs 1.025 e 1.026, de 2005**, que acabam de ser lidos, referentes aos **Ofícios nºs S/43, de 2000 e S/3, de 2003**, a Presidência, em observância à conclusão dos referidos pareceres, encaminha as matérias ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.267, de 2004** (nº 1.039/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás*.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Pela

ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, peço a V. Exª a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exªs serão atendidos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim por até 12 minutos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela

ordem.) – Desculpe-me Senador Paulo Paim. Sr. Presidente, eu gostaria de saber se já há três inscrições para comunicações inadiáveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senadora Heloísa Helena, V. Exª é a terceira inscrita para fazer uma comunicação inadiável.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Mui-

to obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronun-

cia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, anuncio à Casa que é com alegria que a Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, a qual presido, realizará nesta quinta-feira, às 10 horas, uma audiência pública para discutir o Estatuto da Igualdade Racial, a participação da comunidade negra na mídia e a data de 20 de novembro “Zumbi dos Palmares”.

Sr. Presidente, já estão confirmadas as presenças do Deputado Estadual Tiãozinho, de São Paulo, representando os Deputados Estaduais; da Vereadora Elzinha, de Ribeirão Pires, São Paulo, representando os Vereadores; e também da Vereadora Claudete Alves, de São Paulo.

Representando os artistas, virá o Netinho, apresentador e cantor conhecido internacionalmente, e também o Mano Brown, que darão depoimentos sobre a participação do negro na mídia. Participarão também Deputados Federais, Senadores e outros convidados, como a Ministra Matilde Ribeiro e o Presidente da Fundação Cultural Palmares, Dr. Professor Ubiratan Castro.

Sr. Presidente, entendo ser um momento muito importante, porque, além dessa audiência pública, no dia 30, ocorrerá em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Foram realizadas conferências em praticamente todos os Estados.

A 1ª Conferência Nacional terá sua abertura no dia 30 de junho à noite e terminará no dia 3 de julho, domingo, quando ainda reunirei, no meu gabinete, no Senado, a coordenação da Marcha Zumbi + 10, para fecharmos um grande entendimento sobre a marcha sobre Brasília, que será em novembro. Acertaremos, com certeza, a data e também a audiência que teremos com o Presidente da República nesse mesmo dia.

Sr. Presidente, convido os Senadores a fazerem parte dessa importante audiência, principalmente os que relatam o Estatuto da Igualdade Racial.

Senadores Rodolpho Tourinho e César Borges, estamos convidando-os para uma audiência no dia 30, às 10 horas, com a presença de Netinho, Mano Brown, Deputados Estaduais e Vereadores.

Sr. Presidente, vou hoje a uma audiência que seria realizada às 14 horas – eu dizia ao Ministro Miguel Rossetto que chegaria às 14 horas e 15 minutos –, para falar sobre o Quilombo Silva, um espaço de terra privilegiado no centro de Porto Alegre, sobre o qual já me referi desta tribuna. Felizmente, estamos conseguindo a titularidade dos quilombolas.

O Ministro Miguel Rossetto e o Presidente Lula foram fundamentais nesse encaminhamento, assim como, eu diria, o Ministério Público, procuradores, promotores. Todos ajudaram para que a família tivesse o direito à terra.

A audiência seria às 14 horas, mas vai acabar sendo às 14 horas e 30 minutos, no Ministério da Reforma Agrária.

Sr. Presidente, está em debate na Câmara dos Deputados e deve ser encaminhado rapidamente ao Senado o novo projeto de salário mínimo, fixado por medida provisória com o valor de R\$300,00, a partir de 1º de maio.

Faço uma série de considerações sobre a importância de se valorizar o salário mínimo e de se estender para os aposentados e pensionistas o mesmo percentual. Faço aqui uma análise do crescimento real do mínimo, vinculado, pelo meu projeto original, ao dobro do PIB do ano anterior, e também demonstro, na análise que ora faço, uma projeção do salário mínimo para 1º de maio do próximo ano, que chamo de salário mínimo adequado para que o trabalhador viva decentemente com a sua família, numa escala crescente, até que ele atinja efetivamente o que manda a Constituição. Refiro-me ao déficit da Previdência, tão falado! E aqui uso um dado, Sr. Presidente, que me foi passado pela Anfip, que demonstra que, infelizmente, se fizermos uma retrospectiva histórica, veremos que mais de R\$170 bilhões foram usados, na última década, com o objetivo de melhorar o superávit primário. E aí surge sempre aquela discussão sobre se a Previdência é superavitária ou não. Quero, mais uma vez, reafirmar a responsabilidade dos dados que aqui menciono. A Previdência no Brasil é superavitária. Ela pode ser um exemplo para o mundo, pode assegurar um salário decente para os aposentados e também para os pensionistas, desde que os recursos destinados à seguridade social, onde está a Previdência, fiquem efetivamente nessa área, e não sejam, por motivo de caixa, destinados a outros objetivos.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que o art. 202 da Constituição Federal diz que é preciso manter o valor real das aposentadorias tanto na área pública como na área privada. Se analisarmos ambos os casos, o aposentado do Regime Geral da Previdência já tem uma defasagem acumulada em torno de 70%. E, no caso do servidor público, a perda é ainda maior.

Por isso tudo, Sr. Presidente, é que fiz questão de, mais uma vez, vir à tribuna para dizer que continuaremos, de forma permanente, na luta pela valorização

do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Ontem mesmo, eu fazia aqui um pronunciamento, dizendo que avançamos na economia. E é preciso que, neste momento, mais do que nunca, invistamos no social; e investir no social, queiram ou não alguns, passa pelo salário mínimo.

Eu dizia que o salário mínimo repercute nos cargos e salários das empresas, nos pisos das categorias, nos chamados pisos regionais, no salário-família, no bolsa-família, no bolsa-escola – como quiserem –, no seguro-desemprego; enfim, o salário mínimo é uma grande referência, e insisto sempre nesse dado, porque ele acaba interferindo, de forma direta, na vida de mais de 100 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, quero também informar à Casa que a Bancada do Partido dos Trabalhadores, reunida ontem à noite, por unanimidade – estavam lá, além de todos os Senadores, o Líder do Governo e também o Líder do Bloco –, decidiu que fará todo o esforço para que a PEC paralela seja votada ainda esta semana.

Falei com o Senador Rodolpho Tourinho, que é o Relator da matéria; o Líder Delcídio Amaral também falou com o Senador Rodolpho Tourinho, e S. Ex<sup>a</sup> disse que o seu parecer estará pronto amanhã. Então, se depender do Senador Rodolpho Tourinho, a matéria será votada entre quarta-feira e quinta-feira.

É importante que percebam que Parlamentares da Oposição, da Situação, o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, apresentaram uma posição muito clara: é possível que a PEC paralela seja votada.

Senador Ramez Tebet, primeiro quero dizer da minha alegria por V. Ex<sup>a</sup> estar conosco aqui. Tenho dito que V. Ex<sup>a</sup>, que é uma voz equilibrada, tranqüila e que pensa muito no interesse do povo brasileiro, estava fazendo falta. Sei que esteve fazendo um tratamento e, felizmente, voltou. Portanto, é uma alegria conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS)** – Senador Paulo Paim, agradeço-lhe as palavras não só gentis e encorajadoras, mas as recebo como um preito da nossa amizade. Está aí o valor de V. Ex<sup>a</sup>. Sabe por quê? Porque muitas vezes tenho caminhado para o plenário com a disposição de falar sobre a PEC paralela. Chego no meu Estado e ouço: “O senhor falou que será esta semana, o senhor falou que será na outra!” Procuro refletir sobre o que ouço daqueles que mais lutam pela PEC paralela, e não deixo de citar o nome de V. Ex<sup>a</sup>. Não pela nossa amizade, mas por uma questão de justiça. E também porque tenho insistido – não tanto quanto V. Ex<sup>a</sup>, mas tenho – na votação dessa matéria, porque sinto a grave in-

justiça, o ponto de interrogação que existe na classe dos servidores públicos em decorrência dessa demora, daquilo que foi um dos maiores compromissos parlamentares que presenciei e do qual participei aqui, no Senado da República. De sorte que faço coro com as palavras de V. Ex<sup>a</sup> e torço para que, até este fim de semana, isso realmente aconteça e eu possa dizer, no meu Estado, e V. Ex<sup>a</sup> possa dizer no seu Estado e para o Brasil que, finalmente, valeu a pena lutar tanto.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Espero que ninguém crie obstáculo para essa votação. Todos com quem falo dizem que são a favor. Seria muito ruim – mas muito ruim mesmo – entrarmos em recesso, voltarmos para o Estado e sermos cobrados, mais uma vez, por que a PEC paralela não foi votada.

Por tudo que ouvi dos Líderes da Oposição e da base do Governo, estou convicto de que não há nenhum empecilho. Se houver um problema ou outro, decidiremos no voto. Se depender de mim, votaremos mediante amplo acordo. Espero não ter de vir aqui dizer: “Mentiram para mim, e a PEC não foi votada”. Tenho certeza de que ela será votada, porque acredito muito tanto nos Líderes do Governo como também nos Líderes da Oposição que assumiram esse compromisso.

Ouçum um aparte do Senador Papaléo Paes.

**O Sr. Papaléo Paes** (PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, sou testemunha do seu empenho a favor dos servidores públicos e do trabalhador de uma forma geral. A PEC paralela é uma questão de honra para V. Ex<sup>a</sup>, que se dedicou para que compreendêssemos a necessidade de uma emenda que repararia os erros cometidos quando aprovamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 67. Lembro-me de que V. Ex<sup>a</sup> tentou me convencer de todas as maneiras...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – De que a PEC paralela era para valer.

**O Sr. Papaléo Paes** (PMDB – AP) – De que a PEC paralela era para valer. Tínhamos votado, em 2003, a PEC nº 67 – contra a qual votei – e, em 2004, haveria uma convocação extraordinária e a Câmara votaria a matéria, depois o Senado. Resolveríamos essa questão no início de 2004. Já estamos no meio do ano de 2005 e passamos a ter um compromisso muito maior, que é exatamente fazer os acordos necessários e não deixarmos de reparar os erros que foram cometidos com a aprovação da 67. Parabênizo V. Ex<sup>a</sup> e peço-lhe que continue se empenhando, como sempre o fez, em prol do trabalhador brasileiro.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Papaléo Paes.

Quero dar um testemunho também. V. Ex<sup>a</sup> votou contra a PEC original e fez de tudo para a PEC paralela ser aprovada, confiando que efetivamente isso iria acontecer.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, peço a palavra não para fazer um aparte, mas por um sentimento de justiça. V. Ex<sup>a</sup> está fazendo essa cobrança justamente quando preside os trabalhos o Senador Tião Viana...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – O Relator da matéria.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Essa PEC paralela muito deve a S. Ex<sup>a</sup>. Seria uma injustiça não registrar isso.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Endosso suas palavras.

Para concluir, quero dizer a V. Ex<sup>as</sup>, Senadores Ramez Tebet, Papaléo Paes e Tião Viana, que alguém me perguntou ontem: “E os prazos”? Eu respondi: “Pelo amor de Deus, já vi nesta Casa duas emendas constitucionais serem votadas em dois turnos em uma única noite. Não me digam agora que, se houver acordo ou entendimento, não se poderá votar a PEC paralela, que é fruto de um acordo entre Senado, Câmara e Poder Executivo”. Ninguém me diga aqui que há problema de prazo. Se alguém quiser criar algum obstáculo que o crie e assuma a responsabilidade, porque todos me disseram que ela poderia ser votada até quinta-feira. O Senador Rodolpho Tourinho diz que não é empecilho, que seu projeto está pronto para ser apreciado.

Concluo com muita esperança nesse grande acordo da PEC paralela, que interessa a todos nós.

Senador Tia Viana, quero endossar, mais uma vez, as palavras de Ramez Tebet: V. Ex<sup>a</sup> foi o grande articulador, porque foi quem relatou. Se V. Ex<sup>a</sup> não tivesse escrito, não haveria PEC paralela.

Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paim, e ao nobre Senador Ramez Tebet pela generosa lembrança do trabalho da Mesa e do meu, como Relator da PEC paralela e da Emenda da previdência.

Concedo a palavra ao eminente Senador Ramez Tebet, por cessão da Senadora Heloísa Helena, sem prejuízo da ordem de inscrição.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 12 minutos.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de onde venho? Quem represento nesta Casa? Eu venho de Mato



Grosso do Sul e o represento. Esse Estado, que luta pela sua industrialização, haverá de conseguir esse intento sem as chaminés que poluem as grandes cidades.

Eu venho, portanto, de Mato Grosso do Sul, um Estado de vocação agrícola e pecuária, um Estado do campo, cuja economia está baseada no trabalho daqueles que, de chão a chão e de sol a sol, sem perder as esperanças, acreditando na natureza e no potencial de nossas terras, produzem para o Brasil e, por que não dizer, para o mundo. Esses homens são responsáveis por 37% do Produto Interno Bruto e pelo superávit da balança de pagamentos do País, mas passam, no momento, por uma série de dificuldades, o que requer a atenção do Poder Público para a grave crise que o setor do agronegócio brasileiro atravessa.

Demorei-me hoje, Sr. Presidente, para chegar ao Senado da República. A movimentação é muito grande, pois cerca de dois mil tratores estão enfileirados na Praça dos Três Poderes e em outros lugares de Brasília, nossa Capital da República, procurando, de forma democrática e pacífica, alertar as autoridades, chamar-lhes a atenção, buscando dialogar com o Governo Federal no sentido de que haja uma política, neste momento de crise por que passa o setor, que venha, pelo menos, a minorar o sofrimento daqueles que trabalham e lutam.

Não interessa ao País perder produção e renda, ter queda do faturamento bruto. Sabemos que os preços estão em queda, que os custos estão em alta, que há defasagem cambial. É preciso, portanto, que o Poder Público tenha mais sensibilidade para com esses homens do Brasil inteiro, que estão em Brasília enfrentando toda sorte de sacrifícios para defender os interesses da agricultura e da pecuária.

Há um perigo muito grande de redução da produção. Não podemos nos esquecer de que 1/3 dessas riquezas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é produzido pelos homens que trabalham no campo. O que eles buscam? Buscam entendimento com o Governo, querem o alongamento das suas dívidas e um financiamento que lhes permita continuar a plantar, a colher, a ter essa esperança de ver o País cada vez mais forte.

Não nos podemos esquecer de que os insumos foram adquiridos pelos agricultores, pelos homens do campo e pelos pecuaristas quando o dólar ultrapassava a casa dos R\$3,00. Hoje, ele não chega a R\$2,40, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Vejam o quanto isso está representando de prejuízo para os agricultores e pecuaristas.

Eles não estão fazendo um passeio a Brasília, mas mostrando a força do seu trabalho, esse trabalho ingente, de quem nunca perde a esperança e olha para o céu pedindo ao criador que a natureza ajude-os a colher aquilo que plantaram.

Sabemos que este foi um ano triste. Em alguns lugares da Federação brasileira, houve o castigo de uma longa estiagem, de uma longa seca; em outros, o das enchentes. O fato verdadeiro é que a agricultura, como um todo, está sofrendo como nunca neste País. Nunca a agricultura passou por tanta dificuldade como hoje.

Então, o que faço eu nesta tribuna? Faço apenas o eco e força para falar em defesa dos interesses do meu Estado. É esse o meu dever.

O meu Estado é pequeno e nele convivo com os agricultores, com o homem que está no campo e com os pecuaristas. Sei muito bem o que estão passando esses agricultores, que trabalham no campo para honrar os seus compromissos.

Urge, portanto, que o Governo Federal adote uma política que venha, no mínimo, a minorar essa grave crise por que passam a agricultura e a pecuária, enfim, por que passa o campo no Brasil.

Há que se ter sensibilidade; há que se encontrar uma solução; há que se dar uma resposta a esses tratores, que foram conduzidos até aqui para que seja mostrada a força de trabalho. Isso é muito importante, é o símbolo de quem trabalha no campo. Esses tratores, cerca de dois mil, aglomerados aqui, com milhares de agricultores acorrendo a Brasília, positivamente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, são mais eloquentes do que qualquer discurso. Isso fala mais do que qualquer outra coisa, traduzindo a necessidade de o Brasil, neste momento, solucionar aquilo que eu chamo de a mais grave crise da Agricultura da nossa Pátria.

Portanto, este é o motivo da minha presença na tribuna: registrar a presença de Mato Grosso do Sul, Estado que tem o maior rebanho e é um dos maiores produtores de soja deste País.

Está aqui a palavra do seu humilde filho, clamando ao Governo Federal que venha em socorro da agricultura, que não permita que ela pereça e que faça com que os agricultores encontrem ânimo para continuar o seu trabalho e, a cada ano, possamos obter uma safra cada vez maior, para ajudar a ter mais comida na mesa do brasileiro, para ajudar também nas exportações, contribuindo para a melhoria da balança comercial do nosso País.

Era esse o registro, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer, na tarde de hoje, em defesa do homem do campo, dos agricultores e de todos aqueles que estão

aglomerados aqui em Brasília, embaixo de barracas, com seus tratores, com suas máquinas, na esperança de que suas vozes sejam ouvidas pelas autoridades federais.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Informo que, em razão dos trabalhos da CPMI, a Mesa decide suspender a sessão por quinze minutos, para que os oradores inscritos possam chegar e não sofram prejuízo do uso da tribuna.

*(Suspensa às 14 horas e 30 minutos, a sessão é reaberta às 14 horas e 36 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do § 4º do art. 155 do Regimento Interno, reabrimos os trabalhos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, entre tantos debates acalorados neste plenário nas últimas semanas, o que me traz à tribuna, hoje, é algo muito importante, principalmente para aqueles que entendem que não há possibilidade de desenvolvimento, em nenhum país do mundo, que não aposte e não invista, de forma significativa, em educação. E um País como o nosso, que tem um potencial de crescimento e de desenvolvimento vinculado às áreas tecnológicas e às áreas do desenvolvimento industrial e agropecuário – inclusive, hoje, vivenciamos um dia barulhento, eu diria, uma noite, porque foi durante a noite que começaram a chegar os caminhões e os tratores, que aqui estão para representarem o agronegócio brasileiro, a movimentação denominada “tratoração” –, é muito importante, efetivamente, investirmos na formação de nossos jovens, para que eles possam se capacitar técnica e profissionalmente para atuarem nos setores industrial e no da agricultura.

Então, hoje, assomo à tribuna, para dizer da minha felicidade em trazer tanto novidades quanto deliberações – as tomadas de posição e de decisões – para a implementação de política na área do ensino profissionalizante brasileiro.

Na última sexta-feira, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, em solenidade no Palácio do Planalto, os representantes da educação profissional e tecnológica do nosso País, oportunidade em que Sua Excelência assinou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O projeto foi entregue pelo Ministro da Educação, Tarso Genro, acompanhado do Presidente do Conselho Nacional dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica – Concefet, Luiz Edmundo de Aguiar.

Esse plano de expansão do ensino técnico prevê a extensão dessa modalidade de ensino federal para 1.300 Municípios, em 18 unidades da Federação.

“Não existe valor agregado mais importante em qualquer produto deste país do que o valor do conhecimento que a gente deve a nossa juventude e ao povo”, declarou o Presidente Lula. Serão criadas 32 escolas e 54.136 vagas em cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia. A proposta implica na geração de 3.338 novos empregos [entre profissionais da área de educação e funcionários desses centros de educação] e no investimento de R\$70 milhões para a construção de escolas ou adaptação das estruturas já existentes, compras de equipamentos e capacitação profissional (**sic**).

Para Lula, o Brasil não pode mais considerar o dinheiro destinado à educação como gasto. “Não existe investimento mais sagrado para uma nação do que o investimento na formação da sua gente”, disse.

Essa foi a tônica do discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na assinatura desse plano de expansão.

Durante a solenidade, o presidente Lula assinou o decreto que cria o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (ProEJA), que será desenvolvido pela rede federal de educação tecnológica.

Então, aquele programa de educação de jovens e adultos que já existia exatamente com a finalidade dar alfabetização, escolaridade aos jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade adequada está agora sendo ampliado. Além da escolaridade fora da idade adequada, propiciaremos a jovens e adultos a educação profissional por meio dessa integração da educação profissional ao ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos.

O programa vai oferecer cursos de formação inicial e continuada para jovens e adultos e educação profissional técnica de nível médio para os que têm o ensino fundamental. Nos próximos dois anos, serão abertas 20 mil vagas em cursos [ao longo de todo o nosso País].

“Esse ato [da assinatura do decreto, do lançamento do programa de expansão] conecta a educação profissional com as classes

carentes, a quem este ensino era destinado e que, por condições históricas e sociais, foram se tornando vinculadas aos setores médio e superior da população”, explicou Tarso Genro. Em 2006, 10% das vagas da rede de educação profissional e tecnológica serão destinados à oferta de educação profissional integrada ao ensino médio. Em 2007, a exigência será de 20% (sic).

A regra vale para as 144 escolas da rede: 34 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 43 unidades descentralizadas, 36 escolas agrotécnicas federais (EAF), 30 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e a Escola Técnica Federal de Palmas (TO). “A gente não quer parar por aí. Gostaríamos de influenciar, sobretudo, as escolas públicas estaduais para, também, contribuírem com o novo desafio de integrar os ensinamentos técnico e médio”, disse o presidente do Concefet, Luis Edmundo de Aguiar.

Com 95 anos de existência, a rede federal de educação tecnológica é composta por 144 instituições que oferecem 666 cursos técnicos e 189 cursos tecnológicos, em 23 Estados da Federação. São 11.900 professores que atendem, hoje, 230 mil estudantes.

Eu gostaria ainda de mencionar, neste pronunciamento que faço com muita satisfação, por ser alguém da área de educação e que sempre teve uma vida vinculada à defesa da escola pública gratuita e de qualidade para todos em todos os níveis – era esse o refrão do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública –, que estamos já na segunda semana, praticamente consecutiva, com ações, deliberações e implementação de programas vinculados à área educacional. Primeiro, houve o envio para o Congresso Nacional e a assinatura do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, toda a ampliação da capacitação dos professores, o ensino profissionalizante na modalidade “chão de fábrica”, por meio do qual os nossos adolescentes, os nossos jovens podem capacitar-se e formar-se profissionalmente no espaço em que vão exercer depois sua atividade profissional. E, complementando todas essas iniciativas já adotadas há 15 dias, há agora esse programa voltado exclusivamente para os Centros de Formação Tecnológica – Cefets, que podem fazer com que o ensino profissionalizante efetivamente se estenda, alcance um número cada vez maior de Municípios, um número cada vez maior de alunos, e se volte, principalmente, para as populações de mais baixa renda, saindo daquela lógica que, no último período,

acabou configurando-se como voltada mais para as classes médias.

Cito um trecho do pronunciamento do Presidente da República.

Certamente, o ministro Tarso Genro e a sua equipe (...) no Ministério da Educação, têm proporcionado com as suas políticas para educação a esperança de que definitivamente o Brasil se descobriu para compreender que sem investimento na educação nós não seremos nunca o país que já poderíamos ter sido, se há muito tempo atrás tivéssemos priorizado a educação como o pilar mais importante para o desenvolvimento do nosso povo e para o desenvolvimento do nosso país (sic).

Apresento, ainda, algumas palavras do Professor Luiz Edmundo de Aguiar, Presidente do Concefet – Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica, que aborda algumas coisas muito interessantes.

Nos governos anteriores jamais tivemos a oportunidade de discutir nossos problemas com o Presidente da República. É hora, portanto, de assinalarmos as potencialidades da nossa Rede estratégica para o sucesso das políticas de desenvolvimento econômico e social implementadas pelo Governo, apoiadas pelo Ministério da Educação, que tem a educação profissional como um dos seus quatro eixos prioritários na gestão do Ministro Tarso Genro.

Então, vejam V. Ex<sup>as</sup> a emoção dos dirigentes do ensino profissionalizante público federal de serem recebidos pelo Presidente da República e de, juntamente com Sua Excelência, poderem definir as políticas e ver estabelecidos como quatro eixos prioritários a educação básica, a alfabetização, a reforma universitária e o ensino profissionalizante.

Esses são os quatro pilares, Senador João Capiberibe, que o Ministro Tarso Genro vem implementando nas suas ações, de forma participativa, sentando-se à mesa com os principais atores, discutindo com eles.

Para concluir, Senador Tião Viana, com mais satisfação ainda trago esta boa notícia ao Plenário do Senado da República. No ano passado, quando estávamos debatendo as emendas que tínhamos o direito de apresentar para o Orçamento de 2005, fiz um debate bastante interessante com os que apóiam o meu mandato, com aqueles que entendem como deveríamos conduzir-nos. Tenho muita satisfação, por-



que destinei minha emenda – aquela que todos sabem que é a mais volumosa – exatamente à expansão e à interiorização do ensino profissionalizante federal em Santa Catarina.

Há, para o Estado de Santa Catarina, uma emenda no valor de R\$14,236 milhões, que, juntamente com mais duas outras emendas dos Deputados Carlito Merss e Cláudio Vinhatti, totalizam aproximadamente R\$15 milhões a serem implementados nessa expansão do ensino profissionalizante.

Fico mais satisfeita ainda com o Programa assinado sexta-feira porque aquilo que vimos discutindo e debatendo com as unidades do ensino técnico federal em Santa Catarina foi incluído, como a unidade de Chapecó, a expansão da Escola Agrotécnica de Concórdia para o Município de Videira, a implementação e o fortalecimento em Jaraguá do Sul, o curso de enfermagem em Joinville e uma série de outras discussões que fizemos ao longo de todo o debate da implementação.

Se o Presidente me permitir, gostaria muito de ouvir o aparte do Senador João Capiberibe, que é também um dos defensores do ensino técnico-profissional em nosso País.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Senadora Ideli Salvatti, é inegável que houve significativos avanços na educação em nosso País, mas há um aspecto sobre o qual precisamos nos debruçar e acompanhar de perto. Hoje, já existem verbas vinculadas para a educação nos âmbitos municipal, estadual e federal, mas ainda não criamos um sistema de acompanhamento da aplicação desses recursos. Essa é uma constante preocupação minha. Temos um volume de recursos significativos para a educação, mas, vez por outra, assistimos, na mídia, a desvios de recursos da educação. Um dos pontos fundamentais, e que deveria ser objeto do nosso debate, é a federalização dos professores. Todos os professores deveriam ser federais, ou seja, a União deveria se responsabilizar pelos professores e os Municípios, pelos espaços físicos para promover a educação. Enquanto isso não ocorre, minha sugestão é que se possa trabalhar de forma integrada à descentralização desses recursos para que eles possam chegar à escola, porque a comunidade escolar é capaz de exercer um controle social efetivo. Essa é uma experiência que construímos no Governo do Amapá e me parece ser fundamental. A escola tornou-se atraente, porque passou a desempenhar também um papel econômico na comunidade, pois todo o dinheiro chegava na escola. O único dinheiro que não chegava era o pagamento do professor. Penso que precisamos mudar em relação a esse assunto. A União poderia se responsabilizar,

federalizando o emprego dos professores e descentralizando o dinheiro para que esse fosse direto para a escola, integrando os recursos federal, estadual e municipal. Tenho impressão de que daríamos um salto na qualidade das nossas escolas, porque uma das coisas que mais observamos foi o salto na qualidade e também na integração escola comunidade. As pessoas passaram a freqüentar a escola, que, conseqüentemente, passou a ter uma importância que não tinha antes. Agora, com a centralização do dinheiro, a escola voltou a mergulhar no abandono. A comunidade deixou de freqüentá-la. Os próprios alunos estão com dificuldade de comparecer, porque a carência voltou a dominar o cotidiano da escola. Essa descentralização do dinheiro me parece importante para que haja um controle social maior. As escolas técnicas já gozam de uma certa autonomia, mas eu queria generalizar isso para todas as escolas do País.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Capiberibe. V. Ex<sup>a</sup> vem corroborar com várias teses e vários pleitos que nós, da defesa da escola pública gratuita para todos, em todos os níveis, sempre defendemos, qual seja, termos um plano único nacional de carreira para os professores em todas as áreas, em todos os níveis da Federação, Estados e Municípios. Mas penso que temos notícias importantes como esta que trago, da expansão do ensino profissionalizante, que vem exatamente caminhando no sentido de fazermos da educação, efetivamente, prioridade.

E, até em homenagem ao Senador Leonel Pavan, que acaba de adentrar ao plenário, quero informar que, nas nossas atividades de debate das escolas técnicas e da expansão a partir da emenda que apresentamos, a Agrotécnica de Camboriú também será contemplada, inclusive com a perspectiva de termos o curso profissionalizante na área naval, em Itajaí, como extensão da escola de Camboriú. Ou seja, todo o debate importante realizado em nosso Estado com o objetivo de atender aos jovens catarinenses em sua profissionalização, foi incluído nesse Programa Nacional assinado pelo Presidente Lula na última sexta-feira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador João Capiberibe, por dez minutos. Em seguida, os Senadores Antonio Carlos Valadares e Osmar Dias.

V. Ex<sup>a</sup> falará como Líder, Senador Osmar Dias?

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Então, será o próximo a fazer uso da palavra.



**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, existe uma Comissão no Senado Federal acompanhando o desenrolar dos conflitos entre a Assembléia Legislativa e o Governo de Rondônia, e, ontem, tivemos conhecimento, por meio da imprensa, da Rede Globo, que, dos 24 Deputados, pelo menos 23 tinham alguma cumplicidade criminosa na relação com o Governo. O que mostra que só muda o nome: o que é “mensalão” aqui em relação à Câmara dos Deputados, lá ganha outros nomes. Em Roraima, era Gafanhoto; no Amapá é Jaraqui; lá em Rondônia tem outros nomes. Mas essa é uma relação promíscua e criminosa, ou seja, para combater a corrupção neste País vamos ter que fazer mudanças profundas. Além de investigar a fundo, de mandar os corruptos para a cadeia, é necessário que promovamos algumas mudanças estruturais.

Cheguei a esta Casa trazendo a experiência de ter governado um Estado por dois mandatos, portanto, posso afirmar que as relações institucionais nos Estados são complicadas.

Algumas pessoas afirmam que a corrupção cresceu no País. Posso afirmar, pelos dados, pelos números que tenho colhido sistematicamente pela Internet, que ela sempre foi igual. Desde os mais remotos períodos da colonização portuguesa, ela sempre esteve presente na vida pública de nosso País; atravessou o Império, entrou na República e chegou aos nossos dias muito ativa e institucionalizada. O que ocorre é que hoje temos mais acesso à informação. Todos os sistemas administrativos, financeiros, públicos foram informatizados e algumas senhas foram liberadas para a utilização desses serviços, a exemplo do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Então, podemos acessar todos os gastos públicos do Governo Federal por meio de senha.

A Controladoria-Geral da União lançou um portal, chamado Portal da Transparência, que permite ao cidadão acessar várias informações. O Senado deu um belo exemplo de que quer ver as contas públicas sendo prestadas ao cidadão: lançou o sistema de informação gerencial “Siga Brasil”, com muitas informações importantes, entre elas, por exemplo, a informação sobre a liberação de emenda parlamentar.

Senador Tião Viana, estive fazendo um balanço das emendas parlamentares e posso constatar que, até hoje, não liberei uma única emenda. Sou da base do Governo, então, posso falar com absoluta tranqüili-

dade, pois não há nenhum tipo de relação de interesse naquilo que estou colocando, apenas fiz uma revisão geral nas emendas liberadas até agora. Assim, é possível o cidadão acompanhar essa informação. Até há alguns anos, tínhamos dificuldades de acessar esses dados. O Siafi tem uma linguagem complicada, cheia de códigos, ou seja, uma linguagem para especialistas. A transparência é uma luta nossa, e já aprovamos nesta Casa um projeto de lei que torna obrigatória a divulgação de todas as receitas e despesas na Internet, pois esse é o grande instrumento que temos para controlar minimamente o Estado brasileiro, que sempre foi um Estado autocrático.

Digo sempre que se proclamou a República no Brasil, mas não se instalou a República, até porque, neste País, as elites institucionais, econômicas e políticas consideram o bem público como uma extensão de seus bens particulares. A diferença entre o público e o privado no nosso País é muito tênue. Essa fronteira é quase inexistente. Por isso, temos de instalar essas comissões parlamentares de inquérito e investigar, mas também temos de propor uma legislação mais eficiente e capaz de prevenir a corrupção.

Falo isso, Senador Tião Viana, porque, no ano em que ganhamos a eleição, no período entre 15 de novembro de 1994 e a posse, a Lei de Diretrizes Orçamentárias já estava aprovada, e o Orçamento estava em discussão na Assembléia Legislativa. Nossa vitória foi inesperada, porque os meus adversários não imaginavam que poderíamos ganhar aquela eleição. Então, eles fizeram retornar o Orçamento e fizeram uma mudança na LDO precisamente no dia 28 de dezembro de 1994. E transferiram todos os recursos de investimento, que, na época, correspondiam a US\$55 milhões. Em um Estado pequeno, num Orçamento de 340 milhões, transferiram US\$55 milhões, que era uma capacidade alta de investimento, para redistribuir entre os Poderes Legislativo e Judiciário; ou seja, no Orçamento de 1995, não ficou um centavo para investimento. E essa anomalia, em que o Legislativo tinha um Orçamento enorme, perdurou durante anos a fio. Assim, o Estado ficou impedido de realizar os investimentos necessários, como, por exemplo, em água, esgoto, energia, estrada, porque os recursos foram destinados para custeio. Isso, evidentemente, foi um golpe danoso e fez com que a população do meu Estado ficasse sem esses atendimentos até hoje. É evidente que, depois, com o tempo, melhoramos a capacidade de investir.

Lembro que Estados como Rondônia, Roraima e Amapá – principalmente os Estados novos, Amapá e

Roraima – têm uma receita **per capita** elevada, maior do que a do Estado de São Paulo. No entanto, a corrupção é tão perversa, que se termina negando às populações desses Estados o direito à infra-estrutura mínima que o centro-sul brasileiro tem. Não é que não haja corrupção no centro-sul brasileiro. É exatamente igual. Quando a corrupção não se dá na ponta da aplicação do dinheiro público, ela se dá na ponta da arrecadação.

Estive no Rio Grande do Sul e tomei conhecimento de uma política de incentivos fiscais totalmente absurda: algumas empresas estão recebendo isenção de ICMS que chega até R\$3,5 bilhões. Uma dessas empresas colaborou, com declaração feita no TRE, com R\$3 milhões na campanha de um governador. Esse governador ganha a eleição e cria uma política de incentivos fiscais em que essa empresa é beneficiada com R\$1 bilhão de isenções. Isso é corrupção legalizada. Como alguém pode gozar de um incentivo fiscal? O cidadão contribui, paga, e o Estado manda que uma pessoa fique com esse dinheiro!

Portanto, vivemos uma situação em que o braço do Estado, os serviços do Estado – seja de segurança, saúde ou educação – não atingem o conjunto da sociedade brasileira. Existem comunidades com 100 mil, 200 mil pessoas, nos grandes centros, onde a polícia só entra quando invade. Trata-se de uma invasão, de um cerco, porque o Estado não tem como atender essas comunidades. E há mais: a corrupção é tão consentida e tolerada em nosso País, que chegamos a esse nível de endividamento absurdo; ou seja, neste ano, vamos pagar, em juros, R\$145 bilhões. Todo o esforço do povo brasileiro está sendo concentrado nas mãos de pouquíssimas famílias. Desses R\$145 bilhões, pelo menos R\$115 bilhões ou R\$120 bilhões vão parar nas mãos de 800 famílias.

Portanto, a situação é gravíssima. Precisamos de saída, e a saída está aqui entre nós. A nós foi delegado o poder para apresentar soluções, e as soluções são as mudanças estruturais que o Brasil exige.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Augusto Boteelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT.

A seguir, falará o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quem conhece o temperamento dos agricultores brasileiros, a história da agricultura e a passividade dos agricultores deve perceber, neste momento, o tamanho do desespero e da crise que afeta a agricultura brasileira, pela atitude e pelo posicionamento que eles tomaram: deixaram suas propriedades rurais, deixaram seus Estados e se encontram em Brasília – dizem que são 15 mil, mas acho que há mais de 15 mil agricultores em Brasília –, com mais de 2 mil tratores, tomando a Esplanada dos Ministérios. Essa mobilização dos agricultores é fato inédito. Para o agricultor deixar a sua propriedade e vir às ruas protestar é porque a água bateu no queixo, porque já não existe mais possibilidade alguma de ele continuar aguardando providências, que foram prometidas pelo Governo e que até agora não foram tomadas.

Venho alertando desde janeiro, quando a estiagem começou a preocupar, e venho alertando todas as semanas, desta tribuna, pedindo ao Governo que adote medidas preventivas, para evitar o pior. O Governo foi adiando e não tomou providências, enquanto a seca foi castigando as lavouras. O mercado foi-se deteriorando em função de fatores internos e externos – fatores internos que poderiam muito bem ter sido evitados pelo Governo Federal.

Primeiro, não se admite que, enquanto os concorrentes do Mercosul têm uma carga tributária para produzir em torno de 12% para a produção agrícola, o Brasil coloque nas costas dos seus produtores rurais uma carga tributária próxima de 40% – só aí o produtor rural sai numa desvantagem imensa, e nada ou muito pouco foi feito para que essa diferença existente entre o produtor rural brasileiro e os seus concorrentes do próprio Mercosul deixasse de existir.

Ao lado disso, ou até por causa disso, o mercado nacional é invadido por produtos concorrentes: trigo da Argentina, arroz do Uruguai.

Os produtores que plantaram trigo no ano passado não conseguem comercializar o produto, apesar de não chegarmos a produzir 60% das nossas necessidades. Isso acontece porque os moinhos estão dando preferência para o trigo importado, que chega mais barato em função deste grande diferencial de tributos: 12% na Argentina, 38% no Brasil.

O mercado interno, abarrotado de trigo, derruba os preços. Um produtor que gastou R\$28,00 para produzir uma saca é obrigado a vendê-la hoje por R\$19,00 – se quiser vender e se encontrar quem compre.

O caso do arroz é pior ainda. Os agricultores que produziram arroz, do Rio Grande do Sul ao norte do País, estão perplexos porque nunca viram uma situação como esta: uma saca de arroz a R\$9,00, e quando se encontra comprador! Eles produziram arroz a um custo de R\$30,00. Gastaram R\$30,00 e vão vender por R\$9,00! É o produtor que tem de subsidiar o preço do arroz?

Foram ao Presidente Lula, Senador Antonio Carlos Magalhães. Foi uma comissão que não contava com nenhum parlamentar, porque o Presidente disse que queria receber o setor produtivo – eu queria ir e não pude, mas tudo bem. Foram lá os representantes do setor agropecuário e disseram que não tinham mercado para o algodão, que havia cooperativas abarrotadas, armazéns lotados de pluma de algodão, e que não conseguiam vender porque não há comprador.

Algodão, trigo, arroz. A soja, de ontem para hoje, teve uma queda de preços na bolsa de Chicago de 6,6%. O preço, que já era ruim, desabou: R\$2,00 a menos por saca. Quem gastou R\$32,00 para produzir é obrigado a vender por R\$27,00, R\$28,00. Não há um grão, não há uma cultura que o produtor esteja comercializando de forma a obter alguma margem de lucro ou, ao menos, empatar com o custo de produção.

Foram ao Presidente. E é interessante o que relataram companheiros meus sobre a reação do Presidente. Eles disseram: “Presidente Lula, nós precisamos de ajuda para este setor, que emprega 37% dos trabalhadores brasileiros, que exporta mais de 40% de tudo o que nós exportamos, que é responsável por 33% da renda nacional. Este setor está pedindo ao Governo coisas simples, medidas simples para sair dessa crise e atravessar para o outro lado desse rio turbulento, para que possa continuar contribuindo, produzindo, gerando renda, gerando emprego”. O Presidente Lula respondeu: “Eu não posso deixar de ajudar o Uruguai. Nós vamos continuar permitindo a importação do arroz, porque precisamos ajudar o Uruguai. Eu não posso deixar de ajudar a Argentina. Nós vamos continuar permitindo que o trigo argentino entre no Brasil, porque nós precisamos ajudar a Argentina”. E pasmem com o que disse o Presidente Lula mais adiante. E esse é um relato dos líderes que foram lá – eu não ouvi porque não me foi permitido ir. Presidente ACM, Senador ACM, ouça o que o Presidente disse: “Nós temos que ajudar o Uruguai, deixando que o arroz deles seja comercializado dentro do nosso país. Temos que ajudar a Argentina, estimulando a comercialização do trigo aqui. E temos que encontrar algum produto da Venezuela para ajudar a Venezuela também”.

Mas e quem vai ajudar os brasileiros? Será que podemos esperar que Hugo Chávez ajude os brasileiros? Hugo Chávez não ajuda nem os seus compatriotas! Destruiu praticamente a classe média de seu país – e há quem o considere um ídolo no Brasil!

Estamos vendo as autoridades do Governo dormindo. Acontece agora uma manifestação em frente ao Congresso Nacional: tratores, agricultores protestando, deixando suas propriedades, coisa que eles não fazem – só fazem quando se encontram no desespero.

Em Mato Grosso, 32 mil desempregados em dois meses. No Rio Grande do Sul, passou-se disso. As fábricas de equipamentos, tratores, as propriedades rurais estão demitindo, porque não conseguem manter sequer os trabalhadores. As agências que financiaram a venda de tratores e equipamentos estão recebendo-os de volta: os agricultores não conseguem pagar os financiamentos e, honrados que são, se não podem pagar, devolvem o bem.

E o Governo acha que está tudo bem. O Ministro Palocci, semana passada, disse: “Peçam aos parlamentares que votem as reformas”. Como se o Governo não tivesse maioria aqui! Por que o Governo votou o que quis, aprovou o que quis, aprova medida provisória como e quando quer e não pode aprovar medidas que possam atender um setor fundamental para gerar emprego e renda e que se encontra no desespero neste momento?

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet, com satisfação.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Osmar Dias, rapidamente, não com o brilho e com a competência de V. Ex<sup>a</sup>, ocupei a tribuna para abordar o mesmo assunto que V. Ex<sup>a</sup> está abordando. Eu lhe pedi o aparte para cumprimentá-lo, para me solidarizar com o movimento que está aqui em Brasília e para ver se V. Ex<sup>a</sup> consegue me dizer qual é o projeto do Governo que está aqui que poderá auxiliar o homem do campo; qual o projeto do Governo que está a depender de votação do Congresso Nacional. O Governo não tem projeto algum para resolver o problema, não tem uma política agrícola adequada, não tem uma política creditícia, não tem uma política de financiamento adequada para atender às reais necessidades do nosso País. Se for aprovado tudo o que está aqui, se forem aprovados todos os projetos governamentais em tramitação no Congresso, ainda assim, não será ajudado em nada o homem do campo. Vai ajudar em quê? Todas as vezes que chegam projetos com esse objetivo aqui, V. Ex<sup>a</sup> e outros tantos Parlamentares – e permita-me incluir-me entre eles –, ficamos lutando para não perder alguma

conquista que alcançamos, isso sim. O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, além de substancioso, é altamente oportuno, V. Ex<sup>a</sup>, que é um grande entendido do assunto.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. O problema é este: falta de projeto para o Brasil.

Senador Antonio Carlos Magalhães, com muita honra.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup>, sempre que ocupa a tribuna, traz assuntos sérios e do interesse do País. Mais uma vez, V. Ex<sup>a</sup> faz isso, e o faz num dia em que os agricultores brasileiros se reúnem em Brasília para implorar apoio ao Governo Federal. V. Ex<sup>a</sup> coloca uma situação grave que ainda hoje colocamos ao Ministro Palocci, eu e vários Senadores. Há recursos, como os que vamos votar daqui a pouco, para o Haiti, para o tsunami – tudo isso é justo porque são tragédias –, há recursos para o frigorífico do Paraguai, para a Venezuela de Chávez, para empréstimos à Bolívia. Para tudo isso o Governo arranja recursos, mas para essas coisas graves que V. Ex<sup>a</sup> salienta, como esse caso do arroz, que é significativo e ilustrativo para todo o Brasil, não há recursos. V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, é o intérprete verdadeiro dos agricultores do País. Quero somar a minha modesta voz à de V. Ex<sup>a</sup> para dizer que este País não pode crescer porque não há sequer um projeto em favor da agricultura neste Congresso. Enquanto isso, o Presidente viaja pelo mundo inteiro, dando recursos aos países que precisam. E nós passamos fome ou, então, vamos para a decadência total do desenvolvimento, porque o desenvolvimento, infelizmente, não pode ser feito sem o apoio do Governo Federal.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães. A voz forte de V. Ex<sup>a</sup> ajuda, e muito, na defesa dos agricultores brasileiros; quando V. Ex<sup>a</sup> fala, tem o respeito desta Casa.

Sem dúvida nenhuma, V. Ex<sup>a</sup> sabe tanto quanto eu que, hoje, os agricultores estão aqui, mas esse problema da crise que afeta os agricultores e o seu Estado, que tem um projeto para agricultura, que está produzindo, abrindo novas fronteiras em Municípios importantes, tudo isso vai repercutir na economia dos Estados, vai repercutir na economia dos Municípios e, se essa crise não for debelada, não for agora enfrentada pelo Governo...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – ...que não está tendo capacidade para discutir e colocar em prática um projeto para resolver esse problema, que é emer-

gencial, a economia será afetada de forma drástica, e o Governo, que comemorou um crescimento pífio da economia no ano passado, poderá amargar um crescimento até negativo da economia neste ano, pois teremos a contaminação de toda a economia brasileira, porque a base da economia, que é a nossa agricultura, está hoje muito combalida.

Portanto, venho alertando desde janeiro e vou continuar alertando. Quem sabe um dia o Governo Federal possa ouvir a voz daqueles que, desta tribuna, defende os agricultores brasileiros e possa colocar em prática um verdadeiro projeto de desenvolvimento para este País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.*

*Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares. Como orador inscrito, S. Ex<sup>a</sup> terá até dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, desejo me inscrever pela Liderança do PFL, se V. Ex<sup>a</sup> assim o permitir, após o orador que está à tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, mas há uma alternativa: V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer uso da palavra após o Senador Antonio Carlos Valadares por permuta com o Senador Luiz Otávio.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de enfatizar a importância do pronunciamento do Senador Osmar Dias, que tem sido, nesta Casa, um defensor, entre os maiores, da economia brasileira, principalmente da agricultura do nosso País. V. Ex<sup>a</sup> tem nossa



solidariedade e de quantos pensam, como nós, que a agricultura é preponderante para o desenvolvimento do nosso País. E ela tem sido responsável, nos últimos anos, pela grande alavancagem do desenvolvimento e do progresso, inclusive por meio da exportação. Se o Brasil, hoje, mergulhou num clima de otimismo em relação à exportação, isso muito se deve à agricultura do nosso País, que está vivendo um momento de crise, mas que, se medidas simples e adequadas – como V. Ex<sup>a</sup> aqui acentua – forem tomadas, retomaremos o desenvolvimento da agricultura, proporcionaremos mais empregos e mais tranquilidade no campo em todo o País. Portanto, meus parabéns, Senador Osmar Dias, o grande timoneiro da agricultura no Senado Federal, ao lado do Senador Jonas Pinheiro.

Sr. Presidente, aproveito este momento, quando se fala em revitalização da política com a implementação de um programa governamental sustentado na honradez, na transparência, no trabalho e na preocupação com o social, para falar sobre uma revitalização que considero também essencial, principalmente para uma região tão sofrida, o Nordeste. Falo da revitalização do rio São Francisco.

Tenho em mão um trabalho elaborado, chamado Plano São Francisco, sob a coordenação do Vice-Presidente da República, que fora designado pelo Presidente Lula para chefiar um grupo de trabalho composto por vários Ministérios a fim de analisar propostas existentes e propor medidas de viabilização da transposição de águas para o semi-árido nordestino.

Sr. Presidente, se lermos esse trabalho detidamente – que, como disse, teve a iniciativa do Presidente, mas a coordenação do Vice-Presidente da República –, chegaremos à conclusão de que a transposição foi um projeto que ultrapassou o pensamento e a doutrina desse trabalho elaborado pelo Vice-Presidente da República. Senão vejamos, em primeiro lugar, a preocupação do nosso Vice-Presidente da República e, conseqüentemente, de todos aqueles que o assessoram não só nos Ministérios, como em todos os Estados onde ele ouviu Governadores e Lideranças políticas.

Aqui estão as conclusões desse trabalho, que vislumbra, em primeiro lugar, em vez da transposição, um projeto de revitalização, pois traz recomendações como: para viabilizar a transposição das águas para o semi-árido nordestino, o Governo teria de, em primeiro lugar, acolher por inteiro o conjunto de programas, projetos e ações integrantes do plano que se sugere denominar Plano São Francisco, plano de sustentabi-

lidade hídrica para o semi-árido, em suas dimensões política, econômica e financeira.

Adiante, ele discrimina quais os programas que deveriam ser realmente efetivados, executados para viabilizar uma transposição. Em primeiro lugar, programa de revitalização do rio São Francisco. Tem coisa mais clara que isso? Programa de revitalização do São Francisco, composto de diversos subprogramas, com priorização absoluta, independentemente de quaisquer obras de transposição. Projeto de integração de bacias hidrográficas em segundo lugar, tendo-se como fonte hídrica básica o conjunto fluvial dos rios Tocantins e São Francisco, a partir dos quais se derivarão águas para uso local e usos fora da bacia.

Quer dizer, em primeiro lugar, o Vice-Presidente colocou, como condição **sine qua non**, um projeto de integração de bacias hidrográficas para a realização, **a posteriori**, de uma transposição; projetos para armazenamento e distribuição de água; sistema de adutoras e barragens que serão integradas aos eixos de transposição do rio São Francisco; ações localizadas de infra-estrutura; programas objetivando o atendimento às populações esparsas, como adutoras, priorizando propostas que incluem a participação dessas populações esparsas que, devidamente orientadas, poderão passar a aplicar as chamadas microssoluções, tais como: construção de cisternas, barragens subterrâneas, sistemas coletores de água das chuvas, etc; ações na área de gestão de recursos hídricos, como preconiza a política nacional de recursos hídricos.

E finalizando o elenco de ações que deveria ser tomado pelo Governo Federal, Sr. Presidente, está, em primeiro lugar, o início do programa de revitalização do rio São Francisco, implementando as ações ambientais emergenciais – isso é o que diz o trabalho coordenado pelo Vice-Presidente da República –; ação política de prioridade máxima na votação e aprovação da PEC nº 522, de 2002, pela Câmara dos Deputados, garantindo recursos por 20 anos para o programa de revitalização do rio São Francisco.

Esse trabalho, Sr. Presidente, foi editado em outubro de 2003.

Do que trata essa PEC? É uma PEC de minha autoria, aprovada pelo Senado Federal por unanimidade, tendo o nº 27 no Senado Federal e o nº 524 na Câmara dos Deputados. Ela já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania e está agora na Comissão Especial, tendo como Relator o Deputado Federal Fernando Ferro, que está aguardando o sinal



verde da equipe econômica do Governo para disponibilizar recursos, visando à revitalização por 20 anos.

Esse trabalho ainda propõe a continuidade das providências para a obtenção de licenciamento ambiental etc.

Sr. Presidente, quem se der ao trabalho de ler o Plano São Francisco, como eu disse, elaborado com a participação intensa do Vice-Presidente da República, chegará à conclusão de que o projeto de transposição é temerário, porque não obedece às linhas mestras dessa recomendação. Por exemplo, a transposição de águas da bacia do rio Tocantins para o rio São Francisco deveria ser uma das primeiras providências do Governo Federal.

Os estudos visando essa transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco, segundo esse trabalho:

(...) foram iniciados em 2001, a partir do rio do Sono, conforme proposta do Governo do Estado de Tocantins, no âmbito de um projeto doador de água. Entretanto, nos anos de 2001 e 2002, o Ibama instituiu duas unidades de conservação do grupo de proteção integral no meio ambiente, na área prevista para o empreendimento, inviabilizando, por força de lei, o projeto doador.

Então, o Governo começou a estudar outra saída para transpor as águas do rio Tocantins para o rio São Francisco:

Entendimentos posteriores, [diz aqui o trabalho], realizados entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Tocantins, decidiram pelo desenvolvimento de novos estudos, dessa feita ao sul da área protegida, tendo concluído que o projeto é viável tecnicamente a partir do rio Palma (TO), com deságüe na bacia do rio Preto (BA). [Portanto, sai do rio Palma e deságua no rio Preto.] O sistema proposto prevê recuperação parcial da energia utilizada para bombeamento, com a instalação de hidrelétricas no trajeto das águas.

(...)

Ressalte-se que esse problema, comum aos projetos de integração de bacias, é mais significativo, quando o ecossistema receptor ainda está preservado em suas condições naturais. Estima-se em dois anos o tempo necessário para a realização [dos estudos de impacto ambiental].

Sr. Presidente, já estou finalizando, entre as propostas deste grupo de trabalho tem-se barragens de regularização no Estado de Minas Gerais: o incremento da vazão regularizada a ser alcançado dará suporte ao desenvolvimento da agricultura irrigada, por meio das barragens Congonhas e Berizal, e também a implantação das barragens Setúbal e Jequitaiá I e II, além das barragens no rio das Velhas, Paracatu e Uruaia...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – ...além de propiciar melhor navegabilidade no médio São Francisco, beneficiando também os Estados da Bahia e de Pernambuco.

E, afinal, Sr. Presidente, segundo os cálculos, quanto custaria a revitalização do rio São Francisco? Não estou falando na transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco. O projeto de revitalização, segundo esses estudos, custaria US\$1 bilhão, ou seja, aproximadamente R\$2,3 bilhões. Levando-se em consideração que a transposição custaria mais de R\$4 bilhões, em vinte anos, não seria nada de mais o Governo investir numa proposta tão exequível e tão protetora dos interesses do Brasil e, conseqüentemente, da nossa Região Nordeste, aí também incluído o Estado de Minas Gerais.

Por isso, Sr. Presidente, quero aproveitar o ensejo para recomendar aos Senadores, principalmente aos Senadores do Nordeste do Brasil, do Estado de Minas Gerais, que leiam esse trabalho tão edificante, elaborado, como eu disse, sob os auspícios do Governo Federal, mas sob a coordenação do Vice-Presidente José Alencar, Plano do São Francisco.

Se o Governo tivesse atentado para esse trabalho...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – ...certamente que não teria determinado, assim de pronto, a toque de caixa e a repique de sino, a execução do projeto de transposição e teria atendido, com a revitalização, aos anseios do Nordeste do Brasil e a proteção do Velho Chico, rio da unidade nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



**VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL  
INSTITUÍDO POR DECRETO PRESIDENCIAL DE 11 DE JUNHO DE 2003**

**FINALIDADE:      ANALISAR PROPOSTAS EXISTENTES E PROPOR  
MEDIDAS PARA VIABILIZAR A TRANSPOSIÇÃO  
DE ÁGUAS PARA O SEMI-ÁRIDO NORDESTINO**

**GRUPO DE TRABALHO**

Vice-Presidência da República - coordenação

Casa Civil da Presidência da República

Ministério da Fazenda

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministério do Meio Ambiente

Ministério da Integração Nacional

Brasília, 31 de outubro de 2003

**ÍNDICE**

	<b>Página</b>
1 - Marco inicial: Decreto de instituição do Grupo de Trabalho Interministerial	5
2 - Apresentações Públicas e Reuniões de Trabalho	6
3 - Histórico	9
4 - O Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido	10
4.1 - Condicionantes políticos	11
4.2 - Questões sociais e fundiárias	12
4.3 - Questões técnicas	15
4.3.1 - Transposição de águas do Rio São Francisco para o Semi-árido Setentrional (PE, PB, RN e CE)	15
4.3.2 - Transposição de águas da Bacia do Rio Tocantins para a Bacia do Rio São Francisco	17
4.3.3 - Transposição de águas da Bacia do Rio Tocantins para o Semi-árido Setentrional	18
4.3.4 - Transposição de águas da Bacia do Rio São Francisco para as Bacias dos Rios Piauí/Canindé	18
4.3.5 - Projeto Sertão Pernambucano	19
4.3.6 - Projeto Sertão Alagoano	19
4.3.7 - Projeto Xingó	19
4.3.8 - Transposição de águas do Rio São Francisco para o Nordeste Meridional – Eixo Sul	19
4.3.9 - Transposição do Rio Tocantins a partir de Carolina, Maranhão	20
4.3.10 - Barragens de regularização no Estado de Minas Gerais	20
4.4 - Implicações econômico-financeiras	20

4.5 - Componentes do Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido	26
4.5.1 - Programa de Revitalização do Rio São Francisco – PRSF	26
4.5.2 - Projetos de Integração de Bacias Hidrográficas – PIBHI	28
4.5.3 - Projetos para Armazenamento e Distribuição da Água – PROAD	28
4.5.4 - Ações localizadas de infra-estrutura	31
4.5.5 - Ações na área de gestão dos recursos hídricos	32
5 - Recomendações do Grupo de Trabalho	33

*Ao Estimado e Eminentíssimo Amigo,  
Senador Antonio Carlos Valadão,  
com o meu abraço e votos de  
que continue na defesa dos grandes  
e relevantes assuntos que dizem  
respeito aos interesses de Sergipe  
e do Brasil.*

*Minha visita.*

*Paulo Alessi*

*Brasília, 3 de junho de 2005*

## 1 - Marco inicial: decreto de instituição do Grupo de Trabalho Interministerial

O Presidente da República, por meio de Decreto de 11 de junho de 2003, instituiu Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o objetivo de analisar e elaborar proposta para a transposição de águas para o Semi-árido Nordeste, composto por representantes dos seguintes órgãos:

- Vice-Presidência da República, responsável pela coordenação do Grupo;
- Casa Civil da Presidência da República;
- Ministério da Fazenda;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério do Meio Ambiente; e
- Ministério da Integração Nacional.

O Decreto de 11 de junho de 2003 determinou prazo de 90 dias, a contar da data da designação dos representantes dos órgãos acima nominados, para elaboração e encaminhamento à apreciação da Câmara de Políticas de Infra-estrutura, de *relatório técnico conclusivo*, contemplando proposta para a transposição de águas para o Semi-árido Nordeste.

A designação dos servidores foi efetivada por meio da Portaria 1.206, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União do dia 16 de junho de 2003, ficando conseqüentemente fixada a data de 16 de outubro de 2003 para a apresentação do referido relatório técnico, consolidado pelo presente documento. Posteriormente, tal data restou prorrogada por mais trinta dias, em virtude do estabelecido por Decreto de 15 de outubro de 2003. Os servidores designados para integrar o Grupo de Trabalho Interministerial são:

Vice-Presidência da República:

José Alencar Gomes da Silva (Coordenador)

Vicente Coelho Araújo (Suplente)

Casa Civil da Presidência da República:

Johaness Eck (Titular)

Valdomiro José de Almeida (Suplente)

Ministério da Fazenda:

Joaquim Vieira Ferreira Levy (Titular)

Luiz Tacca Júnior (Suplente)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Ariel Cecílio Garces Pares (Titular)

Beatrice Kassar do Valle (Suplente)

Ministério do Meio Ambiente:

Cláudio Langone (Titular)

Nilvo Alves da Silva (Suplente)

Ministério da Integração Nacional

Hypérides Pereira de Macedo (Titular)

João Urbano Cagnin (Suplente)



## 2 - Apresentações públicas e reuniões de trabalho

Com o objetivo de ouvir governos estaduais, agentes políticos, entidades não-governamentais, técnicos, ambientalistas e sociedade civil a respeito das diversas alternativas existentes para estruturação do setor hídrico do Semi-árido Nordestino, por meio de projetos sustentáveis de integração de bacias, contemplando todos os estados com parcelas territoriais inseridas no Polígono das Secas, a coordenação do Grupo de Trabalho Interministerial participou, entre os dias 14/7/2003 e 21/10/2003, de apresentações públicas e reuniões de trabalho, pertinentes a empreendimentos de transposição de águas.

Com a realização desses eventos, foi possível compor o quadro de expectativas e preocupações referentes a cada um dos estados doadores e donatários, principalmente no que diz respeito aos aspectos ambientais e socioeconômicos associados especificamente a projetos de transposição, bem como sobre o problema da água como fator de limitação de desenvolvimento em todos os estados com áreas sujeitas às adversas peculiaridades do clima semi-árido.

Os estados que integram as bacias potencialmente doadoras do Tocantins e São Francisco são:

**Rio Tocantins:** Estado do Tocantins, onde é admirável, e já histórica, a postura de sensibilidade e racionalidade em relação à importância da necessidade de garantir a sustentabilidade hídrica do semi-árido, expressando-se essa consciência inclusive de forma concreta, através da elaboração, por parte do Governo do Estado, do chamado “Projeto Doador”, cuja denominação já refletia a louvável disposição do Tocantins em transferir recursos hídricos para o semi-árido.

**Rio São Francisco:** diretamente relacionados com a questão da sustentabilidade hídrica do semi-árido, temos: Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, sendo este último ao mesmo tempo doador e donatário.

Os argumentos mais frequentes contrários a transposições possuem naturezas diversas, a saber:

### **Revitalização:**

- argumentos de natureza política, que procuram impor a reconhecidamente necessária revitalização do Rio São Francisco como condição prévia para a retirada de água para qualquer outro uso fora da bacia (inclusive abastecimento humano).

### **Questão ambiental:**

- argumentos de natureza ambiental, que englobam preocupações ambientais legítimas e pertinentes, e outras que exploram a subjetividade técnica de alguns temas ambientais.

### **Obras de interesse de cada estado:**

- ainda argumentos de natureza política, que impõem como condição de apoio a projetos de transposição para estados fora da bacia a priorização na alocação de recursos, por parte do governo federal, para obras de infra-estrutura hídrica integrantes dos seus respectivos planos estaduais, principalmente para aquelas inconclusas. Inclui-se também, nessas reivindicações, a continuidade/início de implantação de projetos de transposições internas a partir do São Francisco, beneficiando outras bacias dos estados doadores.

**Questão fundiária:**

- argumentos de natureza socioeconômica, que têm como base preocupações com o enfrentamento dos problemas relacionados com a estrutura fundiária, com o planejamento do empreendimento para antes, durante e após a execução das obras.

Nos estados donatários – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – prepondera o posicionamento em favor da implantação da alternativa mais adequada a potencializar o desenvolvimento regional, garantindo o suprimento das demandas para o presente e o horizonte futuro de pelo menos médio prazo (25 anos).

Quanto a esse ponto, entretanto, não há unanimidade: alguns ambientalistas e técnicos externam preocupações sobre a necessidade de se priorizar a implementação célere de mecanismos de boa gestão de recursos hídricos para, somente após a conquista de avanços mais enfáticos nessa direção, procurar-se aumentar a oferta hídrica pela implantação de infraestrutura.

Contudo, faz-se necessário mencionar que empreendimentos do porte de transposições, mesmo considerando-se os projetos mais simples, necessitam de tempo para sua conclusão, o que poderá representar, pela situação atualmente constatada e já vivenciada (casos de Fortaleza, Recife, Campina Grande e Caruaru, por exemplo, na última grande seca: 1997-1999), a submissão de grandes conglomerados urbanos a um “apagão” hídrico.

Cabe registrar, de outra parte, o inegável arrefecimento das posições contrárias em relação a transposições, colocadas, como eram, de maneira isolada, ou seja, não permeadas pelas preocupações ambientais que lhe são naturalmente afetas. Da instituição do Grupo de Trabalho até aqui, tem-se, como principais fatores que possibilitaram a melhoria do quadro, os seguintes:

- a própria instituição do Grupo de Trabalho, envolvendo importantes ministérios implicados com o problema, demonstrou a clara disposição do governo federal em enfrentar, de maneira inédita, o problema da escassez de água no Semi-árido Nordeste;
- a inserção das alternativas de transposição não mais como meras iniciativas emergenciais, com cerne na obra física em si (reducionismo), mas, sim, como parte de um amplo plano de sustentabilidade hídrica para o semi-árido (holístico), beneficiando todos os estados com espaço físico no Polígono das Secas, e tendo como principais norteadores os aspectos de natureza ambiental;
- debate público de considerável ressonância dialética, sem soluções impostas, coletando as preocupações da sociedade e interagindo diretamente com os representantes políticos, organizações governamentais e não-governamentais de todos os estados envolvidos, demonstrando, por um lado, a vontade política de realizar e, por outro, cristalizando a consciência do complexo caráter multidisciplinar que permeia o tema.

As apresentações públicas e reuniões de trabalho realizadas com a participação da coordenação do Grupo de Trabalho nos estados doadores e nos estados donatários contaram com a presença dos governadores, vice-governadores, senadores, deputados federais e estaduais, secretários de estado, prefeitos, vereadores, representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público, presidentes de entidades de classe, universidades, associações ambientalistas, lideranças e público em geral. As datas e locais de tais atividades estão descritos na Tabela 2.1:

Tabela 2.1 – Apresentações públicas e reuniões de trabalho

<b>Datas</b>	<b>Atividades realizadas/Local</b>
14/7/03	Instalação do Grupo de Trabalho Interministerial – Brasília, DF
21/7/03	Reunião de trabalho com o Presidente da República – Brasília, DF
7/8/03	Banco Mundial – Brasília, DF
8/8/03	Diretoria do Comitê da Bacia do Rio São Francisco – Brasília, DF
14/8/03	Belo Horizonte, MG
18/8/03	Salvador, BA
18/8/03	Aracaju, SE
19/8/03	Maceió, AL
20/8/03	Reunião de trabalho com o Presidente da República – Brasília, DF
28/8/03	Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente – Brasília, DF
4/9/03	Senado Federal – Brasília, DF
5/9/03	BNDES – Rio de Janeiro, RJ
10/9/03	Câmara dos Deputados – Brasília, DF
11/9/03	Palmas, TO
3/10/03	Recife, PE
3/10/03	Penedo, AL
4/10/03	Campina Grande, PB
6/10/03	Natal, RN
6/10/03	Fortaleza, CE
7/10/03	Teresina, PI
16/10/03	Congresso dos 15 Anos da Constituição Federal e da Proteção do Meio Ambiente – Recife, PE
17/10/03	2º Fórum de Secretários de Recursos Hídricos do Nordeste – Teresina, PI
21/10/03	Assembléia Legislativa de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG
<b>Datas</b>	<b>Atividades agendadas/Local</b>
5/11/03	Visita do Ministério Público Federal e das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente ao INPE/FUNCATE
14/11/03	Apresentação pública aos Srs. Prefeitos da região de Garanhuns e Caetés, PE

No encerramento da sessão plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, realizada em Penedo-AL no período de 1 a 3 de outubro p.p., foi solicitado, através de um documento denominado “Carta de Penedo”, que nenhuma obra de transposição fosse iniciada antes da aprovação do Plano dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O prazo para execução do referido Plano foi acordado entre a Agência Nacional de Águas (ANA), o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e representantes do Grupo de Trabalho Interministerial em seis meses, a partir daquele dia 3 de outubro de 2003.

Tal proposta foi aceita pela Coordenação do GTI ainda que, mais tarde, em reunião realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais em 21/10/03, tivesse sido solicitada a redução do referido prazo para 90 dias, quando o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco considerou difícil a redução daquele prazo de 180 dias já estabelecido e acertado em Penedo-AL.

### 3 - Histórico

A seca do Nordeste tem sido, ao longo de mais de um século, motivo de grande preocupação nacional. Os governos brasileiros, todos, têm se preocupado com esse importantíssimo tema, e medidas com o objetivo de viabilizar a sustentabilidade da chamada “Civilização do Semi-árido” também foram objeto de trabalhos realizados ao longo do tempo.

Embora instituições governamentais federais como a Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) – atual Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) – e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) tenham tido um relevante papel histórico na implantação da infraestrutura hídrica atualmente disponível, vultosos recursos financeiros foram gastos – e ainda são – com medidas de caráter paliativo (fornecimento de carros-pipa, criação de frentes de trabalho, entrega de cestas básicas, etc.).

De maneira histórica, destaca-se, na atual conjuntura, a vontade política de buscar uma solução estruturante que, eliminando o problema da insegurança hídrica da região, abra caminho para o estabelecimento de condições dignas não apenas de sobrevivência, mas de desenvolvimento socioeconômico para aquelas populações, em condições mínimas de igualdade com as outras regiões do país.

A percepção da necessidade de medidas voltadas à integração do semi-árido com fontes hídricas perenes remonta ao Império, quando, por iniciativa de D. Pedro II, procedeu-se a levantamento (1852 a 1854) com o objetivo de levar águas do Rio São Francisco para as regiões mais carentes. Posteriormente, em 1856, o Barão de Capanema, liderando a chamada “Comissão Científica de Exploração”, apontava para a viabilidade da abertura de canal interligando o Rio São Francisco ao Rio Jaguaribe, no Ceará. A mesma cogitação fez parte de um plano estratégico delineado por Euclides da Cunha para suprimento hídrico do semi-árido, em 1908. Outros estudos foram posteriormente desenvolvidos pelo IFOCS, em 1913 e em 1919, com o mesmo objetivo, esbarrando todas as iniciativas em impossibilidades técnicas relacionadas com o estágio de desenvolvimento tecnológico disponível à época.

Mais recentemente, três tentativas merecem registro: uma na década de 80 (Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS), outra no início da década de 90 (Ministério da Integração Regional - MIR) e, por último, em 1997, quando o governo determinou ao então Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO), através de sua Secretaria Especial de Políticas Regionais (SEPRE), reestudar o assunto.

Os estudos relacionados com esta última iniciativa consideraram ainda o Rio Tocantins como fonte de sustentabilidade hídrica para o semi-árido (reforço à Bacia do São Francisco), cabendo também ressaltar que foi a única iniciativa a contemplar não apenas aspectos de natureza técnica, social, econômica e financeira, mas, também, a necessária incorporação de uma visão holística sobre as bacias doadoras e donatárias, imprescindível para a incorporação ao tema da dimensão ambiental, inclusive contemplando estudos relacionados com a revitalização do Rio São Francisco.

A operacionalização das ações no âmbito do desenvolvimento de estudos e projetos, iniciada em 1997, deu-se através do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologias Espaciais (FUNCATE).



#### 4 - O Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido

A tomada de decisão do governo em reverter, por meio de medidas estruturantes e sustentáveis, o adverso quadro de desequilíbrio entre ofertas e demandas hídricas no semi-árido do Nordeste brasileiro, exige a integração de ações harmonizadas que, abrigadas na forma de um plano de longo prazo, proporcione a sustentabilidade hídrica para a região, respeitando-se todos os condicionantes de natureza política, social, econômica e ambiental.

Propõe-se, portanto, a adoção de medidas estruturantes e de conservação ambiental que contemplem, de um lado, a integração de bacias hidrográficas superavitárias do ponto de vista hídrico com o semi-árido do Nordeste brasileiro, e, de outro lado, a implementação de outras medidas objetivando diminuir o imenso passivo ambiental da Bacia do São Francisco, ações integradas a partir de um plano de revitalização que garanta sua sustentabilidade ambiental, independentemente de quaisquer intervenções de infra-estrutura hídrica voltada para transposições. A *inadiabilidade* da revitalização do Rio São Francisco urge como determinante na definição de todas as providências voltadas à operacionalização do que se propõe.

Para a elaboração do presente *relatório técnico*, foram inicialmente levantados, junto às diversas instituições federais e estaduais com atuação na região, propostas e alternativas voltadas para a transposição de águas para o Semi-árido Nordestino. Todos os estudos de transposição inventariados têm como fonte hídrica os Rios São Francisco e Tocantins, fazendo-se uso desses de maneira direta - com transposições conduzindo águas diretamente aos pontos de demanda -, ou de maneira indireta, através da transposição do Tocantins para o São Francisco.

Por se tratar de rios federais, nos termos do que estabelece a Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e, por outro lado, envolverem a necessidade de elevados investimentos, os projetos de transposição até então estudados foram desenvolvidos em diferentes graus de detalhamento (arranjo inicial, pré-viabilidade, viabilidade e projeto básico), quase sempre por órgãos da administração federal.

Não menos importante para a composição do espaço sobre o qual se fundamentou a concepção do denominado **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**, tratado a seguir, foi a coleta de informações no âmbito dos estados donatários e doadores da região. Em particular, os governos dos estados banhados pelo São Francisco têm estudado o problema da degradação ambiental da Bacia do São Francisco e dispõem de propostas de ações para a correção dos problemas apontados, que precisam ser levadas em consideração.

Tais propostas, ainda em forma preliminar, poderão ser transformadas em projetos e incorporadas ao **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**.

Minas Gerais, por exemplo, possui um programa de revitalização do Rio São Francisco bastante abrangente, assim como o Estado da Bahia, com o seu Projeto Piloto, que diz respeito a um terço da extensão do rio no estado, entre Ibotirama e Juazeiro, cujo objetivo principal é recuperar e conformar a calha para conferir ao rio condições de navegabilidade no trecho.



Destacam-se ainda propostas de ações para o Baixo São Francisco, abrangendo os Estados de Alagoas e Sergipe, prevendo ações que focam os principais problemas do desenvolvimento sustentável naquela região.

Pernambuco também dispõe de importantes estudos de interesse daquele estado, que obviamente deverão ser acolhidos ainda que, como donatário, o estado receba os benefícios dos Eixos Norte e Leste.

No que concerne à infra-estrutura, a avaliação dos programas, estudos e projetos disponíveis mostrou uma série de obras consideradas estruturantes, que passaram a compor o que se denomina o segmento de infra-estrutura do **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**, adiante descritas no item 4.3 - Questões técnicas.

#### **4.1 - Condicionantes Políticos**

Projetos de transposição de águas do Rio São Francisco surgiram e se desenvolveram sob fortes disputas intra-regionais. A dificuldade política de se chegar a um consenso pode ser sintetizada em três vertentes, apresentadas a seguir:

- 1 - problemas decorrentes de fatos precedentes;
- 2 - problemas decorrentes do imediatismo e das demandas políticas insatisfeitas;
- 3 - problemas decorrentes da suposta infalibilidade e universalidade da solução adotada.

Em primeiro lugar, se situam os problemas que decorrem de fatos precedentes, isto é, problemas que, independentemente do mérito das ações propostas pelo projeto de transposição, geram atritos e condicionantes que dificultam o diálogo político intra-regional.

A Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco abrange sete estados. Suas características interioranas (só um dos sete estados ribeirinhos tem sua capital situada em território da bacia) e o peculiar traçado do rio principal (com um extenso trajeto continental no sentido sul-norte e a escassa área de drenagem de seu trecho inferior) fazem da bacia um importante celeiro de recursos naturais, exportados para os grandes centros de consumo, tanto no Nordeste quanto no Sudeste do país.

Na bacia, convivem grandes empreendimentos de geração de energia elétrica, extensas áreas agrícolas sujeitas a irrigação, atividades de extração e transformação de minério, práticas agrícolas de sequeiro, silvicultura e pesca artesanal continental e estuarina.

Tal quadro acumula um elevado passivo socioambiental, que gera conflitos e promove variadas reivindicações das populações ribeirinhas, fatores que nutrem e potencializam os conflitos intra-regionais, alimentando desconfianças e preconceitos em relação a ações tendentes a exportar os recursos hídricos para outras regiões do Nordeste.

Por outro lado, projetos de transposição, num primeiro momento apresentados como uma ação externa à bacia, geraram fortes resistências e alimentaram suspeitas de novas perdas que, somadas ao cenário de degradação da bacia, se constituem em fundamentos para a resistência não só à transposição, como a qualquer ação do poder público no âmbito da bacia.

A mitigação dos problemas decorrentes desses fatores antecedentes será lenta e gradual e terá de se basear, prioritariamente, num intenso *debate político*, para que todos possam conhecer o que se deseja implementar.

Por outro lado, o marcado imediatismo que tem permeado as ações políticas em matéria de convívio com o fenômeno das secas na região, somado à insatisfação das demandas por soluções aos principais problemas do desenvolvimento regional, que se acumulam ao longo de décadas, alimenta e acentua as resistências às intervenções na bacia.

Assim, um projeto de transposição não é visto como obra estruturante, base para a solução dos problemas da região, mas sim como um forte concorrente dos projetos em andamento. Teme-se que as obras de transposição acabem competindo com os serviços e obras reivindicados pelos diferentes estados, muitas delas atualmente paralisadas ou com sua execução preterida por falta de recursos.

Uma terceira vertente dos questionamentos políticos do empreendimento se baseia nas críticas a uma suposta infalibilidade e universalidade das obras de transposição na luta contra o flagelo da seca. São posições muitas vezes mal-intencionadas. Críticas ainda subsistem e se apresentam baseadas em interpretações simplistas em relação à abrangência e ao escopo do projeto de transposição.

As obras de transposição, mesmo com ampla abrangência regional (seis estados do Nordeste e mais de 20 milhões de habitantes beneficiados), não se pretendem nem infalíveis no combate aos flagelos da seca nem em suposta solução universal, definitiva para a região.

Identificar as vertentes das principais críticas políticas ao projeto, intensificar os esforços para a evolução de um debate civilizado e cooperativo e, principalmente, inserir o empreendimento transposição de águas em um plano de maior abrangência, de modo a nele incorporar os diferentes pontos de vista intra-regionais, são os principais desafios da coordenação política do projeto.

#### **4.2 – Questões sociais e fundiárias**

A resolução dos condicionantes sociais para a concretização de uma transposição de águas do Rio São Francisco exige interação entre as diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil.

Cabe, porém, ao poder público, criar instâncias capazes de encurtar a distância entre a sociedade política (Estado) e a sociedade civil, para que os condicionantes que dificultam a concretização do projeto sejam minimizados e/ou superados, por meio do estabelecimento de consensos sobre temas específicos.

O eixo de articulação para a superação dos condicionantes sociais parece encontrar-se no *reconhecimento político* do projeto, isto é, no reconhecimento público acerca da necessidade de melhorar, através da incorporação de amplas mudanças nas formas de intervenção do poder público, a qualidade de vida da população nordestina, que sofre as consequências desestruturantes das secas periódicas que atingem a região, dificultando seu desenvolvimento sustentável.

Na tentativa de superar os condicionantes sociais de uma transposição de águas do São Francisco, é necessário promover ampla reflexão sobre as consequências da intervenção estatal tradicional e, dentro de uma perspectiva renovada, expor a urgência de serem implementadas políticas sociais públicas para as diversas questões detectadas, dentre as quais destacam-se:

- críticas formuladas por ambientalistas (erosão das margens, assoreamento do rio, desmatamento da mata ciliar, ocupação urbana irregular das margens do rio, uso intensivo de práticas agrícolas inadequadas, virtual inexistência de saneamento básico e tratamento de esgotos), que talvez seja a condicionante social mais generalizada à utilização das águas do Rio São Francisco;
- críticas formuladas por comunidades locais, organizadas cultural e socialmente, ameaçadas em função das mudanças socioeconômicas produzidas pela implantação do projeto sobre as atividades econômicas extrativistas, comerciais, agropecuárias e industriais; e
- críticas formuladas pelos estados envolvidos no projeto, ancoradas na necessidade de justa distribuição de espaços, especialmente ligados a questões ambientais e fundiárias, que devem ser observadas rigorosamente.

Para a superação das questões provocadas pelas críticas ambientalistas e pelas críticas formuladas por comunidades locais que se sentem ameaçadas em função das mudanças socioeconômicas que serão produzidas, é necessário reafirmar a positividade da intervenção estatal, com vistas a melhorar a qualidade de vida socioambiental da população, através da formulação e da implementação de políticas sociais públicas não vinculadas exclusivamente às idéias de assistencialismo ou benefício.

Nesse sentido, as políticas sociais públicas para viabilizar uma transposição de águas deverão ser entendidas como ações do Estado, para que a população atingida por tais políticas seja capaz de consolidar um projeto de autonomia.

A necessidade de revitalização socioambiental da Bacia do Rio São Francisco, a urgência em incorporar a sociedade civil organizada em torno da problemática acarretada pelas mudanças socioeconômicas decorrentes da implantação do projeto e os diferentes condicionantes estabelecidos pelos governos estaduais deverão ser considerados, abordando-se as especificidades regionais e as dificuldades além do alcance do poder local. A superação dos condicionantes sociais somente se dará garantindo-se:

- estabelecimento de um ordenamento territorial e fundiário compatível com as transformações do espaço rural provocadas pelas obras;
- planejamento participativo, ações setoriais e sua relação com modelos alternativos de desenvolvimento sustentável;
- fortalecimento da capacidade administrativa da burocracia local e sua articulação com outras instâncias de intervenção; e
- execução de políticas de desenvolvimento e de assistência singularizadas.

A distribuição da população por área e a sua relação com a ocupação do solo exigirá intervenções nas áreas de influência direta das obras de transposição, que deverão

considerar as diferentes configurações socioespaciais de ocupação: áreas a serem desapropriadas pelo Estado; áreas localizadas fora da área sujeita à desapropriação, mas que terão seu uso e ocupação redimensionados com a implementação da obra; áreas já utilizadas e onde é empregada avançada tecnologia de irrigação, de produção industrial ou de produção energética.

A distribuição da população por área e a sua relação com a possibilidade de acesso a bens e serviços (públicos e/ou privados), a redes de informação, a equipamentos institucionais, associativos/sindicais e de infra-estrutura também exigirá ações específicas, que permitirão a mitigação de condicionantes locais à iniciativa de transposição.

A distribuição da população por área, na sua relação com o uso/ocupação do solo e com o acesso a redes de equipamentos institucionais, legais e de infra-estrutura, norteará a definição do cenário atual de condicionantes sociais e aportará importantes subsídios para a definição do cenário tendencial e do cenário desejável, superior ao anterior, do ponto de vista socioambiental, com a implementação de uma transposição.

O uso múltiplo de águas transpostas deve observar a dimensão social, com ênfase na integração prioritária das populações distribuídas ao longo dos rios receptores, bem como das áreas apropriadas existentes ao longo dos canais.

A exemplo do que já foi previsto para os Eixos Norte e Leste, devem ser mapeadas as zonas de aptidão agrícola, não apenas as grandes manchas concentradas, mas também as ocorrências de potencial edáfico, nas adjacências dos canais, prevendo-se, também para essas últimas, uma vazão para utilização difusa.

Para trechos de obras onde exista essa possibilidade de irrigação, é recomendável o *alargamento da faixa de desapropriação fundiária, com o objetivo de promover seu posterior loteamento para assentamento de famílias cujo perfil socioeconômico satisfaça critérios a serem especificados, mas que, no mínimo, inclua aqueles relacionados com origem, histórico em atividades agrícolas e renda.*

Nos trechos de rios receptores, a predominância de minifúndios é praticamente a regra nas bacias contempladas. As exceções poderá adotar-se o tratamento preconizado na legislação vigente, *relacionado com a implantação do Programa Brasileiro de Reforma Agrária.*

Da perspectiva social, o sucesso da adoção do modelo aludido possui forte determinante exógeno à transposição: Política Agrícola. Aliás, esta componente é fundamental para o setor agrícola como um todo, no qual se inserem os distritos públicos, as irrigações privadas, bem como as áreas a serem potencializadas por projetos de transposição.

A necessidade de adequações na Política Agrícola, em particular no que concerne a condições de crédito, apoio à produção e comercialização e incentivo ao cooperativismo, com tratamento compatível com a nova realidade que emergirá da sustentabilidade hídrica possibilitada pela integração de bacias, não pode ser subestimada.

Uma última condicionante deverá ser considerada: a comunicação social do projeto. Para vencer essas condicionantes, é necessário reconhecer duas formas de conhecimento: a inteligência prática, maneira de conhecer através da previsibilidade, e a inteligência instrumental, que procura *remediar uma situação desconfortável utilizando os*

resultados obtidos a partir da primeira. As duas formas se acham intimamente vinculadas no projeto técnico-político de uma transposição.

Nesse sentido, a relação das instituições encarregadas de difundir um projeto de transposição com os meios de comunicação disponíveis se torna complexa e necessária. É preciso considerar que, em geral, os projetos técnico-políticos fundamentam sua legitimidade na experiência subjetiva que consiste em transitar da dimensão técnica à dimensão discursiva.

#### **4.3 – Questões técnicas**

Diversas são as propostas existentes relacionadas com o objetivo de dar sustentabilidade hídrica para o Semi-árido Nordeste. A região inserida no Polígono das Secas apresenta como um dos principais entraves ao seu desenvolvimento a adversa superposição de duas componentes de natureza hidroclimatológica: por um lado, a seca, acíclica e sem periodicidade conhecida; por outro lado, a extrema variabilidade das precipitações interanuais e intra-anuais, essas últimas marcadas pela concentração do período chuvoso em apenas alguns meses do ano.

A variabilidade das precipitações, aliada ao fenômeno das secas (efeito de persistência de anos subsequentes de baixa precipitação), contribui de maneira decisiva para o estabelecimento de um quadro que impõe sofrimento à população mais humilde, que carece de água para atender a suas necessidades básicas, inibindo, por outro lado, a geração de empregos que decorreriam de investimento na agricultura e na indústria que, lamentavelmente se materializa, na melhor das hipóteses, de maneira limitada, por falta de garantia de água.

A minoração do risco de não-atendimento de demandas estabelecidas ou planejadas para os vários setores usuários de água na região passa, inexoravelmente, pela integração de bacias hidrográficas, transferindo-se de maneira racional e sustentável excedentes hídricos de bacias mais favorecidas para bacias menos favorecidas.

Voltar os olhos para as Bacias Hidrográficas do São Francisco e Tocantins, nesta ordem, vem a ser totalmente racional e natural, pois esses rios constituem-se nas fontes hídricas sem as quais os estados com inserção no Semi-árido Nordeste teriam, indiscutivelmente, de abandonar todos os seus planos de desenvolvimento e crescimento futuro.

Aliás, esse fato não mais representa, no meio técnico, um ponto polêmico. O que se discute, atualmente, é a oportunidade de implantação dos empreendimentos voltados à estruturação do setor hídrico da região. As propostas existentes vêm sendo exaustivamente debatidas ao longo de anos e, pelo menos uma delas, a transposição de águas do São Francisco para o Semi-árido Setentrional, há mais de 150 anos.

##### **4.3.1 – Transposição de águas do Rio São Francisco para o Semi-árido Setentrional (PE, PB, RN e CE)**

Nas últimas três décadas, foram elaboradas três versões de engenharia para essa alternativa de transposição. A versão mais avançada e contextualizada na nova realidade,



construída a partir da legislação ambiental (1986), foi iniciada em 1997 e partiu de uma revisão técnica dos estudos já elaborados.

Os volumes a serem retirados do Rio São Francisco foram minimizados, propiciando também maior capilaridade da distribuição da água, inclusive inserindo uma nova captação para abastecimento de áreas críticas de Pernambuco e Paraíba – denominado Eixo Leste da transposição – , integrando as principais fontes hídricas regionais: o Rio São Francisco, potencializado pelo reservatório de Sobradinho, com os açudes estratégicos do Nordeste Setentrional, Orós e Castanhão, no Rio Jaguaribe; Santa Cruz, no Rio Apodi, Armando Ribeiro Gonçalves e Coremas, no Rio Piranhas; Eptácio Pessoa e, a jusante, Acauã, no Rio Paraíba; além de Poço da Cruz, no Rio Moxotó, e Chapéu e Entremontes, no Rio Brígida, ambos na Bacia do São Francisco em Pernambuco.

A nova concepção do projeto foi planejada simultaneamente com os estudos de avaliação econômico-financeira e impacto ambiental, cujos termos de referência foram elaborados pelo IBAMA. As concepções de engenharia, como a diretriz do traçado dos canais, deram-se em estrito acordo com as cartas ambientais, ajustadas de modo a minimizar impactos mais relevantes sobre o meio ambiente, evitando interferências em unidades de conservação e em áreas indígenas, bem como alongando o comprimento dos canais de modo a evitar-se lançar água, com conseqüente erosão, nos rios receptores.

Em termos de traçado, procurou-se viabilizar uma rota em cota mais elevada, para melhor distribuir a água para as áreas rurais dominadas topograficamente e situadas ao longo de riachos e vales ocupados por pequenos produtores.

No Rio São Francisco, foram realizados estudos de impacto de retirada de água sobre usuários do rio, em especial os situados rio abaixo das captações dos Eixos Norte e Leste, já que a barragem de Sobradinho, rio acima, interrompe o fluxo d'água natural do rio, modificando o regime fluvial com a garantia de vazões de estiagem muito superiores às existentes no Alto e Médio São Francisco.

A integração do projeto com os açudes estratégicos apresenta inúmeras vantagens e oportunidades, tais como:

- condução das águas transpostas para açudes de relevante papel no atendimento de demandas humana, industrial e de irrigação, dado que, em sua maioria, esses açudes já servem à infraestrutura hídrica implantada;
- minimização da insegurança hídrica das demandas atuais e futuras, não apenas pelo fato de conectar os açudes estratégicos a um rio perene, mas por permitir uma operação menos conservadora do que a atualmente praticada nas águas locais represadas, evitando-se consideráveis perdas por evaporação e vertimento (sinergia hídrica);
- promoção de consideráveis melhorias na qualidade das águas locais represadas nos açudes estratégicos, dado que ao atender às demandas estabelecidas, o tempo de residência dessas águas locais é diminuído, em comparação com aquele resultante da operação atualmente praticada (sinergia hídrica qualitativa).

De outra parte, verificou-se que no Eixo Norte, por estarem integradas grandes bacias, o ganho decorrente das perdas que deixarão de existir pode chegar a 50% das vazões

regularizadas pelos açudes. Para cada metro cúbico de água transferida do São Francisco para as bacias receptoras, haverá um ganho adicional de até 80% em relação à vazão transposta. Isso reduz o custo da água transportada a longa distância e viabiliza seu uso múltiplo. Tal ganho foi conceituado, conforme já mencionado, como a sinergia hídrica do projeto.

Se no Eixo Norte ocorre uma significativa sinergia hídrica nas bacias receptoras, no Eixo Leste, que abastece o Rio Paraíba e o Agreste Pernambucano, a sinergia é menos significativa. O maior custo da água do Eixo Leste recomenda seu uso primordial para o abastecimento urbano e industrial.

No Eixo Norte, a existência de um grande centro consumidor na ponta do sistema hidráulico (Fortaleza), bem como o ganho sinérgico e o menor bombeamento, viabilizam o uso múltiplo da água, inclusive permitindo subsídio cruzado para os mais pobres, prática que já faz parte da realidade do seu setor de saneamento há bastante tempo.

Os estudos de viabilidade e impacto ambiental dos Eixos Norte e Leste foram apresentados ao órgão licenciador, IBAMA, em setembro de 2000.

O IBAMA julgou o estudo apto ao início do processo de audiências públicas, realizadas no primeiro semestre de 2001, nos estados beneficiados pelo projeto: Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Não foi possível realizá-las nos demais estados (Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas), pela inconformidade do meio político com o processo de licenciamento. As audiências programadas no Estado da Bahia foram impugnadas judicialmente.

#### **4.3.2 - Transposição de águas da Bacia do Rio Tocantins para a Bacia do Rio São Francisco**

Inicialmente, quando do desenvolvimento dos estudos de pré-viabilidade (1999-2000), essa alternativa de transporte hídrico foi apresentada como reposição ao Rio São Francisco das águas a serem derivadas a partir do projeto de transposição para o Semi-árido Setentrional (apresentado em 4.3.1).

Estudos posteriores, realizados com o intuito de avaliar o impacto da entrada em funcionamento dos Eixos Norte e Leste no conflito de uso das águas do Rio São Francisco, propiciaram, em uma nova leitura da transposição de águas da Bacia do Tocantins, a sua inserção na estruturação hídrica do Semi-árido Nordeste não mais como um mero “repositor” ou “compensador”, mas como uma importante iniciativa no contexto da necessária e inexorável integração das bacias, que podem proporcionar, no longo prazo, a sustentabilidade hídrica para o semi-árido, com benefícios para todos os estados a partir da Bahia, no sentido do curso do São Francisco. Todos os projetos de utilização local das águas ou através de transposições farão uso futuro dessas águas.

Face à importância desse empreendimento, o governo federal, através do Ministério da Integração Nacional, contratou estudos de viabilidade técnico-econômica e de avaliação ambiental preliminar para o projeto.

Os estudos foram iniciados em 2001 a partir do Rio do Sono, conforme proposta do próprio Governo do Estado do Tocantins, no âmbito de um projeto doador de água.

Entretanto, nos anos 2001 e 2002, o IBAMA instituiu duas unidades de conservação do grupo de proteção integral do meio ambiente na área prevista para o empreendimento, inviabilizando, por força de lei, o projeto doador.

Entendimentos posteriores realizados entre o governo federal e o Governo do Estado do Tocantins decidiram pelo desenvolvimento de novos estudos, dessa feita ao sul da área protegida, tendo concluído que o projeto é viável tecnicamente a partir do Rio Palma (TO), com deságüe na Bacia do Rio Preto (BA). O sistema proposto prevê recuperação parcial da energia utilizada para bombeamento, com a instalação de hidrelétricas no trajeto das águas.

Da perspectiva ambiental, a viabilidade do projeto foi avaliada preliminarmente, concluindo-se pela necessidade de, quando da elaboração dos estudos de impacto ambiental, atentar-se, com certa profundidade, para a questão da transferência de biota aquática da Bacia do Tocantins para o São Francisco.

Ressalte-se, entretanto, que esse problema, comum aos projetos de integração de bacias, é mais significativo quando o ecossistema receptor ainda está preservado em suas condições naturais. Estima-se em dois anos o tempo necessário para a realização do EIA/RIMA para o projeto em tela.

#### **4.3.3 - Transposição de águas da Bacia do Rio Tocantins para o Semi-árido Setentrional**

A transferência dos montantes hídricos nesta alternativa voltada à sustentabilidade do Semi-árido Setentrional dar-se-ia diretamente da Bacia do Rio Tocantins para aquela região, através de um canal com aproximadamente 1.800 km de extensão e outras obras de arte pertinentes a tais sistemas de transposição.

Comparável, em termos de porte, à transposição atualmente estudada pela China para levar água do Rio Yang-Tsé para o Rio Amarelo, o traçado do projeto atravessa os Estados da Bahia, Piauí e sul do Ceará, tendo seu trecho final comum ao traçado do Eixo Norte. O projeto está estudado em nível preliminar, necessitando de prazo para elaboração dos estudos de viabilidade técnico-econômica e ambiental.

A topologia do empreendimento, determinada pelos condicionantes técnicos da engenharia, baseia-se em transporte hidráulico através de canal cujo traçado desenvolve-se, em quase toda a sua extensão, em meia-encosta, coincidindo aproximadamente com a divisa entre os Estados da Bahia e do Piauí, cruzando assim unidades de conservação (Parque das Nascentes do Rio Parnaíba e Estação Ecológica do Tocantins) do IBAMA.

Sem nenhuma dúvida, suas interferências de ordem ambiental, considerando-se a legislação vigente, além dos custos a ele afetos, representam o maior óbice ao empreendimento.

#### **4.3.4 - Transposição de águas da Bacia do São Francisco para as Bacias dos Rios Piauí e Canindé**

Trata-se de uma concepção de transporte de água do São Francisco para a zona semi-árida do Piauí. O traçado se iniciaria no reservatório de Sobradinho e alimentaria os Rios Piauí e Canindé, na região sudeste do Piauí, a mais crítica em termos de escassez de água e

desenvolvimento nesse estado. Entretanto, ainda não se dispõe de anteprojeto de engenharia detalhado, que permita avaliação mais apurada de sua viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Sua viabilidade hídrica, todavia, pode ser facilmente avaliada, sendo previsível um prazo de pelo menos dois anos para a realização de estudos que incorporariam todas as dimensões necessárias à avaliação de sua viabilidade.

#### **4.3.5 - Projeto Sertão Pernambucano**

O Plano Plurianual enviado ao Congresso Nacional prevê alocação orçamentária para esse empreendimento em um horizonte mais dilatado (a partir de 2016).

Trata-se de um canal de derivação a partir de Sobradinho, desenvolvendo-se ao longo de cerca de 500 km, passando por 16 municípios, levando água até Serrita, no Sertão do Araripe, em vazão de 135 m<sup>3</sup>/s, superior à soma das vazões dos Eixos Norte e Leste.

#### **4.3.6 - Projeto Sertão Alagoano**

O Canal do Sertão Alagoano aduz, do reservatório de Moxotó, um montante hídrico máximo de 36 m<sup>3</sup>/s, ao longo de 320 km de extensão, levando água ao Sertão de Alagoas.

Trata-se de empreendimento iniciado e paralisado há vários anos, cuja importância como obra estruturadora da região mais carente de Alagoas é indiscutível.

#### **4.3.7 - Projeto Xingó**

Com cerca de 280 km de extensão, o canal do Projeto Xingó objetiva a condução de 25 m<sup>3</sup>/s para beneficiar o Sertão de Sergipe. Infelizmente, o traçado possível não permite a recuperação da energia utilizada no bombeamento.

De todo modo, vem a ser ainda necessária a elaboração dos estudos técnicos de engenharia e de avaliações econômico-financeira e ambiental, para um melhor balizamento da sua viabilidade, sob a ótica das várias perspectivas necessárias.

#### **4.3.8 - Transposição de águas do Rio São Francisco para o Nordeste Meridional – Eixo Sul**

Assim como o Eixo Oeste, o Eixo Sul parte do reservatório de Sobradinho em direção aos Rios Vaza-Barris, Itapecuru e Jacuípe, abastecendo o Nordeste da Bahia e o Sertão de Sergipe.

O perfil desse traçado de engenharia, em seu primeiro trecho, entre o reservatório de Sobradinho e o Rio Vaza-Barris, com capacidade máxima de 60 m<sup>3</sup>/s e extensão de 200 km, dispõe de estações de bombeamento na bacia doadora e usinas hidrelétricas na bacia receptora.

O segundo trecho, derivando do primeiro já mencionado, desenvolve-se na direção de aporte aos Rios Itapecuru e Jacuípe.

Também para este Eixo é necessária a elaboração de projeto de engenharia detalhado, que venha a possibilitar o desenvolvimento dos estudos voltados à análise da viabilidade econômica, financeira e ambiental.

#### **4.3.9 - Transposição do Tocantins a partir de Carolina, Maranhão**

Trata-se de um traçado preliminar, que objetiva a adução de água do Rio Tocantins, próximo à cidade de Carolina, no Maranhão, para o Rio Parnaíba, e deste, pela Bacia do Rio Poti, até o Ceará. A vazão aduzida chegaria aos açudes de Orós ou Castanhão, de onde poderia ser integrada com as Bacias dos Rios Apodi (RN) e Piranhas (RN/PB). O canal de adução possui uma extensão estimada em 1.500 km.

Representa, certamente, uma alternativa de longo prazo para contribuir com a sustentabilidade hídrica do semi-árido, em particular do Semi-árido Setentrional.

#### **4.3.10 - Barragens de regularização no Estado de Minas Gerais**

Reforçando de maneira substancial as vazões regularizadas dos tributários no Vale do Jequitinhonha, integram-se ao **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido** as barragens Congonhas e Berizal. Ainda em território mineiro, prevê-se a implantação das barragens Setúbal e Jequitai I e II, além de barragens no Rio das Velhas, Paracatu e Urucuia.

Os incrementos de vazão regularizada, assim alcançados, darão suporte ao desenvolvimento da agricultura irrigada (Projetos Jaíba e Jequitai), além de propiciar melhor navegabilidade no Médio São Francisco, beneficiando também Bahia e Pernambuco.

#### **4.4 - Implicações econômico-financeiras**

As alternativas para o suprimento hídrico do Semi-árido Nordeste encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento, que vão desde simples traçados preliminares com correspondentes custos estimados com base na experiência dos técnicos envolvidos, até o nível de detalhamento de projeto básico, caso dos Eixos Norte e Leste, para os quais dispõe-se dos respectivos quantitativos e orçamentos.

A Tabela 4.1 resume os custos associados a cada empreendimento integrante do **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**, que totalizam cerca de US\$ 6,5 bilhões. Apenas para fornecer uma referência comparativa entre este montante e os totais gastos pelo governo quando da ocorrência da última grande seca (1997-1999), são



apresentados os valores globais na Tabela 4.2. Sem pecar por simplismo, são válidos os seguintes comentários sobre os números:

- é evidente que os US\$ 6,5 bilhões representam um *investimento* voltado à estruturação de médio e longo prazos de uma região de desenvolvimento socioeconômico historicamente tolhido pela escassez de água. O período de recorrência de secas como a ocorrida entre 1997 e 1999, embora não possa ser determinado mais precisamente (devido à curta extensão da série de dados) ocorre em severidade semelhante pelo menos uma vez a cada 10/15 anos. Os *gastos* referenciados na Tabela 4.2 acumular-se-ão, ao longo do tempo, a cada recorrência, totalizando o montante financeiro correspondente à conta denominada “não-implantação do projeto”;
- também é óbvio que o investimento de US\$ 6,5 bilhões não “acaba” com a seca, mas dota a região de “rios” perenes artificiais (eixos de transposição), a partir dos quais podem-se integrar os sistemas de distribuição de água para os diversos usos, além de serem supridos os reservatórios receptores estratégicos, fontes hídricas utilizadas pelos estados nos seus programas e projetos de suprimento hídrico já implantados ou em fase de implantação.

Tabela 4.1 – Custos aproximados dos principais empreendimentos do **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**

Empreendimento	Vazão (m <sup>3</sup> /s)	Potência Instalada (MW)			Custo (US\$)
		Bombeamento	Geração	Déficit	
Revitalização da Bacia do Rio São Francisco (MG/BA/PE/SE/AL)					1.000.000.000
Barragens Berizal, Congonhas, Setúbal e Jequitai I e II (MG)	48				280.000.000
Barragens nos Rios das Velhas, Paracatu e Urucuia (MG)	250				700.000.000
Eixo Sul (BA/SE)	60	112	48	(64)	452.000.000
Eixo Oeste (PI)	30	9	-	(9)	400.000.000
Eixo Norte – PTSF (PE/CE/PB/RN)	99	212	176	(37)	1.216.269.980
Eixo Leste – PTSF (PE/PB)	28	93	-	(93)	406.470.635
Projeto Sertão Alagoano (AL)	37	53	31	(22)	340.000.000
Projeto Xingó (SE)	25	24	-	(24)	360.000.000
Transposição do Tocantins – PTTO (TO/BA)	100	548	375	(173)	1.422.545.341
<b>Total</b>					<b>6.577.285.956</b>

Obs.: Os valores inteiros para custos (números redondos) correspondem apenas a estimativas.

Tabela 4.2 – Gastos relacionados com as consequências da seca 1997-1999

Item	Custos (US\$)
Programas econômicos	910.282.338
Programas sociais	2.868.258.362
Programas de saúde	269.391.375
Total	4.047.932.075

Fonte: Ministério da Integração Nacional/Sudene - 1999

Das perspectivas da viabilidade econômico-financeira e operativa, um importante parâmetro de análise vem a ser o custo unitário da água, associado a cada uma das alternativas disponíveis para os fins mencionados.

A Tabela 4.3 resume esses custos, embora o valor apresentado para os projetos em estágio incipiente de desenvolvimento não seja muito preciso. Conforme dela se observa, os custos unitários da água variam entre 3,3 e 8,1 centavos de real por m<sup>3</sup>, sendo o valor máximo de 8,1 centavos de real relativo ao Eixo Leste, justamente aquele cujas vazões transpostas destinam-se aos setores de maior capacidade de pagamento (abastecimento humano e industrial).

Para citar um exemplo emblemático, temos, servida por esse eixo a cidade de Campina Grande, Paraíba (360 mil habitantes), cujo sistema de abastecimento d'água tem como fonte hídrica o açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) - açude estratégico no contexto da transposição.

O suprimento das demandas humana e industrial daquela cidade encontra-se, praticamente de forma contínua, sob risco de colapso absoluto, sendo, portanto, imensurável o custo incorrido para a sociedade pela escassez, sendo certo que “a água mais cara é aquela que não está disponível”.

Tabela 4.3 – Custo unitário da água (preliminar) para alguns empreendimentos do Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido

Empreendimento	Vazão (m <sup>3</sup> /s)	Custo do investimento	Valor Presente (US\$)			
			OMG	Energia	Custo da água (R\$/m <sup>3</sup> )	Custo da água (l/R\$)
Eixo Sul (BA/SE)	60	352.725.731	26.610.556	24.790.511	0,048	20.819
Eixo Oeste (PI)	30	312.146.665	23.549.164	5.113.282	0,037	27.116
Eixo Norte-PTSF (PE/CE/PB/RN)	99	949.136.545	71.605.354	12.232.914	0,033	30.471
Eixo Leste-PTSF (PE/PB)	28	317.196.132	23.930.109	42.686.433	0,081	12.340
Projeto Serião Alagoano (AL)	37	265.324.665	20.016.790	8.112.677	0,043	23.205
Projeto Xingó (SE)	25	280.931.998	21.194.248	12.346.172	0,075	13.253
Transposição do Tocantins (TO/BA)	100	1.110.106.959	83.749.385	76.926.486	0,063	15.912

À exceção dos Eixos Norte e Leste, todas as demais alternativas de suprimento hídrico do Semi-árido Nordestino carecem de elaboração de estudos de viabilidade econômica e financeira, que irão, dessas perspectivas, permitir conclusões mais apuradas sobre a viabilidade dos projetos.

Em termos de recursos, vem a ser totalmente factível a obtenção de financiamento tanto por parte do BNDES como de organismos internacionais de fomento a projetos dessa natureza, inclusive com taxas anuais de juros especiais.

A Tabela 4.4 representa o estágio de desenvolvimento de cada um dos estudos anteriormente referenciados:

**Tabela 4.4 – Estado de desenvolvimento dos estudos de alguns empreendimentos do Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**

<b>Estudo</b>	<b>Situação atual</b>	<b>Próxima etapa</b>
Revitalização da Bacia do Rio São Francisco	Estudos de pré-viabilidade	Estudo de viabilidade
Barragens Jequitaiá I e II	Projeto básico concluído	Licitação da obra
Barragem Setúbal	Iniciada e paralisada há 10 anos	Retomada da obra
Barragem Congonhas	Obra a ser iniciada	Conclusão da obra
Barragem Berizal	Obra perto de conclusão e interrompida	Conclusão da obra
Barragens nos Rios das Velhas, Paracatu e Urucuia	Estudo de viabilidade contratado	Conclusão do estudo de viabilidade
Eixo Sul	Estudos de pré-viabilidade e inserção regional	Estudo de viabilidade
Eixo Oeste	Estudo de pré-viabilidade	Estudos de viabilidade e inserção regional
Eixo Norte	Projeto básico concluído	Licitação da obra
Eixo Leste	Projeto básico concluído	Licitação da obra
Projeto Sertão Alagoano	Obra iniciada	Conclusão da obra
Projeto Xingó	Estudo de viabilidade contratado	Conclusão da viabilidade
Transposição do Tocantins	Estudos de viabilidade e inserção regional concluídos	Projeto básico

A sensibilidade de instituições financeiras como, por exemplo, o Banco Mundial, em relação ao financiamento de planos e projetos norteados pela mudança de paradigma de desenvolvimento que assegura a sustentabilidade ambiental pode ser depreendida de recente artigo assinado pelo Sr. Vinod Thomas, diretor do Banco Mundial para o Brasil, publicado no Jornal “O Globo” em sua edição de 24/3/2003, no qual ele afirma:

*“No Brasil, a água é ao mesmo tempo um patrimônio e um problema – abundante em algumas áreas e escassa em outras. Com 5,4 trilhões de metros cúbicos, o Brasil tem o maior fluxo interno de água do mundo. Mesmo assim, a região do semi-árido nordestino, que abriga 28 por cento da população brasileira, conta com apenas 5 por cento dos recursos hídricos do país (...). Nos últimos 40 anos, o Brasil expandiu o abastecimento de água para 100 milhões de pessoas e os serviços de saneamento para mais 50 milhões. Mesmo assim, a exemplo do que acontece na América Latina, 39 milhões de brasileiros (23 por cento da população) hoje não têm acesso a saneamento básico. Isso expõe a população a uma variedade de doenças e influi diretamente sobre a mortalidade infantil, que no Brasil é de 29 para cada mil nascimentos”.*

Convém ainda lembrar que, do montante hídrico relativo ao Semi-árido Nordeste acima referenciado, cerca de 70% estão concentrados no Rio São Francisco.

O Plano Plurianual 2004-2007 (PPA), proposto pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, prevê investimentos significativos em obras estruturantes relacionadas com o **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**, em particular no âmbito do Ministério da Integração Nacional (R\$ 1,8 bilhão para a integração com o Semi-árido Setentrional até 2007), como também para o Programa de Revitalização do São Francisco (R\$ 1,1 bilhão até 2007), totalizando R\$ 2,9 bilhões.

Além disso, especificamente relacionada com a revitalização, tem-se a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 27/2001, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, aprovada pelo Plenário do Senado Federal em 10/4/2002, atualmente em trâmite na Câmara dos Deputados, sob designação de PEC 524/2002, já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) em 18/11/2002, que estipula um fundo para a revitalização hidroambiental da Bacia do Rio São Francisco, *“constituído por cinco décimos por cento do produto da arrecadação dos impostos de competência da União, deduzidas as vinculações ou participações constitucionais”.*

Na Tabela 4.5 são apresentadas as listas de Usos e Fontes indicativas para financiamento do empreendimento. Como fontes, foram arrolados o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento Geral da União (OGU), recursos oriundos da PEC 524/2002 e outras fontes de financiamento interno e externo.

Tabela 4.5 - Usos e Fontes Indicativas para Financiamento		
Usos	R\$ milhões	US\$ milhões
Revitalização da Bacia do Rio São Francisco	2.900,00	1.000,00
Barragens Berizal, Congonhas, Setúbal e Jequitai I e II (MG)	812,00	280,00
Eixo Leste (PE e PB)	1.178,76	406,47
Eixo Sul (BA e SE)	1.310,80	452,00
Canal Xingó (SE)	1.044,00	360,00
Canal Sertão Alagoano (AL)	986,00	340,00
Barragens nos Rios das Velhas, Paracatu e Urucuiá (MG)	2.030,00	700,00
Eixo Norte (PE, PB, CE e RN)	3.527,18	1.216,27
Transposição de Águas do Tocantins (TO e BA)	4.125,38	1.422,55
Eixo Oeste (PI)	1.160,00	400,00
<b>Total</b>	<b>19.074,13</b>	<b>6.577,29</b>
<b>Fontes</b>		
OGU <sup>1</sup>	811,98	279,99
PPA <sup>2</sup>	12.485,32	4.305,28
Financiamentos Internos <sup>3</sup>	723,89	249,62
Financiamentos Externos <sup>4</sup>	1.689,40	582,55
PEC (2004-2015) <sup>5</sup>	3.363,54	1.159,84
Saldo a definir	(0,00)	(0,00)
<b>Total</b>	<b>19.074,13</b>	<b>6.577,29</b>

<sup>1</sup> OGU 2004 (R\$ 179,28 milhões) e projeções de R\$ 210,5 milhões, anualmente, de 2005 a 2007.

<sup>2</sup> Soma de valores do PPA 2004-2007 (R\$ 2.543,67 milhões) e projeções de R\$ 1.242,71 milhões anuais de 2008 a 2015.

<sup>3</sup> Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), gerenciados pelo BNDES.

<sup>4</sup> Financiador potencial: Banco Mundial.

<sup>5</sup> PEC já aprovada no Senado Federal. Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, onde foi aprovada pela CCJR (PEC-SF 27/01 e PEC-CD 524/02).



## **4.5 - Componentes do Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**

### **4.5.1 - Programa de Revitalização do Rio São Francisco - PSRF**

Os objetivos do Plano de Revitalização Hidroambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco são:

- promover a melhoria da oferta hídrica na bacia, tanto nos aspectos quantitativos quanto nos qualitativos;
- promover melhorias nas condições socioambientais das populações ribeirinhas;
- promover a equidade em matéria de benefícios decorrentes de transposições entre as bacias doadoras e receptoras.

As ações propostas no plano de revitalização hidroambiental são amplas e abrangentes, de responsabilidade de diferentes órgãos de fomento e execução do governo federal, dos respectivos governos estaduais e municipais e de responsabilidade/co-responsabilidade do órgão gestor dos recursos hídricos da bacia.

Cinco das linhas de ação foram adotadas com o objetivo de facilitar a análise, a priorização das ações e a identificação dos órgãos executores, a saber:

- A - ações estratégicas de gestão dos recursos hídricos.
- B - ações ambientais emergenciais.
- C - ações de melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos na bacia.
- D - ações ambientais de médio e longo prazo.
- E - ações de interesse setorial.

A seguir, são apresentadas as principais ações identificadas, que não têm a pretensão de esgotar o assunto, conforme a desagregação acima mencionada:

A - ações estratégicas de gestão dos recursos hídricos:

- contratação de estudos de planejamento geral da bacia;
- aparelhamento e implantação da agência de bacia e do comitê de bacia;
- elaboração do zoneamento econômico ambiental da bacia e disciplinamento do uso e ocupação do solo;
- recuperação, ampliação, operação e manutenção da rede de monitoramento hidroambiental da bacia;
- operacionalização do processo de outorga pelo uso dos recursos hídricos e da disposição final de cargas poluentes;
- definição da política de operação dos reservatórios de regularização da bacia e da alocação de águas disponíveis para os diferentes usos e usuários;

- elaboração e implantação de planos de manejo e controle das lagoas marginais e ecótonos fluviais e estuarinos;
- elaboração e implantação de planos de manejo e controle das áreas sujeitas a desertificação na bacia;
- recuperação da mata ciliar no leito principal e nos tributários;
- monitoramento e disciplinamento da pesca continental e estuarina.

**B - ações ambientais emergenciais:**

- mapeamento das áreas ribeirinhas em estado crítico e elaboração de projetos de obras de drenagem, contenção e estabilização de margens;
- recuperação de áreas ribeirinhas degradadas pela ocupação urbana ou por mudanças do regime hídrico;
- mapeamento das lagoas marginais e ecótonos fluviais, identificação da situação patrimonial das áreas e diagnóstico de sua situação ambiental, para fins de hierarquização e manejo;
- identificação das áreas críticas em relação à preservação da vegetação nativa e estabelecimento de medidas para sua preservação.

**C - ações de melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos na bacia:**

- aumento das vazões mínimas nos trechos com maiores pressões de demanda (Médio São Francisco), mediante construção de reservatórios de regularização de vazões;
- redução das cargas poluidoras urbanas, mediante a implantação de obras de coleta e tratamento de esgotos urbanos e industriais;
- redução das cargas poluidoras urbanas mediante a implantação e melhoria dos sistemas de disposição de resíduos sólidos urbanos;
- melhoria das condições sanitárias das pequenas comunidades (sistemas simplificados de abastecimento de água e esgotamento sanitário);
- redução das cargas poluidoras rurais e implantação de medidas de controle e recuperação da erosão em áreas agrícolas.

**D - ações ambientais de médio e longo prazos:**

- revegetação e recuperação de matas secundárias;
- reflorestamento, com espécies nativas, das matas de topo e nascentes;
- revalorização de áreas urbanas de interesse histórico, paisagístico ou turístico;
- urbanização de áreas ribeirinhas e construção de terminais portuários para fins turísticos.

**E - ações de interesse setorial:**

- dragagem, derrocamento e sinalização dos trechos navegáveis do Rio São Francisco e de seus tributários;
- melhoria de infra-estrutura portuária existente e construção de terminais de carga intermodais;
- elaboração de medidas tendentes à mudança da matriz energética dos setores industriais que utilizam carvão/lenha de forma intensiva;
- ações voltadas à mitigação dos problemas relativos à ictiofauna do Médio e do Baixo São Francisco;

- identificação e repovoamento, com novas espécies comerciais, dos ambientes lênticos do Submédio São Francisco;
- fomento da aquicultura como recurso para a redução do esforço de pesca.

Vale ainda destacar que, em termos de conteúdo, as ações aqui identificadas como escopo mínimo do Programa de Revitalização do Rio São Francisco fazem parte do PPA 2004-2007.

#### **4.5.2 - Projetos de Integração de Bacias Hidrográficas - PIBHI**

Os projetos de integração de bacias destinam-se à viabilização da sustentabilidade hídrica do semi-árido, fazendo uso do conjunto fluvial dos Rios Tocantins e São Francisco. Tanto usos múltiplos em bacias dos estados doadores como também nos estados donatários estão contemplados.

O mapa apresentado a seguir resume as principais intervenções de infra-estrutura hídrica cotejadas neste segmento do Plano São Francisco.

#### **4.5.3 - Projetos de Armazenamento e Distribuição da Água - PROAD**

Correspondem aos projetos integráveis aos eixos de transposição que, em última análise, dão viabilidade a qualquer transporte de água entre bacias hidrográficas.

Em cada estado do Nordeste semi-árido existem obras planejadas, executadas ou em execução, cuja sustentabilidade hídrica depende, em algum horizonte de tempo, de “importação” de água.

Isso é extensivo a todos os setores usuários, mesmo no caso das demandas de menor monta, como o abastecimento humano, pelo fato de a evolução dos usos fatalmente redundar em disputa com os outros setores usuários.

A garantia de água é o problema crucial do suprimento hídrico nos rios intermitentes, a partir de açudes destinados ao uso múltiplo, problema esse que inibe a geração de emprego e renda sustentáveis no setor agrícola.

O crescimento dos usos competitivos urbano e industrial, viabilizado pelos governos federal e estaduais, através da construção de extensa rede de adutoras desde os açudes estratégicos, especialmente no Semi-árido Setentrional, acaba induzindo um conflito ainda maior com o uso agrícola, à medida que é necessário guardar mais água para, na eventualidade de uma seca de longa duração e imprevisível, garantir o suprimento urbano/industrial, aumentando o risco de perdas no setor rural, com impacto em todo o interior.

Portanto, reduzir os riscos para o setor agrícola constitui um objetivo relevante, que a integração hidráulica de bacias pode resolver. Garantir água de fontes perenes, menos suscetíveis às secas, para o abastecimento urbano/industrial, viabiliza maior flexibilidade e nível de atendimento aos demais usos da água.

Embora a prioridade pelo abastecimento humano seja prerrogativa legal, em nenhum estado brasileiro as estruturas operacionais de gestão de águas conseguem garantir que os usos de menor prioridade captem a água de forma clandestina.

Um exemplo que evidencia o nível de gravidade alcançado pelo problema da sustentabilidade hídrica dos projetos de infra-estrutura hidráulica nos vários setores e, em particular, no Nordeste semi-árido, foi a inserção, por iniciativa da ANA – Agência Nacional de Águas, da análise de sustentabilidade hídrica dos projetos.

A importância dessa análise pode ser demonstrada pelo seguinte dado: dos 38 perímetros irrigados pelo DNOCS no Semi-árido Nordestino, a maioria não alcançou os objetivos, e o principal fator determinante do fracasso total (perímetros irrigados totalmente abandonados) ou parcial (limitação forçada da área irrigada) é a escassez de água.

Com a implantação dos sistemas hidráulicos que materializam a integração do Semi-árido Nordestino com o Rio São Francisco e o Rio Tocantins, estarão lançadas as bases sólidas da sustentabilidade hídrica dos projetos de agora e daqueles planejados para o futuro, capilarizando assim as águas transpostas para seus usos efetivos.

Ao longo dos canais de condução projetados, em função das aptidões identificadas nesse trajeto, prevê-se a implantação de projetos voltados à maximização do benefício social, possibilitando a inclusão das populações difusas que habitam a região.

As barragens e, particularmente, os sistemas adutores e sistemas hidráulicos associados aos distritos de irrigação em execução ou planejados, integráveis aos eixos de transposição, passarão a contar com a alocação de recursos financeiros relacionados com o **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**.

Programas como Pro-Água, Conviver e Programa Nordeste – Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, com vários projetos em execução e já inseridos no PPA enviado ao Congresso Nacional, aglutinam-se sob o componente Projetos de Armazenamento e Distribuição de Água – PROAD, do **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**.

A identificação e o cadastramento desses projetos podem ser iniciados de imediato, junto aos governos estaduais e instituições pertinentes à esfera federal.

#### **4.5.4 - Ações localizadas de infra-estrutura**

As ações localizadas de infra-estrutura objetivam o atendimento às populações esparsas, onde não seja economicamente possível conduzir água por canais ou sistemas adutores.

Para tanto, devem ser priorizadas propostas que incluam a participação dessas populações esparsas, que devidamente orientadas, poderão passar a aplicar as chamadas microssoluções, tais como construção de cisternas, barragens subterrâneas, sistemas coletores de água de chuva e outras.

Experiências dessa natureza apresentam uma interessante resposta social, pois capacitam indivíduos da própria comunidade, tornando-os capazes de atuar tanto na manutenção física da microssolução adotada, como também na sua replicação.

Um programa congregando cerca de 600 ONGs, denominado “Programa Um Milhão de Cisternas” é um exemplo exitoso posto em prática em 2002, por meio de associação entre a ANA – Agência Nacional de Águas e a ASA – Articulação do Semi-árido, quando foram construídas mais de dez mil cisternas de placa naquela região.

#### 4.5.5 - Ações na área de gestão dos recursos hídricos

Cerca de 70% de toda a água retirada dos mananciais têm como destinação a agricultura irrigada. Paradoxalmente às adversas condições hidrológicas do Semi-árido Nordeste, sobrevivem exemplos de utilização de sistemas de aplicação de água de baixa eficiência, inclusive irrigação por inundação.

Uma das maiores preocupações dos agentes institucionais atuantes no setor de irrigação é justamente a substituição dos sistemas hoje utilizados na grande maioria dos distritos por sistemas localizados. Providências dessa natureza, sem nenhuma dúvida, contribuem para a racionalização do uso da água, permitindo que as intervenções de infra-estrutura voltadas ao aumento da oferta hídrica efetivamente atinjam seus objetivos.

A regulação do uso dos recursos hídricos, os sistemas de outorga e fiscalização e, de uma forma geral, a aceleração da operacionalização dos mecanismos preconizados pela Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei 9.433/97, torna-se indispensável, paralelamente às intervenções no setor de infra-estrutura, para que seja minimizada a severidade do conflito pelo uso das águas nas bacias doadoras e donatárias, potencializando melhor a região através da infra-estrutura existente e planejada.

Nesse contexto, um aprofundamento da articulação entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e os órgãos gestores estaduais é de grande importância.

#### 5 - Recomendações do Grupo de Trabalho

Os objetivos explicitados no Decreto de 11 de junho de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial, foram:

- *analisar propostas existentes*
- *propor medidas para viabilizar a transposição de águas para o Semi-árido Nordeste.*

As propostas de transposição existentes estão apresentadas e analisadas em suas principais dimensões: política, ambiental, técnica, econômica, financeira, social e fundiária.

Embora as propostas se encontrem em diferentes estágios, é indiscutível que, a rigor, não há mútua excludência entre elas, todas relacionadas com a sustentabilidade hídrica do semi-árido, a começar pela própria revitalização do Rio São Francisco. Cada uma delas tem sua oportunidade, que vai desde horizontes de longo prazo até a premência, como também é o caso da revitalização.

Torna-se, portanto, **proibitivo** pensar-se em viabilização de transposição de águas, mesmo aquela de notória premência, sem que seja **paralelamente** garantida a **revitalização do São Francisco**. A sustentabilidade hidroambiental do Semi-árido Nordeste não pode ser pensada como uma ação isolada do contexto multidimensional em que está inserida.

Assim, propõem-se, como *medidas para viabilizar a transposição de águas para o Semi-árido Nordeste*:

- o acolhimento, por inteiro, do conjunto de programas, projetos e ações integrantes do plano que se sugere denominar **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido**, em suas dimensões política, econômica, financeira, social e fundiária, técnica e ambiental, observando-se rigorosamente a Lei 9.433/97, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como a legislação ambiental pertinente. O **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido** apresenta os seguintes componentes estratégicos:



- a) **Programa de Revitalização do Rio São Francisco – PRSF**, composto por diversos subprogramas mostrados no capítulo 4, com priorização absoluta, independentemente de quaisquer obras de transposição;
- b) **Projetos de Integração de Bacias Hidrográficas – PIBHI**, tendo-se como fonte hídrica básica o conjunto fluvial dos Rios Tocantins e São Francisco, a partir dos quais derivar-se-ão águas para uso local (nas bacias) e usos fora da bacia (transposições);
- c) **Projetos para Armazenamento e Distribuição da Água – PROAD**, sistemas de adutoras e barragens que serão integrados aos eixos de transposição, assim como aqueles de sustentabilidade hídrica garantida com águas locais, em todos os estados envolvidos;
- d) **Ações Localizadas de Infra-Estrutura**, programas objetivando o atendimento às populações esparsas, onde não seja economicamente possível conduzir água por canais ou adutoras, priorizando propostas que incluam a participação dessas populações esparsas, que devidamente orientadas, poderão passar a aplicar as chamadas microssoluções, tais como construção de cisternas, barragens subterrâneas, sistemas coletores de água de chuva, mandalas, etc.
- e) **Ações na Área de Gestão dos Recursos Hídricos**, como preconiza a Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9.433/97.

Considerando ser o **Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido** para desenvolvimento de longo prazo, e considerando ainda sua característica de largo espectro (sustentabilidade ambiental, integração de bacias, distribuição da água, soluções localizadas, gestão), propõem-se, como **medidas imediatas**:

- 1) início do **Programa de Revitalização do Rio São Francisco - PRSF**, implementando as “**Ações Ambientais Emergenciais**” apresentadas no item 4.5.1;
- 2) ação política de prioridade máxima na votação e aprovação da PEC 524/02 pela Câmara do Deputados (já aprovada pelo Senado Federal), garantindo recursos por 20 anos para o **Programa de Revitalização do Rio São Francisco – PRSF**;
- 3) continuidade das providências para a obtenção do licenciamento ambiental para os Eixos Norte e Leste (licenciamento prévio e de instalação), com prioridade máxima;
- 4) início de estudos voltados à definição da estrutura institucional adequada, necessária à **viabilização operacional** dos projetos;
- 5) **levantamento, junto aos governos estaduais e órgãos fiscalizadores, acerca do estágio de implantação e a situação na qual se encontram os empreendimentos de infra-estrutura hídrica (estados doadores e donatários), reunindo informações (recursos necessários, dificuldades técnicas, etc.) para hierarquizá-los e incluí-los no Plano São Francisco - Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Semi-árido.**

Finalmente, ressalte-se que o Plano proposto, contextualizado no espaço formado por todas as dimensões influentes na questão da sustentabilidade hídrica do Semi-árido brasileiro, representa uma resposta histórica a um problema cujas consequências socioeconômicas, já seculares, extrapolam os limites do Polígono das Secas, influenciando negativamente o país inteiro, inclusive com repercussão no exterior, fatores suficientes, como apelo ético e moral às forças políticas representativas da nação brasileira, para convergirem em apoio à iniciativa que, certamente, merecerá o aplauso das presentes e futuras gerações.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, solicito a V. Ex<sup>a</sup> a minha inscrição para falar após a Ordem do Dia, pela Liderança do PSDB.

Mas é importante também registrar que, neste momento, está ocorrendo um movimento muito grande, bem próximo ao Senado, perto do lago, onde há pessoas desesperadas, preocupadas, porque a polícia está avançando para cima de alguns agricultores, que aqui vieram para reivindicar os seus direitos. É um “tratoração”, como foi noticiado pela imprensa, com a participação de milhares de agricultores do Brasil inteiro.

A nossa preocupação é com a ordem, com a segurança desses agricultores que estão, neste momento, fazendo um movimento pacífico, ordeiro, apenas para reivindicar os seus direitos ao Presidente Lula.

Quero deixar registrado, pois é importante a Casa saber que temos de tomar uma posição para que não venha a ocorrer um confronto entre a polícia e os agricultores, os quais vieram de tão longe reivindicar os seus direitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães. Como orador inscrito, S. Ex<sup>a</sup> terá até dez minutos para seu pronunciamento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. – poucos – Senadores, terça-feira, plenário deserto, mas a Casa está cheia. É que os conluios partidários para a formação do Governo se julgam mais importantes do que as votações do Senado.

Se V. Ex<sup>a</sup> for cumprir o Regimento, às 16 horas vai marcar o início da Ordem do Dia. O painel demonstra que há 42 Senadores, mas, na realidade, além de V. Ex<sup>a</sup> e de mim, há mais dois.

Veja se isso fica bem para o Legislativo, quando os agricultores brasileiros, aqueles que produzem, estão nesta Casa, querendo receber o apoio que o Presidente não lhes dá, querendo pedir que salvem a agricultura do desastre do Governo.

O Senador Osmar Dias fez um discurso perfeito, como, aliás, é do seu hábito, levando em conta os seus conhecimentos da área agrícola brasileira. Mas é preciso que esta Casa se una para exigir da Presidência da República o apoio aos agricultores brasileiros. Eles estão aí. Vieram de longe, de muito longe, mas não sabem o que acontecerá daqui a poucos minutos no Palácio do Planalto.

Não tenho dúvida de que será um discurso inflamado, cheio de promessas que jamais se cumprirão. Este é o hábito do Governo, com o qual nós, Senadores, já nos acostumamos, mas os agricultores ficarão ainda mais decepcionados.

Chegou o momento de se dar força a quem produz, e não aos que atrapalham a produção, que recebem apoio decisivo e financeiro do Governo da República.

Sr. Presidente, venho aqui também – e lamento que o Sr. Presidente Renan Calheiros não esteja presente – para saber, não por conversas que estão havendo, se a CPMI vai funcionar.

Na realidade, a CPMI dos Correios está sendo sabotada pelo Governo. As falcaturas já foram todas localizadas. Entretanto, a Controladoria-Geral da União, o célebre Waldir Pires gosta de olhar os Municípios, mas não olha o Governo Federal, as ladroagens que aqui existem. Na realidade, Sr. Presidente, o Sr. Waldir Pires está segurando todos os processos citados pelo Sr. Maurício Marinho, em que estão envolvidas licitações e desonestidades praticadas por membros do Governo, algumas delas com o objetivo de pagar o “mensalão”. Não se pague “mensalão” – é crime! Ajudar aos que produzem é que é dever do Governo!

Quero saber – e não sei se V. Ex<sup>a</sup> poderá me responder, dada a interinidade da sua função – se vai ou não haver CPMI no recesso. Se não houver, não vamos votar a LDO, porque aí, obrigatoriamente, em julho, teremos que, se não trabalhar, pelo menos frequentar esta Casa.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Antonio Carlos?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pois não, Excelência.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, compreendo a preocupação de V. Ex<sup>a</sup>. Diante de tantas denúncias que estão sendo divulgadas, principalmente dessas últimas, quando se demonstrou uma grande movimentação financeira nas contas do Sr. Marcos Valério, temos que dar continuidade a essa CPMI. Logicamente, é preciso que se resolva unicamente um problema regimental aqui, no Senado, porque, na Câmara, há uma permissão regimental para que as CPMIs funcionem durante o recesso. Ora, se houver um entendimento entre os Presidentes da Câmara e do Senado, esse obstáculo regimental pode ser vencido, e estaremos realizando a CPMI dos Correios, porque, de fato, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Ela não pode parar, porque isso vai passar muito mal

para a opinião pública. Pensarão que se aproveitaram essas férias para amortecer as denúncias e que somente no mês de agosto faremos novas investigações. Estou inteiramente de acordo com V. Ex<sup>a</sup> e acho que, a essa altura dos acontecimentos – muito embora a Liderança do Governo não esteja aqui, assim como a figura sensata do próprio Presidente da CPMI –, o Senador Delcídio Amaral recomendará a continuidade, e não o paradeiro da investigação. V. Ex<sup>a</sup> tem razão nesse aspecto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, mas eu diria mesmo que os dois Presidentes da Casa podem fazer uma combinação e convocar o Congresso sem o recebimento da ajuda de custo pelos Srs. Senadores. O povo aplaudirá se nos reunirmos aqui sem receber ajuda de custo; achará que estamos trabalhando e cumprindo nosso dever.

Este mês de julho não deve ser dedicado só à CPMI dos Correios, não. Há outras CPIs, como a que o Supremo autorizou.

Vejam que absurdo: o Senado reclama que o Presidente não designou os membros da Comissão – aliás, acho que S. Ex<sup>a</sup> errou, pois deveria ter designado, porém o Supremo corrigiu o erro –, mas não se vai instalar logo a CPI dos Bingos. Por quê? Deve-se instalar a CPI e fazer um cronograma. Não é preciso ouvir aqui pessoas todos os dias.

Não é possível que vá acontecer com a CPMI dos Correios, que já está instalada há muito tempo e cujos processos citados estão trancados na Corregedoria-Geral da União, que não se faça uma arguição completa aos diretores dos Correios. Como essa CPMI vai arguir diretores dos Correios, uma vez que eles foram claramente apontados como praticantes de ilicitudes, de irregularidades, de corrupção, se os processos de licitação estão presos no Palácio do Planalto? Não! Isso não pode continuar, Sr. Presidente!

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Presidente do Senado teve uma atitude digna quando, da Mesa, declarou: “Nós pleiteamos essa solução ao Supremo Tribunal Federal, e ela nos foi concedida. Temos a obrigação de instalar a CPI”.

Agora, começa um ou outro a querer fugir do compromisso, parecendo que alguém tem medo de alguma coisa. Aqui, quem tiver medo não deve ficar, porque, na realidade, essa CPI é indispensável que seja feita, porque é essa CPI que vai complementar a CPMI dos Correios, as maracutaias dos Correios, os Marcos Valérios. Todos eles já foram pegos em 22

milhões; 16 milhões tirados em dinheiro na boca do cofre. Por aí vejam V. Ex<sup>as</sup>!

*(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES** (PFL – BA) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> dois minutos para ouvir os Senadores Jefferson Peres e Eduardo Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – PA) – Vou prorrogar por mais dois minutos para V. Ex<sup>a</sup> ouvir os apartes.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quero ouvir a voz autorizada do Senador Jefferson Peres e a do nosso prezado Eduardo Suplicy.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex<sup>a</sup> levanta da tribuna algo estranho e constrangedor para o Senado. O Senador Pedro Simon e o seu Partido, na verdade com cinco mandados de segurança, e eu fomos ao Supremo, inconformados com aquele erro praticado pelo então Presidente que não indicou os membros da CPI. O Supremo, por nove votos a um, nos dá ganho de causa, Senador Antonio Carlos Magalhães, e os Líderes se reúnem e decidem que não instalarão, por enquanto, a CPI. O que a sociedade vai pensar de nós? O que os Ministros do Supremo Tribunal Federal estão pensando de nós, Senadores? Ocupamos o Supremo para nada, Senador Antonio Carlos Magalhães? De forma que V. Ex<sup>a</sup> tem inteira razão de estar inconformado com isso. Eu também estou. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço ao Senador Jefferson Péres, que é uma voz das mais autorizadas do Congresso Nacional e que realmente teve a coragem de ir ao Supremo, com membros do meu Partido e com o Senador Pedro Simon, para pleitear aquilo que, sendo tão justo, obteve um resultado, no Supremo, de nove a um.

Agora, aqui fica-se protelando. O Sr. Presidente Renan Calheiros não pode deixar terminar este ano sem designar a Comissão. Essa Comissão tem que se reunir para escolher o Presidente e o Relator e começar os seus trabalhos.

Esse negócio de dizer que Comissão de Inquérito atrapalha o Senado, não. Quem atrapalha o Senado são as medidas provisórias do Governo Federal. Essas, sim, é que não deixam que se trabalhe, nem na Câmara, nem no Senado.

Conseqüentemente, não podemos aceitar essa protelação, que macula aqueles que querem fazê-la.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Suplicy, permita-me pedir a V. Ex<sup>a</sup> que seja breve, porque o tempo já se encerrou.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Procurarei fazê-lo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> é sempre breve.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero afirmar que considero que a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal, de dizer que os Constituintes haviam previsto o direito de as minorias realizarem a CPI desde que com mais de um terço das assinaturas, foi algo positivo para as instituições democráticas brasileiras. Senador Antonio Carlos Magalhães, que já foi Presidente do Senado e do Congresso Nacional, eu nunca tinha observado, mesmo nas manifestações do tempo em que V. Ex<sup>a</sup> presidia esta Casa, uma situação tal como aquela com que há pouco me deparei. Eu e o Senador Cristovam Buarque estávamos na Embaixada da França para o almoço e tivemos enorme dificuldade de aqui chegar, porque o acesso ao Congresso estava interrompido, inclusive a via de acesso à Chapelaria, por tratores do chamado “tratoção”. Ao entrar aqui, conversei com coordenadores do “tratoção” – Sr. Homero Alves Pereira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso, e Sr. Carlos Rivaci Sperotto, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura –, que me informaram que já providenciaram, se não estão providenciando neste instante, a desobstrução da entrada do Congresso Nacional. Cumprimento-os por isso. V. Ex<sup>a</sup>, se Presidente do Senado fosse, como naquela ocasião, estaria tomando as medidas urgentes para desobstruir a entrada. Até nós, Senadores, tivemos dificuldade, hoje, de entrar aqui no horário adequado para a sessão, por causa dessa obstrução. Transmitilhes, para que possa a manifestação dos agricultores ser devidamente respeitada, que é muito importante que possam contribuir para os bons trabalhos do Congresso Nacional.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Concordo inteiramente com V. Ex<sup>a</sup>. Defendo a tese dos agricultores, que merecem o apoio do Governo e que não o têm recebido. Entretanto, ninguém tem o poder de obstruir a entrada no Senado Federal.

V. Ex<sup>a</sup> sabe que, quando Presidente, fui criticado, inicialmente, porque fiz esses lagos que, realmente, foram importantes para evitar as desordens naquele tempo da CUT e da CGT. Creio que CUT, CGT, agricultores, seja quem for, não têm o direito de obstruir a entrada do Congresso Nacional, mas cabe à Presidência impedir que isso ocorra.

Naquela época, inclusive, peço licença para lembrar V. Ex<sup>a</sup>, um cachorro avançou na sua roupa e a rasgou.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – É verdade.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Isso me fez, na oportunidade, oferecer-lhe um corte de tropical.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu agradeço, porque V. Ex<sup>a</sup>, de fato, ficou preocupado. O cachorro avançou sobre a minha perna e, felizmente, não pegou a minha coxa, só a calça.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Só pegou a calça. Eu, então, vi-me naquela obrigação de entregar a V. Ex<sup>a</sup> uma roupa nova para que pudesse continuar brilhando no Senado como brilha.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Ainda bem que V. Ex<sup>a</sup> não precisou me dar uma nova perna, porque essa não foi atingida, felizmente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Exatamente, mas poderia ser atingida em outra oportunidade se continuasse aquele sistema de CUT, CGT, grupo de agricultores, seja quem for, prejudicando o acesso à Casa do povo brasileiro, que é o Senado Federal.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que entre em contato com o Presidente Renan Calheiros. Cada dia que passa é mais uma segurança de que as coisas não vão correr bem se as CPIs não forem instaladas e forem obstaculizadas no seu trabalhos. A CPMI dos Correios não pode trabalhar com a dignidade que merece, levando em conta a maneira com que o Governo atua, segurando processos, evidentemente, irregulares e de corrupção.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ouvi atentamente, como o Brasil, o pronunciamento do Senador Antonio Carlos. Recebi um e-mail que quero que V. Ex<sup>a</sup>, depois, leia. Em respeito a V. Ex<sup>a</sup>, não o lerei, mas depois lhe passarei.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Pode ler.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Só o final. Não o lerei, em respeito em V. Ex<sup>a</sup>, porque até V. Ex<sup>a</sup>, que não merece, ele ataca. É injusto.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Pode ler. Eu acho que V. Ex<sup>a</sup> deveria ler.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – “PMDB – Posso Mudar, Depende da Barganha”. Aonde estamos indo,



Senador Papaléo? Um instante, pela ordem. Senador Antonio Carlos, dizem que até o Senador Papaléo esqueceu o caso.

Nem sei se não, mas acho que estou ficando louco, porque enquanto o País pega fogo, os Parlamentares tiram férias. Como podemos fazer qualquer reflexão política séria neste País? Tudo vira *pizza*, vira barganha. Viva os corruptos!

Essa é a opinião pública. Segundo Abraham Lincoln: “Ninguém consegue triunfar se a opinião pública está em seu desfavor. Com a opinião pública a seu lado, ninguém é derrotado”. Juscelino Kubitschek disse: “Como vai o monstro?” O monstro é a opinião pública, que está aí fora.

Ofereço a V. Ex<sup>a</sup>, que representa o PMDB, porque está na Presidência, os nossos nomes – Pedro Simon, Sérgio Cabral e o meu – para essas CPMIs. Nunca fomos convidados ou escalados para participar delas. Merecemos participar desse momento de pureza da Nação, de se pôr a limpo o País.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria para falar antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas, para uma comunicação inadiável.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos para seu pronunciamento. Em seguida, fará uso da palavra o Senador José Jorge, como Líder da Minoria.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho deixar, desta tribuna, minhas palavras de apoio aos produtores rurais de 12 Estados brasileiros, que se encontram em Brasília, reunidos em busca de um justo reconhecimento por parte do Governo Federal.

A manifestação organizada pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA) conta com mais de dois mil tratores e tem como objetivo principal sensibilizar o Governo sobre a crise em Estados atingidos por problemas climáticos, baixos preços de comercialização, concorrência desleal, falta de crédito, endividamento e câmbio desfavorável.

Este é o momento ideal, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de haver uma retribuição governamental firme a um setor

que vem sustentando a economia nacional nos últimos anos – posso até dizer na última década. Ignorar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os apelos seria mais do que injusto, mas, sim, um grave erro político, pois tornaria inviável o trabalho de muitos agricultores por este Brasil.

As informações das entidades representativas dão conta de que as dívidas da última safra chegaram a R\$8 bilhões, devido à seca, ao aumento de custos e à queda de preço dos produtos. O número expressivo, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, justifica, mais do que nunca, um plano de crédito emergencial para a safra 2005 e 2006, com novas linhas de auxílio e mais recursos para o setor. São providências fundamentais, para que os produtores possam honrar seus compromissos e continuar produzindo.

O anúncio do Orçamento do Plano Agrícola e Pecuário de 2005/2006, feito na última sexta-feira pelo Governo Federal, apesar de ter acrescentado R\$5 bilhões em relação a 2004/2005, totalizando um volume de recursos de R\$44,35 bilhões, não será suficiente para contemplar as demandas do setor.

Mesmo com R\$33,2 bilhões previstos para o financiamento de custeio e comercialização da produção, muitos produtores não poderiam se beneficiar por já estarem inadimplentes.

E os exemplos de dificuldades se sucedem, Sr. Presidente. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá ser quase 5% inferior à de 2004. Entre as causas dessa perda, destaca-se, além da instabilidade climática, o fato de os produtores terem comprado insumos com o dólar acima de R\$3,00 – podemos dizer que chegou a R\$3,20 –, enquanto a cotação atual permanece na casa dos R\$2,40.

O conjunto de fatores favoráveis indica também uma baixa perspectiva de futuros investimentos tecnológicos, o que poderá ainda resultar, no próximo ano, segundo técnicos da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –, em lavouras malfeitas e taxas de produtividade ainda menores.

Como se vê, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os números da crise são evidentes, e a nossa esperança é a de que o Presidente Lula e a equipe econômica deste Governo sejam sensibilizados pelo ronco dos tratores que ecoa na Esplanada dos Ministérios. Os agricultores clamam, precisam e merecem uma ajuda concreta do Governo com relação a novas linhas de crédito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, que falará como Líder da Minoria.



S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos para fazer o seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na verdade, nos últimos dias, nas últimas semanas, temos sempre falado desta tribuna acerca de questão, que o Brasil inteiro está acompanhando, referente às denúncias de corrupção ocorrida no Governo.

Primeiramente, houve a entrevista gravada com o Sr. Maurício Marinho e, posteriormente, as declarações do Deputado Roberto Jefferson. Ultimamente, várias questões têm aparecido, o que, na realidade, confirma, cada vez mais, serem, em sua maioria, verdadeiras essas denúncias.

Sr. Presidente, hoje, a CPMI dos Correios já está instalada. Quanto à CPI dos Bingos, nós, do PFL, gostaríamos de instalá-la o mais rápido possível. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a Minoria tem direito de instalar suas CPIs. Na realidade, as CPIs vão funcionar. Portanto, desta tribuna, Sr. Presidente, vou me ater a um outro assunto.

Sr. Presidente, no Brasil, em nosso sistema educacional, a estrutura legal é bastante equacionada, vamos dizer assim. Há na Constituição um capítulo que trata da educação, o qual, praticamente, foi aprovado por consenso na Assembléia Nacional Constituinte de 1988, da qual inclusive participei. Depois, houve a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que foi aprovada oito anos depois, em 1996, após uma grande luta, da qual também participei como Relator. Por último, aprovamos o Plano Nacional de Educação, já na Lei nº 10.172, de 2001, e, nessa época, como Senador, também fui o seu Relator.

Na realidade, Sr. Presidente, o art. 214 da Constituição de 1988 determina:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Sr. Presidente, a Constituição de 1988 colocou, como elemento fundamental, a elaboração do Plano Nacional de Educação, e, aqui, trabalhamos esse

Plano com muita dificuldade, mas conseguimos aprová-lo. Acontece, Sr. Presidente, que, hoje, esse Plano Nacional de Educação está abandonado. O Governo do Presidente Lula simplesmente desprezou o Plano Nacional de Educação. Diga-se de passagem que o PT foi um elemento importante na aprovação de toda estrutura existente no sistema educacional. Inclusive, à época, um conjunto de Parlamentares do PT – à época, eu era Deputado – apresentou um substitutivo para o Plano Nacional da Educação elaborado pelo Governo. Então, houve o Plano do Governo e o plano elaborado pelos Deputados do PT.

Acontece que, agora, no poder, o PT esqueceu-se do Plano Nacional de Educação. No Senado, nenhuma dessas propostas legislativas foi encaminhada pelo Governo. Há uma semana – portanto, há dois anos e meio de Governo –, foi encaminhado um projeto do Fundeb, que é o substituto do Fundef, que está na Câmara, com muitos defeitos e uma série de problemas. Há também o projeto da reforma universitária, que também não foi encaminhado ainda, apesar de já ter sido discutido com a sociedade. Havia um primeiro projeto, que era muito ruim e que, portanto, fora rejeitado pela sociedade; elaboraram um segundo, e o próprio Ministro disse que não era definitivo. E o Governo já vai terminar o seu terceiro ano.

Ao ler o que determina o art. 214 da Constituição, podemos verificar que o Senador Cristovam Buarque, quando Ministro da Educação, estava tentando cumprir esses itens da Constituição. Por exemplo, a erradicação do analfabetismo era prioridade na gestão do Ministro Cristovam Buarque, mas, hoje, não é mais. A universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade do ensino, que eram prioridade, hoje não o são mais, e assim por diante. Hoje, há prioridade para o Ensino Fundamental.

Então, Sr. Presidente, ao preparar este pronunciamento, em primeiro lugar, procedi a uma análise do que está acontecendo, hoje, com o Plano Nacional de Educação, que, a meu ver, deveria ser fundamental, para que pudéssemos dar ordem às mudanças que o Governo quer imprimir à educação.

Se há um capítulo na Constituição tratando da questão, se há a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, e se há o Plano Nacional de Educação, entendo que o Governo – qualquer Governo, não só este –, se quer mudar algo com relação à educação, deve enviar ao Congresso Nacional uma emenda constitucional, a fim de mudar o capítulo da Constituição, ou um projeto mudando a LDB ou deve mudar, por intermédio de projeto, o Plano Nacional de Educação. No caso, este Governo não enviou uma sequer dessas três propos-

tas! Recentemente, enviou a do Fundeb, praticamente com um ano e meio a dois anos de atraso.

Portanto, Sr. Presidente, neste meu pronunciamento, analiso como está sendo executado o Plano Nacional de Educação, mostrando que o Plano não está sendo cumprido. Havia uma série de prerrogativas no sentido de que o Plano fosse acompanhado pelo Governo Federal, com a participação dos Governos municipais e estaduais, mas tudo isso está desprezado. Estou apresentando também um projeto de lei em que solicitamos a montagem de uma nova estrutura para acompanhar essa questão do Plano Nacional de Educação.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque. Não sei se o Senador Sibá Machado pediu o aparte.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Era sobre o assunto anterior.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ah, sobre a CPI. Até gostaria de falar sobre isso, mas estamos falando um pouco sobre educação.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PT – DF) – Senador José Jorge, pedi o aparte, primeiro para entrar no debate que V. Ex<sup>a</sup> traz a esta Casa, sobre um tema que considero fundamental, embora sempre fique tão ausente da nossa agenda, que é a educação básica; segundo, para corroborar algumas de suas afirmações, no sentido de que não é o Governo Lula apenas, é o Governo Lula dando continuidade à história brasileira das últimas décadas, em que os governos federais não dão importância à educação básica. Só para corroborar, dos R\$624 milhões ou R\$625 milhões previstos para a alfabetização neste ano de 2005, até a semana passada só havia sido gasto 0,26%...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Exatamente.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PT – DF) – ... ou seja, um quarto de 1%. Se não me engano, dos R\$30 milhões previstos para a educação infantil, nada havia sido gasto. Essa é uma situação sobre a qual, mesmo sendo referente ao Governo a que pertencemos, não podemos ficar calados. Uma maneira de contribuir com o Governo é alertá-lo, porque não é possível que continuemos com a mesma política: o Governo Federal cuida das universidades e deixa a educação fundamental para os Municípios. Isso, lamentavelmente, é o que continua acontecendo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado. V. Ex<sup>a</sup> pediu um aparte?

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador, cheguei meio atrasado, por causa de problema

de vôo, e não entendi como ficou a decisão sobre os trabalhos em julho. As Comissões instaladas terão plena autoridade de funcionamento? Eu não entendi, porque, se vamos manter todas as Comissões funcionando, isso significa que não só os membros da Comissão que responde pelo recesso deverão estar a postos em seus trabalhos, mas também os das CPIs. É isso, Senador?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O acordo que se está fazendo é no sentido de que as CPIs funcionem durante o recesso. Na Câmara, é possível que isso seja feito. Como as CPIs são mistas, o Regimento da Câmara serve, desde que a CPI aprove.

Essa é a posição, pelo menos até o momento, da Oposição. V. Ex<sup>a</sup> sabe melhor que eu que esses acordos se fazem e se desfazem conforme a temperatura política. Mas, pelo menos até o momento, a idéia é de que as CPIs continuem funcionando e de que haja recesso para as demais Comissões e, evidentemente, para os Plenários da Câmara e do Senado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – E quanto ao Orçamento, pois tínhamos um prazo de votá-lo até amanhã?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A LDO.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – A LDO, desculpe-me.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Com relação à LDO, a idéia é a de que seja votada na quarta-feira ou na quinta-feira. Se não for votada...

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Haverá autoconvocação, ou seja, os trabalhos não serão encerrados.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não é autoconvocação, somente prosseguimento das atividades da Câmara e do Senado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Correto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas a idéia, pelo menos por enquanto, é a de que a votemos amanhã e de que fiquem funcionando, com isso, apenas as CPIs.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que autorize seja dado como lido o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JOSÉ JORGE.**

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup>. e Srs. Senadores, desde o primeiro ano de administração do Presidente Lula, o Congresso Nacional foi palco de inúmeros pronunciamentos de Senadores e de Deputados que apontavam para a fragilidade e o despreparo

do Presidente em governar o País. O Governo dava claros sinais de que faria uma administração espontaneísta, sem planos e sem coordenação.

A própria sociedade brasileira começou a perceber que o Governo Lula era mesmo um governo atrapalhado, com ministros de mais, secretários de mais, diretores de mais e cargos comissionados de mais, sem que o Presidente estivesse preparado para realizar as mudanças prometidas e esperadas pelo povo brasileiro.

Estamos já no meio do terceiro ano da administração Lula, na descida da ladeira de seu mandato, e a situação piorou ainda mais. Ao lado da incompetência, começaram a surgir os *“valdomiros”*, os *“vampiros”*, os *“delúbios”* e outros mais. E o Governo continuou apático, de espantosa lentidão administrativa, inoperante na execução de seus poucos projetos, alguns inclusive voltados para o populismo, para o fisiologismo e para o clientelismo eleitoreiro.

Tudo isso já é extremamente grave, mas, além do desgoverno, que se acentuou, estão vindo à tona os maiores escândalos da história da República.

Mas, neste pronunciamento, não vou tratar de propinas dos Correios, nem de mesadas partidárias do IRB e nem dos *“mensalões”* do Delúbio. Nós da Oposição, por dever cívico e democrático, diante de grave crise que abala a República, estamos extremamente preocupados com a estabilidade das instituições democráticas e com a governabilidade do País.

E o Brasil espera – é bom que se diga – que nós, Parlamentares da Minoria, continuemos fazendo oposição com a mesma seriedade: uma oposição propositiva, construtiva, zelosa e responsável, cumprindo a nossa função constitucional e democrática.

Por essas razões pretendo hoje fazer outra espécie de abordagem. Quero me deter sobre a situação de abandono em que se encontra o Plano Nacional de Educação, quando vejo chegando ao Parlamento os projetos educacionais priorizados pelo Presidente Lula, que mais parecem planos de eleição do que planos de educação.

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação – parece-me oportuno lembrar –, é o resultado do esforço que todos fizemos na verdadeira luta que foi travada nesta Casa e na Câmara dos Deputados, para que o Brasil dispusesse de um Plano Nacional de Educação, com a forma e a força de uma lei.

Tive a honra de ser Relator no Senado daquela lei, e por isso me toca muito de perto vê-la hoje desconhecida, desfigurada, atropelada, esquecida e desprezada pelo Governo atual, como se de nada valessem ou se

nenhuma importância tivessem as suas diretrizes, os seus objetivos e as suas metas.

Por justiça tenho de lembrar também que a Lei nº 10.172 é o resultado de uma rica história, iniciada de forma mais incisiva com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, os quais, por primeiro, propuseram um plano de educação unitário e de bases científicas.

A Constituição Federal de 1934 já trazia, como competência da União, a fixação do seu Plano Nacional de Educação (PNE), atribuindo ao Conselho Nacional de Educação a tarefa de elaborá-lo. Do Conselho Nacional seguia o plano para o Poder Legislativo que o apreciava, embora sem o revestimento de lei.

A Constituição Federal do Estado Novo se omitiu na formulação de um plano nacional, mas todas as constituições que a sucederam, de uma forma ou de outra, previram a elaboração dos planos nacionais de educação, mesmo sem o poder de lei.

Somente com a redemocratização do País, em 1985, foi retomada a idéia de transformar em lei o PNE, obrigação que se tornou imperativo constitucional no art. 214 da Constituição de 1988, que assim define :

“Art. 214 – A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público, que conduzam à :

- I – erradicação do analfabetismo ;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do País.

A Lei nº 9.394 de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, regulamentando a CF, definiu como incumbência da União, no inciso I do seu art. 9º, “elaborar o Plano Nacional da Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”. E no §1º do art. 87, a mesma lei fixa o prazo para a União encaminhar o projeto de lei ao Congresso de um PNE para a década, cumprindo acordo internacional intermediado pela Unesco em Jomtien, na Tailândia, em 1990, na Declaração Mundial sobre a Educação para Todos.

No parecer dos mais eminentes educadores e cientistas da educação de nosso País, esse conjunto de ordenamentos jurídicos, desde os arts. 205 a 216 da Constituição Federal de 1988, até a Emenda Constitucional nº 14/96, que criou o Fundef, com a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de dezembro de 1996, e, por fim, com a Lei nº 10.172, de 2001, que aprovou o PNE, esse conjunto de leis constituiu-se no ciclo mais fecundo e mais importante de toda a história da educação nacional.

No entanto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Governo Lula, que infelizmente continua um governo sem plano e sem rumo, parece desconhecer o próprio Plano Nacional de Educação, exatamente a lei que deve orientar seus planejamentos e seus investimentos em educação.

Neste pronunciamento, vou analisar rapidamente a Lei nº 10.172, que tem apenas 6 artigos em seu corpo, para mostrar que, até agora, no quinto ano do Plano Decenal e no terceiro ano da administração Lula, o Governo não cumpriu nenhum, absolutamente nenhum dos artigos da lei que criou o Plano Nacional de Educação. Isso porque o Presidente Lula tem plano de eleição e não plano de educação.

O art. 1º da Lei nº 10.172, que aprova o plano, deixa muito claro que o Congresso aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona, naquele ato, “Plano Nacional de Educação, com duração de 10 anos”.

Não cabem dúvidas, Sr. Presidente, sobre o entendimento do art. 1º dessa lei. O plano aprovado não é federal, não é estadual, não é municipal, nem é do Distrito Federal. O plano é Nacional, volto a dizer, Nacional, porque é da Federação, porque é de todos os entes federados juntos.

E porque é nacional, esse plano é sistêmico. Por sua natureza intrínseca e por razões técnicas, o PNE não pode ter partes desconectadas. Há um núcleo essencialmente concebido que engloba as suas partes, isto é, as metas de cada ente federado, repartidas e ao mesmo tempo unificadas, sistematicamente, pelo fio condutor dos princípios federativo e republicano.

Assim sendo, cabe à União coordenar a sua concepção e a sua execução, em todas as suas fases. O Poder Executivo não pode esperar que este ou aquele Estado ou Município articule os outros entes federados para tornar o plano realmente nacional. Essa função é da União e é uma função indelegável.

Mas o Governo Lula não assumiu até agora essa visão sistêmica do planejamento. E é muito grave que Governo ainda não tenha assumido a coordenação geral de todo o plano, como lhe cabe pela lei.

Passo ao art. 2º. Ali foi estabelecido que “a partir da vigência desta lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no PNE, elaborar planos decenais correspondentes”. O art. 2º está complementado com o art. 5º, que assevera: “Os Planos Plurianuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão elaborados de modo a dar su-

porte às metas constantes do PNE e dos respectivos planos decenais”.

Nesses dois artigos, a lei indica claramente que os planos dos Estados e Municípios decorrerão do PNE. É com base no PNE que deverão ser feitos os planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Como decorrem do PNE, cabe à União, como ente coordenador, através do MEC, induzir, incentivar, acompanhar e assegurar que cada Estado e cada Município deste País conceba, elabore e aprove o seu respectivo plano.

Daí se conclui: se cada Estado não tem o seu plano; se o Distrito Federal não tem o seu plano e se cada Município não tem o seu plano, o sistema de planejamento que presidiu a aprovação da Lei nº 10.172 não vai se concretizar. Simplesmente não haverá Plano Nacional nenhum, porque são os planos de todos os entes federados que vão dar suporte ao PNE. Se assim não for, a educação nacional ficará diante de um vazio, de um buraco negro, onde podem cair como estão caindo a qualidade da educação e os bilhões de reais nela investidos.

Pergunto aos nobres Senadores: pode uma nação como o Brasil simplesmente colocar debaixo do tapete o seu plano nacional de educação, sobretudo hoje, quando vivemos mundialmente o século do conhecimento, da ciência e da tecnologia? Claro que não. Mas é o que está ocorrendo efetivamente.

Pois bem. Para o Governo Lula, essa questão não é relevante.

Pergunto ainda: o que fez o MEC até agora para assegurar que cada Estado aprovasse o seu plano, já que o plano de cada Estado é parte integrante de um todo que é o Plano Nacional, que aprovamos na Lei nº 10.172?

O que sabemos, e não através do MEC, é que boa parte dos Estados ainda não aprovou o seu plano decenal de educação, como previsto na LDB e na Lei nº 10.172. Mesmo em alguns casos trata-se apenas de uma simples carta de intenções e não de um plano.

Pergunto também aos meus ilustres Pares: o que fez o MEC, como fez e quando fez algum programa a fim de apoiar nossos Municípios para realizar e aprovar os seus planos municipais de educação? Mesmo nos grandes Municípios e até nas capitais dos Estados? Pois bem, o que sabemos, e não pelo MEC, é que cerca de um terço dos 5.562 municípios teriam convertido os seus planos em lei.

Vejam a gravidade do problema, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: o PNE foi aprovado, dentro de uma diretriz sistêmica. O todo é o próprio PNE, que aprovamos, em forma de lei. E as partes são o Plano



Federal, os Planos Estaduais, o Plano do Distrito Federal e os Planos Municipais. Mas tais planos praticamente não existem e, em consequência, passa a não existir o próprio Plano Nacional.

Como há os sem-terra, os sem-teto e os sem-emprego, há também um país-sem-plano-nacional-de-educação.

É esse o Brasil da era Lula.

Leio agora o caput do art. 3º – da mesma lei, em que está dito: “A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas da implementação do PNE”.

A essas alturas, já se vê que o artigo 3º caminha para a sepultura. Vai virar lei morta. Não sei se não é crime e, se for, não sei como tipificar o crime de um governante que não implementa o Plano Nacional de Educação do seu País.

Como poderemos agora avaliar um “suposto” Plano Nacional, há quase 5 anos existindo de direito, se inexistente, de fato, porque ainda não foi integralizado com os planos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios?

É bem verdade que, já no ano 2001, ano em que a Lei nº 10.172 foi aprovada, os Estados e os Municípios poderiam ter iniciado a construção dos seus planos, em consonância com o plano nacional. Pernambuco foi o único Estado da federação que cumpriu esta fase e em 2002 o Plano Estadual de Educação de Pernambuco já era lei.

Ainda é compreensível que no segundo ano da década da educação brasileira, ainda não pudéssemos caracterizar tal fato como um verdadeiro crime contra a Nação, até porque o ano de 2002 foi muito turbulento, pelo embate eleitoral radicalizado pelo PT e que levou ao poder o Presidente Lula.

Mas, como prevê o § 2º do mesmo art. 3º, “a primeira avaliação [do PNE] realizar-se-á no 4º – ano de vigência da lei, portanto em 2004, cabendo ao Congresso Nacional aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções”.

E aqui cabe mais uma pergunta: onde, quando, em que lugar, em quantos Estados, em quantos Municípios, o Governo Federal fez qualquer avaliação do nosso Plano Nacional de Educação? Onde estão os seus relatórios – se existirem –, dando conta desta tarefa legal do Governo? Quais as medidas sugeridas pelo Governo a esta Casa ou à Câmara dos Deputados, para correção de deficiências e distorções, para modificar a lei? Quando o MEC convocou qualquer Estado, ou o Distrito Federal, ou qualquer dos 5.562 municípios para fazer tal avaliação? E, veja-se, essa incumbência

de articular a avaliação pertence, por lei, à União, ao Governo Federal, ao MEC, ao Presidente Lula.

Vejamos o que estabelece o art. 4º da mesma lei: “A União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do PNE”.

E pergunto mais uma vez, aos meus ilustres Pares e à sociedade brasileira: quem conhece esse sistema de avaliação criado pela União? Quando foi instituído? Quais os mecanismos para acompanhamento fornecidos pelo Governo, para que inclusive esta Casa possa acompanhar a execução do PNE, como prevê o § 2º do art. 3º da citada Lei?

Não, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: não existe o sistema, não existem os mecanismos, não existe tampouco a avaliação, para não dizer que o próprio Governo está inviabilizando o PNE como plano. Essa situação é típica do Brasil de hoje: a educação nacional está sem plano, como o País está sem rumos e sem gestão.

Por fim, no art. 6º vejo que a Lei nº 10.172 prevê que os “Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação”.

Não se conhece ainda, na era Lula, nenhuma campanha publicitária para divulgar o PNE, para dar transparência às possíveis atividades ou aos projetos e metas do plano para a população. Quando o Governo inclui em sua publicidade a educação, é para falar de projetos eleitorais, em geral sem qualquer interface com o PNE.

Nesse artigo, como acabei de ler, incumbe-se o Poder Público de incentivar a participação do povo no acompanhamento e na execução do plano, através dos meios de comunicação. Mas não existe a divulgação do plano, nem o próprio plano foi ainda concluído, está enroscado num eterno **fieri** heracliteano.

Convenhamos que nunca se fez tanta campanha publicitária de um governo como o atual. Quem saberia fazer o cálculo dos gastos com publicidade da Presidência da República, de todos os Ministérios e das Secretarias de nível ministerial, de todas as fundações, de todas as empresas públicas, enfim, de todo o Poder Executivo com os seus poderosos tentáculos? E, de posse dos dados, fazer a comparação dessas despesas com o que se gasta com a geração de empregos, com o apoio às pequenas e médias empresas, com o combate ao analfabetismo, com a universalização do ensino médio, com a expansão da educação profissional e tecnológica, com os programas de educação de jovens e adultos, com a precariedade de assistência



à saúde do povo brasileiro, com o combate à fome e também, é claro, com a divulgação do PNE?

Será que algum brasileiro já viu uma só propaganda institucional do Governo Lula sobre o Plano Nacional de Educação, sobre sua avaliação e sobre a sua divulgação? É claro que não. O PNE não produz votos para 2006! Não é matéria de interesse para o Ministro Gushiken?

No "InformativoMEC" de julho de 2004, o Ministério informa as quatro prioridades do Governo Lula, sendo a primeira a "reforma da educação superior, para ampliar e fortalecer a universidade pública e gratuita e nortear pelo interesse público as instituições particulares com padrões de qualidade".

Estamos a postos para dar apoio à reforma da educação superior, por questão de justiça social e de estratégia de desenvolvimento do País.

Uma segunda prioridade é a implantação do Fundeb, imitando o Fundef, como filosofia e como sistemática. E é muito bom que o Governo imite o governo anterior, como Palocci vem fazendo desde o início desta administração. E nós estamos aqui também preparados para analisar e votar o Fundeb.

Mas o que nos preocupa é que esses projetos vêm carimbados pelo Plano Nacional de Eleição e não pelo Plano Nacional de Educação.

Na verdade, o Governo não está levando em consideração as prioridades no já citado art. 214 da Constituição Federal:

- I – erradicação do analfabetismo ;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Tampouco está percebendo os grandes desafios da educação em nosso País:

Dos 119 milhões de brasileiros com mais de 15 anos de idade, 16 milhões continuam analfabetos; 33 milhões são analfabetos funcionais e 53 milhões são pessoas que não concluíram a 8ª. série.

O Brasil tem 13 milhões de crianças de 0 a 3 anos e nas creches o País tem apenas 1.133.038 crianças matriculadas; tem 10 milhões de crianças de 4 a 6 anos e, nas escolas de pré-escolar, tem apenas 4,5 milhões de crianças matriculadas.

O Brasil tem 10 milhões de jovens de 15 a 17 anos, e somente 4 milhões estão nos seus cursos de nível médio.

Em 2004, o Brasil tinha apenas 676 mil alunos matriculados nos cursos de educação profissional de nível técnico.

Nos cursos de educação de jovens e adultos, desde o início do ensino fundamental até o último ano de nível médio, o Brasil tinha apenas 4.5 milhões de matriculados em 2004.

O Brasil tem apenas 11,5% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados em cursos superiores, um dos percentuais mais baixos inclusive da América Latina.

Será que tais desafios não exigem do Governo, por uma razão de Estado, de alta relevância e de extrema responsabilidade, voltar ao PNE e voltar ao art. 214 da Constituição Federal para concluir o próprio planejamento com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e para cumprir as metas já definidas como lei, para o decênio que vai se encerrar em janeiro de 2011?

Será que ainda podemos esperar que o Governo cumpra o PNE?

Por essas razões, Sr. Presidente, quero propor que a Comissão de Educação do Senado Federal elabore um decreto legislativo ou outro instrumento legal, que seja coercitivo, obrigando o Chefe do Executivo, por meio do MEC a:

- articular todos os Estados da Federação para concluir em até 6 meses os seus respectivos planos estaduais de educação;
- articular todos os Municípios brasileiros para concluir em até 12 meses os seus planos municipais de educação;
- promover, ao final dos próximos 12 meses, uma ampla avaliação nacional do PNE, para adequar as metas dos planos estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios para alterar, se for o caso, as próprias metas do PNE, de forma a realmente executar o nosso PNE, criado pela Lei n.º 10.172;
- criar, de imediato, o sistema de avaliação e disponibilizar os instrumentos de avaliação para todos os entes federados, com o fim de dar a dimensão nacional à avaliação do PNE;
- criar, de imediato, espaços na mídia institucional da própria Presidência da República para incentivar a participação da sociedade no acompanhamento e avaliação do PNE.

Ao concluir, eu gostaria de solicitar do ilustre Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão de Educação do Senado, o apoio daquele colegiado para que façamos cumprir os princípios e os termos do Plano Nacional de Educação, e de informar que estou apre-

sentando, nesta Casa, um projeto de lei que define responsabilidades e fixa prazos relativos ao Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172, de 2001.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª a minha inscrição para falar como Líder do Bloco imediatamente após a Ordem do Dia. Tão logo chegue a autorização, faço-a chegar a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Exª está inscrito em quarto lugar, após a Ordem do Dia. Estão inscritos os Senadores Leonel Pavan, Efraim Moraes, Maguito Vilela e V. Exª.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Quero tirar uma dúvida: antes da Ordem do Dia, qual seria a minha localização?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Se V. Exª me trouxer a autorização até a Ordem do Dia...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Posso falar de imediato, então? Tão logo chegue a autorização, prefiro falar antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Desde que não haja um Líder que peça a palavra antes de iniciar a Ordem do Dia.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Eu entendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para uma comunicação inadiável. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Senador Mão Santa, do PMDB do PI, V. Exª tem a palavra.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim Moraes, que preside esta sessão de 28 de junho

de 2005 do Senado Federal, Senadoras, Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, Senador Antonio Carlos Magalhães, é preciso navegar. Governar, em grego, é navegar. Senador Heráclito Fortes, navegar significava a maior exigência de competência e coragem. Senador Juvêncio da Fonseca, sem bússolas. “Navegar é preciso, viver não é preciso.” Em grego, “governar” é navegar, e “preciso” é precisão. Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª e o Senador Tasso Jereissati governaram a Bahia e o Ceará umas três vezes. Vou falar de um, Senador Alberto Silva, que governou quatro vezes: Franklin Delano Roosevelt. Por quatro vezes, ele foi Presidente dos Estados Unidos, e o que nos deixou? Esse país rico, modelo de democracia, de liberdade, de igualdade, Senador Leonel Pavan.

Mas, atentai bem, Senador Hélio Costa, V. Exª que é meio americano, meio mineiro.

**O Sr. Hélio Costa** (PMDB – MG) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Permito até o horário todo. V. Exª veio de Minas. **Libertas quae sera tamen.** Minas, de Juscelino Kubitschek, do desenvolvimento, que está faltando neste Governo!

**O Sr. Hélio Costa** (PMDB – MG) – Só gostaria de lembrar a V. Exª que não devemos confundir americanista com ameriqueiro. Americanista é quem estuda a política dos Estados Unidos e a sociedade americana. Foi o que fiz durante dezoito anos. Da mesma forma que existem brasilianistas famosos, americanos que estudam o Brasil, há brasileiros que estudam os Estados Unidos. Muito obrigado, Senador.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pois V. Exª há de se lembrar dos ensinamentos de Franklin Delano Roosevelt. Espero que V. Exª, como Vice-Líder dessa aliança do Governo Lula, leve esse ensinamento.

Aí está! Um quadro vale por dez mil palavras, Senadora Heloísa Helena! Olhe o “tratoração”! Vinte mil tratores! Negar isso? O sistema publicitário de Getúlio Vargas dizia que tudo era mentira. Aí Afonso Arinos veio aqui e disse: “Será mentira a viúva? Será mentira o órfão? Será mentira o sangue? Será mentira o mar de lama?” Será mentira esse “tratoração”?

Senador Hélio Costa, leve isso a Lula – a Lula cá, não a Lula lá, de Aerolula, nas nuvens.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª se lembra, nos programas políticos, que Lula dizia “Vou ser diferente de Fernando Henrique Cardoso, não vou andar viajando, não. Aliás, vou viajar é pelo Brasil, saber do que precisa o homem do campo, do que precisa o piauiense ou o amazônida”. Palavras, palavras,

palavras que se tornaram hoje uma mentira. Esta é a grande verdade.

Mas, Senador Hélio Costa, Franklin Delano Roosevelt disse – atentai para esse quadro que aí está, do “tratoação” – primeiro: “Levai um bico de luz ao campo e que na panela de cada homem do campo tenha uma galinha, e a família ficará lá”. Não era o Fome Zero, era a verdade. E disse mais: “As cidades podem ser destruídas, porque elas ressurgirão do campo; mas se o campo for destruído, as cidades perecerão”.

É, Senador Efraim Morais, esse é o grito do “tratoação”.

E o estado real, Senador Alvaro Dias, do campo seria só um, e um quadro vale por dez mil palavras. Um País deste, Senadora Heloisa Helena, em que uma água importada, essa que a elite hoje rica do PT toma, essas águas minerais importadas são mais caras do que um litro de leite, Senador Alberto Silva.

Qual a perspectiva do campo, do criador, do pecuarista e do plantador? Essa é a verdade. E aí está o resultado: propaganda, propaganda, propaganda. É o Governo de Duda Goebbels Mendonça, onde uma mentira repetida se torna verdade. Mas, Senador Heráclito Fortes, não é aquilo que aprendemos no Piauí. Lá aprendemos que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. E a verdade está aí, Senador Alberto Silva, o “tratoação”.

O que me traz aqui é uma preocupação muito maior: a carcinicultura, cultivo de camarão.

Atentai bem, Sibá, aquela sua Ministra...Atentai bem para ela entender as coisas. Vou pedir para ela vir para cá e você ir para lá, ser Ministro do Meio Ambiente.

Senadora Heloísa Helena, atentai bem, carcinicultura é o cultivo do camarão. Alberto Silva, lembro-me muito bem de que o Grupo Klabin, há trinta anos, tentou começar isso no Piauí. V. Ex<sup>a</sup> levou a energia para o Piauí, mas estava fraquinha: 69KW, e eu transformei em 138KW. Então, foi possível. E a carcinicultura desenvolvia-se lá no Equador, na América do Sul, Hélio Costa, não na América da novela e do Bush. Desenvolvia-se aqui, no Equador. Então, Guayaqui e Manta. Eu fui lá. Houve uma epidemia, Heloisa Helena, assim como uma vaca louca, no camarão. Eles ficaram doentes, pálidos, anêmicos, e busquei muitos técnicos. Eles se desenvolveram no Nordeste, floresceram.

Sibá, tenho um documento dos carcinicultores – peço que seja, aliás, peço mesmo é que V. Ex<sup>a</sup> vá para o Ministério e a Senadora venha para cá. Heloísa Helena, para que V. Ex<sup>a</sup> tenha o significado, digo que a riqueza do Piauí é ainda a cera de carnaúba. É secular. Então, quando eu governava o Piauí, isso importava na maior exportação. Em pouco tempo, o Piauí, que

busca a riqueza, como o litoral do Nordeste, onde prosperou a carcinicultura, exporta camarão e essa renda equivale à da cera carnaúba, que propiciou emprego, trabalho e riqueza.

O que quero é o debate, que me leve lá na Ministra. Aliás, o que quero pedir é isso. Não quero nada, não tenho interesse.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Mão Santa?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Mas quero lhe dizer que está aqui em documentos. Senador Alberto Silva, temos que entender as coisas. Senadora Heloísa Helena, Sófocles disse, ninguém é contra a natureza. Fui professor de Biologia, estudei Ecologia.

Senador Tasso Jereissati, isto interessa a V. Ex<sup>a</sup>: em 1985, Senador Efraim, representante da Paraíba, que também é Nordeste, desenvolveu a carcinicultura, havia vinte projetos. Hoje, há novecentos e cinco no nosso Nordeste. Eles estão totalmente amarrados, impossibilitados por falta de entendimento.

A natureza sempre existiu, e Sófocles disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano, é a gente. E isso propicia trabalho, riqueza.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Mão Santa?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Na nossa região só tem desemprego, fome e miséria. Então, eles estão sendo como destruidores.

Pior ainda, um Deputado do PT, que foi relator na Câmara – advirto o Senado para isso; Senador Heráclito Fortes tem já o aparte, a querida Heloisa Helena e o nosso João Batista – disse que o que eles estão fazendo mata até gente. Então, suspenderam todas as licenças, todo o desenvolvimento. Estão estagnando o nosso Nordeste, que está em atraso, em retrocesso.

Vamos pela seqüência, Senador Heráclito Fortes, depois João Batista e, finalmente, a encantadora Heloisa Helena, que quero convidar para conhecer os processos.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte e quero mostrar o quanto ele é oportuno. No exato momento em que V. Ex<sup>a</sup> defende os carcinicultores do Piauí, mostra as dificuldades que o Piauí enfrenta, recebo aqui uma cópia de uma matéria do **jornal Meio Norte**, publicada hoje, com a seguinte manchete: “Ministro da Agricultura compra terras griladas nos Cerrados”. Senador Alberto Silva, depois o Governador Wellington Dias e o Presidente do Interpi afirmam: “O Governador Wellington Dias informou ontem que entre as autoridades que compraram terras devolutas do Piauí na região dos Cerrados do Piauí, após serem griladas e registradas em cartório

ilegalmente, está o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues". Essa é a técnica desleal empregada pelo PT. Apuram-se grilagens de terra no Piauí praticada agora – coisa recente – e, como escudo de proteção, eles se remetem ao fato...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – ... envolvendo o empresário Roberto Rodrigues na década de 90, que comprou terras com problemas e se encontra na Justiça. Citam o ex-Ministro César Cals, que só de morto deve ter de 15 a 20 anos, mas sobre as questões atuais não falam. Expor um companheiro de Governo, no caso o Ministro Roberto Rodrigues, com manchete estapafúrdia de jornal? Isso não importa para o Governador do Piauí, para seu Presidente do Interpi, mas o que a sociedade piauiense quer saber é exatamente o que está acontecendo no presente momento, Senador Mão Santa. E o Governador, então, desvia do assunto, remetendo para fatos remotos, coisa muito parecida com a que alguns estão tentando fazer na atual CPI dos Correios, tirando de foco o assunto em questão, que é a corrupção, e usando um retrovisor gigante, que ilumina os caminhos do PT, para remontar a fatos passados. Mas essa é a maneira de agir. Quero, de antemão, dizer que o povo piauiense tem vontade, tem desejo de que homens da qualidade do Ministro Roberto Rodrigues invistam, com a sua sabedoria, com a sua competência e capacidade, nas produtivas terras piauienses.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI)** – Agradeço, incorporo e conclamo aqui toda a Bancada...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Mão Santa, para concluir.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI)** – Efraim, eu gostaria...

**O SR. João Batista Motta (PMDB – ES)** – Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI)** – Com a palavra o Senador João Batista Motta, com a aquiescência de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Isso é problema do Nordeste, da Paraíba, por isso Deus o colocou na Presidência.

**O Sr. João Batista Motta (PMDB – ES)** – Senador Mão Santa, a impressão que se tem é que o Governo enlouqueceu. O problema da carcinicultura no Nordeste, como em todo o País, mostra que o brasileiro não tem mais como trabalhar, o Governo não quer mais que o brasileiro trabalhe. Agora, não é só a carcinicultura. O tratorado que está aí em frente ao Congresso, com tratores velhos, novos, toda a legião de agricultores que está aí na porta do nosso Congresso é de cortar o coração. Esse povo nunca precisou estar aqui, esse povo não tem mais como trabalhar,

esse povo não tem mais o que fazer, esse povo está impedido de agir dentro das próprias terras, está proibido de trabalhar!

Veja bem, Senador Mão Santa, há poucos dias, o Presidente do Ibama de Brasília foi preso, foi levado num camburão, algemado, um homem honesto, direito, sabemos. Ele pertence ao quadro do PT, mas é um homem direito, temos que reconhecer. Simplesmente, a política é que não permite que se tenha preço garantido para o agricultor, que, quando planta, está custando 50, daqui a pouco tem que vender por 15, por 20. Não suportamos mais! Só se tem complacência, só se tem pena da indústria internacional, da Volkswagen, das multinacionais estrangeiras. Essas são beneficiadas. O brasileiro tem que morrer de fome. Essa é uma determinação deste Governo, infelizmente.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI)** – Concedo um aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.

**O Sr. Juvêncio da Fonseca (PDT – MS)** – Senador Mão Santa, os argumentos de V. Ex<sup>a</sup> são sempre muito lúcidos e de um fundo culto de conhecimento inteiro, não só da literatura, mas das questões nacionais. Eu gostaria de somar ao seu discurso essa informação que a imprensa deu nesse início de semana, de que a dívida pública cresceu 25% nesse início de ano. Os juros escorchantes que estão aí, que são da tolerância do Governo Federal, favorecem o enriquecimento cada vez maior dos bancos, enquanto os homens de mãos calejadas estão aqui. Quantos peões estão nesses tratores e quantos proprietários de terra estão nesses tratores, querendo trabalhar a terra e não conseguem! Querendo produzir e não conseguem!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – A Mesa solicita ao orador que conclua o seu pronunciamento, pois fomos bastante tolerantes, e daremos mais dois minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Pois não, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.)** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> diz que está muito tolerante, e acho que é verdade, porque V. Ex<sup>a</sup> deveria ter começado a Ordem do Dia às 16 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex<sup>a</sup> me dá mais um motivo de tolerância.

**O Sr. Juvêncio da Fonseca (PDT – MS)** – Eu gostaria de terminar o meu aparte. Senador Mão Santa, enquanto essas mãos calejadas nos volantes dos tratores, na rua, com os pés andando nessas ruas de Brasília, estão nesse sacrifício imenso para mostrar a sua linguagem de progresso ao País, os banqueiros estão sentados em seus gabinetes faturando sem



trabalho, apenas por meio da emissão de papéis e a *Internet* funcionando *on line* para que esse movimento imenso, essa riqueza imensa, que gira nos bancos, cada vez cresça mais. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Incorporo as palavras do Senador Juvêncio da Fonseca.

Senador Tasso Jereissati, e o relatório da Câmara Federal é de um Deputado Federal. Acho que V. Ex<sup>a</sup> com seus olhos verdes o perturbou. Ele é João Alfredo do PT. Acho que foi ódio com tudo que é da natureza, com sua beleza; os centros de carcinicultura estão praticamente fechados, perseguidos, violentados. Para essas coisas tem que ter sensibilidade política e responsabilidade administrativa, mas foi desse João Alfredo.

Para terminar, vou citar um frase que não é de qualquer um, é de Armando Klabin. Foi ele que plantou no nosso Piauí a maior fábrica de jaborandi, pilocarpina, da Vegetex, que foi para a Merck, da Alemanha, e ele merece respeito. Foi só uma frase que ele disse. O relatório do Deputado do PT, pelo Estado do Ceará, é um libelo ao desconhecimento e má-fé de um grupelho que corrobora pelo insucesso das iniciativas sociais e econômicas que acentuam a miséria nordestina. Porque ele vê, em cada empresário, um Senador Tasso Jereissati, encheu de ódio e fechou todos os pólos de carcinicultura

E para terminar, em respeito à Paraíba, aqui está o documento de Itamar Paiva Rocha, que é o Presidente da carcinicultura. Então, são essas palavras, Senador Alberto Silva, e convoquei o Deputado Mussa Demes, do Piauí, Coordenador da nossa Bancada, para dar solidariedade e apoio a esses homens que tentam explorar e fazer a riqueza do Piauí.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos.

Solicito à Assessoria que ligue as campanhas a fim de darmos início à Ordem do Dia, atendendo solicitação do Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, embora de maneira atabalhoada, acho que demos um passo significativo na Câmara dos Deputados com a votação de alguns importantes pontos da Reforma Política Brasileira.

Eu queria fazer aqui um apanhado geral daquilo que posso captar do debate que está sendo feito e o que considero mais importante que estas duas Casas podem oferecer ao País.

Listei 12 passos, inevitáveis, que a reforma política deve tratar, Sr. Presidente:

- o fim das coligações;
- a votação em lista;
- o financiamento público de campanhas;
- a fidelidade partidária;
- as cláusulas de barreira;
- o horário gratuito de propaganda política;
- o voto distrital proporcional;
- a suplência no Senado;
- o voto facultativo, obrigatório;
- a representação no Congresso Nacional, principalmente na Câmara dos Deputados;
- as eleições majoritárias e as eleições proporcionais
  - se elas se juntam ou se separam de vez;
- questão de novo prazo de mandato para cargo no Executivo e no Parlamento; se se mantém ou não a lei da reeleição ou se a extingue;
- e a questão da verticalização.

É difícil falar isso tudo em cinco minutos. Mas vou fazer algumas considerações do que estou, particularmente, defendendo. Primeiro, acho – e tenho até projetos escritos e feito vários debates aqui – que o prazo de mandato no Brasil está equivocado quando se coloca quatro anos. E mais equivocado ainda é termos eleição no País a cada dois anos. Ou seja, do jeito que se reclama da promiscuidade das relações parlamentares com troca de Partidos, a cada instante que a conjuntura se flexibiliza, tira, no meu entendimento, a possibilidade qualquer de termos esse conjunto de situações aqui em convivência harmoniosa. As eleições, no meu entendimento, têm de ser em data única, com mandatos coincidentes, de vereador a Presidente da República. Que pudéssemos acrescentar um ano no mandato de todos, retirando-se a possibilidade de reeleição. Creio que a metodologia utilizada no País, anteriormente à emenda da reeleição – eram cinco anos para o Executivo –, garantia ao gestor público a possibilidade de executar o seu plano de trabalho.

Todos com quem conversei até hoje sempre me disseram que o primeiro ano é para entender a máquina. No segundo ano, já se deparam com uma eleição da qual são obrigados a participar ativamente para formar uma nova aliança política. No terceiro ano têm, de fato, um orçamento pensado e elaborado com o conhecimento da máquina, com um corpo administrativo a pleno vapor. Só teriam esse ano para poder trabalhar. No quarto ano, já há o encerramento do mandato, a disputa da eleição, com a hipótese da reeleição, e uma série de ambigüidades que se fazem presentes.

Sr. Presidente, creio que esses doze pontos que foram listados são obrigatórios; têm que ser analisados e trabalhados coletivamente.

Se perguntássemos à sociedade brasileira o que entende sobre a representação no Senado Federal,



principalmente da suplência, se fizéssemos um plebiscito, com certeza iriam exigir que se voltasse ao período da sub-legenda. O suplente de Senador era obrigado a ter voto para chegar a esta Casa com legitimidade. Tanto concordo com essa tese que tenho também projetos apresentados nessa direção.

Eu gostaria de aproveitar essa ocasião da reforma política para que, na nossa CCJ – e está presente no plenário o Presidente daquela Comissão –, pudesse uma subcomissão temporária, no meu entendimento, utilizar um dia para analisar, no calor do debate, todas essas matérias que ainda estão no âmbito da Comissão e emitir um parecer, embora não com uma característica determinante, dizendo o que o Senado poderia oferecer ainda a essa tão sonhada reforma política, pois só aqui já listei 12 itens inseparáveis, do meu ponto de vista.

Ouçõ com atenção o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – V. Ex<sup>a</sup>, em primeiro lugar, é favorável a aumentar ou a diminuir o mandato de Senador?

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC)** – Não; penso que o tempo do mandato de senador está correto. Apresento uma idéia sobre a suplência, porque concordo que é preciso melhorar o grau de representatividade do suplente nesta Casa. Qual seria o critério? Não tenho aqui...

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – Só não concordo com isso porque V. Ex<sup>a</sup> veio substituir a Senadora Marina Silva e hoje é a figura mais evidente e mais brilhante do PT.

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC)** – Obrigado. Agradeço de coração as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, sempre carinhosas com a minha pessoa.

Apresentei aqui um projeto nesse sentido, e o Senador Paulo Octávio também tem algo bem parecido com essa idéia. Então, Sr. Presidente, no meu entendimento, com a unificação dos mandatos, haveria obrigatoriamente uma aliança que, sendo vitoriosa numa eleição, duraria por todo aquele mandato. Não ficaríamos à mercê de, a cada eleição, termos que desmanchar tudo novamente.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> um minuto de prorrogação do meu tempo.

Quanto à fidelidade partidária, a Casa já trabalha algumas idéias no âmbito regimental, mas acredito que seja possível adiantar no Senado, em termos regimentais, algo que pudesse também ser absorvido em projeto de lei, ou seja, ser do âmbito da própria Comissão em que está sendo trabalhado uma proposta de resolução ou um projeto de lei do Senado

Federal para ser imediatamente remetido à Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, há ganhos que a Câmara nos traz aqui, como a cláusula de barreira. É sempre uma ambigüidade estarmos aqui falando para se evitar a promiscuidade de partidos que só querem utilizar horário gratuito da televisão, mas também temo o cerceamento de partidos de ideologias convictas e históricas, como é o caso do Partido Comunista do Brasil, do recém-criado P-Sol e de outros, que são partidos que têm na sua configuração um arcabouço ideológico e não fisiológico, como é a preocupação do que está sendo colocado aqui nas cláusulas de barreira.

Portanto, no meu entendimento, nada melhor que se pudesse ter a junção dessa Comissão Especial da Câmara dos Deputados com a Comissão Especial do Senado Federal, no que for possível, com o que ganharíamos, entrando com isso em procedimento já a partir de 2006.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – Mas V. Ex<sup>a</sup> não está se referindo a esse acordo agora com o PMDB?

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC)** – Não, absolutamente. Eu queria apenas que a CCJ pudesse pegar as matérias... Quanto àquilo que já foi votado no Senado, parabéns; quanto ao que ainda não foi votado no Senado, que pudesse se aproveitar essa onda do debate da reforma política e acrescentar mais novidades que sejam importantes para a conclusão dessa tão importante reforma que a sociedade brasileira está a aguardar.

Sr. Presidente, agradeço a sua tolerância. V. Ex<sup>a</sup> é um piauiense atento às questões do nosso Estado. Gostaria de voltar ao assunto em um momento mais adequado.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – Já prolonguei o seu tempo por três minutos por V. Ex<sup>a</sup> ter nascido no Piauí.

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC)** – Agradeço muito as duas oportunidades: a de ser presidido por V. Ex<sup>a</sup> e a de ter nascido no Piauí.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – E se V. Ex<sup>a</sup> quiser pode dispor de mais um minuto pela mudança da gravata.

*Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nos termos do art. 403 do Regimento Interno do Senado Federal, estou encaminhando à Mesa uma questão de ordem sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito durante o recesso do Congresso Nacional no mês de julho.

Nos últimos dias, o Presidente Renan Calheiros anunciou que a Comissão funcionaria normalmente durante o recesso de julho. Como há previsão para votação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) – pelo menos é o que se anuncia, já há o parecer do Relator e há aqueles que esperam, principalmente a Base aliada no Congresso Nacional, a votação da LDO –, obviamente se encerraria o período com essa votação.

Por essa razão, indago – evidentemente o Senador Renan Calheiros poderá responder posteriormente – se haverá um ato da Mesa convocando o Congresso

Nacional para esse fim específico, ou seja, para o funcionamento único e exclusivo das CPMLs já instaladas. Se a resposta for positiva, ótimo; todavia, se não for positiva, indago da Mesa, com base no mesmo § 2º do art. 57 da Constituição, o que ocorrerá na eventualidade de algum depoente se negar a prestar esclarecimentos à CPML pelo simples fato de o Congresso Nacional estar em recesso e não haver respaldo legal para o funcionamento das CPMLs.

É por essa razão que estou indagando do Presidente do Congresso Nacional se haverá um ato formal da Mesa convocando o Congresso Nacional para que as comissões possam funcionar durante o recesso.

Creio que seria uma providência necessária, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR.SENADORALVARODIASEMSEUPRO-  
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Questão de Ordem**

**(Senador Álvaro Dias)**

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 403, do Regimento Interno do Senado Federal, apresento a seguinte Questão de Ordem sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito – CPML's, durante o recesso do Congresso Nacional, no mês de julho de 2005.

Nos últimos dias foram publicadas declarações do presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, e do presidente do Senado, senador Renan Calheiros, afirmando que os trabalhos das CPML's, devidamente instaladas, ocorrerão normalmente durante o recesso de julho que, em princípio, está estabelecido para inicia-se no próximo dia primeiro.

No entanto senhor presidente, o parágrafo segundo do artigo 57 da Constituição estabelece que a Sessão Legislativa é interrompida assim que é aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Como o parecer do relator à LDO/2006 já foi divulgado, é bem provável que nos próximos dias o Congresso Nacional delibere sobre esta proposição que norteia os princípios gerais para elaboração do Orçamento Geral da União do exercício financeiro de 2006.

Como os regimentos das Casas do Congresso não são claros em relação a esse procedimento eu pergunto a Vossa Excelência:

Haverá um Ato da Mesa convocando o Congresso Nacional para esse fim específico, ou seja, para o funcionamento único e exclusivo das CPMI's já instaladas?

Caso a resposta seja positiva eu agradeço a atenção de Vossa Excelência, antecipadamente.

Caso a resposta seja negativa, eu indago a Vossa Excelência se, com base no mesmo § 2º do art. 57 da Constituição, algum depoente não poderá se negar a prestar esclarecimentos à CPMI pelo simples fato do Congresso Nacional estar em recesso e não haver respaldo legal para o funcionamento das CPMI's.

É a Questão de Ordem que apresento.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005.



Senador Alvaro Dias

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Encaminharemos sua solicitação ao Presidente da Mesa.

Haverá amanhã uma sessão conjunta do Congresso Nacional, às 20 horas, reunindo a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Sugerimos que V. Exª faça sua solicitação nessa reunião.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, do PFL, do Estado da Paraíba, por permuta com o Senador Nezinho Alencar.

S. Exª tem dez minutos, com dois de prorrogação.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, preocupa-me, como a todo o País, a velocidade, extensão e profundidade da presente crise. Todos nos empenhamos em crer e fazer crer que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, estaria fora do alcance das acusações.

Todavia, à medida que se coletam novas informações e o quebra-cabeças do escândalo vem sendo

montado, torna-se cada vez mais problemático sustentar a inocência ou o alheamento presidencial.

O que se tem hoje é um dilema constrangedor, que só a CPI será capaz de esclarecer: ou o Presidente sabia – e é réu de crime de prevaricação; ou não sabia – e é inepto. Nenhuma das duas hipóteses o favorece – nem a ele, nem ao País.

Grande parte dos fatos, segundo depoimento de seus protagonistas, passou-se na ante-sala do Presidente da República. Tal como o escândalo Waldomiro Diniz, tudo se deu na intimidade presidencial.

Senão vejamos.

O publicitário Márcio Valério, em entrevista à revista **Veja** desta semana, declarou que esteve várias vezes no Palácio do Planalto – mais especificamente na Casa Civil –, onde teria visitado a assessora-chefe Sandra Cabral, para, segundo ele, tratar de uma possível candidatura a Deputado Federal, pelo Estado de Goiás, do Sr. Delúbio.

Admitiu ainda que conversou algumas vezes – segundo ele, poucas vezes – com o então Ministro José Dirceu, em “encontros casuais”.

Ou seja, estava ali, na Casa Civil, conversando abobrinhas com a assessora-chefe, e, a certa altura, deparou-se com o próprio Ministro, com quem falou, segundo seu depoimento, de política, mas, ainda conforme ele, “sem liberdade”.

“O Zé” – disse ele – “é professor de Deus”. Não sei bem o que ele quis dizer com isso. Talvez registrar a natureza arrogante do ex-Ministro.

Por telefone, segundo ele próprio, Valério, contou a **Veja**, ele e José Dirceu conversaram “umas duas vezes”.

Marcos Valério, sabemos agora, era o homem que operava o mensalão. O “homem da mala”, segundo o Deputado Roberto Jefferson. As revistas semanais expuseram a seqüência de saques milionários que fez no Banco Rural, com destino ainda não comprovado.

A revista **IstoÉ** contabilizou mais de R\$21 milhões. O “Jornal Nacional” registrou mais de R\$27 milhões. Em qualquer das duas hipóteses, são somas altíssimas, que exigem explicação.

Os valores que manipulou coincidem com os valores citados pelo Deputado Roberto Jefferson, cujas denúncias, até aqui, não foram ainda desmentidas substantivamente. Ao contrário, vêm sendo gradualmente comprovadas.

O Deputado Roberto Jefferson disse que José Dirceu deveria sair logo da Casa Civil, sob pena de contaminar o Presidente da República – e José Dirceu obedeceu prontamente. Mencionou a existência desse personagem Marcos Valério – e as investigações iniciais mostram que ele de fato não apenas compulsou quantias milionárias, como desfrutava de surpreendente trânsito na Casa Civil. Disse que Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, e Sílvio Pereira, o secretário-geral do PT, despachavam no Planalto – e de fato já há testemunhas dessa rotina operacional de ambos.

Até aqui, portanto, o roteiro de Roberto Jefferson, como já disse, vem se mostrando consistente. Tristemente consistente. O melhor é que tudo não passasse de um delírio. Lamentavelmente, é real. Mas voltemos ao “homem da mala”, o operador do “mensalão”.

Marcos Valério busca justificar aquela seqüência milionária de saques do Banco Rural alegando que comprava gado, muito embora não possua fazenda, nem seja conhecido entre os grandes negociantes do setor. Diz que pagava em espécie, pois o mercado de gado não aceitaria em cheque.

O argumento foi amplamente desmentido pelos profissionais do setor, segundo a **Folha de S. Paulo**, que ouviu dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura e da União Democrática Ruralista. Todos foram enfáticos em desmentir o publicitário.

João Bosco Leal, presidente do Movimento Nacional de Produtores, disse, por exemplo, que nunca soube de negociação de gado em dinheiro vivo. Diz ele: “Tenho 52 anos de mercado e nunca ouvi falar de alguém que tenha pago em dinheiro vivo. São quatro gerações da minha família, e nunca vimos isso”. Talvez o dinheiro fosse pouco – eram “somente” R\$20 milhões.

O que importa frisar é que esse personagem obscuro, Marcos Valério, que se movimentava nas sombras, desfrutava de intrigante intimidade com o alto escalão petista. Disse que era “muito, mas muito amigo de Delúbio”. Isso abriu-lhe as portas do Ministério Lula.

Além de José Dirceu, o ex-Ministro, ele privou com o Ministro da Saúde, Humberto Costa, e com o então Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, cuja campanha política à Prefeitura de Uberaba auxiliou.

Disse ainda à revista **Veja** que ia a esses lugares tratar de campanha eleitoral, em cujo planejamento se especializara.

Não sei se o ambiente ministerial – muito menos o palaciano – é o mais adequado para tratar de campanhas eleitorais, que inevitavelmente envolvem custos – e custos elevados. O certo é que o homem do “mensalão”, segundo denúncias do Deputado Roberto Jefferson, desfrutava da intimidade do Governo e do Palácio do Planalto.

Lá na Casa Civil, segundo o Deputado Roberto Jefferson, o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o secretário-geral do Partido, Sílvio Pereira, dispunham de uma sala privativa, secretária, e recebiam interlocutores, como o Sr. Marcos Valério, além de empresários.

O Presidente da República desconhecia completamente essa situação? Isso é crível? A Senadora Heloísa Helena tem dito, repetidas vezes desta tribuna, que o Presidente sabe de tudo o que se passa no PT e em seu Governo.

O próprio José Dirceu disse, mais de uma vez, que nada fez sem consultar o Presidente.

Há dias, um ex-petista, fundador do Partido, Sr. Paulo de Tarso, expulso em 1997 – sete anos antes, portanto, que a Senadora Heloísa Helena –, lembrou ao **Estado de S. Paulo** um episódio interessante, que convém registrar, a propósito da presente crise.

Naquela ocasião, procurou o então Presidente do Partido, Lula, para revelar irregularidades na administração petista de São José dos Campos. Forneceu detalhes, na certeza de que providências seriam tomadas. Não o foram.

Além de não apurar as denúncias que recebia, Lula pediu – e obteve – a expulsão do denunciante. O comportamento lembra muito o do PT depois que conquistou a Presidência da República. E lembra muito



o comportamento do próprio Presidente Lula, quando procurado pelo então Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa, que lhe encaminhava também uma denúncia.

Segundo confessou publicamente o Presidente da República, sua reação foi a de pedir a Lessa que ficasse quieto, que não dissesse nada a ninguém sobre o assunto. Trata-se de um crime de prevaricação confessado em público.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Fico por aqui, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Não posso esconder a minha preocupação, que é a de todo o País, nem disfarçar o incômodo dessa situação. Prezo pessoalmente o Presidente da República, a quem, como Presidente da Câmara dos Deputados, tive a honra de dar posse. Mas a pergunta que não quer calar é esta: o Presidente desconhecia o que se passava na sua ante-sala? Como já disse, só há duas respostas, ambas altamente comprometedoras.

Esperamos uma decisão da Mesa da Casa, do nosso Presidente e das Lideranças em relação ao...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) –... funcionamento das CPIs, porque esse entendimento é necessário. Não se pode parar, não se pode colocar na geladeira o que estamos vendo no País. É preciso continuar com as CPIs funcionando. Penso que esse entendimento não é só das Lideranças, é da sociedade brasileira, é do povo brasileiro, que não quer ver nada esfriar nesta Casa. Precisamos esquentar os debates, principalmente quanto às averiguações que devem ser feitas sobre os Correios, sobre o “mensalão”, sobre os bingos, sobre Delúbio Soares, enfim, sobre todos os que estão citados. Preciso encerrar, senão o meu tempo acaba.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Efraim Moraes.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena para uma comunicação inadiável, nos termos do § 2º do art. 158 do Regimento Interno.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

O Presidente Renan Calheiros pediu-me para transmitir ao Plenário que já está chegando para o início da Ordem do Dia.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, aos Senadores Maguito Vilela, Rodolpho Tourinho e Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pela ordem) – Sr. Presidente, quero fazer a minha inscrição para falar pelo PMDB após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> é o terceiro inscrito.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, pela ordem.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cumprindo o compromisso assumido nesta Casa, já entreguei o relatório da PEC paralela. Está entregue o parecer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa registra a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considero extremamente correto que existam acordos entre Partidos. Porém, se se fizer um acordo hoje, que ele passe a valer amanhã, e não depois de uma hora da Ordem do Dia, o que, evidentemente, está absolutamente errado. O papel de V. Ex<sup>a</sup> é iniciar imediatamente a Ordem do Dia ou cancelar a Ordem do Dia de hoje. Começar a Ordem do Dia às 17 horas todo dia porque estão fazendo acordos, conluios para votar, geralmente conluios contra a Nação...

Desse modo, esclareço a V. Ex<sup>a</sup> que não concordo com essa prática. Chego aqui na hora certa, estou presente todos os dias, não falto e posso falar com autoridade que esse procedimento está errado. Já presidi esta Casa e nunca iniciei uma Ordem do Dia às 17 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Magalhães, tenho o mesmo entendimento de V. Ex<sup>a</sup> sobre a importância de seguirmos o Regimento Interno do Senado Federal. Já externei minha preocupação ao Presidente Renan Calheiros de que a Ordem do Dia deve ter início às 16 horas.

Amanhã, na reunião da Mesa, levarei novamente tal manifestação, pois concordo integralmente com V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é no mínimo surpreendente que eu me sinta na obrigação de fazer a defesa da Minis-



tra Marina Silva e do Deputado João Alfredo, do PT do Ceará. É no mínimo surpreendente que seja eu a proceder assim.

Não respeito mais a cúpula palaciana do PT nem ilustres dirigentes do Governo, mas considero muito essas duas pessoas, que foram, convenhamos, atacadas com veemência aqui em razão do projeto de preservação do Complexo Estuarino Lagunar. Esse relatório foi apresentado pelo Deputado João Alfredo e aprovado, por unanimidade, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados – portanto, pelo PSDB, pelo PMB, pelo PFL, por todos os Partidos –, após nove audiências públicas, em vários Estados.

Então, não é justo que se fique passando para a opinião pública que os mecanismos de defesa do Complexo Estuarino Lagunar e dos nossos manguezais sejam um impedimento para alternativas de dinamização da economia local e de desenvolvimento econômico o que não é. Ninguém está a atacar qualquer projeto que se relacione à carcinicultura. Esse não é o problema.

O que foi discutido, depois de nove audiências públicas, em vários Estados é algo muito objetivo. Existem mecanismos de aproveitamento, por meio de desenvolvimento sustentável, do nosso Complexo Estuarino Lagunar, inclusive para a produção de alimentos, sem necessariamente significar uma verdadeira esculhambação em relação aos manguezais do País em Alagoas, em Sergipe, na Bahia, no Ceará, no Piauí e em outros lugares.

Isso é só para deixar absolutamente claro e registrar que me sinto muito surpresa que seja eu a ter que fazer a defesa, porque a defesa de alguns delinquentes de luxo apadrinhados do Governo todo mundo aqui faz, assim como se tenta esconder, pela “operação abafa”, uma verdadeira briga de guangues entre partidos. V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, que está acompanhando a CPI, tem visto que é exatamente isto: uma guerra entre gangues, guangues partidárias do PT, do PTB e do PMDB. É absolutamente assombroso, pois a guerra das gangues partidárias promovia fraudes nas licitações, e os empresários beneficiados por essas fraudes pagavam o “mensalão” para estruturas partidárias e para seus respectivos serviços no Congresso Nacional.

Minha fala é para exigir respeito pela Ministra Marina e pelo Deputado João Alfredo, dois ambientalistas respeitáveis, que esta Casa conhece, que o Congresso Nacional conhece e que todas as entidades ambientalistas conhecem também. Claro que sabemos que existem críticas que são necessárias. O nosso querido Deputado Gabeira acabou saindo do PT em função de críticas muito justas, mas, em relação ao projeto de carcinicultura, do combate à exploração pela carcinicultura e um verdadeiro desastre em relação ao

Complexo Estuarino Lagunar e aos manguezais do País, essa crítica efetivamente não cabe.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, por permuta com o Senador Ney Suassuna.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo falar hoje a respeito de anteprojeto do Governo Federal sobre a transposição do rio São Francisco, tema em discussão nesta Casa e nos Estados envolvidos na questão.

Embora pretenda voltar a tratar do assunto mais adiante, quero, de plano, expor a posição do Estado de Pernambuco. A proposta de Pernambuco tem apoio dos três Senadores – José Jorge, Sérgio Guerra e eu – que integramos a representação do Estado nesta Casa e, também, de parte considerável da Bancada de Deputados Federais, foi expressa em documento encaminhado pelo Governo de Pernambuco ao Ministério de Integração Nacional.

No texto, o Estado reafirma seu enfrentamento ao problema da escassez hídrica no semi-árido nordestino e alerta sobre quatro condicionantes julgadas fundamentais: consistência do projeto com o desenvolvimento integrado da região; solução negociada entre todos os Estados da Bacia do São Francisco e com outros que venham a se beneficiar do projeto; revitalização prévia do rio São Francisco, empreendimento preventivo em relação a possíveis desequilíbrios ecológicos; e, finalmente, estruturação de um sistema de monitoração e gestão, com amplitude e competências adequadas.

Especificamente com relação ao projeto apresentado para discussão, o Governo de Pernambuco, republicanamente, aceitou a passagem dos canais de transposição, mas deseja ver respeitados os legítimos interesses estaduais, como:

**a)** integração sistêmica das bacias pernambucanas à do rio São Francisco, levando em consideração as necessidades de irrigação, custos operacionais e a potencialização de projetos de desenvolvimento econômico e social no Estado;

**b)** garantia do abastecimento de água nas áreas urbanas e rurais, especialmente no semi-árido, sertão e agreste pernambucanos, com absorção de obras previstas no programa estadual de aproveitamento hídrico, e retomada dos projetos de irrigação, que se encontram, aliás – é bom frisar, Sr. Presidente –, parados, embora neles já tenham sido feitos significativos investimentos.

Só para dar um exemplo, os projetos de irrigação na região de Petrolina estão todos parados por absoluta falta de recursos, vez que o Governo Federal não os liberou. São obras iniciadas na administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao tempo em que eu era vice-Presidente da República, e que infelizmente estão deixando de gerar renda e emprego na região, por absoluta falta de recursos.

Sr. Presidente, sem querer me alongar nas considerações, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que seja transcrito, juntamente com o discurso que acabo de proferir, o documento do operoso Governador Jarbas Vasconcelos

dirigido ao Ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, por intermédio do Vice-Governador Mendonça Filho. Tenho certeza que, pelas razões fundadas, será acolhido por S. Ex<sup>a</sup>.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

*Recife, 13 de junho de 2005*

*Ofício nº 931/05 GVG*

**Senhor Senador,**

*Por orientação do Exmo. Sr. Governador Jarbas Vasconcelos, tenho a satisfação de enviar-lhe, em anexo, para seu conhecimento, documento sobre a transposição do Rio São Francisco que consubstancia a posição do Estado de Pernambuco, relativamente ao Projeto de Transposição, de iniciativa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Integração.*

*O citado documento, capeado por carta do Senhor Governador, foi entregue ao Exmo. Sr. Ministro Ciro Gomes, por ocasião da visita que lhe fiz, com essa finalidade, em 24 de maio último, na companhia do Secretário de Planejamento do Estado, Deputado Raul Henry.*

*Aproveito a oportunidade para manifestar a minha consideração e apreço.*

**Atenciosamente**

**José Mendonça Filho**  
Vice-Governador

Excelentíssimo Senhor,  
**MARCO MACIEL**  
Digníssimo Senador da República  
Senado Federal  
Brasília - DF

*Ofício nº 278/2005*

*Recife, 23 de maio de 2005.*

**Senhor Ministro,**

*Cumprimentando V. Exa., encaminho para a sua consideração, o documento em anexo, que apresenta o posicionamento do Estado de Pernambuco, junto ao projeto de transposição do Rio São Francisco, coordenado por esse Ministério de Integração Nacional.*

*Na certeza de sua melhor acolhida, renovo os meus votos de consideração*

**Cordialmente,**

**JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
**Dr. CIRO GOMES**  
DD. Ministro da Integração Nacional  
Esplanada dos Ministérios Bloco E - 8º Andar  
Brasília DF

ANEXO

## TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

### A POSIÇÃO DO GOVERNO DE PERNAMBUCO

#### 1. – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A transposição de parte das águas do Rio São Francisco é um assunto recorrente, ao longo de quase um século, tomando-se, nas últimas décadas mais freqüentes os propósitos e projetos com aquele objetivo.

Na condição peculiar de Estado **doador e receptor de águas**, o Estado de Pernambuco, reafirma, agora, o seu apoio ao enfrentamento do problema de escassez hídrica do semi-árido nordestino, alertando para quatro pontos fundamentais, que no seu entender constituem premissas inarredáveis de um projeto de transposição, a saber:

1.1. A concepção de projetos realmente consistentes que objetivem o desenvolvimento integrado da Região Nordeste.

1.2. Que a concepção e os formatos desses projetos sejam baseados numa estratégia amplamente negociada, entre todos os Estados da Bacia do São Francisco e, também, com aqueles outros Estados que, mesmo sem integrarem a Bacia do São Francisco, venham a ser beneficiários dos projetos.

1.3. Que se tenha como premissa fundamental, antes de qualquer iniciativa, a **revitalização do Rio São Francisco**, no sentido de se evitar eventuais, porém previsíveis desequilíbrios ecológicos. E, finalmente,

1.4. É imprescindível que seja estruturado um vigoroso Sistema de Monitoramento e Gestão, com abrangência desde Patos de Minas, em Minas Gerais, até o mais longínquo ponto de descarga do sistema.

#### 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS QUATRO PONTOS FUNDAMENTAIS.

##### 2.1. – Consistência dos Projetos

É forçoso reconhecer que, no âmbito do próprio Ministério da Integração, na Codevasf, existem subprojetos que compõem o chamado **Projeto Semi-Árido**, os quais encerram, como recomendável, uma visão bem mais abrangente, seja pela percepção sistêmica e integrada para toda a Região Semi-árida, seja pela concepção técnica que visa, como princípios fundamentais, a eficiência e a economicidade do insumo água.

##### 2.2. – Estratégia de Negociação

É certo que se percebe, da parte do Governo Federal, uma ponta de ansiedade em relação ao fator tempo, certamente motivada pelos recentes períodos de estiagem que atingiram a Região Nordeste. Se é prudente essa ansiedade, é também justificável considerar-se que, nos últimos 15 meses, a Região Nordeste

teve elevados índices de precipitação pluviométrica, que restabeleceu o mais confortável nível de acumulação dos reservatórios de toda a Região.

Com esse conforto, não se pode, nem se deve, deixar de realizar uma ampla negociação com os Estados da Bacia do São Francisco e com aqueles que, mesmo sem pertencerem a essa bacia, venham a ser beneficiários diretos do Projeto. O Rio que é tradicionalmente conhecido como de integração nacional, não pode se transformar em ponto de discórdia regional.

A Região Nordeste necessita de uma forte integração e convergência de seus Governantes, no sentido de que haja sinergia na defesa dos superiores interesses regionais, sem a qual se perpetuará a perturbadora desigualdade sócio-econômica, que não interessa ao Nordeste, nem ao Brasil.

### 2.3. A Revitalização do Rio São Francisco

É inegável e toda a comunidade científica atesta, que o Rio São Francisco vem padecendo, há muitos anos, de um grave descuido, em relação à sua vitalidade. A construção das barragens para fins energéticos, conquanto de indiscutível necessidade, de alguma forma já promoveu fortes desequilíbrios, sobretudo na região da foz do Rio São Francisco.

A falta de tratamento de esgoto nas Cidades ribeirinhas é outro fator de comprometimento do Rio, que precisa ser, urgentemente, regularizado.

O aumento de sua vazão nominal, já tecnicamente equacionado, necessita de uma grande articulação política para se tornar realidade. Existem opções econômicas que devem ser implementadas, como um gesto de responsabilidade ecológica e como um compromisso pela vitalidade do São Francisco.

### 2.4. Gestão do Sistema

Praticamente todos os problemas de desequilíbrio hídrico da Região Nordeste estão associados à falta de um **Sistema de Gestão** eficiente. Se esse problema, por si só, já é grave, com a transposição alcança crescimento exponencial.

É imprescindível que se faça um **Sistema de Monitoramento e Gestão**, abrangendo toda a área do projeto, que enseje um seguro acompanhamento em tempo real, sob pena de se abrir a guarda para grandes problemas ecológicos e produtivos em toda a Região.

## 3. PERNAMBUCO NO CONTEXTO DO PROJETO

O Governo do Estado aceita a **passagem** dos canais de transposição das águas do Rio São Francisco pelo seu território, desde que sejam respeitados os seus **legítimos interesses**, de Estado **doador** e **receptor**. Desta forma, devem ser considerados, os **quatro pontos fundamentais** anteriormente citados (1.1. a 1.4.) que, em última análise, dão a sustentabilidade aos interesses de Pernambuco e do Nordeste e, ainda, os pontos a seguir.



- a integração sistêmica das bacias de Pernambuco à bacia do São Francisco, buscando maior racionalidade nos investimentos e na operação do projeto.
- a segurança hídrica das diversas Regiões do Estado, buscando garantir, com prioridade, o abastecimento humano das áreas urbanas e zonas rurais, especialmente no Sertão e no Agreste

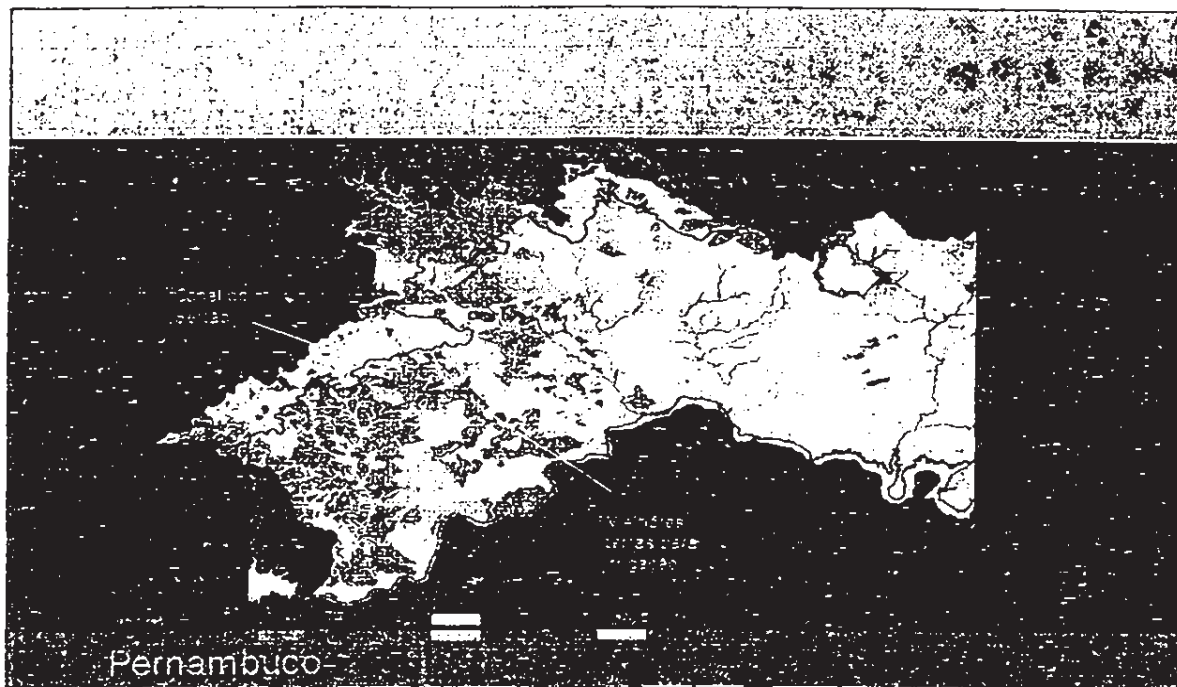
### 3.1. Eixo Norte

O **Eixo Norte** tem se caracterizado, no ajuste promovido pelo Ministério da Integração, como destinado ao abastecimento humano, através da solicitação de outorga de 26m<sup>3</sup>/s para a **garantia hídrica** do CE, RGN e PB, mas sabe-se e se reconhece, que esse projetado Canal tem capacidade para 99 m<sup>3</sup>/s.

A proposta de Pernambuco é de que **se compatibilize o plano de transposição pelo traçado alternativo do Canal do Sertão**, tendo em vista as seguintes vantagens para Pernambuco:

- a) no trajeto do Canal do Sertão estão 40% das melhores terras para irrigação do Estado;
- b) a captação no **Lago de Sobradinho** vence uma altura manométrica, comparativamente com Cabrobó, da ordem de 60 metros, para menos. Isso ocasionará uma diferença, a menor, nos custos de energia elétrica, entre os dois traçados, que beneficia todos os custos de águas originárias do Canal do Sertão. Em se tratando de um projeto de longo prazo, certamente, essa diferença de custos será mais que suficiente, para amortizar a diferença do investimento, a maior, inicialmente, no Canal do Sertão;
- c) o trajeto do **Eixo Norte**, proposto no projeto do Ministério, atravessa terras de baixa qualidade para irrigação, mesmo quando se propõe a criação de uma derivação para a **Barragem de Entremontes**, que não trará benefícios significativos para o Estado.
- d) o trecho do **Canal do Sertão** combina fatores estratégicos para a economia de Pernambuco, permitindo a ocupação de uma grande área que potencializa forte dinamismo econômico, somando-se o **Pólo Gesseiro do Araripe**, o **Pólo de Agroindústria** que se formará nas terras abastecidas pelo Canal e o **Pólo de Fruticultura Irmigada** que já prospera entre Petrolina e Cabrobó;
- e) e, por fim, a concepção do projeto do **Canal do Sertão**, em igualdade de condições, demanda menos água do Rio São Francisco, na medida em que capta águas de rios que correm para o São Francisco, reduzindo os custos relativos da água;

São esses fundamentos que reforçam a convicção do Governo de Pernambuco de que a opção do **Canal do Sertão**(vide-mapa) cria um rastro de prosperidade econômica e social na Região economicamente mais deprimida do Estado e não prejudica, em nada, os quantitativos de volume de água transposto para o que se convencionou chamar de Nordeste Setentrional.



### 3.2. Eixo Leste

Para preservar, ao máximo, a integridade do Projeto do Ministério, é de se acatar o traçado proposto, tendo, como pano de fundo, a perspectiva de que seja recuperado o Perímetro de Moxotó, de responsabilidade do DNOCS e que seja viabilizado o aproveitamento de mancha de terra de alta qualidade na Serra Negra, a partir do Açude Poço da Cruz.

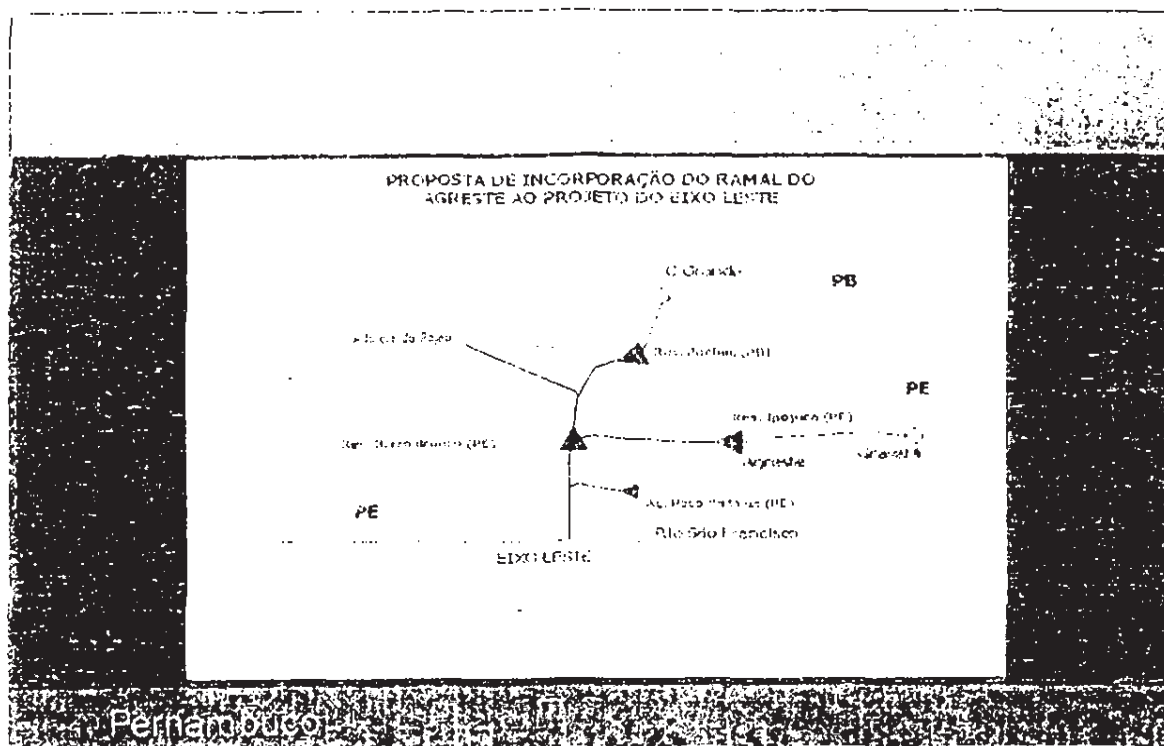
Outras duas derivações do Eixo Leste, além daquela que adentra o Açude Poço da Cruz, têm caráter estratégico para o Estado de Pernambuco, porquanto estarão voltadas, predominantemente, para o consumo humano de regiões de elevada densidade demográfica, com graves déficits hídricos, quais sejam:

#### 3.2.1. Adutora do Sertão do Pajeú/Moxotó

Para criar maior sinergia hídrica no Sertão do Pajeú/Moxotó, o Estado de Pernambuco reivindica, na defesa de seus legítimos interesses, a construção da Adutora do Pajeú, integrada ao Eixo Leste. O abastecimento poderá ser feito a montante, por gravidade, aproveitando ainda o ganho de escala do bombeamento desse Eixo. A adutora prevê uma vazão de  $1,3\text{m}^3/\text{s}$ , permitindo a segurança hídrica de importantes reservatórios do Pajeú e propiciando o uso produtivo das águas armazenadas.

#### 3.2.2. Ramal do Agreste, até Gravatá

É fundamental para o Estado de Pernambuco e, por isso, o Governo do Estado defende com veemência, que o Governo Federal inclua a extensão do Ramal do Agreste até Gravatá como parte integrante do Projeto. O ramal permitirá a garantia de  $8\text{m}^3/\text{s}$  para todo o Agreste, que já registra déficit hídrico em 2005, podendo ainda representar um reforço, no longo prazo, para o abastecimento do Recife. Essa vazão estimada de  $8\text{m}^3/\text{s}$ , viabiliza o abastecimento para cerca de 4 milhões de pessoas (vide croquis abaixo)..



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão dessa complexa matéria não pode deixar de fora as dificuldades de operação e manutenção de um projeto de longa maturação, tanto do ponto de vista da sustentabilidade econômico-financeira, como institucional. O debate sobre o papel de uma operadora das águas do Nordeste, no âmbito da CHESF, como está sendo cogitada, é pertinente e tem, necessariamente, que ser articulado com os Governos Estaduais.

A existência de um Órgão com essas características é fundamental para uma administração das águas, com critério rigoroso e, sobretudo, compartilhado com os Estados, levando em conta, especialmente, os aspectos de segurança hídrica e da distribuição justa dos custos e preços entre todos os tipos de usos das águas.

Em qualquer das hipóteses de ajuste e de sua integração às bacias de Pernambuco, é imprescindível, também, que sejam retomados os projetos de irrigação parados, com significativos investimentos já realizados, mas improdutivos, como é o caso do **Projeto Pontal**. O **Projeto Moxotó**, enquadra-se, também, nessa necessidade, até como forma de dar utilidade à água que se pretende despejar no **Açude Poço da Cruz**.

Essas providências assumem a **condição de imprescindibilidade**, sob pena de a discussão e ajustamento dos pontos críticos levantados pelo Governo do Estado perderem oportunidade e suficiência.

Recife-PE  
23/05/05  
ANEXO

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma regimental, defiro o pedido de transcrição de V. Ex<sup>ª</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Foi encaminhado à Mesa, em obediência à Resolução nº 3, de 1990, combinada com o art. 10 do Regimento Comum, o nome dos candidatos do Senado à eleição para comporem a Comissão Representativa do Congresso Nacional, prevista no § 4º do art. 58 da Constituição Federal, com mandato para o período de 1º a 31 de julho de 2005:

Pelo Bloco da Minoria (PFL/PSDB): Titulares: Paulo Octávio, Alvaro Dias; Suplentes: Demóstenes Torres e Sérgio Guerra;

Pelo Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB): Paulo Paim, Roberto Saturnino.

Pelo PMDB: Renan Calheiros, Luiz Otávio, Maguito Vilela e Papaléo Paes.

Pelo PDT/PTB/P-Sol/PP, ainda não foram indicados.

Em votação as indicações.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Está eleita a chapa.

SGM/P Nº 1.172/05

Brasília, 28 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Câmara dos Deputados, em sessão realizada nesta data, elegeu, conforme relação anexa, os deputados que integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional prevista no § 4º do art. 58 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – **Severino Cavalcanti**, Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu da Câmara dos Deputados a relação dos eleitos daquela Casa para comporem a Comissão Representativa do Congresso Nacional, prevista no § 4º do art. 58 da Constituição Federal.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Comissão Representativa do Congresso Nacional prevista no § 4º do art. 58 da Constituição Federal (período de 1º a 31 de julho de 2005).

TITULARES		SUPLENTE
	<b>PT</b>	
GILMAR MACHADO NEYDE APARECIDA RUBENS OTONI		MANINHA MARIA DO CARMO LARA SIGMARINGA SEIXAS
	<b>PMDB</b>	
MAURO BENEVIDES PEDRO CHAVES 1 vaga(s)		LEANDRO VILELA TETÉ BEZERRA 1 vaga(s)
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO RODRIGO MAIA		MURILO ZAUIH ONYX LORENZONI
	<b>PSDB</b>	
CARLOS ALBERTO LERÉIA SEBASTIÃO MADEIRA		BISMARCK MAIA RONALDO DIMAS
	<b>PP</b>	
NÉLIO DIAS NELSON MEURER		BENEDITO DE LIRA WAGNER LAGO
	<b>PTB</b>	
ELAINE COSTA NILTON CAPIXABA		PASTOR FRANKEMBERGEN RICARTE DE FREITAS
	<b>PL</b>	
JORGE PINHEIRO		CARLOS RODRIGUES
	<b>PPS</b>	
GERALDO THADEU		JUÍZA DENISE FROSSARD
	<b>PSB</b>	
GONZAGA PATRIOTA		1 vaga(s)



**OFÍCIO Nº 1.172, DE 2005**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Fica assim constituída a Comissão Representativa do Congresso Nacional, que exercerá o mandato no período de 1º a 31 de julho de 2005.

**SENADO FEDERAL**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
------------------	------------------

**Minoria (PFL/PSDB)**

Paulo Octávio	Demóstenes Torres
Álvaro Dias	Sérgio Guerra

**Bloco de Apoio ao Governo****(PT/PSB/PTB)**

Paulo Paim	Ideli Salvatti
Roberto Saturnino	Delcídio Amaral

**PMDB**

Renan Calheiros	Maguito Vilela
Luiz Otávio	Papaléo Paes

**PDT/PTB/PSOL/PP (Resolução nº 2/2000-CN)**

Heloísa Helena  
Fernando Bezerra

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
------------------	------------------

**PT**

Gilmar Machado	Maninha
Neyde Aparecida	Maria do Carmo Lara
Rubens Otoni	Sigmaringa Seixas

**PMDB**

Mauro Benevides	Leandro Vilela
Pedro Chaves	Teté Bezerra
Vago	Vago

**Bloco PFL/Prona**

Antonio Carlos M. Neto	Murilo Zauith
Rodrigo Maia	Onyx Lorenzoni

**PSDB**

Carlos Alberto Leréia	Bismarck Maia
Sebastião Madeira	Ronaldo Dimas

**PP**

Nélio Dias	Benedito de Lira
Nelson Meurer	Wagner Lago

**PTB**

Elaine Costa	Pastor Frankembergen
Nilton Capixaba	Ricarte de Freitas

**PL**

Jorge Pinheiro	Carlos Rodrigues
----------------	------------------

**PPS**

Geraldo Thadeu	Juíza Denise Frossard
----------------	-----------------------

**PSB**

Gonzaga Patriota	Vago
------------------	------

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto o Senador Osmar Dias, nobre Líder, se gostaria de indicar o nome do PDT.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, recebi, na qualidade de Líder do PDT, uma correspondência de V. Ex<sup>a</sup> solicitando a indicação de um membro do Partido para compor a Comissão Representativa. Só que o PDT, pelo tamanho da Bancada, teria que dividir essa prerrogativa com o P-SOL e com o PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – São duas vagas, porque há uma outra vaga em consequência da Resolução nº 2, que é uma vaga da Minoria.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Seria um titular e um suplente?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – São dois titulares e dois suplentes.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Concordamos que a Senadora Heloísa Helena, que vai permanecer em Brasília em função da CPMI de que participa, seja a indicada desse grupo de partidos, ou seja, pelo menos do PDT e do P-SOL. Estamos recomendando, então, o nome da Senadora Heloísa Helena, deixando ao PTB a outra vaga para sua indicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Senadora Heloísa Helena foi indicada pelo PDT como titular.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

Consulto o Senador Fernando Bezerra se gostaria de indicar algum nome do PTB para compor a Comissão Representativa na vaga existente.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (PTB – RN) – Sr. Presidente, eu precisaria consultar os outros companheiros. Pessoalmente, não posso, porque já estou envolvido com a CPMI dos Correios.

Nessa condição de estar na CPMI, posso fazer parte, se for o caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> fica integrando, portanto, a Comissão Representativa, de acordo com decisão deste Plenário.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aplaudi de longe a declaração de V. Ex<sup>a</sup> em relação à CPI dos Bingos. Discordei de quantos que não concordaram com V. Ex<sup>a</sup>, mas a opinião pública concordou – isso é importante para V. Ex<sup>a</sup> e todos nós.

Eu queria saber de V. Ex<sup>a</sup> quando será instalada essa Comissão, porque, evidentemente, não se poderá esperar agosto para sua instalação. Essa Comissão deverá fazer um cronograma, ver como vai atuar, para que não fique como a dos Correios. Acho que será necessária e indispensável a atuação de V. Ex<sup>a</sup> para que a Comissão dos Correios funcione. Por quê? Porque o Governo está subtraindo documentos para que a Comissão possa agir, como é o caso dos contratos feitos nas diretorias, sobretudo, de Tecnologia dos Correios. Evidentemente, ninguém pode argüir diretor dos Correios sem os elementos indispensáveis para isso.

Sr. Presidente, isso não está certo! É uma sabotagem! V. Ex<sup>a</sup> tem sido um homem altamente imparcial. Quero que V. Ex<sup>a</sup> continue assim para granjear, cada vez mais, o apoio de todos da Casa e não apenas o de um grupo.

Se V. Ex<sup>a</sup> autorizar a instalação, vamos instalar a CPI dos Bingos. V. Ex<sup>a</sup> pode dizer que a decisão não cabe mais a V. Ex<sup>a</sup>. Mas creio que ainda cabe a V. Ex<sup>a</sup> mandar que os membros se reúnam e que o mais velho presida para se escolher Relator etc.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos, é exatamente isso. Tão logo houve a decisão do Supremo Tribunal Federal, convocamos os Líderes partidários e estabelecemos com eles um prazo de até as 16 horas daquele dia para que indicassem os membros. Caso os Líderes não indicassem, eu indicaria, concretizando a determinação da Suprema Corte deste País. O meu papel praticamente se esgotou ali. Todavia, compete aos líderes partidários ou ao mais velho membro da Comissão Parlamentar de Inquérito tomar a iniciativa da instalação e da conseqüente eleição do Presidente e designação do Relator.

No que depender da minha participação, da minha mobilização, farei o que for possível. Mas a decisão cabe aos líderes partidários, especialmente ao membro mais idoso da Comissão, a quem compete convocar a instalação.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E quanto a pedir elementos a fim de que a CPMI dos Correios funcione? Quem fará isso? Por que estão na Corregedoria-geral da República os contratos, e não os enviam para a CPMI, que não pode funcionar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou sendo informado dessas dificuldades

agora. Exatamente agora. V. Ex<sup>a</sup> sabe do meu comportamento, que é de absoluta isenção. O que for preciso fazer para colaborar com a Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem poder judicial e pode requisitar, na forma da lei, eu farei a fim de que não haja prejuízo à investigação, ao esclarecimento e à punição, se for o caso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Jamais debatarei com V. Ex<sup>a</sup> em respeito à Presidência da Casa. Mas a Comissão, hoje, incumbiu o Senador Delcídio Amaral de tratar com V. Ex<sup>a</sup> esse assunto, para que o Governo envie os documentos indispensáveis ao funcionamento da CPMI.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Asseguro a V. Ex<sup>a</sup> que colaborarei como for possível no que diz respeito ao assunto.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que repita os nomes dos Senadores do Bloco que farão parte da Comissão Representativa do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os nomes dos Senadores do Bloco PT/PSB/PTB, ainda sobre a Comissão Representativa, e respondendo especificamente ao Senador Sibá Machado, são: Titulares: Paulo Paim e Roberto Saturnino; Suplentes: Ideli Salvatti e Delcídio Amaral.

Fica assim constituída a Comissão Representativa do Congresso Nacional, que exercerá o mandato no período de 1º a 31 de julho de 2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

##### Nº 14, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhem-

*tos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida para hoje, em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

À medida provisória foram apresentadas 14 emendas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foi proferido parecer no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito favorável à Medida Provisória, pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1 a 12 e pela rejeição das de nºs 13 e 14. O Plenário daquela Casa aprovou as Emendas nºs 13 e 14, que passou a configurar o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 21 de março, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 1º de junho;

– a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 18 de abril, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por mais sessenta dias pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 17, de 2005, e se esgotará no dia 1º de agosto.

– a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 13 de junho.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, Relator revisor da matéria.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para discutir a constitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª está devidamente inscrito, na forma do Regimento, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

#### **PARECER Nº 1.027, DE 2005 – PLEN**

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, parecer do Plenário do Senado Federal sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União.

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 120/2005, a Medida Provisória nº 241, de 3 de março de 2005, acompanhada da Exposição de Motivos nº 00030/2005/MP, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 00030/2005/MP, a abertura do crédito em favor do Ministério da Defesa tem a finalidade de atender aos custos de permanência das tropas brasileiras que participam da Missão de Paz no Haiti, integrando a força multinacional de emergência naquele País (R\$85.580.000,00), assim como aos gastos do Governo brasileiro com a ajuda humanitária aos países da Ásia atingidos recentemente pelo maremoto, envolvendo apoio ao transporte aéreo de medicamentos, alimentos e demais doações feitas pela sociedade civil (R\$5.039.000,00).

No que se refere aos Encargos Financeiros da União, informa que o crédito possibilitará a contratação de instituições financeiras para que não haja interrupção no pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais, no recebimento das Guias de Previdência Social e no Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, realizado por essas instituições.

Análise da medida provisória.

A Constituição Federal, em seu art. 62, § 1º, veda a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas aos planos plurianuais, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos e aos créditos adicionais. Todavia, o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, em caráter excepcional, permite a abertura de extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Sr. Presidente, duas emendas foram apresentadas pela Câmara Federal, e já foram analisadas por

todos os Líderes partidários. Houve um acordo entre S. Ex<sup>as</sup>, de forma que não é necessário ler todo o projeto de conversão, que é bastante extenso, e muito menos a medida provisória. Se há acordo por parte das Lideranças, vou apenas proferir o voto.

Pelo exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, e, automaticamente, concomitantemente, pela aprovação da Medida Provisória, nos termos da proposta original do Poder Executivo.

É o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

É o seguinte o parecer na íntegra:

#### **PARECER Nº , DE 2005-PLEN**

**Do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241/2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União.**

Relator Revisor: Senador **Maguito Vilela**

#### **I – Relatório**

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 120/2005, a Medida Provisória nº 241, de 3 de março de 2005, acompanhada da Exposição de Motivos nº 30/2005/MP, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 30/2005/MP, a abertura do crédito em favor do Ministério da Defesa tem a finalidade de atender aos custos de permanência das tropas brasileiras que participam da Missão de Paz no Haiti, integrando a força multinacional de emergência naquele País (R\$85.580.000,00), assim como aos gastos do Governo Brasileiro com a ajuda humanitária aos países da Ásia atingidos recentemente pelo maremoto, envolvendo apoio ao transporte aéreo de medicamentos, alimentos e demais doações feitas pela sociedade civil (R\$5.039.000,00).

No que se refere aos Encargos Financeiros da União, a EM 30/2005/MP, informa que o crédito possibilitará a contratação de instituições financeiras para que não haja interrupção no pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais (R\$103.000.000,00), no recebimento das Guias de Previdência Social e no recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (R\$88.000.000,00), realizado por essas instituições.

Informa, ainda, a referida EM que as dotações que estão sendo transferidas para os Encargos Financeiros

da União constavam do orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, sendo destinadas à remuneração de agentes pagadores de benefícios. Desse modo, ocorrerá uma centralização, em um único órgão, das dotações orçamentárias para a remuneração das instituições financeiras, com o objetivo de facilitar e reduzir o custo dessas operações.

Afirma, por último, que a abertura do crédito extraordinário está amparada nas disposições do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e será viabilizada por meio da anulação das dotações das seguintes ações:

**a)** Remuneração dos Agentes Pagadores do Benefício de Prestação Continuada a Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia por Invalidez (R\$11.131.611,00);

**b)** Remuneração dos Agentes Pagadores do Benefício de Prestação Continuada a Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia por Invalidez (R\$6.844.138,00); e

**c)** Reserva de Contingência (R\$281.619.000,00).

Quando do exame da matéria no Plenário da Câmara dos Deputados, foram aprovadas as Emendas nºs 13 e 14, apresentadas à Medida Provisória em exame. Em consequência da aprovação dessas Emendas, a Medida Provisória nº 241/2005, foi aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005.

#### **II – Análise da Medida Provisória**

A Constituição Federal, em seu art. 62, § 1º, d, veda a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas aos planos plurianuais, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos e aos créditos adicionais. Todavia, o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, em caráter excepcional, permite a abertura de extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

No que se refere ao crédito para o Ministério da Defesa, cabe registrar que a Medida Provisória nº 241, de 2005, atende ao pressuposto de urgência, em face da imprevisibilidade da prorrogação da permanência das Forças Brasileiras no Haiti, decidida pela Organização das Nações Unidas e não pelo Governo Brasileiro, em caráter de emergência e com periodicidade de seis (6) meses. Assim, a incerteza quanto à continuidade das ações, associada aos exíguos prazos para realização dessas, não permitem que a matéria seja submetida ao processo legislativo normal aplicável a um projeto de lei de crédito adicional. Com efeito, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, em sua 5.090ª Ses-



são, realizada em 29 de novembro de 2004, examinou a situação do Haiti e decidiu prorrogar a Missão de Paz (MINUSTAH) até 10 de junho de 2005, conforme Resolução 1.576 (2004), acarretando despesas com a manutenção e com o rodízio das Forças Brasileiras que estão atuando naquele País.

Por outro lado, não resta dúvida que o apoio ao transporte aéreo das doações da sociedade civil para as vítimas do maremoto recentemente ocorrido na Ásia, inclusive os custos com a operação logística, se conforma ao caráter de imprevisibilidade e urgência requerido pela Constituição para a abertura de crédito extraordinário, revestindo-se de grande relevância.

Relativamente ao mérito, há que se concluir que a ação externa dos militares brasileiros, em prol da pacificação política e social do Haiti e da ajuda humanitária às vítimas do maremoto ocorrido na Ásia, se inclui dentre os elevados compromissos internacionais assumidos pelo nosso País, em consonância com a sua importância geopolítica e com a natureza eminentemente solidária do nosso povo.

Por sua vez, os créditos em favor de Encargos Financeiros da União se resumem, praticamente, a uma simples transferência de dotação de uma Unidade Orçamentária (Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS) para outra (Encargos Financeiros da União), no valor global de R\$17.975.749,00. Registre-se, não obstante, que parcela significativa do crédito visa a suplementar dotações consignadas a ações já constantes na Lei Orçamentária Anual para 2005 (Lei nº 11.100, de 5 de janeiro de 2005), quais sejam:

- Ação nº 2.910/Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários (recodificada para 86BK na Medida Provisória) – R\$103.000.000,00;

- Ação nº 6.541/Remuneração de Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da Guia de Previdência – GPS e da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social – GFIP (recodificada para 86BK na Medida Provisória) – R\$88.000.000,00.

Diante do exposto, se pode concluir que a Medida Provisória em exame atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e, da mesma forma, pela sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinando, ainda, pelo mérito das ações por ela custeadas.

Exame das Emendas Aprovadas pela Câmara dos Deputados Preliminarmente, observe-se que a Medida Provisória nº 241/2005, trata de crédito extra-

ordinário. Neste contexto, o § 3º do art. 167 da Constituição estabelece que:

“Art 167. ....

§ 3º a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62”.

### **Emenda nº 13, de autoria do Deputado Capitão Wayne**

Objeto: Acrescentar à MPV nº 241, dotação para a ação nº 6.181.0662.2680.0001 – Combate ao Crime Organizado e ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas (Viaturas para Polícia Militar) – Nacional

Valor: R\$85.580.000,00

Modalidade de Aplicação: 90

GND:4

Verifica-se que a ação que a emenda nº 13, pretende beneficiar com dotações orçamentárias não preenche os requisitos de imprevisibilidade e urgência requeridos pela Constituição para ser atendida mediante crédito extraordinário.

Ademais, a funcional citada na emenda nº 6.181.0662.2680.0001, não comporta a ação pretendida pela emenda, uma vez que, na estrutura orçamentária vigente, ela abriga despesas da Unidade Orçamentária nº 30.909 – Fundo Para Aparelhamento e

Operacionalização da Polícia Federal, dentro do programa nº 662–Combate à Criminalidade. Não há, dessa forma, qualquer possibilidade de os recursos dessa programação serem utilizados para adquirir e distribuir viaturas policiais para os estados.

Na realidade, os recursos para atender às despesas pretendidas pela emenda já constam da atual Lei Orçamentária Anual (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), na Unidade Orçamentária 30911 – Fundo Nacional de Segurança Pública/FNSP, na programação 6.181.1127.7797 –Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública – PNAPOL, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, com dotação autorizada de R\$159,490 milhões.

A emenda seria, portanto, própria para ser apresentada a um projeto de lei de crédito suplementar e não de crédito extraordinário, como é o presente caso.

Registra-se, ainda, que a emenda contraria frontalmente as disposições da Resolução nº 1, de 2001-CN, que rege a tramitação de matérias de natureza orçamentária, em especial o art. 29, inciso I, **verbis**:

“Art. 29. As emendas a projeto de lei de crédito adicional não serão admitidas quando:

I – contemplarem subtítulos em unidade orçamentária não prevista no projeto de lei”.

Ora, o Ministério da Justiça não consta da Medida Provisória nº 241/2005, logo não poderia ser contemplado com dotação orçamentária, como quer a Emenda em comento.

Importa registrar que o projeto de resolução apresentado pelo Relator da Comissão Mista Especial, criada para reformar os trabalhos da Comissão Mista de Orçamentos e a tramitação de matérias de natureza orçamentária, contém dispositivo mantendo a vedação do art. 29 da Res. 1, de 2001-CN, nos seguintes termos:

“Art. 109. As emendas a projeto de lei de crédito adicional não serão admitidas quando:

I – contemplarem subtítulos em unidade orçamentária não beneficiária do crédito”.

#### **Emenda nº 14, de autoria do Deputado Eduardo Valverde**

Objeto: Acrescentará MPV nº 241 dotação para a ação nº 14.422.0154.6762.0001 – Proteção a Defensores de Direitos Humanos – Nacional – Nacional

Valor: R\$2.000.000,00

Modalidade de Aplicação: 99

GND: 3

Da mesma forma, a Emenda nº 14 não apresenta os requisitos de imprevisibilidade e urgência requeridos pela Constituição para ser atendida mediante crédito extraordinário.

De fato, a programação nº 14.422.0154.6762.0001 – Proteção a Defensores de Direitos Humanos – Nacional já existe na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), na Unidade Orçamentária 20121 – Secretaria especial dos Direitos Humanos (Presidência da República), com dotação autorizada de R\$1,2 milhões.

A emenda nº 14, a exemplo da anterior, somente poderia ser apresentada a um projeto de lei de crédito suplementar e não de crédito extraordinário, como é o presente caso.

Observe-se que, também no caso da Emenda nº 14, a Unidade Orçamentária – nem ao menos indicada na emenda – não constou da Medida Provisória, fato que contraria, conforme já esclarecido, as normas que regulamentam a tramitação de matérias de natureza orçamentária, no âmbito do Congresso Nacional (Resolução nº 1, de 2001-CN).

Pelo exposto, conclui-se que a aprovação das Emendas nº 13 e 14 contrariou as disposições constitucionais e legais que disciplinam o processo legislativo das matérias de natureza orçamentária no âmbito do

Congresso Nacional, pelo que deveriam ter sido inadmitidas. Entremeios, o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005,, originado pela aprovação, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, das Emendas nºs 13 e 14, carece de sustentação, pelo que não pode ser aprovado por esta Casa.

#### **III – Voto**

Pelo exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 e pela aprovação da Medida Provisória, nos termos da proposta original do Poder Executivo.

Sala das Sessões, – **Maguito Vilela**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, e aprovação da medida provisória.

Os pareceres preliminares do Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP – MG), e do Relator revisor, Senador Maguito Vilela (PMDB – GO), são pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

Para encaminhar os pressupostos constitucionais de relevância e urgência da matéria, concedo a palavra ao Senador César Borges, pelo PFL.

S. Exª dispõe de até cinco minutos.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ouvimos bem o relato do Senador Maguito Vilela, que fez muito bem ao rejeitar o Projeto de Lei de Conversão nº 14, que modificava o espírito da Medida Provisória nº 241, pois retirava os recursos para a missão das Nações Unidas para o Haiti e os destinava à Polícia Federal, sem especificar para onde iriam.

Ainda com relação à urgência e relevância, acreditamos que tais pressupostos existem quanto aos recursos para a missão das Nações Unidas para o Haiti, no valor de R\$85.580.000,00, e também quanto ao apoio à operação de ajuda humanitária aos países da Ásia atingidos pelo maremoto, no valor de R\$5.039.000,00, perfazendo um total de R\$90.619.000,00.

Observem, Srs. Senadores, o que está se propondo aqui, na verdade, é um valor que chega a 299 milhões. Urgente e relevante seria um terço, aproximadamente, da Medida Provisória nº 241, porque – e peço

a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e dos Srs. Senadores – os dois terços dos valores que estão aqui não têm urgência ou relevância alguma. Senão, vejamos: são encargos financeiros da União. Qual é a urgência e relevância para isso? Poderia ser encaminhado um projeto de lei, e a medida provisória é inconstitucional porque não há urgência ou relevância.

Vou ler os encargos financeiros da União: remuneração dos agentes pagadores do benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência e da renda mensal vitalícia por invalidez, total: 11,131 milhões; remuneração de agentes pagadores de benefícios previdenciários: 103 milhões; remuneração de agentes prestadores de serviço pelo recolhimento da Guia de Previdência Social, GPS, e da guia de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: 88 milhões; remuneração dos agentes pagadores do benefício de prestação continuada à pessoa idosa e da renda vitalícia: 6 milhões.

Não está se pagando o benefício, e sim os agentes pagadores. São as entidades que estão recebendo esses recursos através dos encargos financeiros da União. Antes, constava do Fundo Nacional de Assistência Social. Agora, serão destinados à remuneração de agentes pagadores de benefício. Assim, o que pretende o Governo é a centralização em um único órgão das dotações orçamentárias para a remuneração das instituições financeiras com o objetivo de facilitar e, segundo o Governo, reduzir os custos.

Mas, Sr. Presidente, a Constituição Federal, em seu art. 62, veda a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas aos planos plurianuais, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos e aos créditos adicionais.

Sr. Presidente, a Constituição prevê que podem ser editadas medidas provisórias em caráter excepcional, ou seja, em abertura extraordinária para atender despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Nesses casos, enquadram-se os recursos destinados ao Haiti via Missão das Nações Unidas (85 milhões) e mais 5 milhões de apoio à operação de ajuda humanitária aos países da Ásia vítimas do tsunami.

Mas como é que o Governo enxerta – aliás, não é algo incomum, pois a isso assistimos em cada medida provisória – simplesmente 200 milhões para beneficiar exatamente o setor que vai fazer o pagamento, a remuneração dos agentes pagadores de benefício de prestação continuada, que nada mais são do que o setor de prestadores de serviços que fazem essa terceirização para o Governo Federal?!

Por isso, a nossa argumentação é a de que o Governo tem que parar com esse tipo de situação e

inserir algo que tenha mérito, porque são 5 milhões apenas para as vítimas do tsunami, 85 milhões para o Haiti e 200 milhões para prestadoras de serviços, para serviços terceirizados.

Sr. Presidente, dessa forma, encaminhamos contrariamente à urgência e relevância. Que o Governo edite uma medida provisória para atender o Haiti e as vítimas do tsunami, única e exclusivamente. Com base nessa nossa proposta, pediria ao relator que fizesse o encaminhamento no sentido de extirpar esses 200 milhões que foram enxertados...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – ...e de aprovar esses 90 milhões, que têm mérito de urgência e relevância, adequação financeira e orçamentária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados, com os votos contrários dos Senadores César Borges, José Jorge, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, Reginaldo Duarte, Romeu Tuma, José Agripino, Jorge Bornhausen, Marco Maciel, Sérgio Guerra e a Senadora Heloísa Helena.

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão o projeto de lei de conversão, a medida provisória e as emendas, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador José Jorge, por até dez minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, concordo plenamente com o que o Senador César Borges disse.

Na realidade, a medida provisória ora em discussão é absolutamente inconstitucional e, como todas as medidas provisórias que o Governo do Presidente Lula manda para esta Casa, sempre tem um “contrabando” – ou seja, o objeto da medida provisória trata de um assunto e normalmente se inclui outro assunto no meio, que não tem nada a ver com o objetivo da medida provisória originalmente proposta e que, muitas vezes, não é urgente nem relevante.

Esta medida provisória, como não poderia deixar de ser, possui um “contrabando” também, como todas as outras que têm aparecido aqui. Só que, neste caso, há uma diferença, Senador César Borges: nesta medida, o “contrabando” é maior do que o legal. É uma das poucas medidas em que ocorreu isso. Normalmente o “contrabando” é pequeno em relação ao tamanho da

medida provisória. Aqui, não. Aqui, o “contrabando” é maior do que o legal.

Vejam os que diz a Constituição no §3º do art. 167:

A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública,(...).

Então, penso que está muito claro que só se pode editar medida provisória para falar em recursos em uma destas situações: guerra, comoção interna, calamidade pública. Ora, se olharmos os itens 1 e 2 desta medida provisória, veremos que ela destina crédito de 85 milhões para o Ministério da Defesa gastar no Haiti e crédito de 5 milhões às vítimas do tsunami. Considero corretas essas duas destinações previstas na medida provisória. Todavia, ela destina 31,131 milhões para remuneração dos agentes pagadores do benefício da prestação aos deficientes; 103 milhões para remuneração dos agentes pagadores dos benefícios previdenciários; 6,844 milhões para remuneração dos agentes pagadores do benefício da prestação continuada à pessoa idosa e da renda mensal vitalícia por idade e, finalmente, 11 milhões para remuneração dos agentes pagadores do benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência e da renda mensal vitalícia.

Sr. Presidente, quem são esses pagadores? São os bancos, e não são os pequenos bancos. Vamos verificar um total de 200 milhões que serão transferidos da seguinte maneira: 22,3% para o Banco do Brasil; 27% para a Caixa Econômica; 15% para o Bradesco; 8,5% para o Itaú; 4,8% para o Unibanco; 4% para o HSBC, e assim por diante. Na realidade, estamos elaborando uma medida provisória que, de acordo com o preceito constitucional, deveria destinar-se apenas a casos de guerra, comoção interna ou calamidade pública, mas nós estamos fazendo exatamente para pagar bancos. Na realidade, ninguém aqui é contra que o Governo pague aos bancos. É preciso que isso fique claro. Se o banco prestou um serviço ao Governo, pagando esses benefícios, é justo que o Governo pague aos bancos. Já há um contrato, tudo direitinho. O que é inconstitucional e absurdo é que isso seja incluído numa medida provisória, como se fosse abertura de crédito extraordinário para guerra, comoção interna ou calamidade pública. Se tem alguém, Senador José Agripino, que tem dinheiro no Brasil e que pode esperar pela data do pagamento por meio de um projeto de lei são os bancos.

Na verdade, o que aconteceu na Câmara dos Deputados? Tiraram o dinheiro do Haiti – não sei por quê. Isto é outra coisa que eu perguntaria ao relator: por que razão tiraram o dinheiro do Haiti na Câmara dos Deputados? Os 85 milhões do Haiti foram retirados e destinados a dois projetos: o de proteção aos defensores de direitos humanos e o de combate à criminalidade, que não têm nada a ver com urgência, nem com relevância, nem com caso de guerra.

Então, Sr. Presidente, há um grande esforço do Governo no sentido de fazer uma medida provisória para atender a países estrangeiros quando há alguma catástrofe nesses países. Não somos contra isso. Por exemplo, outro dia, houve uma grande catástrofe no Paraguai: caiu um supermercado e morreram 400 pessoas. Fato gravíssimo! Aí, o Governo fez uma medida provisória. Tudo bem. Se o Governo tem o dinheiro e deve ajudar ao Paraguai, somos favoráveis. Agora, no Nordeste, em Pernambuco, em Alagoas, no Ceará, houve uma cheia no ano passado. Viemos ao plenário e pedimos uma medida provisória que, na realidade, não saiu até hoje. Aliás, eu estive no Ministério, e o Ministro me disse: “Medida provisória, não vamos fazer”. Não fez medida provisória nem nada. Portanto não recebemos nenhum apoio para todo o Nordeste atingido pela cheia no ano passado. Neste ano, houve outra cheia, e estamos novamente pedindo auxílio do Governo Federal para que possamos atender aquelas pessoas atingidas pela enchente. Até agora, o Governo Federal não atendeu nosso pleito, mas há uma promessa. Estive hoje, juntamente com o Líder Aloizio Mercadante e outros Senadores do Nordeste, com o Ministro Antônio Palocci, que prometeu que, até a próxima quinta-feira, ou seja, depois de amanhã, haverá uma definição de como será resolvida essa questão da cheia no Nordeste, principalmente em Pernambuco e Alagoas.

Nós da Oposição já havíamos comunicado que obstruiríamos esta medida provisória hoje. Na verdade, se a obstruíssemos, o Governo não teria o número de votos necessários para votar a medida provisória, que derrubaria a sessão. Como também há outros projetos importantes para votar, como é caso da indicação do Procurador-Geral, vamos acreditar na palavra do Líder Aloizio Mercadante e na palavra do Ministro Antônio Palocci – de que, na próxima quinta-feira, será definida essa questão da medida provisória para atender as vítimas das enchentes de Recife, além de outras questões em relação aos metrô de Fortaleza, Recife e Salvador –, e vamos orientar a Bancada, no caso dos Partidos da Minoria, para que votemos contra a medida provisória.



O Relator, agora, pelo que entendi, também está dando parecer contrário ao projeto de conversão aprovado na Câmara, isto é, ao PLV. Aliás, eu gostaria de saber por quê. Basicamente, ele não explicou por que estava contra o PLV. Está-se retornando, então, à medida provisória original, o que significa que o dinheiro do Haiti voltará a estar naquele dispositivo. É uma correção, fica melhor do que está, mas precisa ser explicado por que a Câmara dos Deputados tirou esse dinheiro do Haiti – até agora ninguém soube dizer o motivo.

Na realidade, em resumo, a medida provisória é inconstitucional e absurda. Votaremos contrariamente a ela, esperando que o Governo, nas próximas medidas provisórias, seja mais cuidadoso no encaminhamento dessas questões.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Para discutir, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Sérgio Guerra, pelo prazo de até dez minutos.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como sempre, o Senado é instado a votar medidas provisórias de urgência duvidosa.

Certas ponderações levantadas pela Oposição me parecem bastante consistentes. Não nos cabe discutir a oportunidade de colaboração do Brasil para projetos que têm a ver com a nossa diplomacia; esses projetos devem ser examinados no âmbito do comentário, da discussão sobre o padrão e as ações da diplomacia brasileira.

Mas nos cabe discutir, com muita veemência, questão de prioridade. Somos de uma região pobre; represento o Estado de Pernambuco, assim como os Senadores José Jorge e Marco Maciel. E, nos nossos Estados, de maneira especial Pernambuco, Paraíba, Alagoas, há dois anos, têm ocorrido inundações com grande frequência. Se temos permanentemente a questão da seca, passamos a ter repetidas vezes o problema das inundações.

Na primeira dessas inundações, já no Governo do Presidente Lula, Senadores e Deputados de Pernambuco compareceram ao Ministério da Integração, numa longa reunião com o Ministro Ciro Gomes. Para essa reunião, levamos uma proposta de medida provisória dos Governadores do Nordeste que tiveram áreas afetadas por essas inundações.

Medidas provisórias têm sido editadas – e é razoável que assim o fossem, pois elas foram pensadas basicamente para essas situações no passado –; mas têm sido editadas principalmente com essa finalidade. Inundações e secas em Pernambuco, em Alagoas, no

Ceará, sempre mereceram do Governo Federal medidas provisórias. Mas o Ministro Ciro ponderou que não deveria ser esse o caminho, e que o certo deveria ser a liberação de verbas que, segundo ele, existiam no Orçamento e eram adequadas para essa finalidade. Os ministros que operariam essa política eram basicamente do Ministério da Integração e do Ministério das Cidades. O Ministro recusou, pelo Governo, a proposta de medidas provisórias, e anunciou uma série de encaminhamentos com vistas à liberação de recursos de várias fontes que atenderiam às demandas dessas enchentes e suas conseqüências desastrosas. Rigorosamente, apenas 10% e em tempo completamente inadequado daquele que era pensado, de fato, foi liberado. Não houve ação federal efetiva para o enfrentamento das enchentes no Nordeste há dois anos.

Agora, novamente uma enchente. Governos estaduais se mobilizam, vão ao Presidente da República. Parlamentares, Deputados Federais, Prefeitos pernambucanos e o Presidente da Câmara estiveram lá. Uma forte mobilização se deu em Pernambuco e em outros Estados para que se produzisse outra medida provisória apenas para os Estados que não tinham recursos e cuja solução dos problemas estava muito além das suas possibilidades.

Essa reivindicação efetivamente urgente, pela própria natureza urgente dos Governos estaduais, até hoje não teve solução.

O Ministério da Integração e, acredito, também o Ministério das Cidades têm feito já consultas, levantamentos, reconhecimentos para apurar a efetividade das conseqüências desastrosas das enchentes. Mas medida provisória mesmo, recursos, não estão prometidos, não estão comprometidos.

A orientação que tomamos aqui, os Partidos de Oposição, foi de apenas votar a medida provisória que hoje está sendo apreciada com o compromisso de edição de medida provisória urgente para o enfrentamento do problema das enchentes na área do Nordeste, de uma maneira geral, e, de maneira especial, nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

A promessa feita é que, até quinta-feira, os Senadores serão informados, nas suas bancadas, sobre os limites que o Ministério da Integração e, provavelmente, o Ministério das Cidades, enfim, que o Governo Federal estará disposto a prover para o enfrentamento das questões levantadas.

Quero dizer que a Oposição acredita na palavra do Ministro Palocci e na palavra do Líder Mercadante e espera que a palavra empenhada seja efetivamente honrada até a quinta-feira. Espera também que recursos suficientes sejam provisionados para o Nordeste

com a brevidade que a natureza de uma catástrofe como essa exige.

Os Governos estaduais não estão em condição de manter o atendimento a algumas milhares de pessoas que estão sem proteção, e algumas dezenas de Municípios que foram parcialmente destruídos, como Moreno, Vitória de Santo Antão, Primavera, Nazaré da Mata e tantos Municípios pernambucanos que visitei.

Sr. Presidente, não apenas em relação a essa questão, mas também à dos metrô, estabeleceu-se o compromisso de, respeitadas as especificidades de cada situação, de Fortaleza, de Salvador, de Belo Horizonte e de Recife, estudar uma solução para conclusão de etapa do projeto de forma que ele tenha financiamento livre da linha de contingenciamento nos próximos dois anos e seja concluído.

O Governo Federal pondera que, em face da conclusão de obras nessa área, seria importante que os Estados assumissem a gestão e a responsabilidade da gestão desses trechos de metrô, o que parece, no geral, sensato. Porém, tudo isso depende de uma avaliação precisa das lideranças de cada Estado e de cada situação, porque inclusive os projetos estão em etapas variadas de execução.

Recursos aprovados que estavam ameaçados de financiamento internacional estarão garantidos pelo acordo feito hoje. Penso que essa é uma boa oportunidade de o Congresso demonstrar o que muitos não querem ver: a Oposição não deseja impedir o funcionamento do Congresso; a Oposição deseja a fiscalização, a apuração de responsabilidade em episódios que comprometem o conceito do País e das suas instituições, ao mesmo tempo em que assume sua responsabilidade de aprovar matérias urgentes, efetivamente urgentes, como é essa de uma medida provisória para ajudar a resolver o problema das consequências dramáticas das enchentes sobre populações do Nordeste.

Essa é a opinião que eu queria dar hoje, Sr. Presidente.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos próximos do mês de julho, o que ocorrerá daqui a poucos dias. Sei da sensibilidade que V. Ex<sup>a</sup> tem tido com relação ao andamento do processo legislativo e entendo que há uma matéria que depende de decisão do Senado, que diz respeito à proteção efetiva de pelo menos cinco milhões de brasileiros, que é a chamada PEC paralela da Previdência Social.

O Senador Rodolpho Tourinho fez um relatório primoroso, já o entregou, cumpriu sua função, sua responsabilidade legislativa. Eu faria um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, para que, com o entendimento dos Líderes, promovesse um acordo para quebrar o interstício dentro dos preceitos regimentais. Cinco sessões extraordinárias nos permitiriam a votação de uma matéria de tal relevância no dia de amanhã, como uma justa homenagem do Senado aos setores organizados da sociedade brasileira, que clamam pela proteção previdenciária que a PEC paralela pode representar.

Falo isso em nome de muitos Senadores e sem querer criar nenhum tipo de dificuldade para a valorização do trabalho das comissões.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há poucos minutos, antes de o Senador Tião Viana fazer esse apelo, eu estava conversando com o Senador Arthur Virgílio, que disse que o Senador José Agripino também tem este entendimento, sobre a possibilidade de, havendo acordo, concordância de todos os Líderes, trazer essa matéria imediatamente ao plenário, sem que precisasse ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista a consciência coletiva dos Senadores. Sabemos todos que o que construímos em termos de PEC paralela, negociada e acertada entre nós, entre todos os Partidos e o próprio Executivo, seria o mais conveniente a ser aprovado, porque poderia ser imediatamente promulgado e logo entrar em vigor.

Então, queria corroborar o apelo do Senador Tião Viana, para que pudéssemos, ao longo desta sessão, enquanto efetuamos as votações, consultar todos os Líderes e tentar, ainda hoje, construir esse acordo para trazer essa matéria ao plenário, se possível dispensando a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça – se esse for o entendimento de todos os Líderes e, obviamente, também do Presidente da Comissão –, e votá-la antes de encerrarmos os nossos trabalhos neste 1º semestre.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, conversei com V. Ex<sup>a</sup> quando entreguei à Mesa o requerimento com a assinatura de todos os Líderes, e V. Ex<sup>a</sup> me disse que dependeria, naturalmente, de uma consulta aos Líderes.

Aqui, numa conversa preliminar, de que também participei, percebi que a vontade da Casa é a de que o acordo firmado entre o Senado, o Executivo e a própria Câmara dos Deputados seja cumprido e que passemos ao recesso parlamentar – se ele acontecer – com a PEC paralela votada. Esse tema interessa a milhões de brasileiros. Não apenas aos servidores públicos, que estão contemplados ali, mas também a outras pessoas, como, por exemplo, as donas-de-casa, que têm lá prevista a sua aposentadoria.

É um apelo que faço. Conversei com o Senador Rodolpho Tourinho e S. Ex<sup>a</sup> me disse: “Se depender de mim, você pode fazer o apelo”, a fim de que, mediante um grande entendimento, votemos a matéria diretamente no plenário – quem sabe? – amanhã.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, de forma objetiva, nós já estamos atrasados no cumprimento do acordo para a votação da PEC paralela. Então, pelo PDT, eu apóio essa proposta do Senador Tião Viana.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, igualmente, de hipotecar o nosso apoio a esse encaminhamento, para que possamos encerrar o ciclo que o Senado iniciou, por unanimidade, ao elaborar a PEC paralela, aprovando o parecer do Senador Rodolpho Tourinho, que restitui, no fundamental, aquilo que o Senado Federal pactuou e que é o objeto do nosso acordo. Estamos totalmente disponíveis para buscar esse acordo processual a fim de que possamos votar na Comissão e fazer as sessões necessárias, repetindo o consenso construído na aprovação da PEC paralela.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL já tem entendimento firmado sobre a PEC paralela. Tomei a

providência de reunir a Bancada para ouvir o relatório do Senador Rodolpho Tourinho. Hesitei em assinar o requerimento de urgência da matéria, porque, como a PEC paralela foi modificada na Câmara, veio para o Senado com uma feição diferente, e o Senador Rodolpho Tourinho fez os retoques que julgou convenientes, precisei reunir a Bancada, e tenho opiniões divergentes. Mas o PFL está pronto para votar essa matéria, que é urgente. Se quiserem colocá-la em apreciação amanhã, o PFL votará e eu liberarei a Bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Heleísa Helena; em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O pessoal está preparado para votar essa matéria há mais de um ano e meio. Até porque sabemos todos nós que a PEC paralela aqui foi votada e não é uma panacéia a resolver todos os males, não vai corrigir todas as distorções e todo os crimes que foram cometidos contra os direitos dos trabalhadores do setor público, mas amenizará um pouco as gigantescas distorções que foram efetivamente criadas. É claro que será um debate longo, até porque há novas categorias que conseguiram incluir emendas na Câmara. Vamos ter que votá-las. O Senador Romeu Tuma está acompanhando muito bem isso, e vamos votar. Com certeza, somos favoráveis ao acordo, e o pessoal está preparado para votar há quase dois anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda há pouco, no gabinete de V. Ex<sup>a</sup>, nós discutíamos sobre esse assunto, e eu me indagava em voz alta se a matéria estava devidamente maturada, devidamente madura, devidamente diagnosticada, pelo conjunto de forças políticas que formam a própria correlação de forças políticas nesta Casa. Mas percebo que é um desejo da Casa votá-la. Sendo assim, de parte do PSDB, não há nenhum óbice. O PSDB estará pronto para, em estando destrancada a pauta, votar a matéria referente à PEC paralela, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu gostaria de dizer à Casa e aos Sr. Líderes partidários...

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na ausência do Líder, Senador Ney Suassuna, quero hipotecar, como Vice-Líder do PMDB, a solidariedade da nossa Bancada à iniciativa proposta pelo Senador Tião e dizer que, desde o início da tramitação da PEC paralela, ela contou com nosso apoio e com a disposição de votá-la integralmente.

Quero dizer ainda que acredito na sensibilidade de V. Ex<sup>a</sup> e dos Líderes partidários e sei que chegaremos a um consenso sobre esse assunto. O Senador Paulo Paim, que continua vigilante, sabe muito bem dessa posição da Bancada do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Sérgio Zambiasi, pela ordem, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, demais colegas Senadoras e Senadores, nós estamos trazendo também o nosso apoio a essa proposta. Entendemos que esse é um compromisso do Senado, pois foi daqui que partiu a proposta da PEC paralela. E agora, nesse retorno à Casa, entendemos que, se houver concordância de todos os Líderes e, obviamente, a aquiescência do nosso Presidente da CCJ, Senador Antonio Carlos Magalhães – e considero fundamental a sua palavra, a sua manifestação –, a partir exatamente da manifestação do Presidente da CCJ desta Casa, nós, sim, poderemos trazer a plenário essa proposta.

Estou falando em nome do Partido, em nome do PTB. Apoiamos integralmente, mas aguardamos, com muito respeito, a manifestação do Presidente da CCJ desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu gostaria de dizer à Casa que eu terei muito prazer, mas muito prazer mesmo de, em recebendo uma proposta dos Líderes partidários, submeter esse calendário de tramitação especial à apreciação do Plenário, com dispensa de prazos, de interstícios, de modo a agilizar a tramitação da PEC paralela, que poderia, por exemplo, incluir a apreciação na Comissão de Constituição e Justiça para amanhã e, à tarde, se esse for o desejo da Casa, votarmos aqui no plenário do Senado Federal. No que depender da Mesa, nós vamos colaborar.

Senador Antonio Carlos Magalhães, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Sérgio Zambiasi mencionou que dependia um pouco da Comissão de Constituição e

Justiça. E ouvi a opinião de V. Ex<sup>a</sup>, que deseja esta votação. É claro que é uma votação excepcional – ainda há pouco, eu dizia isso ao Senador Tião Viana e ao Líder Aloizio Mercadante –, mas, da parte da Comissão de Constituição e Justiça, àquilo que representou o parecer do Senador Rodolpho Tourinho, não faremos nenhuma objeção, inclusive de mandar para o Plenário como ela se encontra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Continua em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos em processo de votação e discussão de uma medida provisória que, na sua origem, destina recursos: R\$85 milhões para subsidiar as tropas brasileiras no Haiti; R\$5 milhões para socorrer as vítimas do *tsunami* na Ásia; R\$200 milhões para pagamento de débitos a bancos.

Essa matéria poderia ter sido votada já há muito tempo, não tivesse sido levantada, semana passada, com precisão e com toda procedência, pelos Senadores Tasso Jereissati e Antonio Carlos Magalhães, da injustiça em se liberar dinheiro para o Haiti, para a Ásia e não liberar os recursos prometidos para socorrer as calamidades públicas ocorridas no Brasil inteiro, principalmente no Nordeste – secas e enchentes –, recursos prometidos que nunca chegaram. E, mais do que isso: os metrô de Fortaleza, Salvador, Recife e Belo Horizonte estão ameaçados de paralisação definitiva, Senadora Heloísa Helena. Isso porque o Governo brasileiro, Senador Geraldo Mesquita Júnior, parece que, por prevenção ou sei lá por que razão, estava se negando a alocar a contrapartida da União aos recursos do Banco Mundial, já liberados, que se juntam aos recursos de Estados e Municípios para fazer face às despesas das obras. Chegou a ser anunciado que o contrato do Banco Mundial iria ser cancelado, o que provocou, evidentemente, a revolta dos Senadores Tasso Jereissati e Antonio Carlos Magalhães, revolta que teve a nossa absoluta cobertura – nossa, do PFL e do PSDB – e, deliberadamente, nós obstruímos a pauta de votação, até que se encontrasse uma saída.

Fizemos exaustivas reuniões na Presidência do Senado Federal, reuniões de Líderes, e hoje, pela manhã, tivemos uma reunião com o Ministro Antonio Palocci e com o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, quando foram tomados compromissos que eu quero ver reafirmados. Os metrô de Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte e chamo a atenção



dos Senadores Tasso Jereissati, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Magalhães para a reafirmação do compromisso que o Ministro Palocci tomou hoje pela manhã – serão incluídos no PPI, programa que o Governo brasileiro acertou com o Fundo Monetário Internacional, que prevê o investimento com recursos que deveriam atender ao pagamento do serviço da dívida externa e que poderão ser aplicados em obras consideradas essenciais e urgentes.

O Ministro Palocci, no prazo de dez dias, dará uma definição às Bancadas da Bahia, do Ceará, de Minas Gerais e de Pernambuco no Senado, que estão conduzindo o desbloqueio das obras e que procuram articulação com os Governos desses Estados para encontrar um caminho de saída. Dentro de dez dias, haverá uma reunião com os representantes de Pernambuco, Ceará, Bahia e Minas Gerais para a garantia de que os recursos do PPI acudirão a execução de obras nesses metrô, para a conclusão de trechos específicos. Vai-se estabelecer um programa de metas a atingir. Em vez de continuar tudo, serão selecionados, por exemplo, trecho “a”, trecho “b” e trecho “c”, que serão concluídos com essa verba, o que é uma coisa lógica, racional e que foi aceita.

Da mesma forma, o Ministro Palocci tomou o compromisso de, por uma medida provisória, que aí se justifica por urgência e relevância, alocar recursos para acudir as populações flageladas vítimas de calamidade, seca ou enchente, no Nordeste ou no Sul, garantindo o cumprimento de um compromisso, que é de todos os governos e que, neste Governo, não chegou a acontecer.

Em assim sendo e em estando o compromisso tomado – que eu quero ver reafirmado pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante –, o PFL votará esta matéria. Claro que a matéria encerra algumas controvérsias, alguns votarão “sim”, outros, “não”. Eu liberarei a Bancada.

Agora acho que a postura a ser adotada é o retorno ao texto da Câmara, para garantir – e eu não tenho nada contra – a transferência do dinheiro para o Haiti, para as vítimas do Tsunami e para os 200 milhões a serem pagos aos bancos.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Com o maior prazer, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e fico feliz em ver que vão usar recursos do FMI efetivamente agora em matéria de infra-estrutura. Eu venho alertando há quase um ano para a questão, desde que se começou a discutir o Orçamento. Agora a minha pergunta a

V. Ex<sup>a</sup>: essa promessa do Ministro é para o programa do próximo ano, ou será o remanejamento do acordo com o FMI deste ano?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Boa pergunta, Senador Heráclito Fortes, porque essa pergunta eu a fiz ao Ministro Antonio Palocci. É para 2005, 2006 e 2007.

– Como 2005, se o plano já está feito? Eu perguntei.

Algumas obras – a explicação que me foi dada –, é muito provável que não tenham suas exigências cumpridas. Saem do programa e cedem espaço para essas, que entram – registre-se – por pressão das Bancadas do Ceará, de Pernambuco, da Bahia e de Minas Gerais.

Senão, essa solução não seria adotada. “Credite-se ao Senado a postura firme adotada para viabilizar essas obras dentro do PPI” – palavras do Ministro Antonio Palocci.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Eu queria pedir ao Senador Francisco Escórcio que colaborasse. Obrigado, eminente Senador.

Fico muito feliz em saber que a questão está sendo resolvida. Não será fácil encontrar esse recurso, porque várias das obras oriundas daquele famoso acordo que chegou aqui proveniente da Casa Civil no dia 23 apresentam concorrência viciada e, a pedido da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o TCU as está acompanhando. Portanto, o recurso será fácil, se houver boa vontade do Ministro Antonio Palocci – e eu acredito na sinceridade de seus propósitos. Quero parabenizar antecipadamente a comissão que foi lá e também em Salvador, Recife, Fortaleza e Belo Horizonte, porque a solução está equacionada.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Sem esquecer, Senador Heráclito Fortes, que foram garantidos também, mediante o compromisso do Ministro Antonio Palocci, recursos para os nossos Estados, Rio Grande do Norte e Piauí, que não têm metrô em construção, mas têm população flagelada, decorrente de seca que já existiu e de eventuais cheias que ocorreram e que vão ser objeto também do atendimento provocado pela comissão de Senadores que se reuniu com o Ministro Antonio Palocci.

Ouçó o Ministro Alberto Silva.

**O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI)** – Eu queria fazer apenas um pequeno adendo ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que é muito oportuno, para dizer que o Piauí tem metrô sim. Está parado exatamente exatamente por falta de quinze milhões. Tão simples, não é?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Deveria V. Ex<sup>a</sup> ter-se incorporado à nossa Comissão, e ainda

é tempo, para que a gente pleiteie a inclusão desses recursos do PPI para o metrô de Teresina.

De modo que com isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu manifesto a minha posição e vou votar pela manutenção do texto da Câmara, agora desejando que o compromisso tomado pelo Governo, pelo Ministro Antonio Palocci, pelo Dr. Murilo Portugal e presenciado pelo Líder do Governo, Aloizio Mercadante, seja cumprido **in totum**, na íntegra, para que a palavra do Governo continue a merecer a credibilidade de S. Ex<sup>as</sup> os Senadores da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Senador César Borges.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Há uma dúvida no Plenário sobre o requerimento da PEC paralela. Eu dizia aqui que eu o entreguei em mão de V. Ex<sup>a</sup> com a assinatura de todos os líderes. O requerimento para a tramitação em regime especial já está na mão de V. Ex<sup>a</sup>. Por isso eu não vi a necessidade de nós recolhermos assinaturas novamente com o mesmo objetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É que nós precisamos votar um calendário, que poderia especificar a votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para amanhã, se essa for a vontade da Casa e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e marcarmos para as 14 horas e 30 minutos, por exemplo, uma sessão extraordinária unicamente para votarmos a PEC paralela.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Excelente, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador César Borges, V. Ex<sup>a</sup> com a palavra.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já tive oportunidade, com relação à Medida Provisória nº 241, de fazer um encaminhamento contra a urgência e relevância.

Em primeiro lugar, houve, por parte do Relator, o Senador Maguito Vilela, a rejeição do Projeto de Lei de Conversão, no que S. Ex<sup>a</sup> fez muito bem, porque deturpava o espírito da Medida Provisória nº 241, que beneficiava o Haiti, a missão de paz das Nações Unidas para o Haiti em 85 milhões.

No entanto, Sr. Presidente, como foi muito bem colocado pelo Senador José Jorge, aqui o Governo enxerta 200 milhões em uma medida provisória que teria mérito de urgência e relevância, porque beneficiava em 85 milhões o Haiti e em 5 milhões a ajuda humanitária aos países da Ásia atingidos pelo maremoto, pelo Tsunami. Nesse caso, há urgência e relevância, e era imprevisível. É constitucional.

Mas daí, Sr. Presidente, se colocarem 200 milhões para abrir crédito que vai possibilitar a contratação de instituições financeiras é demais. Esta Casa, no momento em que aprova medida provisória desse teor, inconstitucional, que não é urgente, e enxerta 200 milhões para se aproveitarem noventa milhões, que têm mérito, neste momento, fica difícil a Casa tomar posições contra medidas provisórias. De certa forma, nós estimulamos o Governo Federal a continuar usando esse artifício, editando novas medidas provisórias onde há esse tipo de enxerto e que não têm atendimento aos preceitos constitucionais.

Portanto, Sr. Presidente, eu reforço a minha posição assumida aqui, quando votei contra e encaminhei nesse sentido a urgência e relevância. Por isso mesmo, votarei contra, porque o Governo deveria editar uma medida provisória constitucional, correta, limitando-se àquilo que era urgente, imprevisível, como é o caso do Haiti e do Tsunami. Essa será a nossa posição.

Sr. Presidente, gostaria também de comentar um assunto que por diversas vezes me trouxe à tribuna e que de certa forma foi o que motivou a desobstrução da pauta e estarmos aqui em processo de votação, que é o problema dos metrô das capitais brasileiras de Salvador, Recife, Belo Horizonte e Fortaleza.

Vejo esperança aqui no coração dos Senadores que estiveram junto ao Governo. O Senador José Agripino acabou de falar da sua expectativa positiva e dos compromissos assumidos pelo Ministro Antonio Palocci. Sei do esforço do Senador Antonio Carlos Magalhães, que lá esteve mostrando que era inaceitável para Salvador que nós não tivéssemos recursos necessários para concluir a obra e ela ficasse paralisada, uma obra, Senador Romeu Tuma, que estava, de certa forma, com financiamento alocado do Banco Mundial de mais de US\$90 milhões e que bastava a contrapartida do Governo Federal, assim como do Estado, que tem honrado seus compromissos, e da Prefeitura Municipal de Salvador.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sou cético e não vejo a esperança neste Governo vencendo qualquer coisa, vejo a incompetência e uma política macro-econômica que, neste momento, fala-se em atingir uma posição de déficit nominal zero, ou seja, vamos aumentar o superávit primário a tal ponto que não teremos mais aumento da dívida por conta de captação de recursos para o pagamento dos juros. Isso significa que vamos ter uma paralisia geral nos investimentos federais em qualquer área.

Então, se esse é o compromisso do Governo Federal, que tem, a cada dia, subido um degrau com relação ao aumento do superávit primário, levando para essa meta do déficit nominal zero, como vamos

imaginar que ele vai negociar com o Banco Mundial e que ele vai encontrar brecha para colocar na negociação com o Fundo Monetário Internacional? Mesmo que coloque, ele vai precisar despende recursos, mesmo que coloque no Fundo Monetário Internacional, ele terá que internalizar dólares.

Então, não vejo nenhuma sensibilidade deste Governo com relação às obras de infra-estrutura. Promessas, sim, mas, a isso estamos assistindo desde o início do Governo, com relação aos próprios metrô. O Ministro Olívio Dutra tinha se comprometido. Nós, a Bancada de Deputados Federais e a Bancada de Senadores baianos, estivemos com ele, negociando essa questão do metrô, no ano de 2003. Ele disse que faria um cronograma de liberação. Em lugar de ter um cronograma, esse cronograma foi, a cada dia mais, diminuindo, diminuindo. A obra hoje está efetivamente paralisada. Há um compromisso de se tentar renegociar as bases para a continuidade da obra, com a Prefeitura e com o Estado. Sou cético. Não tenho por que ter grandes esperanças. Espero que, efetivamente, pelo menos dessa vez, haja sensibilidade por parte do Governo Federal, e a obra possa ser retomada, porque essa paralisação prejudica a camada de trabalhadores, a camada mais pobre da cidade de Salvador e de outras capitais como Recife, Fortaleza e Belo Horizonte.

Sou muito cético, Sr. Presidente. Assistimos, hoje, a uma reunião mista da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Percebemos o desespero dos produtores, que estão ocupando a Esplanada dos Ministérios e as ruas de Brasília com aproximadamente três mil tratores, Sr. Presidente.

Trata-se de um setor importantíssimo para a economia do nosso País. É um setor que ainda consegue fixar no campo 37% da mão-de-obra brasileira, impedindo que os trabalhadores inchem, de certa forma, a periferia das nossas grandes cidades e vivam de subemprego. Esse setor, que é responsável por mais de um terço do que se produz no Brasil, ou seja, do Produto Interno Bruto brasileiro, passa por dificuldades, mas também é responsável, Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo superávit da balança comercial brasileira, porque exporta US\$39 bilhões e importa apenas US\$4 bilhões. Portanto, são US\$35 bilhões a favor da balança comercial. Esse é o saldo da balança comercial brasileira. Isso não é muito bom a médio e longo prazos, porque o País está, cada vez mais, deixando de ser competitivo no plano dos produtos manufaturados e industriais e está conseguindo exportar

apenas *commodities*, bens primários – que agregam muito pouco valor.

Se olharmos a nossa pauta em relação à China, verificaremos que houve uma mudança. Há vinte anos, exportávamos manufaturados. Hoje, exportamos soja, minério de ferro, só produtos primários. Enquanto a China se industrializa rapidamente, assim como a Coréia, o Brasil volta ao passado de exportador de *commodities*, que não agrega valor efetivamente, gerando empregos e riquezas para o nosso País.

Ainda é a agricultura que está mantendo esse superávit. Mas não sentimos nenhuma sensibilidade por parte do Governo Federal. Hoje, o setor agrícola está sofrendo uma crise profunda por conta de um dólar que está deprimido, irreal, no valor de R\$2,33 – ou R\$2,36, um nível recorde. Por que esse dólar está assim? Porque há excesso de dólares vindos do exterior, que está irrigando toda a economia para depreciar o nosso produto e fazer com que o Governo possa pagar juros de 19,75%, quando os juros americanos não alcançam 3%. Os da União Européia são em torno de 2% ou menos.

Evidentemente, a especulação financeira está correndo livre e solta, inclusive vindo com esse mercado e esses recursos voláteis para a economia brasileira. O setor exportador primário, entretanto, plantou uma safra, no ano passado, com o dólar a R\$3,40. Como, agora, fechar as contas quando for pagar, vendendo o seu produto com o dólar a R\$2,40?

Qual é o resultado disso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores? É que a safra de grãos do Brasil caiu em quase vinte milhões de toneladas com um prejuízo muito grande para toda a Nação. E da mesma forma vai ocorrer no ano que vem. Então, já estamos vislumbrando novamente aquela gangorra. Se o País cresceu no ano passado 4,9%, este ano os cálculos já indicam as previsões: não passaremos dos 3% e, se a agricultura entrar em crise, no ano que vem, também estará comprometido todo o crescimento brasileiro.

O Ministro Palocci – e vi várias lideranças do PT, inclusive o Líder Mercadante – falava muito que o País entraria em um ciclo de crescimento permanente. Já verificamos que isso não é verdade. Tivemos um pico de crescimento no ano passado, em 2004...

(Interrupção do som.)

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) ...como anunciava o Governo, Sr. Presidente, de 5,6, mas depois foi recalculado para 4,9 e, no ano que vem, vamos ter um crescimento de menos de três simplesmente pelo fato de que, estatisticamente, quando se fizer o cálculo, o crescimento de 2004 influencia sobre o crescimento de 2005.



Espero que o Governo Federal também ouça a voz dos produtores rurais do País que respondem por um segmento da maior importância para a nossa economia, pois são geradores, volto a repetir, de quase 40% dos postos de trabalho do País. Mas se depender da sensibilidade do Ministro Antonio Palocci, sabemos que trabalha para o déficit nominal zero. É inflexível. Sabe o que têm oferecido aos produtores, Senador Geraldo Mesquita? É dinheiro do BNDES a juros de 17%. Qual é o setor agrícola que tem capacidade de fazer esse pagamento?

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar, nossa posição é voto contrário à Medida Provisória nº 241, numa posição de coerência. Não podemos estar aqui votando medidas provisórias inconstitucionais em que 200 milhões são enxertados para mandar recursos para as instituições financeiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para discutir, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me concede a palavra pela ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei rápido, Sr. Presidente. É apenas para dizer que, de acordo com a sugestão de V. Ex<sup>a</sup>, vou convocar para amanhã uma reunião dos membros da CPI dos Bingos. Mas pediria a V. Ex<sup>a</sup> que me ajudasse, no partido em que V. Ex<sup>a</sup> é uma grande figura, pois foram indicados os mesmos membros da CPI, em curso, dos Correios, e evidentemente isso é proibido pelo Regimento.

De modo que o PMDB deve fazer novas indicações para que, amanhã, possamos nos reunir, e, posteriormente, terei um entendimento com todos os líderes, inclusive com os da Oposição, para ver como vamos encaminhar o cronograma da CPI.

Não sei se V. Ex<sup>a</sup> me entendeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Entendi, Senador Antonio Carlos, perfeitamente. No entanto, V. Ex<sup>a</sup> sabe que, como Presidente do Senado Federal, tenho a obrigação constitucional de, uma vez indicados os nomes da Comissão Parlamentar de Inquérito, fazer um apelo à Casa para que haja a mobilização no sentido da sua instalação.

No entanto, eu não posso falar pelo PMDB. Institucionalmente, fala pelo PMDB o Senador Ney Suassuna.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas poderia o assessor de V. Ex<sup>a</sup>, que é altamente competente, ver os nomes que são da mesma comissão e não podem figurar. Conseqüentemente, na hora da leitura, devia ter chamado a atenção para esse ponto.

Perdoe-me V. Ex<sup>a</sup>, porque jamais gosto de debater com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Então eu, publicamente, faço um apelo ao Senador Ney Suassuna para que indique os membros do seu Partido para a comissão, porque vou convocar para amanhã reunião da comissão. E, se não for, eu direi as razões ao público por que não foi instalada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 241, de 2005, trata de Crédito Extraordinário em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$90,6 milhões, destinado a atender à ajuda humanitária aos países da Ásia atingidos recentemente pelo maremoto, pelo tsunami, no valor de R\$5 milhões, e aos custos com a permanência das tropas brasileiras na Missão de Paz do Haiti, de R\$85,6 milhões; e de Encargos Financeiros da União, destinados à contratação de instituições financeiras para que não haja interrupção no pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais e de recebimento das Guias de Previdência Social, GPS, e de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, no valor de R\$209 milhões.

Os aspectos de relevância e urgência requeridos para edição de medida provisória são claramente atendidos no caso da ajuda humanitária aos países da Ásia que foram flagelados recentemente pelo maremoto, pois diz isso respeito aos gastos do Governo brasileiro com o apoio ao transporte aéreo de medicamentos, alimentos e demais doações por não possuir previsão orçamentária.

A Missão de Estabilização da ONU no Haiti – Minustah, sob o comando militar do Brasil e que conta com a participação de efetivo de diversos países, além do brasileiro, teve início em junho de 2004. Portanto, deveria ter dotação prevista no Projeto de Lei Orçamentária para 2005, o que dispensaria assim o presente crédito extraordinário.

No caso do crédito em favor de Encargos Financeiros da União, da suplementação total, temos:



R\$18 milhões, ou seja, 8,6% do total, referindo-se à transferência da dotação constante do orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social, o Fnas, a título de implementar, conforme a Exposição de Motivos do Executivo, o processo de centralização, num único órgão, das dotações orçamentárias para a remuneração dessas instituições (financeiras); R\$191 milhões, ou seja, 91,4%, referindo-se à possibilidade de interrupção no pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais, diante da existência de dívida acumulada junto à Caixa Econômica Federal e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, prestadoras de serviços, hoje estimada em cerca de R\$1,3 bilhão, que decorre de sucessivas dotações subestimadas em anos anteriores e suplementadas por meio do envio de projeto de lei ao Congresso Nacional para apreciação sob os ritos do processo legislativo, evidenciando, assim, o real motivo da suplementação; destes, R\$103 milhões para os Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da GPS (Guia de Previdência Social) e da GFIP (FGTS e Informações à Previdência Social) e R\$ 88 milhões para os Agentes Pagadores e de Benefícios Previdenciários.

Os recursos para atendimento do presente crédito extraordinário decorrerão de anulação das dotações específica do “Fundo Nacional de Assistência Social”, constante do órgão orçamentário do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R\$ 18 milhões, e da Reserva de Contingência, no valor de R\$281,6 milhões.

Sr. Presidente, esta é a explicação, digamos assim, tentativamente técnica do escopo, dos objetivos dessa medida provisória. Fundamental agora é explicarmos por que, Senador Gilberto Mestrinho, na semana passada, não se votou essa medida provisória, obstaculizada que foi essa votação por ação obstrucionista legítima, democrática das oposições, e por que hoje se abre espaço para a colaboração das oposições no sentido de votar a matéria.

É que o Senador Antonio Carlos Magalhães vem à tribuna e diz que o Ministro Olívio Dutra foi a Salvador e lá declarou que estava cortando, suspendendo os efeitos do contrato do empréstimo do Banco Mundial com o Governo da Bahia. Abro um parêntese para dizer que esse comportamento para mim é politicamente esquisito, porque não ir lá e não dizer nada é um costume da política da enrolação, enfim, algo que não é saudável, mas não chega a ser estúpido. Mas ir lá para dizer que vai parar de fazer, francamente, é invenção também desta República, como já existem outras – e aí está o mensalão e outros que tais. É coisa nova; é coisa novíssima; é modernidade pura.

Disse o Senador Tasso Jereissati, em seguida, que estava pendente a liberação de recursos para o metrô de Fortaleza. E aí se juntava a Minas Gerais, que aliás é governada por um Prefeito do PT, Sr. Fernando Pimentel. E mais ainda, alertavam os Senadores Marco Maciel, Sérgio Guerra e José Jorge que havia pendências em relação ao metrô de Recife.

Ao mesmo tempo, a todos nos ocorreu algo de meridiana clareza: é injusto, Senador Tião Viana, conceder recursos para vítimas do maremoto, do tsunami, na Ásia? A resposta de qualquer ser humano normal, dotado de coração medianamente bom, é não. A resposta é não. É injusto o Brasil sustentar o seu compromisso com essa missão, que supostamente seria uma missão de paz no Haiti? Coloco em dúvida se isso é prioridade de uma política externa realista, mas, assumido o compromisso, é preciso honrá-lo. Então, não estou questionando a justeza desse compromisso.

O que a todos nos chamou a atenção, Senador Teotônio Vilela – e V. Ex<sup>a</sup> foi um dos que fez isso da maneira mais enfática –, foi que para a calamidade que avassalou o Nordeste recentemente – leiamos cheias e seca – não havia dinheiro. Havia dinheiro para o tsunami, na Ásia; não havia dinheiro para o metrô de cidades nordestinas importantes, com reflexos humanos, sociais e econômicos, porque isso diminui custo de gastos de saúde com a mão-de-obra, aumenta a produtividade da mão-de-obra. Se quisermos ser frios como economistas, vamos lá; se quisermos ser quentes e calorosos como seres humanos, temos todas as razões para entender que é preferível investir nos metrô de Salvador, de Fortaleza, de Recife ao metrô da Venezuela. É preferível. Mas, de qualquer maneira, dinheiro para cá não haveria, e sobraria dinheiro para fins até nobres, mas que não os prioritariamente brasileiros.

Isso tudo causou uma certa revolta no Plenário. Então, nós nos unimos. Não foi uma manifestação das oposições, e sim do Plenário, na sua racionalidade, na sua inteligência, na sua sabedoria. O Plenário, por todos os Partidos, disse: “Não há como se votar isso”. Então, surgiu a intermediação do Senador Aloizio Mercadante, que marcou uma audiência – depois de tratativas com o Senador Sérgio Guerra, que foi o encarregado pelas oposições de cuidar desse assunto – com o Ministro Antonio Palocci. Fomos à audiência, e lá – já foi dito por vários oradores, suponho, mas vou repetir – o Ministro disse que, em 10 dias, depois de algumas reuniões com os Governadores e sobretudo com os Senadores dos Estados atingidos, teria uma proposta para otimizar e viabilizar uma saída para os metrô. E até quinta-feira viria uma resposta, que suponho positiva e sob a forma de uma medida provi-

sória. Já vimos muita tolice transformada em medida provisória. Atender quem é flagelado da seca ou de uma enchente não é futilidade. Então, cabe, sim, uma medida provisória. Entendo que por aí viria a resposta positiva do Ministro Antonio Palocci.

Em face disso e levando-se em conta que temos duas matérias relevantes na pauta – a votação do nome do Dr. Antonio Fernando para a Procuradoria-Geral da República e a votação do Deputado Augusto Nardes para o Tribunal de Contas da União –, entendemos como racional suspendermos a obstrução e dizermos “sim” a essas matérias.

Chegamos a cogitar, nos dias subseqüentes, em função da revolta anterior, a idéia de votarmos contrariamente. Não consigo entender que seja lógico votarmos “não” à confirmação do Brasil a um compromisso internacional, muito menos sermos contrários a uma matéria que envolve ajuda para as vítimas do *tsunami*. Entendo que o voto deve ser favorável. Minha Bancada votará como entender melhor. Votarei favoravelmente. De qualquer maneira, estaremos aqui para garantir o quórum em quaisquer circunstâncias.

Sobretudo, ficou uma certa lição para o Governo. Então, o Governo não tem dinheiro para a seca, para a cheia no Nordeste, mas tem dinheiro para o Presidente Lula continuar em sua campanha pela participação no Conselho de Segurança da ONU. Não sei se essa missão de paz foi a melhor coisa que o Brasil fez. Já começam a morrer soldados brasileiros na Haiti.

Não estou aqui para discutir política externa. Estou aqui, Sr. Presidente, para falar de nossa convicção de que foi muito bom, democrático e legítimo o gesto de interrompermos a votação, semana passada, e forçarmos o Governo ao diálogo.

Cada um usa a arma que tem. Os produtores estão usando as armas que têm. Considero uma insanidade que um Governo, pela sua incompetência, em vez de manter os tratores no campo, traga-os para a Esplanada dos Ministérios. Cada um usa as armas que tem – e também estamos aqui à disposição dos produtores rurais.

Usamos as armas que estavam ao nosso alcance. Essas armas, Sr. Presidente, passavam pelo discurso parlamentar, passavam por um eventual voto “não”, passaram pela obstrução, passaram pela demonstração ao Governo de que não se atropelariam as Oposições aqui, passaram pela convicção de que o Governo tem que olhar para dentro do País, sim. Deve parar com esse sonho insano do tal Conselho Permanente de uma ONU que não existe mais e prestar atenção nos eleitores que tão fartamente votaram em Sua Excelência no Nordeste; nos eleitores que passam fome, que passam necessidades, em um Nordeste abando-

nado e que precisaria ser olhado com prioridade por um Governo que foi tão sufragado pelo sentimento de esperança daquele povo.

Portanto, valeu a lição. Nunca é tarde para aprendermos. O Presidente Lula aprendeu dessa vez, primeiro, que não doma a vontade do Senado; segundo, alguém da imprensa me perguntou ainda há pouco: “Mas é bom dialogar com o Ministro Palocci?” Claro, trata-se de um cavalheiro, trata-se de um homem educado, inteligente, mas não é bonzinho como quando dizem “fulano de tal é tão bonzinho...”

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O Ministro Palocci – já concluo, Sr. Presidente – entendeu, sim, a necessidade de dialogar com uma força política organizada aqui no Senado, que estava disposta a obstaculizar, sim, essa e qualquer outra votação para chamar a atenção para dramas do povo brasileiro, para o cotidiano da nossa gente.

Portanto, é com muito alegria que, pessoalmente, votarei “sim”, liberando a minha Bancada. E é com muita alegria que digo do acerto da pressão – pressão legítima, democrática – para que o Governo acordasse e percebesse que não existe só ONU na vida; mais do que ONU, existe Nordeste, Norte, Centro-Oeste, há populações periféricas, populações que têm sido massacradas pelos séculos, populações que exigem que homens públicos se disponham a falar por elas. Foi o que fizemos na semana passada. E, em nome do atendimento do pleito a elas, estamos agora dizendo que podemos aprovar, sim, uma matéria que interessa um pouco, diante de uma outra que será atendida pelo Ministro Palocci – é o seu compromisso –, que interessa muito aos cidadãos desvalidos e às populações menos privilegiadas deste País, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, depois dos discursos do Líder do meu Partido, Senador José Agripino, e do Senador Arthur Virgílio, eu estaria dispensado tal a forma completa com que ambos, principalmente o Senador José Agripino, colocaram a nossa posição. Poderia dizer que S. Ex<sup>a</sup> traduziu o pensamento nosso, do Partido e da opinião pública dos nossos Estados.

O Líder Aloizio Mercadante entendeu por bem realizar uma reunião de Senadores do Norte e do Nordeste com o Ministro Palocci. Fizemos a reunião no

dia de hoje. Se eu disser que saí totalmente satisfeito, não estou dizendo a verdade, mas senti um interesse do Ministro em encontrar uma solução real, não uma solução ideal, para o problema não só do metrô como da seca e das enchentes nas nossas Regiões.

O Ministro Antonio Palocci assegurou que tratará desse assunto na próxima semana com Senadores dos Estados, Governador e, onde a Prefeitura for parte, o Prefeito; estudará uma forma de atingir os objetivos no prazo máximo de três anos, levando em conta que poderá utilizar o PPI para dar os recursos suficientes para essas obras, principalmente a do metrô; e fará uma avaliação em relação às enchentes até a próxima quinta-feira.

Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o Ministro acredita que tem dificuldades para atender, mas declarou que está disposto, ainda este ano, a alocar verbas para os metrôs de Fortaleza, Salvador, Minas Gerais e Pernambuco. Isso realmente é uma posição boa. S. Ex<sup>a</sup> não diz que resolverá o problema este ano, mas diz que o fará no período que for possível – no máximo em três anos – e que também os Governos colaborarão nessas obras, fazendo aquilo que é real e não o ideal.

Isso significa, no caso de Fortaleza, por exemplo, onde há duas linhas, que se marcharia para resolver o problema de uma linha, a principal, alocando os recursos todos ali. Se um dia for possível resolver a outra linha, isso será feito.

Na Bahia ele pede um remanejamento do Orçamento, tendo em vista que o Governo do Estado, a Prefeitura e o Governo Federal aumentaram os recursos em cerca de US\$100 milhões. Ora, se isso não nos satisfaz, entretanto, já ajuda bastante a população mais pobre do Brasil.

Quero dizer que essa é a política certa; não a de créditos que às vezes não são corretos, e muito menos a de se fornecerem recursos para outros países, deixando de cuidar da pobreza nacional.

Penso que todos são humanos e todos querem ajudar o Haiti. Mas aí há uma coincidência entre nós e a Esquerda mais radical: ambos somos contra as tropas no Haiti, ambos somos contra os recursos para o Haiti. Conseqüentemente, não acho certo jogar dinheiro no Haiti, no Paraguai, na Venezuela de Chávez, em outros países, em razão da política de querer, de qualquer maneira, chegar ao Conselho de Segurança Nacional, para, lá chegando, não termos uma voz tão alta quanto à dos países que lá já se encontram. Portanto, vamos cuidar do País. Essa é a nossa tese e deve ser a de todos os Srs Senadores.

Estou convencido também de que todos os Senadores dos outros Estados do Brasil poderão ter

entendimentos com o Ministro Palocci em relação a determinadas obras, que não são um favor, mas uma obrigação do Governo.

Como também reclamamos, ou eu reclamei, quanto a verbas pessoais. Não vamos aceitar que determinados grupos tenham verbas liberadas e outros não. Eu, de minha parte, não quero ter. Não querendo, estou à vontade para dizer que ninguém deve ter. Se a situação do País é grave, não se pode favorecer a este e não se favorecer àquele. Todos, em seus Estados, têm necessidades.

Esse foi um ponto tratado, como também o foi, de uma forma muito séria, o problema das enchentes, principalmente em Pernambuco, Alagoas e parte da Bahia.

Se essa audiência não foi a ideal, foi a possível, e, sendo assim, já é alguma coisa, porque tratamos com dois homens de bem do Governo, o que não é muito comum encontrarmos apenas em um Ministério: o ex-Ministro Murilo Portugal e o Ministro Antonio Palocci.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Não devo estender-me. Preferia não tratar deste assunto – talvez não deva fazê-lo –, da exclusão de alguns peemedebistas que poderiam sempre iluminar os nossos caminhos nas Comissões, seja de inquérito, seja de Liderança. Contudo, esse problema não pertence a mim, mas aos outros Partidos. Provavelmente, os peemedebistas devem pensar a mesma coisa em relação ao meu Partido.

Estou absolutamente certo de que as melhores figuras do Senado tratarão desses assuntos no Ministério da Fazenda, onde acredito que haja alguém que mande. Tenho a impressão de que, quando o Ministro Antonio Palocci trata, a palavra vale, o que não acontece em quase todos os Ministérios do Governo do Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Para discutir, concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos aqui votando uma medida provisória que abre crédito extraordinário para o Ministério da Defesa e para encargos financeiros da União no valor de, praticamente, R\$300 milhões.



Claro que todos sabemos que o dinheiro já foi liberado, porque medida provisória tem eficácia imediata. Então, ficamos aqui cumprindo o nosso papel, não apenas exercitando o **jus sperniandi**, resmungando, fazendo as críticas construtivas para que, no futuro, isso não volte a ser estabelecido. De fato, é isso. A medida provisória, de eficácia imediata, já se consolidou.

Portanto, os R\$17 milhões que eram do Programa de Combate à Fome; os R\$17 milhões que eram do Fundo Nacional de Assistência Social, esses já foram retirados para, juntamente com a reserva de contingência, inviabilizar os interesses das instituições oficiais de crédito, para variar.

Como socialistas, Senador Geraldo Mesquita, é claro que somos também internacionalistas. Assim sendo, somos solidários a quem quer que esteja sofrendo. Somos absolutamente solidários também às vítimas dos países da Ásia atingidos pelo maremoto, absolutamente solidários. Tenho muitos amigos na Indonésia, na Tailândia. Eu sei da dor e do sofrimento desses militantes, inclusive da esquerda socialista. Muitas das organizações socialistas que lá estão fizeram campanhas de ajuda humanitária também nesses países.

A questão do Haiti é outra. Sabemos todos nós que, de fato, a cobertura de custos para uma participação brasileira, supostamente em nome de uma missão de paz, nada mais foi do que o medíocre interesse do Governo brasileiro em ajudar a financiar e a legitimar o golpe dos Estados Unidos contra o Haiti.

Mas existe algo essencial que devemos deixar estabelecido aqui, além do recurso maior de R\$208 milhões, para os senhores parasitas sem pátria, que alguns chamam de banqueiros, a turma do capital financeiro, que é esse restante do dinheiro para ajuda humanitária. É evidente que nós nos sentimos, Senador Gilberto Mestrinho, às vezes, constrangidos em ficar todo o tempo falando sobre isso. Não significa um desprezo pelos pobres, oprimidos, marginalizados, vítimas de tragédias tão grandes, como a dos países da Ásia. Não significa um menosprezo a sua dor. Mas, o Governo perde a autoridade moral de fazer qualquer discurso humanitário, supostamente humanitário, quando não tem a sensibilidade necessária para olhar a dor, o desemprego, a miséria, o sofrimento aqui no nosso País.

A situação de Alagoas chega a ser um vexame. O Senador Teotonio Vilela Filho e eu resmungávamos há pouco sobre isso. Chega a ser uma infâmia a forma como o Governo Federal trata Alagoas.

Senador Gilberto Mestrinho, uma parte de Alagoas, no sertão e no agreste, como sempre, é tomada pelo problema grave da seca. A última enchente, há mais ou menos um ano, destruiu adutoras, barreiros,

reservatórios de água. Foi um problema muito grave. O Governo Federal não disponibilizou uma única migalha para recuperação das obras de infra-estrutura que preparariam o sertão de Alagoas para um período maior de seca. Os Senadores Alberto Silva e Mão Santa já discursaram diversas vezes sobre isso.

O problema do Nordeste não é falta de chuva, porque no Nordeste chove, no semi-árido nordestino chove. O problema é que não há reservatórios para o armazenamento da água e não existe disponibilidade de recursos de infra-estrutura, de tecnologia, para dinamização da economia local com pequenos projetos de infra-estrutura, pequenos projetos de irrigação, baixo custo, alta tecnologia, pouca água para viabilizar isso. O Governo faz infâmia com Alagoas.

Na parte da seca, não disponibilizaram nenhuma cesta básica. Nem as migalhas que caem do banquete podre e farto que o Governo disponibiliza para os banqueiros foram distribuídas para Alagoas. As migalhas que nós, ao longo da nossa história, combatemos com veemência, como carro-pipa, cesta básica, muitas vezes são instrumentos que acabam sendo manipulados, de forma cruel e perversa, pelas oligarquias regionais, pelos políticos safados da região.

Mas sabemos o quanto isso é essencial. Uma mãe de família que está morrendo de fome não pode esperar nem a justiça social da democracia, nem a justiça social da revolução socialista. Ela não pode esperar. Ela precisa. Ela não pode esperar o projeto de infra-estrutura, ela não pode esperar que o feijão cresça. Ela não pode esperar. Ela precisa da estrutura mínima da cesta básica e do carro-pipa, que, às vezes, sabemos o que significa. Às vezes, o carro-pipa é alugado por muitos políticos para ganharem dinheiro à custa da sede dessas populações, a água é de baixa qualidade.

O que foi que o Governo fez, Senador Ney Suassuna, o seu Governo? Quis criar um acordo para que a família pobre, que estava cadastrada na outra migalha do Bolsa Família, não pudesse se cadastrar para a cesta básica. O que a família fez? Ela fez a conta e viu que as três ou as duas pessoas que ela tinha em casa, cadastradas no Bolsa Família, qualquer uma que fosse, não recebiam o suficiente para comprar todos os alimentos da cesta básica. Ela foi para a Prefeitura e disse: "Prefeita ou Prefeito, me descadastre, me credencie as bolsas para que eu possa ter acesso à cesta básica". Então, não fizeram nada, nem disponibilizaram recursos previstos no Orçamento, alocados pela Bancada para obras de infra-estrutura importantes. Não fizeram nada, nem cesta básica, nem carro-pipa.

Como se não bastassem a insensibilidade e o desrespeito com o povo de Alagoas, uma outra área



de Alagoas do Baixo São Francisco, que tem um restinho de rio em algumas partes do sertão, na foz do rio, teve um problema muito grave: uma enchente. Houve inundação de várias cidades. Feliz Deserto, por exemplo, perdeu praticamente 70% de suas casas, assim como várias outras cidades. Essa situação é absurda. Há o mesmo protocolo, a mesma burocracia, a mesma sem-vergonhice para não viabilizar a liberação dos recursos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fica aqui a minha declaração de amor mais sincera a todas as vítimas do maremoto, a todos os países da Ásia, a todas as mulheres, aos homens e às crianças que passam por situações absolutamente adversas, tristes e constrangedoras. Sabemos o que é uma guerra. Uma guerra são mulheres pobres estupradas por fuzil; crianças pobres assassinadas da forma mais perversa; gerações inteiras aniquiladas.

Mas isto é inadmissível! Se o recurso fosse apenas para as vítimas do maremoto e para os pobres do Haiti, mesmo com essa legitimação de golpismo americano... Mas não é isso. Para onde vão esses R\$208 milhões? Para encher a pança dos banqueiros e para viabilizar os interesses dos parasitas sem pátria do capital financeiro: 49% para os bancos públicos, que também ganham com essa política econômica, com o aprofundamento do projeto neoliberal, que também lucram quando o Governo legitima a verborragia da patifaria neoliberal; 51% para os bancos privados continuarem ganhando muito e continuarem se lambuzando no banquete farto do poder, com esse tipo de política econômica.

Então, fica apenas o que nos resta fazer: o nosso protesto e o nosso apelo para que o Governo Federal tenha sensibilidade e, como dizia Dom Pedro Casaldáliga – já falei aqui –, ética na política. Ética na política é vergonha na cara e amor no coração. Portanto, tenham vergonha na cara e amor no coração e ajudem os pobres e oprimidos não apenas da minha querida Alagoas – é verdade –, mas do Brasil, para que tenham autoridade moral para olhar para eles.

Olhamos para os pobres e oprimidos de outros países por amor, por espírito socialista e por solidariedade cristã. Entretanto, muitos olham simplesmente como mecanismo fraudulento para conquistar assento em qualquer desses organismos internacionais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena.

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>

e Srs. Senadores, primeiramente, solidarizo-me com os agricultores brasileiros que se encontram hoje em Brasília para ver atendidas as suas reivindicações. Esses produtores que aqui estão representam o Brasil que dá certo, longe da corrupção, que produz, que trabalha e que gera riquezas.

Portanto, nós que representamos uma região produtiva esperamos que as reivindicações que tivemos a oportunidade de levar para o Presidente Lula na quinta-feira sejam atendidas, para que esses produtores possam voltar para suas terras, plantar e novamente ajudar a equilibrar a balança comercial.

Sr. Presidente, o que me traz aqui é o encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005. Todos já disseram que esse projeto de lei de conversão abre um crédito extraordinário em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos encargos financeiros da União, no valor de R\$299.594.749,00.

O crédito atenderá, como já foi dito por vários Senadores, aos custos com a permanência das tropas brasileiras na missão de paz do Haiti. Servirá para cobrir os gastos do Governo brasileiro referentes à ajuda humanitária aos países atingidos por *tsunamis*. Possibilitará a contratação de instituições financeiras para que não haja interrupção no pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais. Implementará o processo de centralização das dotações orçamentárias para a remuneração das instituições assistenciais acima mencionadas, com o objetivo de facilitar e reduzir os custos dessas operações.

Como todos podem ver, esta medida provisória tem uma importância social muito grande, tem um caráter humanitário indiscutível, conforme disseram vários Senadores que me antecederam. Nenhum de nós estamos defendendo que esta medida provisória não seja aprovada. Pelo contrário, entendemos que ela precisa ser aprovada, por se tratar de uma ajuda humanitária importantíssima. Mas aproveitamos a oportunidade para chamar atenção do Governo para aquilo que temos cansado de alertar, durante este ano e o ano que passou, em relação aos problemas sociais do nosso País.

Temos um quadro difícil de seca, de enchentes no Nordeste. Vemos nossos irmãos brasileiros passando fome e dificuldades. Temos um quadro deprimente de jovens que, a cada dia, são mortos nas ruas das grandes capitais, nas regiões metropolitanas, sem que haja uma ação efetiva do Governo, no sentido de minimizar, pelo menos, esses problemas. Somos todo dia surpreendidos com as manchetes dos jornais, mostrando a dificuldade das nossas crianças em relação ao trabalho infantil, e as vemos ainda prejudicadas nos trabalhos

degradantes, nos trabalhos que afetam sua saúde. No entanto, não vemos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ser estendido a essas crianças. Pelo contrário, muitas vezes, vemos esses programas passarem por contingenciamento de recursos, numa total insensibilidade do Governo.

Portanto, desejamos chamar a atenção para esse problema e dizer que, assim como falou a Senadora Heloísa Helena, não poderíamos deixar de ser solidários a uma causa tão importante como essa. Ao mesmo tempo, reforçamos a nossa indignação com o Governo brasileiro em relação aos problemas sociais do nosso País.

Solidarizo-me com os Senadores da Bahia, do Ceará, de Recife, que também se referem à importância dos metrô desses Estados, uma vez que esse meio de transporte é fundamental para o trabalhador, aquele que levanta tão cedo e que, muitas vezes, tem que se privar do convívio da família pela dificuldade de transporte.

Portanto, é justo que nós, que fazemos parte da Oposição, utilizemos o instrumento de que dispomos, que é a obstrução, a fim de alertar e sensibilizar o Governo para os problemas que afligem o povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros, já que a modelagem tem sido os Estados Unidos, busco aquele presidente que deixou uma mensagem, Senadora Heloísa Helena, para a economia. Por isso, Senador Gilberto Mestrinho, os Estados Unidos são um país rico e forte. Abraham Lincoln disse: não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado.

Senador José Sarney, eu me lembro de um Governador do Piauí que foi Senador e que tombou nesta tribuna: Dirceu Arcoverde. Certa vez, eu estava com ele na Praça Nossa Senhora da Graça, em Parnaíba, enquanto esperava uma solenidade, e ele perguntou que reforma era no edifício. Respondi: “É o Banco do Nordeste”. Dirceu Arcoverde, que tombou nesta tribuna, disse: “Mão Santa, não gosto nem de passar na calçada de um Banco”.

Senador Renan Calheiros, faço minhas as palavras de sua companheira, guerreira – o termo já foi utilizado –, a Senadora Heloísa Helena, quanto à solidariedade. O dinheiro para ser emprestado em

solidariedade às vítimas do maremoto e àqueles que sofrem com a guerra, embora o povo sofrido do Piauí, Senador Alberto Silva e Senador Heráclito Fortes, vítima da última enchente, ainda ocupe os complexos esportivos que construímos. Este Governo os abandonou. E lá é PT total, porque é o Governador e é o Presidente Lula.

Mas, Senador Alberto Silva, aprendi os números com V. Ex<sup>a</sup>, que, além de grande engenheiro, foi professor de Matemática. Quando vejo aqui – e somos contra medida provisória, Senador José Sarney – o número desta, que já é a de número 241, isso é uma vergonha! Senador Renan Calheiros, nossa Constituição, que aqui foi beijada por Ulysses Guimarães, possui 250 artigos. Está empatando, pois já são 241 medidas provisórias. Vão engolir a Constituição.

Meu repúdio é que, dessa dinheirama, 70%, Senador Alberto Silva, vai para agente financeiro, para banqueiro. Senadora Heloísa Helena, vamos modificar seu discurso, de dizer que é para engordar a pança de banqueiro. A pança já estourou! Sou médico. Não tem pança que agüente tanto dinheiro desavergonhado que estamos pagando. Vamos modificar. Atentai bem, Senadora Heloísa Helena!

Senador Alberto Silva, passei a noite estudando Adam Smith, autor de **A Riqueza das Nações**. E isso é para presentear o pessoal do PT. O Senador Geraldo Mesquita Júnior não vai mais, mas o Senador Eduardo Suplicy poderia levar esse livro para o Presidente Lula se orientar.

O Brasil pagou, em juros, no mês de maio, mês de Maria, do amor, R\$13,7 bilhões. A continuar nesse ritmo, em 2005, só de juros, pagaremos R\$164 bilhões. Não sei nem escrever esse número. É número demais, é tanto zero que fica difícil até de entender a dimensão dessa fortuna. É zero, é zero, é zero ao infinito: R\$164 bilhões. Vamos tentar entender: pagar R\$13,7 bilhões, Senador Renan Calheiros, de juros ao mês, é o mesmo que...

Atentai bem, brasileiras e brasileiros, esses tratores que aí estão não deveriam estar parados, deveriam colocar uma primeira e avançar em cima dos banqueiros. Pois isso significa pagar R\$685.550.000,00 por dia útil. E quando eu me lembro, Senador Alberto Silva, que com R\$30 milhões V. Ex<sup>a</sup> concluiria o Porto de Luiz Correia, em nosso Piauí!...

Senadora Heloísa Helena, pedi R\$60 mil para o ambulatório do Piauí. Só funcionou o ambulatório, o hospital está parado.

Ou pagar R\$28.564.583,00 por hora!

Atentai bem, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros. Como dizia o Professor Sarney, brasileiros e brasileiras! Ele falava assim. Olhai o relógio, um

minuto, Senador Mestrinho, que devia ser chamado de “mestrão”, já que a Amazônia é grande, e ele é grandioso.

Senadora Heloísa Helena, em um minuto, o Brasil paga R\$476.076,00. Acabou, Senador Efraim. Em um minuto, quase R\$500 mil aos banqueiros. Esse Meirelles é um vencedor, é um herói! Está aí, vitorioso. Ganhou de Rothschild, o maior banqueiro da história do mundo. Atentai bem! Ele é vencedor, e nós somos sofrendores, os miseráveis.

Senadora Patrícia, R\$476 mil por minuto. Acabou. Por minuto! Vamos arredondar: R\$500 mil minuto. Ou, ainda, por segundo, R\$7.934,60. É isso! Aí está o Presidente José Sarney, que enfrentou, e não pagamos isso tudo. Aliás, Presidente José Sarney, a história pode se repetir. A Polônia, de João de Deus, que foi para o céu, escolheu um operário, e ele teve a nobreza e a grandeza de ver que não entendia. Foi buscar um intelectual. Que Lula se espelhe nele, e vá buscar o nosso Presidente José Sarney. São R\$7.934,00, por segundo; R\$500 mil, por minuto. É por isso que não há recursos, Senadora Heloísa Helena, para a saúde, para o saneamento básico, para aumentar o salário dos militares, e para as suas estradas, Senador Alberto Silva.

O Senador Alberto Silva é realmente entendedor de estradas. E eu me lembro quando, em 1994, fazíamos a nossa campanha. Senadora Heloísa Helena, comício só presta quando tem bêbado. E nesse tinha um bêbado e estava chovendo. Eu era candidato a Governador. O bêbado chegou, olhou para Albertinho e disse: “É o rei da estrada”. Alberto Silva tem uma proposta. O rei da estrada tem a proposta de consertar os buracos das estradas do Brasil.” Mas o dinheiro vai para os banqueiros, vai para Meirelles. S. Ex<sup>a</sup> deu um título ao Brasil, é maior do que Rothschild. É o maior banqueiro que conseguiu fazer essa enrolada e levar o dinheiro todo do Brasil, com os tratores aí.

Lula não sabe. Presidente, tente aí escrever R\$3,7 bilhões. Vai ter dificuldades. São tantos zeros! Tenho também. Atentem bem, para que serve o dinheiro no Brasil? Juros para os banqueiros. Para aqueles de que fala a Senadora Heloísa Helena. A pança deles já estourou. S. Ex<sup>a</sup> fala deles, de seu dinheiro. Serve para a publicidade, para a propaganda. Aí tem! Mais para quê? Presidente Renan Calheiros, para onde vai esse dinheiro todo? Para pagar banqueiro, para a publicidade desavergonhada da Petrobras, etc, e para o Governo, para o mensalão e os corruptos que estão aí a envergonhar a nossa Pátria. O meu voto é contra, mas a favor da vergonha na cara e do amor no coração, do qual a Senadora Heloísa Helena falou.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiro. PMDB – AL) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, queria rapidamente me posicionar em relação a essa medida provisória. Como bem disse a Senadora Heloísa Helena, o dinheiro já foi, já pagaram a quem de direito, lembrando que o Governo assinou essa medida provisória no início de 2005, exatamente no momento em que nós completávamos um ano do inverno de 2004, quando o Nordeste foi altamente atingido.

No caso do meu Estado, a Paraíba, o País tomou conhecimento de uma barragem que cedeu, que foi arrombada pelo excesso de chuvas e pela má execução feita naquela barragem, que tinha o nome de Barra do Camará.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, à época em que cedeu, a barragem destruiu uma cidade inteira, a cidade de Alagoa Grande, no brejo paraibano, além de ter atingido outras cidades como Mulungu, Alagoinha, Gurinhém, entre outras que foram atingidas por aquele desastre da construção civil.

O Governo prometeu a recuperação da barragem e das cidades que foram destruídas, Alagoa Grande, onde famílias inteiras perderam casas, tiveram negócios destruídos – houve aproximadamente dez mortes naquela cidade. Em outras cidades da Paraíba, ainda em 2004, como Alagoa Grande, que já citei, Mulungu, Gurinhém, Santa Luzia, João Pessoa, Campina Grande, entre tantas que tiveram dezenas, centenas e milhares de casas destruídas. O Governo, que sobrevoou, mandou os seus Ministros para a Paraíba; chegaram prometendo recursos, mandaram fazer planos de trabalho. Planos de trabalho foram feitos pelo Governo do Estado, Prefeituras, Defesa Civil e Governo Federal, mas, lamentavelmente, os recursos não chegaram à Paraíba. Propagandas muitas do Governo Federal, promessas muitas, mas, como vem fazendo este Governo, execução zero.

Ouvi bem as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, quando dizia dos recursos que este Governo gosta de mandar para o exterior. Atende Venezuela, Paraguai, Bolívia. Perdoou dívida da Bolívia, hoje está aí o gás, caríssimo, chegando ao nosso País, mas o Governo perdoou os recursos da Bolívia, os da Venezuela, os do Paraguai, mandou para tudo que era país circunvizinho os recursos que não resolveram os problemas das residências destruídas, da miséria, da fome na hora da seca e da enchente. E, lamentavelmente, está aí o povo nordestino – em especial – totalmente abandonado por este Governo.

Mas vamos esquecer um pouco, Senadora Heloísa Helena, como nós, nordestinos, que temos um coração enorme, nos esquecemos com facilidade essas ações que deixam de ser realizadas por vários Governos, e vamos chegar ao agora, recentemente. O litoral do meu Estado está sendo atingido por fortes chuvas, e essas chuvas chegaram até o brejo paraibano, e lá, na cidade de Guarabira, dezenas de casa foram destruídas, e nenhuma ação do Governo, o que significa dizer que o Governo não está preocupado com nada que acontece no País.

Então, nesta medida provisória sem dúvida existe o lado humanitário do Haiti, mas, por outro lado, Senador Alberto Silva, o Haiti é aqui. Nós estamos numa situação vergonhosa. O Governo abandonou, de uma vez por todos, o social, o Governo não tem preocupação com as estradas do País, não se preocupa com o povo que mais precisa, que é o povo nordestino. O discurso é bonito e, mesmo agora, quando se encontra acuado, na hora em que a vergonha cai sobre este Governo, em que o pano preto está em cima do PT e do Governo, o próprio Presidente Lula e os seus Ministros entendem que o Nordeste tem que ficar mais uma vez esquecido.

O Governo sabe, o PT sabe, o Brasil inteiro sabe que faço Oposição. Agora, fui eleito pelo voto dos paraibanos. Sou Senador da República graças aos votos que recebi dos paraibanos. E faço um apelo, como homem de Oposição, mas como representante do povo, para que, pelo amor de Deus, o Governo tenha vergonha e pense em resolver os problemas do País, do Brasil, para poder fazer política externa, ser bonzinho no exterior, como disse o próprio Deputado Roberto Jefferson, que mencionou que Sua Excelência estava fazendo política no exterior. Um aliado dele que denunciou!

Daí o apelo que fazemos, em nome da Paraíba, dos paraibanos: que o Governo pense duas vezes, que antes de resolver o problema do exterior, pense nos problemas da Paraíba, de Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Brasil de uma forma geral. Este é o apelo que fazemos.

Vamos votar contra em nome dos paraibanos. Vamos votar contra porque entendemos que há muito o que ser feito neste País, para se brincar de atender a outros países, a outras regiões. Se o Governo estivesse fazendo o seu dever de casa, nós estaríamos aqui aplaudindo essa posição. Mas o Governo não faz o dever de casa. O Governo não gosta do povo brasileiro. O Governo, que tem raízes no Nordeste, não tolera o povo nordestino, lamentavelmente.

Está aí mais uma posição que nós, brasileiros, em particular os nordestinos, não aceitamos. Daí deixo

o meu apelo ao Governo Federal: chega de migalhas, chega de enganação, porque o povo brasileiro sabe o suficiente da incompetência do Governo do Presidente Lula, o Governo do PT.

Lamentavelmente, o Brasil, que se encheu de esperança, vive hoje um momento de decepção, de tristeza e de descrédito. Para completar, veio o Governo, que não atende o povo, que não tem preocupação com os mais pobres ou com os nordestinos, para manter a sua posição, a sua maioria, alugando bancadas inteiras, distribuindo o mensalão, em vez de distribuir emprego e, acima de tudo, uma política social justa, principalmente para os irmãos nordestinos.

Portanto, votarei contra, em protesto; contra porque estou votando a favor do nosso Nordeste, a favor da minha Paraíba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de lembrar à Casa que teremos muitas votações nominais. Temos sobre a mesa, aguardando votação, o nome de trinta Srs. Embaixadores e três autoridades. Portanto, desde já, faço um apelo às Srs e aos Srs Senadores que se encontram em outras dependências da Casa para que venham ao plenário, porque vamos começar as votações nominais.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, colabore com o apelo de V. Exª, tendo em vista que a CPMI dos Correios teve as atividades suspensas, mas ainda há dois depoimentos para a noite longa de hoje. Então seria muito importante que pudéssemos ser bastante objetivos e encaminharmos as votações.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quantos oradores ainda estão escritos?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para discutir, vou conceder a palavra ao último orador inscrito, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PSOL – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a Senadora Heloísa Helena, ao discursar há pouco, falou de algo que nos incomoda muito. Esta medida já se efetivou. Não é, Senadora? Isso nos deixa com cara de besta aqui nesta Casa.



Por sinal, em uma das últimas sessões do ano passado, o ilustre Senador Aloizio Mercadante trouxe um levantamento criteriosamente feito acerca das medidas provisórias que tramitam nesta Casa e exibiu as conclusões. Segundo o relatório que chegou às mãos do Senador Aloizio Mercadante naquela oportunidade, mais de 50% das medidas provisórias que tramitam nesta Casa não apresentam, nem apresentavam os requisitos constitucionais básicos de relevância e urgência. Aplaudi e festejei, naquela oportunidade, a postura do Senador Aloizio Mercadante porque pensei que a coisa mudaria, e essa sensação de fazer papel de besta acabaria, ou pelo menos seria minimizada ao máximo. Mas nada aconteceu. Estamos aí sendo torpedeados, bombardeados, por medida provisória.

Esta aqui é mais uma: vítimas do maremoto. Repito: a Senadora Heloísa Helena, em boa hora, falou por todos. Quem pode ser contra uma ajuda humanitária àquelas pessoas que sofreram tanto, famílias que ficaram ao relento? Concordo, concordo.

E Haiti, Senadora Heloísa Helena? Dentro de Alagoas tem um Haiti ou dois; no Acre, um ou dois Haitis, o Nordeste está cheio de Haitis.

Eu fui dos Senadores que votaram contra o envio das tropas ao Haiti. E está se confirmando aquilo que temíamos. As nossas tropas no Haiti estão fazendo papel de polícia, talvez reprimindo movimentos sociais no país, em um ato de intervenção absolutamente censurável e reprovável. Eu seria de uma incoerência incrível se aprovasse aqui recursos para a manutenção daquelas tropas. Eu quero é que elas vão embora. Se o dinheiro for para custear a retirada das tropas e a vinda para o País, eu aprovaria. Mas como sei que não, estou aqui coerentemente anunciando que votarei contra.

Haiti, tem neste País inteiro, Senador Mão Santa! Um monte de Haiti. Nós deveríamos nos voltar para ele. Lá na minha terra, no Estado do Acre, esse dinheiro faria uma festa. Ali, por muito menos que isso, populações inteiras do interior seriam assistidas; o seu padrão de vida melhoraria bastante; populações que vivem na zona rural, isoladas, sem ramais, sem estradas vicinais, com uma dinheirama dessa aqui, V. Ex<sup>a</sup> sabe a festa que seria, não é?

Agora, sobretudo, a “banqueirada”... Se outra razão não tivesse aqui, Senador Mão Santa, estão aqui as digitais daquilo que eu chamo da grande corrupção brasileira: o pagamento à “banqueirada” nacional e internacional. Essas ratazanas que estão sugando o sangue dos brasileiros. Isso aqui é o epicentro da nossa corrupção. Tudo o mais é derivativo; inclusive o mensalão, Senador Mão Santa. Eu falei isso aqui on-

tem. O mensalão é derivativo. Ele é pago àqueles que coonestam, avalizam essa grande corrupção.

Então, por todas as razões, principalmente por essa, eu estou aqui anunciando o meu voto contra esta medida provisória.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Com o maior prazer, Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Eu apresento três conclusões indiscutíveis. A primeira: esta operação militar brasileira no Haiti já custou R\$340 milhões à União, no período 2004/2005. A segunda conclusão é que o custo total, agora divulgado, é mais que o dobro que o inicialmente previsto para a operação, R\$153,9 milhões. Terceira conclusão: a missão que deveria demorar apenas seis meses, conforme argumentava antes o Governo Federal para ter os recursos que o Congresso aprovou, já foi prorrogada por duas vezes. E agora já não há mais previsão oficial para o Brasil deixar o Haiti. Portanto, ninguém nos garante que daqui a algum tempo estaremos aqui votando uma nova solicitação do Governo, com o aporte de mais recursos para manutenção das tropas brasileiras no Haiti. V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão na argumentação que oferece ao Senado Federal para nossa reflexão.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, pelo seu aparte.

Para concluir, há uma última razão que me leva a votar contra esta medida provisória: tenho dito aqui e assumo a tese, a postura de que este Governo está sob intensa suspeição, Senador Alvaro Dias. Transferência de recursos para a “banqueirada”, nessa altura do campeonato, com o País envolto nesta crise moral, ética, política, que estamos vivendo, é inadmissível. Este Governo está sob intensa suspeição e prego a necessidade de o Governo se voltar ao feijão-com-arroz simplesmente; parar de propor medidas como essas que autorizam qualquer um de nós, qualquer brasileiro supor, quem sabe, que parte dessa dinheirama não seja para alimentar os mensalões da vida. Eu não sei. Quem sabe?, Senador Mão Santa, nessa altura do campeonato?

Para fechar, eu diria aquilo que a garotada diz hoje: banqueiro, na-na-ni-na-não, Senador Mão Santa. Vou ficar aqui com aquele mantra que V. Ex<sup>a</sup> repetiu e me deu uma cópia, para ficar martelando em nossa cabeça e na cabeça de todo brasileiro. Isso é um mantra que temos de ficar repetindo, toda hora, Senador Mão Santa, para ver se acordamos e chegamos à conclusão do desastre que estamos cometendo neste País.

Vou repetir o que V. Ex<sup>a</sup> disse, em boa hora: pagamos R\$ 685 milhões e 550 mil por dia útil isso foi pago no mês de maio, para as ratazanas, para a “banqueirada” ; R\$ 28 milhões, 564 mil e 583 por hora, Senador Mão Santa; R\$ 476 mil e 76 por minuto – inacreditável ; e R\$ 7.934,60 por segundo. Esse negócio de centavos é coisa de banqueiro, Senadora Heloísa Helena. A ajuda às vítimas do *tsunami* deve ser uma quantia redonda e a do Haiti também deve ser um valor redondo, mas, para a “banqueirada”... A “banqueirada” gosta de tirar até os centavos, Senador Mão Santa. Então, esses 60 centavos é coisa de banqueiro, mesmo. É aquilo usado para “ferrar com a gente”, para mostrar que é tudo mesmo. É uma gulodice, é uma coisa inaceitável. Não podemos admitir.

Por isso, meu voto será absolutamente contrário a essa medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jonas Pinheiro.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 723, DE 2005**

##### **Preferência para projeto a fim de ser votado antes do Substitutivo.**

Nos termos do art. 300, incisos XIII e 311, III, do Regimento Interno, requeiro preferência para a MP nº 241/2005 a fim de ser submetido à apreciação do Plenário antes do PLV nº 14/2005.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **Maquito Vilela.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento de preferência de votação da medida provisória, a fim de ser apreciada pelo Plenário, antes do projeto de lei de conversão.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se, portanto, à votação da medida provisória, sem prejuízo das emendas.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, contra os votos dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, César Borges e Efraim Moraes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço verificação. Vamos votar, porque o acordo é para votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador José Jorge pede verificação, com apoio do Senador Geraldo Mesquita Júnior, da Senadora Heloísa Helena e do Senador Heráclito Fortes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos proceder, portanto, à verificação.

Informo à Casa que haverá pelo menos seis votações nominais. Renovo o apelo para que as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa compareçam ao plenário.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, para encaminhar a votação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, demos o voto “não” a esse projeto. Na realidade, não fizemos acordo para votar “sim” a esse projeto, mas para não obstruir e não estamos obstruindo; estamos apenas votando.

Então, peço a todos da Minoria que votem “não”.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim” e solicita aos Srs. Senadores que estão em seus gabinetes que, por gentileza, venham até o plenário para participar das votações.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço um esclarecimento. Estamos votando o PLV ou a medida provisória? O texto original da Câmara?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estamos votando a medida provisória, porque o Plenário votou a preferência.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Está perfeito. Então, eu libero a Bancada e voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador José Agripino libera a Bancada do PFL e vota “sim”. O Senador Romeu Tuma também.

Senador Arthur Virgílio, como vota o PSDB?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, na Bancada do PSDB, há quem discrepe do voto “sim”, o que será respeitado. Eu, pessoalmente, votarei “sim”. A Bancada está liberada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Bancada do PSDB está liberada e o Senador Arthur Virgílio, pessoalmente, vota “sim”

Como vota o Senador Ney Suassuna?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim” e pede aos Senadores

que estão nos gabinetes que, por favor, venham até o plenário.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, o PT vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O PT vota “sim” e recomenda o voto “sim”.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Senador Marcelo Crivella, como vota o PL?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ)

– O PL, Sr. Presidente, vota “sim” com ressalvas porque entendemos que esses duzentos milhões pagos de comissão – queria deixar isso registrado aqui – é um

excesso. No entanto, não podemos deixar de lembrar de nossos soldados, de nossa tropa que está no Haiti. Já gastamos vinte e cinco milhões e não podemos deixá-los sem esses recursos importantes – são noventa milhões – que vão para um povo em extremo sofrimento. Votamos “sim”, Sr. Presidente, com ressalva.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Senador Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (Bloco/PTB – RN)

– O PTB vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O PTB vota “sim”.

Se os Srs. Senadores já votaram, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à votação nominal por meio eletrônico.*)

## Senado Federal

## VOTAÇÃO NOMINAL

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 241, DE 2005

ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO EM FAVOR DO MINISTÉRIO DA DEFESA E DOS ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO, NO VALOR GLOBAL DE R\$ 299.594.749,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA

Num. Sessão: 1  
Data Sessão: 28/6/2005

Num. Votação: 1  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 28/6/2005 19:44:27  
Encerramento: 28/6/2005 19:49:15

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	SIM
PMDB	MA	ANTONIO LEITE	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	NÃO
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	NÃO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM
PMDB	PI	NÃO SANTA	NÃO
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SÁBOYA GOMES	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM

Operador: HELIO FERREIRA LIMA

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PTB	RS	SERGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PP	DF	VALMIR AMARAL	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 49  
Votos NÃO : 16  
Votos ABST. : 00  
Total : 65



Primeiro-Secretário

Senador Papaléo Paes  
Suplente de Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 49 Srs. Senadores; e, NÃO, 16.

Não houve abstenção.

Total: 65 votos.

Está, portanto, aprovada a medida provisória.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário, emendas de nºs 1 ao 14.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas as emendas com pareceres contrários.

Aprovada a medida provisória, fica prejudicado o projeto de lei de conversão.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

## MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 241, DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00, para os fins que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O PRESIDENTE DA REPUBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de março de 2005; 184º da Independência e 117º da República

ORÇAO - 3200 - MINISTERIO DA DEFESA  
INTIMATE - 3200 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO:

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE OUTRAS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ALAU SUBTELE PRODU	E	C	B	V	C	I	F	VALOR
			S	P	P	C	D	L	T	
			F	D						
0000 - RELACOES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS										1.839.000
OPERACOES ESPECIAIS										
05.212	0000.0000	0000.0000								1.839.000
APOIO A OPERACAO DE AJUDA HUMANITARIA AOS PAISES DA ASIA ATINGIDOS PELO MARÉ MOTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)										
05.212	0000.0000	0000.0000								1.839.000
APOIO A OPERACAO DE AJUDA HUMANITARIA AOS PAISES DA ASIA ATINGIDOS PELO MARÉ MOTO - CREDITO EXTRAORDINARIO - NACIONAL										
			7	1	1	00	0	100		1.839.000



0032 ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS		67 580 000
OPERACOES ESPECIAIS		
05 212 0032 091 0	MISSAO DAS NAÇOES UNIDAS PARA O HAITI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	67 580 000
05 212 0032 091 0 0001	MISSAO DAS NAÇOES UNIDAS PARA O HAITI (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	67 580 000
		67 580 000
		67 580 000
TOTAL FISCAL		90 819 000
TOTAL SEGURIDADE		
TOTAL GERAL		90 819 000

ORGÃO 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO

UNIDADE 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO 1

RECURSOS EXTRAORDINARIOS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RES. A

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBPROG PRODUTO	RECURSOS	VALOR
0065 PROTECAO SOCIAL A PESSOA COM DEFICIENCIA				11 131 618
ATIVIDADES				
18 694 0065 048 1		REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIENCIA E DA RENDA VITALICIA POR INVALIDEZ (CREDITO EXTRAORDINARIO)		11 131 618
18 694 0065 048 1 0001		REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIENCIA E DA RENDA VITALICIA POR INVALIDEZ (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL		11 131 618
0063 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA				103 000 000
ATIVIDADES				
28 694 0063 040 1		REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS (CREDITO EXTRAORDINARIO)		103 000 000
28 694 0063 040 1 0001		REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL		103 000 000
				103 000 000

## 0904 ARRECADACAO DE RECEITAS PREVIDENCIARIAS

22.990.000

		ATIVIDADES							
28 494	0904 040K	REMUNERACAO DOS AGENTES PRESTADORES DE SERVICOS PELO RECOLHIMENTO DA CULA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA CULA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GTP (CREDITO EXTRAORDINARIO)							10.000.000
79 604	0904 040K 0001	REMUNERACAO DOS AGENTES PRESTADORES DE SERVICOS PELO RECOLHIMENTO DA CULA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA CULA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GTP (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							22.990.000
			7	1	3	4	0	130	22.990.000

## 1282 PROTECAO SOCIAL AO IDOSO

6.844.118

		ATIVIDADES							
28 494	1282 040L	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA E DA RENDA MENSAL VITALICIA POR IDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO)							6.844.118
79 604	1282 040L 0001	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA E DA RENDA MENSAL VITALICIA POR IDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							6.844.118
			7	1	3	40	0	100	6.844.118

TOTAL - FISCAL

208.975.740

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

208.975.740

ORCAO : 3240 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME  
 UNIDADE : 15901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE JUZGAS AS FONTES RS : R

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAD SUBTITULO PRODUTU	E	G	N	L	F	VALOR
			S	R	O	O	T	
			F	P	I	L	E	

## 0065 PROTEÇÃO SOCIAL A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

18.131.611

		ATIVIDADES								
06 123	0065 2574	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIENCIA E DA RENDA MENSAL VITALICIA POR INVALIDEZ								18.131.611
06 123	0065 2574 0001	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIENCIA E DA RENDA MENSAL VITALICIA POR INVALIDEZ - NACIONAL								1.131.611
			5	3	2	90	0	158		1.131.611

## 1282 PROTEÇÃO SOCIAL AO IDOSO

6.844.138

		ATIVIDADES								
06 123	1282 2573	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA E DA RENDA MENSAL VITALICIA POR IDADE								6.844.138
06 123	1282 2573 0001	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA E DA RENDA MENSAL VITALICIA POR IDADE - NACIONAL								6.844.138
			5	3	2	90	0	158		6.844.138

TOTAL - FISCAL

0

TOTAL - SEGURIDADE

17.975.749

TOTAL - GERAL

17.975.749

ORÇAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

## ANEXO II

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

PLNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO SUBTÍTULO PRODOTO	L	C	R	N	I	P	F	VALOR
			S	N	P	D	D	U	T	
			F	D					E	

## 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA

281.619.000

		OPERACOES ESPECIAIS								
99 999	9999 9999	RESERVA DE CONTINGENCIA								281.619.000
99 999	9999 9999 0101	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL								281.619.000
			5	9	0	00	0	100		281.619.000

TOTAL - FISCAL

281.619.000

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

281.619.000

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 21 do corrente, foi lido o Requerimento nº 659, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (PEC Paralela).

**O SR. WIRLANDE DA LUZ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Na votação anterior, o meu voto foi “sim” e o painel não registrou o meu nome.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Wirlande.

Em votação o requerimento que propõe o calendário para a tramitação da PEC paralela.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento com o calendário de apreciação da PEC paralela queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o requerimento, a Presidência convoca sessão deliberativa extraordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, destinada à primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 77-A (PEC paralela).

Fica cancelada a sessão deliberativa ordinária, em consequência da deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa projeto recebido da Câmara dos Deputados que será lido pela Sra. 1<sup>a</sup> Secretária, em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

### **Nº 320, DE 2005**

(Nº 1.682/2005, na Câmara dos Deputados)

**Escolhe o Senhor João Augusto Ribeiro Nardes para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É escolhido o Senhor João Augusto Ribeiro Nardes para a cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II,

da Constituição Federal e do art. 105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em decorrência da aposentadoria do Ministro Humberto Souto, publicada no **Diário Oficial** da União, Seção 2, de 3 de junho de 2004, página 1.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## **INDICAÇÃO Nº 3, DE 2004**

Excelentíssimo Senhor  
Deputado João Paulo Cunha  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Brasília – DF

Indica o nome do Deputado João Augusto Ribeiro Nardes para preenchimento da vaga de Ministro, aberta no Tribunal de Contas da União.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, tenho a honra de indicar, em nome do Partido Progressista – PP, o Deputado João Augusto Ribeiro Nardes, para a vaga de Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, em decorrência da aposentadoria do Ministro Humberto Guimarães Souto.

O Deputado Augusto Nardes, do PP – RS é Parlamentar de terceira legislatura na Câmara dos Deputados, tendo sido ainda Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, nas legislaturas de 1986 a 1990 e de 1991 a 1995, bem assim Vereador por Santo Ângelo – RS, no período de 1973 a 1977.

Como Vossa Excelência poderá verificar no **currículum vitae**, em anexo, o Deputado Augusto Nardes cumpriu relevantes funções nos setores público e privado, inclusive nas referidas Casas Legislativas, destacadamente no exercício de seus três mandatos de Deputado Federal, nos quais demonstrou inegável competência e dedicação.

Por essa razão, entendo que o mesmo está perfeitamente qualificado para o exercício do cargo de Ministro do TCU, merecendo os votos dos seus nobres Pares da Câmara dos Deputados.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e consideração. – Deputado **Pedro Henry**, Líder do PP.



# **João Augusto Ribeiro Nardes**

---

## **DADOS PESSOAIS**

- Nome: João Augusto Ribeiro Nardes - PP - RS
- Profissão: Administrador de Empresas.
- Nascimento: 13 de outubro de 1952, Santo Ângelo - RS.
- Filiação: Onécimo Ribeiro Nardes e Cleny Maria Ribeiro Nardes.
- Cônjuge: Isabel Cristina Geiss Nardes.
- Filhos: Cristiane e Janaina.

## **LEGISLATURAS (CD):**

1995-1999 e 1999-2003 e 2003 - 2007

## **MANDATOS ELETIVOS:**

Vereador, 1973-1977, Santo Ângelo - RS - ARENA

Deputado Estadual (Constituinte), 1986-1990 - RS - PDS

Deputado Estadual, 1991-1995 - RS - PPR

Deputado Federal, 1995-1999 - RS - PPR

Deputado Federal, 1999-2003 - RS- PPB

Deputado Federal, 2003 - 2007 - RS - PP

## **FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS:**

ARENA - 1970

PDS - 1986 -1990

PPR - 1991-1995

PPB - 1995

PP - 2003

## **ATIVIDADES PARTIDÁRIAS:**

Membro, Comissão Executiva da ARENA, Santo Ângelo - RS

Vice-Líder do PDS, 1986 - 1988 e 1989

Membro, Comissão Executiva do PDS PPR, Porto Alegre - RS

Vice-Presidente, Diretorio Regional do PDS RS, 1988 - 1990

Vice-Líder do PPR, 1995

Vice-Líder do PPB, 1995-1997

Vice-Presidente, Fundação Milton Campos, 1995

Vice-Líder do Bloco PPB PL, 1996-1997

Vice-Presidente Nacional do PP, 2003

## **ATIVIDADES PROFISSIONAIS:**

Diretor, Empresa Agrícola Onécimo R. Nardes, Santo Ângelo - RS

Professor de Introdução à Economia, Instituto Lindolfo Collor, Porto Alegre - RS.

Diretor por 6 anos de Escritório de Contabilidade - Santo Ângelo - RS

Servidor da Organização Internacional do Trabalho - Genebra/Suíça - 2 anos

## **CARGOS PÚBLICOS:**

Diretor, SINE - Nucleo Regional, Santo Ângelo - RS, 1977

Coordenador, Assessoria de Emprego, Secretaria de Trabalho e Ação Social, Porto Alegre, RS, 1982-1983

Assessor, Secretaria de Coordenação e Planejamento, Porto Alegre - RS, 1984

Secretario-Executivo, FUNDU RIBANO, Porto Alegre - RS, 1985-1986

## **ESTUDOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS:**

Administração de Empresas. FISA FUNDAMES. Santo Ângelo. 1972-1977

Pós-Graduação em Política do Desenvolvimento. Institut Université d'Études. Genebra. Suíça. 1978-1982

Mestrado em Est. Desenvolvimento. Institut Université d'Études. Genebra. Suíça.

## **OUTROS CURSOS:**

Formação Política. 1º Estágio. Santo Ângelo - RS. 1976

2º Estágio. Curitiba - PR. 1976.

3º Estágio. São Paulo - SP. 1977

Sociedade Brasileira de Cultura

Internacional de Estudos Sociais. OIT. Genebra. Suíça

Mesa-Redonda Política Emprego. OIT. Lisboa, Portugal, e Genebra. Suíça:

Inglês. Inst. Educacional de Línguas. Porto Alegre - RS. 1977

Francês. Centro de Treinamento da OIT. Genebra. Suíça. 1978

Administração de Pessoal. Estágio. FISA/FUNDAMES. Santo Ângelo. 1979

Inglês. London Study Center. Londres. Inglaterra. 1981.

## **SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS:**

Congresso Latino-Americano de Interact Club. Montevideu, Uruguai, 1970. Buenos Aires, Argentina, 1974, e São Paulo, SP. 1975

I e II Conferências Nacionais de Rotaract Club. Londrina, PR. 1973, e Recife, PE. 1974;

III Fórum de Debates sobre a Realidade Brasileira. Porto Alegre - RS. 1975

I Congresso Estadual de Vereadores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS. 1975

Palestras - Rotaract Club perante a Comunidade. Recife - PE. 1975

A Responsabilidade do Jovem no Mundo de Hoje. São Paulo - SP. 1975

A Responsabilidade do Jovem na Comunidade. Caxias do Sul - RS. 1975.

A OIT, Santo Ângelo - RS, 1978

O Papel da OIT, Santo Ângelo - RS, 1978

O Trabalho no Rio Grande do Sul e as Funções da STAS, Cerro Largo - RS, 1982

O Japão de Hoje, Porto Alegre - RS, 1985

A Economia Japonesa e suas Perspectivas para o Mundo, Santana do Livramento - RS, 1991

A Educação Brasileira Comparada com a Educação Japonesa, ALMG, 1992.

## **ATIVIDADES PARLAMENTARES:**

### **- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS**

CPI Desperdício do Dinheiro Público: Presidente, 1992

CPI LBA: Presidente, 1988

Mesa: Vice-Presidente, 1991-1992.

### **- CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista Crédito Rural: Suplente, 1995:

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: Titular, 1995-1996 e 1997-1998:

Comissão Mista Instituição do SIMPLES: Vice-Presidente, 1996, e Titular, 1996:

Comissão Mista Valor Total Anual das Mensalidades Escolares: Suplente, 1998:

Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, Titular, 1997.

Comissão Parlamentar de Inquérito das Obras Inacabadas: Titular, 2001.

Comissão Parlamentar de Inquérito da CPMF: Titular, 2002

Comissão Parlamentar de Inquérito do INSS: Titular, 2002

Comissão de Relações Exteriores: Titular, 2003

Comissão de Agricultura e Política Rural: Suplente, 2003

Comissão Especial do Sistema Tributário Nacional: Suplente, 2003

Comissão Parlamentar de Inquérito do Serasa - Titular, 2003



**CÂMARA DOS DEPUTADOS:****COMISSÕES PERMANENTES:**

Agricultura e Política Rural: Suplente, 1995-1996 e 1997-1998; e Titular, 1996-1997 e 1998 e 2001

Constituição e Justiça e de Redação: Suplente, 1995

Defesa Nacional: Suplente, 1995-1996 e 1997

Economia, Indústria e Comércio: Suplente, 1998

Educação, Cultura e Desporto: Titular, 1995-1996 e 1997-1998, e Suplente, 1998

Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa: Coordenador 1998-1999-2000

Comissão de Trabalho: Suplente, 1999

Comissão de Viacão e Transportes: Suplente, 1999

Comissão de Agricultura: Vice-Presidente, 1999 – membro titular, 2000

Frente Parlamentar da Agricultura: Coordenador 1999

Comissão de Economia: Membro – 2000

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: Membro Suplente – 2000

Comissão Especial do Código Civil: Membro Titular – 2000.

**COMISSÕES ESPECIAIS:**

Débitos nas Operações de Crédito Rural: Suplente, 1995

PEC n.º 182/94, Admissão de Professores Estrangeiros e Concessão de Autonomia às Instituições de Pesquisa: Suplente, 1995

PEC n.º 188/94, Anistia dos Militares: Terceiro-Vice-Presidente, 1995, e Titular, 1995

PEC n.º 233/95, Educação: Titular, 1996

PEC n.º 361/96, Usinas Hidrelétricas: Titular, 1998

PEC n.º 370/96, Autonomia das Universidades: Titular, 1996

PEC n.º 4/95, Concessão e Distribuição do Gas Canalizador: Titular, 1995

PEC n.º 460/97, Sistema de Controle Interno da Administração Pública: Autor, 2001

PL n.º 1.325/95, Cria CNRPC, e PL n.º 1.457/96, Institui a Lei de Proteção de Cultivares: Titular, 1996-1997, PEC 618 – A (Patrimônio Genético).

Comissão Parlamentar de Inquérito das Obras Inacabadas: Vice-presidente - 2001

Comissão Especial para Análise da PEC 353 - Titular

### COMISSÕES EXTERNAS

Destinar Imóveis Rurais da Administração Pública Federal para o Programa de Reforma Agrária - Titular, 1995-1996.

## **CONSELHOS, FRENTES E GRUPOS PARLAMENTARES E OUTROS**

Frente Parlamentar da Agricultura: Coordenador, 1996 e Membro, 1996 - Presidente, 1999

Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa: Coordenador, 1996/1997/1998/1999/2000/2001/2002/2003

INDAGRO – Instituto Nacional do Desenvolvimento do Agronegócio: Fundador e Presidente - 2000.

Frente Parlamentar do Cooperativismo – FRENGROOP: Coordenador Adjunto.

## **CONDECORAÇÕES:**

Medalha Seival, Tramandaí - RS, 1985

Título Destaque, CEF, 1987

Troféu Jovem Talento, 1989

Troféu Deputado Destaque, Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões, RS, 1991

Troféu Leão de Honra, Associação dos Empresários, RS, 1993

Título Emérito, CRA, 1994

Cidadão Emérito, Câmara Municipal, Vitória das Missões, RS, 1994

Homem de Ouro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995

Cidadão Honorário de São Miguel das Missões, RS, 1996

Destaque Missionero, Santo Ângelo - RS, 1997

Troféu Símbolo Internacional, Os Destaques do MERCOSUL, 1997-1998

Medalha Ordem do Mérito Militar, Comendador, 1998

Destaque Imprensa, Fontoura Xavier - RS, 1998

Amigo Imensuravel. São Luiz Gonzaga - RS. 1998

Destaque Gente que E Lider. Espumoso - RS. 1998

Politico Mais Atuante. Santo Ângelo - RS. 1998

Troféu Tropeiro Missioneiro. 1999. Santo Ângelo - RS

Prêmio Destaque 2000. Santo Ângelo - RS

Troféu Mérito Logista. CDL - Santo Ângelo - RS 26.07.2000

Título de Cidadão Salzanense. Liberato Salzano - RS 01.06.2000

Título de Cidadão Seberi - Junho 2000

Título de Cidadão São Miguel das Missões. 2000

Talentos Midia 2000 - 18.11.2000 - Alegrete (RS)

Troféu Mão Preta (Associação Brasileira de Produtores de Sementes) - Brasília - 27.11/2000 - Hotel Nacional

Troféu politico mais atuante - Santo Ângelo (RS) - Nov.2000.

Destaque Politico - Jornal O Semanário - Bento Gonçalves (RS) - Out.2000

Medalha do Mérito Aeronáutico - Brasília (DF) - 2001

Cidadão Sedenovense - Sede Nova (RS) - 2003

Cidadão Patrulhense - Santo Antônio da Patrulha (RS) - 2003

## **MISSÕES OFICIAIS:**

Encontro Internacional sobre Política Econômica. Tóquio. Japão. 1989.

Viagem a convite do Governo chinês. Pequim. China. 1992.

Viagem a convite do Governo japonês. Tóquio. Japão. 1992.

Viagem a convite do Governo americano. NAFTA/MERCOSUL - Washington. EUA. 1993.

Viagem aos Estados Unidos como Coordenador da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, junho de 1997

Viagem ao Canadá na Convenção e Feira do FOOD MARKETING INSTITUTE - FMI'98, Chicago, Dallas, EUA, maio de 1998

Viagem ao Canadá como Vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, junho de 1999

Viagem aos Estados Unidos (SEATTLE) III CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC, 30.11 a 03.12.1999 - participando como Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura e Observador Oficial Parlamentar da Câmara dos Deputados

Viagem a Chicago - EUA - como Representante Oficial da Câmara Federal e Presidente da Frente Parlamentar da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, a convenção e feira do FOOD MARKETING INSTITUTE - FMI - 2000, no período de 05 a 13 de maio de 2000.

Viagem a Europa (Suíça) e Estados Unidos - representante Oficial da Câmara Federal e Presidente da Frente Parlamentar da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - Missão Oficial para conhecimento da área econômica e sistema bancário - 2001

Viagem a Portugal - membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados - Audiências com autoridades portuguesas para tratar da situação dos brasileiros em Portugal - 2003

Representante da Frente Parlamentar do Esporte - Viagem a Santo Domingo - República Dominicana acompanhando a comitiva do Ministro do Esporte com vistas a colher subsídios para o Pan-Americano de 2007 - 2003

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 73. O Tribunal de Contas da união, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

.....  
§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

.....  
II—dois terços pelo Congresso Nacional.  
.....

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

#### Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

.....  
Art. 105. O processo de escolha de ministro do Tribunal de Contas da União, em caso de vaga ocorrida ou que venha a ocorrer após a promulgação da Constituição de 1988, obedecerá ao seguinte critério:  
.....

II – na segunda, terceira, quinta, sexta, oitava e nona vagas, a escolha será da competência do Congresso Nacional;

.....  
Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, tem 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1993

#### Regulamenta a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º A escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União, a que se refere ao art. 73, § 2º e, inciso II da Constituição Federal, ocorrerá dentre os brasileiros que preencham os seguintes requisitos:

I – mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;  
II – idoneidade moral e reputação ilibada;  
III – notórios conhecimentos em uma das seguintes áreas:

- a) jurídica;
- b) contábil;
- c) econômica;
- d) financeira; ou



e) de administração pública;

IV – mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Art. 2º As vagas abertas na composição do Tribunal de Contas da União, a que se refere o **caput** do art. 1º deste decreto legislativo, serão preenchidas, na ordem estabelecida no art. 105, inciso II da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, mediante iniciativa, alternadamente, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

§ 1º No prazo de cinco dias úteis, contado da notícia de abertura de vaga na composição do Tribunal de Contas da União, dar-se-á a habilitação de candidato indicado pelas lideranças da Casa.

§ 2º A indicação será instruída com o **curriculum vitae**, do candidato e submetida à comissão competente após a leitura em plenário.

§ 3º A arguição pública do candidato será procedida somente perante a comissão iniciadora do processo, devendo ser feita em prazo não superior a três dias úteis, contado do recebimento da indicação.

§ 4º Será pública a sessão de arguição do candidato e secreto o voto, vedada a declaração ou justificação, exceto quanto ao aspecto legal.

Art. 3º A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados submeterão à apreciação, do Plenário da respectiva Casa, projeto de decreto legislativo aprovando a escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União.

§ 1º O parecer da comissão deverá conter relatório sobre o candidato e elementos informativos necessários ao esclarecimento do Plenário.

§ 2º O parecer, com o projeto de decreto legislativo, será apreciado pelo Plenário, em sessão pública e votado por escrutínio secreto.

Art. 4º O candidato escolhido por uma Casa será submetido à aprovação da outra, em sessão pública e mediante votação por escrutínio secreto.

Parágrafo único. Considera-se escolhido o candidato que lograr a aprovação de ambas as Casas o Congresso Nacional.

Art. 5º O nome do Ministro do Tribunal de Contas da União escolhido pelo Congresso Nacional, será comunicado, mediante mensagem ao Presidente da República para o fim do disposto no art. 84, inciso XV, da Constituição Federal.

Art. 6º A primeira escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União, de competência do Congresso Nacional, dar-se-á por iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Art. 7º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de abril de 1993. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1993

**Regulamenta a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional.**

#### Retificação

No Decreto Legislativo nº 6, de 1993, publicado no **Diário Oficial** da União, Seção I, de 23-4-1993, página 5.265, no parágrafo único do art. 4º.

Onde se lê:

...a aprovação de ambas as Casas o Congresso Nacional, Leia-se.

...a aprovação de ambas as Casas o Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994

**Altera o Decreto Legislativo nº 6, de 1993, que “regulamenta a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 3º e seu § 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993, passa a vigor com a seguinte redação.

“Art. 3º A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados submeterão à apreciação do Plenário da respectiva Casa, a escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União.

1º.....

§ 2º O parecer será apreciado pelo Plenário em sessão pública e votado por escrutínio secreto.” Art. 2º Fica revogado o art. 4º e seu parágrafo único do Decreto Legislativo nº 6, de 1993.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 28 de abril de 1994, – **Humberto Lucena**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 320, DE 2005**

**Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2005 (nº 1.682/2005, na Câmara dos Deputados), que escolhe o Senhor João Augusto Ribeiro Nardes para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.**

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, combinado com o art. 291, inciso I, alínea “e”, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Sr. Presidente, na votação anterior, acompanho a Bancada do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, de acordo com a referência do PSDB.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Havendo a aquiescência das Lideranças, passamos à imediata apreciação da matéria.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, o Deputado Nardes foi indicado pela Câmara dos Deputados. Estamos votando matéria da Câmara dos Deputados. O Poder Legislativo conhece o Depu-

tado Nardes. Eu sei que o voto é secreto, mas eu secretamente...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, respeitando evidentemente a natureza do regime de votação, respeito a indicação da Câmara dos Deputados, que é o Deputado Augusto Nardes. É fundamental que mantenhamos essa relação entre as duas Casas, de respeito à indicação do nome do Deputado Augusto Nardes para Ministro do Tribunal de Contas da União, feita pela Câmara dos Deputados.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou sendo informado de que, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, está começando agora o depoimento do Sr. Molina. Sou membro efetivo da Comissão, estou aqui votando, cumprindo o meu dever com o Plenário, com a Casa, e lá a reunião está sendo iniciada pelo vice-Presidente. Creio que isso não deveria estar acontecendo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – É, Sr. Presidente, não se pode iniciar a reunião pelo vice-Presidente se o Presidente está aqui presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Srs. Senadores, esta Presidência já determinou a suspensão dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, enquanto estamos em processo de votação durante a Ordem do Dia.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, queria pedir a todos do PMDB que conhecem o Deputado que dessem o seu voto.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, quero apenas dar um testemunho aqui sobre o Deputado Augusto Nardes: com seis mandatos, formado no exterior. Acompanhei-o numa visita a Portugal e fiquei muito orgulhoso quando o vi sendo tratado com tanta distinção pelo Sr. Primeiro-Ministro Manuel Durão, que fez a ele os maiores elogios.

Portanto, Sr. Presidente, está aqui uma figura que merece o nosso voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, na verdade, trata-se de um gesto, inicialmente, de educação política. O Deputado Augusto Nardes, colega de tantos de nós, que sempre primou por uma conduta correta na Câmara dos Deputados, foi referendado por maioria expressiva dos Srs. Deputados.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Muito ajuda quem não falar. Vamos votar.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Portanto, por conhecê-lo, por ter sido seu colega, e pelo respeito que o Senado tem pela Câmara dos Deputados, nós vemos que o lógico, o lícito, o legítimo, é sufragar o nome do Deputado Augusto Nardes e manter essa regra da melhor convivência política, ao mesmo tempo prestando um grande serviço ao Tribunal de Contas da União, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, o Deputado João Augusto Nardes tem uma vasta e brilhante carreira parlamentar, seis mandatos como Deputado Federal, representando o grandioso Estado do Rio Grande do Sul. Tem uma carreira política e é profissional exemplar. Por isso, Sr. Presidente, S. Ex<sup>a</sup> merece a solidariedade, o apoio e o respeito desta Casa, como mereceu da Câmara dos Deputados e de todos os seus Colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, o voto é secreto, não se pode manifestar preferência. Agora, eu quero dizer que o PFL tem o maior apreço pelo Deputado Augusto Nardes, a quem apoiou, na Câmara dos Deputados, na disputa que ocorreu, e o tem em altíssima conta. Pediria a todos os Senadores do PFL que registrassem o seu voto, com as considerações que faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (Bloco/PTB – RS) – Presidente Renan Calheiros, o Deputado Augusto

Nardes foi Colega, Deputado Estadual, na Assembléia do Rio Grande do Sul. Falo em nome do PTB, mas também em nome de nossa Bancada gaúcha, Senador Pedro Simon, Senador Paim: temos convicção de que se trata de um reconhecimento ao seu grande trabalho como Parlamentar, um reconhecimento interpartidário, um reconhecimento da articulação que o Deputado Nardes promoveu aqui neste Congresso Nacional. Não tenho dúvida de que, lá no Tribunal de Contas da União, sob as ordens de outro gaúcho, Ministro Adylson Motta, nós teremos, no Ministro Nardes, um digno representante deste Congresso Nacional. Estamos, como gaúchos, muito orgulhosos de vê-lo indicado pela Câmara dos Deputados e acolhido no nosso Senado Federal.

**O Sr. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, associe-me a todos os Srs. Senadores que aqui já falaram das qualidades do Deputado Nardes. Quero aqui dizer da minha alegria em vê-lo disputando esse cargo, uma vez que é uma pessoa de grandes qualidades, é uma pessoa qualificada para enriquecer os quadros do Tribunal de Contas da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Sr. Presidente, apesar de saber que a votação é secreta, eu não poderia me furtar a dar este testemunho, principalmente do período em que convivi com o Deputado Augusto Nardes. Tivemos uma convivência estreita durante muito tempo, e ele, com seu comportamento correto, liso, de elevado espírito público, conquistou a simpatia, a confiança e o respeito de todos os seus Pares. Seguramente, S. Ex<sup>a</sup> dignificará o País na sua representação no Tribunal de Contas da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou proclamar o resultado.

## Senado Federal

## VOTAÇÃO SECRETA

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 320, DE 2005

Sr. JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 28/6/2005Num.Votação: 2  
Hora Sessão: 14:00:00Abertura: 28/6/2005 19:53:12  
Encerramento: 28/6/2005 20:00:44

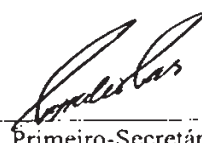
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	Votou
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 61  
 Votos NÃO : 06  
 Votos ABST. : 02

Total : 69



Primeiro-Secretário

Senador Papaléo Paes  
Suplente de Secretário



*(Procede-se à apuração)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 61 Srs. Senadores; e NÃO, 06.

Houve 02 abstenções.

Total: 69 votos.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**PARECER Nº 1.019, DE 2005  
(Escolha de Autoridade)**

**Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.019, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, sobre a Mensagem nº 160, de 2005 (nº 362/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.**

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 288, inciso III, “d”, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero apenas salientar a felicidade da escolha do novo Procurador-Geral da República. Trata-se de um homem de excepcional qualidade, do mesmo estilo do atual Procurador, de quem é vice e por quem foi indicado, quando havia incertezas e dúvidas sobre quem seria o novo Procurador. Temos a alegria de dizer que é um Procurador da maior dignidade, da maior capacidade e que vai continuar o trabalho do atual Procurador.

Felicito o Presidente Lula pela indicação e a nós pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Osmar Dias, Líder do PDT, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem.) – Só para concordar com o Senador Pedro Simon e dizer que o nosso indicado, em quem estamos votando, tem também a virtude de ser do Paraná.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, de pai cearense e mãe pernambucana.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também quero reforçar as opiniões já manifestadas e dizer do excelente trabalho que o Dr. Cláudio Fonteles desempenhou neste momento no Brasil. S. Ex<sup>a</sup> colocou realmente a credibilidade do Ministério Público, que já era boa, num patamar ainda mais reconhecido no Brasil. A sua figura pessoal é extraordinária. Todos no Brasil, quando se referem ao Procurador-Geral da República, enaltecem o trabalho de S. Ex<sup>a</sup>, que estabeleceu novos parâmetros para o País. Ficamos muito felizes pelo fato de o Senador Alvaro Dias, como Relator desse processo para o novo Procurador, ter opinado favoravelmente a uma indicação que também é um consenso na área. Desejamos que o novo Procurador a ser sufragado no Senado Federal continue o bom trabalho que o Ministério Público vem desempenhando no País. É uma honra.

Acho que ele não é do Paraná, mas fez todos os estudos na Universidade Federal do Paraná, que, aliás, na área do Direito e em outras também, vem conquistando conceitos bastante elevados, o que demonstra a qualidade da universidade pública no nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante, pela ordem.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria, em primeiro lugar, de prestar minha homenagem ao Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, que deu estatura, dignidade, independência ao Ministério Público e cumpriu, portanto, um mandato exemplar, do ponto de vista da sua função.

Quero também registrar que o Vice-Procurador-Geral da República, Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, não só tem uma carreira acadêmica de estatura, de competência, de credibilidade em todo o seu currículo profissional, mas também, no âmbito do Ministério Público, foi indicado praticamente como o grande consenso da instituição, o primeiro, o mais votado da lista, ele que já é o Vice-Procurador-Geral da República.

Acho que nós temos um grande desafio nessa nova gestão: a independência, o rigor, a fiscalização do Ministério Público, mas também a coibição dos abusos e muitas vezes do vedetismo de alguns Procuradores que exorbitam de suas funções e prejulgam, não atendendo com responsabilidade uma função que é tão importante na República.

O Conselho Superior do Ministério Público junto com o Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza tenho certeza vão dar o equilíbrio necessário da firmeza, da independência, do rigor e, ao mesmo tempo, do equilíbrio da justiça, que é indispensável ao bom exercício do Ministério Público.

Parabéns ao Sr. Cláudio Fonteles e sobretudo à indicação do Vice-Procurador-Geral da República, que já vem dessa experiência, dessa vivência e seguramente amadurecerá esse processo de construção que os Constituintes nos legaram, que é o papel decisivo que o Ministério Público cumpre na nossa República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, apenas também para felicitar o Presidente Lula por essa feliz indicação. O Presidente já fora feliz antes, ao indicar Cláudio Fonteles, que iniciou uma fase nova de independência, de competência e decência na Procuradoria-Geral da República.

O Dr. Antonio Fernando certamente dará continuidade a esta fase, que eu diria fundamental, de recuperação da credibilidade de uma das instituições mais importantes do País, dará seqüência a essa fase de dignificação da Procuradoria-Geral da República.

Para nossa honra, é alguém que passou pelo Paraná, pela Universidade Federal, que militou na sua atividade profissional no nosso Estado e vem para Brasília certamente nos orgulhar e sobretudo honrar a função que exercerá a partir dos próximos dias.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem

dúvida, é de se repetir o elogio ao Dr. Cláudio Fonteles, que, além de ter cumprido uma excelente gestão, uma correta gestão, demonstrou desapego ao poder e demonstrou apego, sim, à dignidade do Ministério Público, o que tem tudo para ser continuado, com toda a consolidação que vem do acúmulo de fatos positivos na gestão que se iniciará agora, pelo que suponho, com o Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza.

O Dr. Antonio Fernando é um homem respeitador por sua categoria e tem todos os predicados para realizar uma gestão baseada na impessoalidade, baseada no espírito de corpo, e não no corporativismo. O corporativismo enfeia o espírito de corpo. O espírito de corpo, eu o justifico, eu o entendo. O corporativismo, eu o deploraria. Ele tem tudo para fazer uma justa avaliação dos casos que lhe cheguem às mãos porque esse é o seu passado, esse tem sido o seu presente e, sem dúvida, o Brasil espera, com muito respeito, que seja esse o seu futuro.

Portanto, saúdo quem me parece será o futuro Procurador-Geral da República, desejando que sirva ao País, servindo com a dignidade de sempre ao Ministério Público, que tem entre erros e acertos um saldo muito significativo a favor da coisa pública neste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, ainda não havia sido sabatinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o Dr. Cláudio Fonteles já declarava que só aceitaria um mandato de Procurador-Geral da República. Cumpriu o que havia prometido.

Durante o seu período de Procurador, há que se admitir que ele exerceu bem as atribuições que lhe foram cometidas.

Do novo Procurador, o Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, o que se espera é que seja sobretudo justo nas suas importantes decisões. Pelo ordenamento jurídico do País, o Procurador-Geral da República tem uma participação fundamental nas decisões maiores que se tomam na Justiça do nosso País.

Quando o Procurador-Geral da República resolve exercer a sua função mais voltado para os holofotes, seguramente não cumpre bem o seu papel. Mas, conhecendo o Dr. Antonio Fernando como conheço, estou na firme persuasão de que ele ficará distante da publicidade e muito próximo do bem-estar de todas as pessoas a quem lhe cumpre, por dever de ofício, zelar dos seus interesses. Cumprimento, pois, o Dr. Cláudio Fonteles, que se retira da Procuradoria-Geral da República, e o Dr. Antonio Fernando, a quem desejo fecundas realizações nesse ofício.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, saúdo e parabenizo o Dr. Cláudio Fonteles, porque é a primeira vez que vejo um homem público que tinha direito a discutir e a desejar sua recondução abrir mão disso. É louvável, e muito pouca gente tem-se comportado dessa forma.

De outra parte, desejo todo sucesso ao Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, porque a missão não é fácil, mas ele está extremamente preparado para enfrentá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

## Senado Federal

## VOTAÇÃO SECRETA

### PARECER Nº 1.019, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA, PARA EXERCER O CARGO DE PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Num. Sessão: 1  
Data Sessão: 28/6/2005

Num. Votação: 3  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 28/6/2005 20:01:47  
Encerramento: 28/6/2005 20:13:06

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HELIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PMDB	PI	MAO SANTA	Votou
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	PE	MARÇO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALEÓ PAES	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SERGIO CABRAL	Votou

Operador: HELIO FERREIRA LIMA

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY SLESSEARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 61  
Votos NÃO : 04  
Votos ABST. : 01

Total : 66

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 61; e NÃO, 04.

Houve 01 abstenção.

Total: 66 votos.

Está aprovado o nome do Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, sei que já passou, mas enalteço e cumprimento o Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, que certamente estará à altura do extraordinário Dr. Cláudio Fonteles, que merece todo o nosso aplauso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Item extrapauta:

Emissão: 28/6/2005 20:13:07

**MENSAGEM Nº 130, DE 2005**

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

**Mensagem nº 130, de 2005 (nº 224/2005, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Sr. Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.**

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**PARECER Nº 1.028, DE 2005 – CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para emitir parecer:) – Sr. Presidente, o indicado recebeu 15 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum voto em branco, nenhum voto nulo e nenhuma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à votação nominal e secreta por eletrônico.)

**Senado Federal****VOTAÇÃO SECRETA****MENSAGEM Nº 130, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA

Num. Sessão: I  
Data Sessão: 28/6/2005

Num. Votação: 4  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 28/6/2005 20:13:54  
Encerramento: 28/6/2005 20:16:54

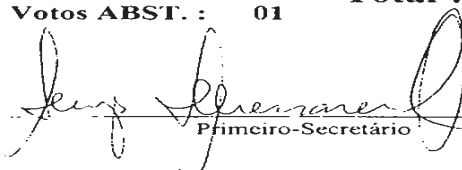
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLÉIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CARIBERIBE	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ GRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ ZEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMÉU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 52  
Votos NÃO : 07  
Votos ABST. : 01

Total : 60

  
Primeiro-Secretário



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 52 Srs. Senadores; e NÃO, 07.

Houve uma abstenção.

Total: 60 votos.

Está aprovado o nome do Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

### MENSAGEM Nº 154, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

**Mensagem nº 154, de 2005 (nº 337/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.**

Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup>. 1<sup>a</sup> Secretária, Senadora Serys Slhessarenko, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

### PARECER Nº 1.029, DE 2005 – CRE

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT

– MT. Para emitir parecer:) – O indicado recebeu na Comissão 14 votos favoráveis e nenhum contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta por meio eletrônico.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Informo à Casa que ainda teremos duas votações nominais.

Comunico à Casa que estou assinando, neste momento, a mensagem ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunicando a aprovação do nome, pelo Senado Federal, do Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

Cinquenta e oito Srs. Senadores já votaram. Vou encerrar a votação e proclamar o resultado. (Pausa.)

*(Procede-se à apuração)*

### Senado Federal

#### MENSAGEM Nº 154, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBaixADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	5	Abertura:	28/6/2005 20:17:29
Data Sessão:	28/6/2005	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	28/6/2005 20:19:28

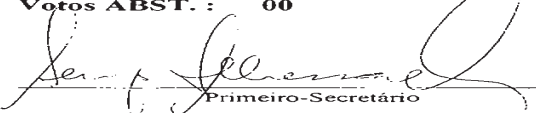
Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou	BA	RODOLFO TOURINHO	Votou	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	Votou	PMDB	RJ	SERGIO CABRAL	Votou
PMDB	MA	ANTONIO LEITE	Votou	PSDB	PE	SERGIO GUERRA	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	Votou	PTB	RS	SERGIO ZAMBIASI	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou	PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou	PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou				
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				

Votos SIM : 52

Votos NÃO : 06

Votos ABST. : 00

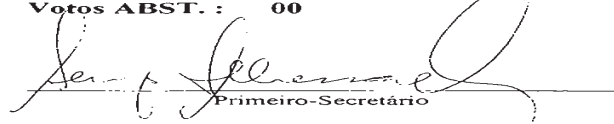
Total : 58

  
Primeiro-Secretário

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 52  
Votos NÃO : 06  
Votos ABST. : 00

Total : 58

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 52 Srs. Senadores; e NÃO, 06. Não houve abstenção.

Total: 58 votos.

Está aprovado o nome do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

A Mesa registrará, com muita satisfação, o voto de V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Sarney.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Item extrapauta:

### MENSAGEM Nº 159, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

**Mensagem nº 159, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Sr. André Mattoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.**

#### Senado Federal

### MENSAGEM Nº 159, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO JAPÃO

Num Sessão: 1  
Data Sessão: 28/6/2005

Num. Votação: 6  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 28/6/2005 20:20:13  
Encerramento: 28/6/2005 20:22:32

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTONIO LEITE	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	CELCIDIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	RS	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	MG	HELIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LUCIANO MARQUES	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPATÓ PAES	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou

Operador: HELIO FERREIRA LIMA

Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para a leitura do parecer.

### PARECER N.º 1.030, DE 2005– CRE

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/ PT – MT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, o indicado obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 15 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à votação nominal e secreta por meio eletrônico)*

### VOTAÇÃO SECRETA

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 50  
Votos NÃO : 09  
Votos ABST. : 00

Total : 59

*[Assinatura]*  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 50 Srs. Senadores; e NÃO, 09.

Não houve abstenção.

Total: 59 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador André Mattoso Maia Amado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à última votação nominal.

Item extrapauta.

### **PARECER Nº 979, DE 2005**

(Escolha de Autoridade)

**Discussão, em turno único, do Parecer nº 979, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Ideli Salvatti, sobre a Mensagem nº 142, de 2005 (nº 299/2005, na origem), de 19 de maio do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Sr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.**

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta por meio eletrônico.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto a Casa e os Srs. Líderes partidários se poderemos votar alguns requerimentos de urgência que se encontram sobre a mesa, todos com pareceres das Comissões Técnicas pela aprovação. Vamos rapidamente proceder à votação desses requerimentos, alguns já há bastante tempo sobre a mesa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSD – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSD – AM) – Na votação passada, cheguei a supor mesmo que havia completado o processo de votação e terminei – a falha deve ter sido minha – não o fazendo.

Registro apenas que o Embaixador André Amado é um dos Diplomatas mais competentes com que conta o Itamaraty. Ele é experiente, sério, de formação acadêmica sólida, tendo todas as condições para representar bem o Brasil. Ele estava em Lima, onde fez uma brilhante atuação, possuindo todos os atributos para representar muito bem o País aonde quer que lhe envie o Governo Brasileiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, numa prova de confiança à Mesa, como os pareceres são favoráveis, V. Ex<sup>a</sup> pode votar todos em globo e nós votaremos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Antonio Carlos Magalhães está sugerindo a votação em globo dos requerimentos de urgência com pareceres favoráveis.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a confiança.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> se refere a todo e qualquer requerimento colocado na Mesa do Senado no momento ou apenas com parecer favorável da Mesa?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Só os requerimentos de urgência com pareceres favoráveis das Comissões Permanentes.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à apuração)*

## Senado Federal

## VOTAÇÃO SECRETA

## PARECER Nº 979, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. CLAUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES, PARA SER RECONDUZIDO AO CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 28/6/2005

Num.Votação: 7  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 28/6/2005 20:22:59  
Encerramento: 28/6/2005 20:25:58

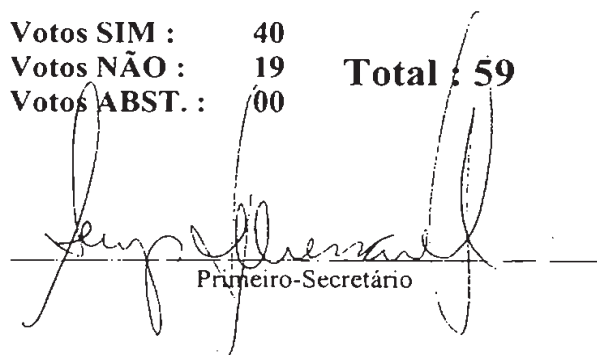
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LUCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PP	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 40  
Votos NÃO : 19  
Votos ABST. : 00

Total : 59

  
Primeiro-Secretário



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 40 Srs. Senadores; e NÃO, 19.  
Não houve abstenção.

Total: 59 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Dr. Cláudio Maierovich Pessanha Henriques para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Primeiro requerimento de urgência.

Na sessão do dia 06 do corrente foi lido o **Requerimento nº 559, de, de 2005**, para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003, que deixou de ser votado naquela oportunidade em razão de encontrar-se a pauta sobrestada por medida provisória.

Em votação o requerimento de urgência.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sobre a Mesa requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 724, DE 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 58, de 2005, advindo da MSF nº 156, de 2005, que “Propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até trinta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX”.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005.

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS MENSAGEM SENADO FEDERAL Nº 156, DE 2005 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 24/06/05, OS SENHORES(AS)

SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

#### Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ALVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-HÉLIO COSTA
GARIBALDI ALVES FILHO	3-ANTÔNIO LEITE
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAÜPP	7-PAPALEO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JULIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCIDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CARIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESARENKO (PT)
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PERES

Comissão de Assuntos Econômicos  
MSF nº 156 de 15-06-05  
p. 195

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

Consulta a Casa se podemos votar a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58, DE 2005**

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 724, de 2005 – art. 336, “II”)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 58, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.022, de 2005, Relator: Senador Demóstenes Torres), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.*

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção da Senadora Heloísa Helena e do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final ao **Projeto de Resolução nº 58, de 2005**, que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

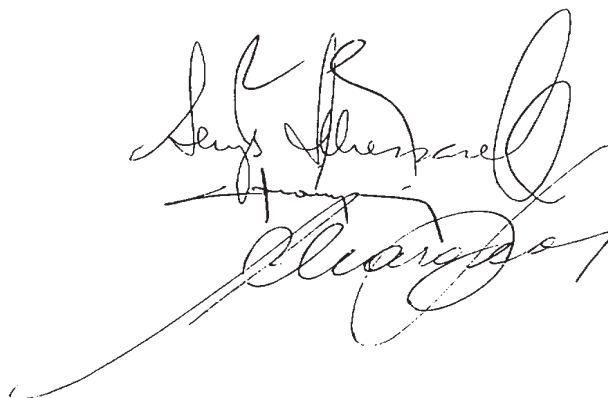
### **PARECER Nº 1.931, DE 2005**

(Da Comissão Diretora)

#### **Redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 2005.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 2005, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$38,600,000.00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Sala de Reuniões da Comissão, 28 de junho de 2005.



### **ANEXO AO PARECER Nº 1.031, DE 2005**

#### **Redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 2005.**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### **RESOLUÇÃO Nº , DE 2005**

**Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$38,600,000.00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$38,600,000.00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – valor total: até US\$38,600,000.00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos);

IV – modalidade de empréstimo: Mecanismo Unimonetário;

V – prazo de desembolso: até 4 (quatro) anos;

VI – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, tanto quanto possível iguais vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 (vinte) anos após a assinatura do contrato;

VII – juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco para empréstimos unimonetário qualificados, apurados durante os 6 (seis) meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de margem razoável, expressa em termos de porcentagem anual, para cobertura de despesas administrativas;

VIII – comissão de crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamentos dos juros, e calculada com base na taxa de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, sendo que, a princípio o mutuário pagará taxa de 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano); podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo Banco sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

IX – recursos para inspeção e supervisão geral: durante o período de desembolsos, não serão reser-

vados recursos para atendimento de despesas de inspeção 6% supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período. Em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 725, DE 2005**

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PLC nº 89, de 2004, que “autoriza o Poder Executivo a efetuar contribuições ao Grupo dos 24 (G-24)”.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2004  
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 23 / 06 / 05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

**Bloco da Minoria (PFL e PSDB)**

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

**PMDB**

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-HÉLIO COSTA
GARIBALDI ALVES FILHO	3-ANTÔNIO LEITE
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLYCY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

**PDT**

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
------------	--------------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
23-06-2005  
p. 25



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 726, DE 2005

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 26 de 2005 que “Inscrive o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no livro dos Heróis da Pátria”

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senador **Romeu Tuma**.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PLC Nº 026/05  
NA REUNIÃO DE 14/06/05, OS SENHORES SENADORES:**

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

### PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO A RNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento de urgência, passa-se à sua imediata apreciação.

**Item extrapauta:**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2005 (nº 5.973/2001, na Casa de origem), que *inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro dos Heróis da Pátria, tendo*

Parecer favorável sob nº 1.015, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Não foram oferecidas emendas à proposição dentro do prazo regimental.

Tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa foi uma mensagem mandada pela Câmara dos Deputados, da Deputada Telma de Souza, que é de Santos, e é uma homenagem ao centenário de José Bonifácio, o Herói da Independência.

Dessa forma, eu pediria o voto favorável, já que é uma homenagem justa e correta que a História pode prestar a José Bonifácio.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, que é o Relator da matéria, Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2005**

**Inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro dos Heróis da Pátria.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da

Democracia, o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia

São os seguintes os itens sobrestados:

#### **2**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 31, DE 2000**

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

#### **3**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 29, DE 2002**

(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23.2.2005)

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

#### **4**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004,

tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 5

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 6

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Discussão adiada, em virtude de requerimento aprovado em 26.4.2005)

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

## 7

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro

signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral*.

Parecer sob nº 463, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

## 8

### PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa*.

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

## 9

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B*.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em sessão anterior foi lido o **Requerimento nº 604, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, seja realizada, pelo Tribunal de Contas da União, auditoria sobre a utilização do cartão de crédito corporativo por parte dos servidores da Administração Federal.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 22 de junho do corrente, foi lido o **Requerimento nº 665, de 2005**, do Senador Palácio Paes, solicitando, nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações sobre a redução do coeficiente de participação de Macapá, Estado do

Amapá, no Fundo de Participação dos Municípios, no exercício de 2004/2005.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias para fazer cumprir a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 727, DE 2005**

Senhor Presidente,

Na qualidade de integrante do Comitê de Coordenação das Mulheres Parlamentares, instituído pela 1<sup>a</sup> Conferência Mundial das Mulheres Parlamentares para a Tutela da Criança e do Adolescente, cuja reunião será realizada em Genebra, Suíça, no dia 11 de julho de 2005, requeiro, nos termos do inciso II, **a**, do Artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 7 a 15 de julho.

Salas das Sessões, 28 de junho de 2005. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

#### **REQUERIMENTO Nº 728, DE 2005**

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por V.Ex<sup>a</sup>, para participação de uma Frente Parlamentar do Cooperativismo Português, a ser realizado em Portugal, dentro do acordo de cooperação técnica com a FENACHE (Federação Nacional das Cooperativas Habitacionais Econômicas de Portugal).

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão no período de 30-6-2005 a 8-7-2005.

Informo que estarei ausente do País no período de 30-6-2005 a 8-7-2005.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **Jonas Pinheiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação os Requerimentos nºs 727 e 728, de 2005, de pareceres favoráveis, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Jonas Pinheiro, respectivamente.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação os Requerimentos nºs 727 e 728, de 2005, de pareceres favoráveis, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Jonas Pinheiro, respectivamente.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 729 DE 2005**

**Requer Voto de Aplauso ao hospital Universitário Getúlio Vargas, de Manaus, AM, pelo transcurso de seu 40º aniversário de criação.**

Requeiro nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Hospital Universitário Getúlio Vargas, de Manaus – AM, pelo transcurso, no dia 27 de junho de 2005, do seu 40º aniversário de criação.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso proposto seja levado ao conhecimento do diretor Dr. Sérgio Ferreira Filho e, por seu intermédio a toda a equipe médica, os auxiliares e funcionários administrativos do Hospital.

#### **Justificação**

A homenagem que ora formulo justifica-se Universitário Getúlio Vargas, pertencente à Universidade Federal dos Amazonas. Dedicado ao atendimento das populações mais desprotegidas do Estado, esse hospital é também uma verdadeira escola, confundindo-se, aliás, com a história da Medicina no Amazonas.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As matérias extrapauta que acabamos de votar foram apreciadas na prorrogação da sessão.

A Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, que já totalizam a maioria absoluta de membros, nos termos do art. 108 do Regimento Interno, designa a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a questão das privatizações realizadas no Brasil, no período de 1990 a 2004, e os critérios adotados pelo Banco Nacional de Desenvolvi-



mento Econômico e Social (BNDES) para concessões de empréstimos nos processos de privatização, criada pelo Requerimento nº 161, de 2005.

### Senadores

<b>Titular</b>	<b>Suplente</b>
----------------	-----------------

#### Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

Arthur Virgílio (PSDB)	Flexa Ribeiro (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	
José Jorge (PFL)	Marco Maciel (PFL)
Rodolpho Tourinho (PFL)	

#### PMDB

Garibaldi Alves Filho	Hélio Costa
Amir Lando	Mão Santa
Pedro Simon	

#### Bloco de Apoio ao Governo S(PT, PSB, PTB, PL E PPS)

Ana Júlia Carepa (PT)	Roberto Saturnino (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	Marcelo Crivella (PL)
Eduardo Suplicy (PT)	

#### PDT / P-SOL

Jefferson Péres (PDT)	Heloísa Helena (PSOL)
-----------------------	-----------------------

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 232/2005

Brasília, 28 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos Termos regimentais, encaminho a Vossa Excelência os nomes dos Senhores membros da Banca do PMDB que integrarão a Comissão Parlamentar de Inquérito nº 245, de 2004 – CPI dos Bingos” em substituição aos anteriormente indicados, ficando a mesma assim constituída:

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
------------------	------------------

Valdir Raupp	Alberto Silva
Hélio Costa	Ramez Tebet
Leomar Quintanilha	José Maranhão
Garibaldi Alves Filho	

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Ofício nº 132/05-GLPSDB

Brasília, 28 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho solicitar a substituição do Senador Almeida Lima pelo Senador Reginaldo Duarte para integrar como Titular a Comissão Parlamentar de Inquérito, “destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Serão feitas as substituições solicitadas.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, aos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, Hélio Costa e Arthur Virgílio.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecimento, essa CPI é do Senado Federal? É isso? Queria apenas confirmar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sim, Senador Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me congratular com o PMDB pelas indicações que fez para a CPI da Privatização. Eram pessoas de muito valor que sempre foram desvalorizadas no PMDB e que hoje realmente vêm para isso. É muito bom, porque serão pessoas que vão investigar e vão demonstrar o erro da Oposição em querer fazer essa CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da minha questão de ordem, seria possível V. Ex<sup>a</sup> declinar o nome do autor da proposta?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Primeiro subscritor da proposta: Senador Arthur Virgílio.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O Senador Arthur Virgílio é o autor da proposta da CPI da Privatização. Creio que S. Ex<sup>a</sup> fez isso em um ato solidário para atender à ânsia da Oposição de olhar pelo espelho retrovisor.

Tenho a impressão de que criaremos um impasse institucional muito grave, porque o desejo da Oposição é de destituir o Presidente Fernando Henrique do Poder. Considero uma demonstração de grandeza e de altivez do Governo brasileiro tomar essa decisão a partir do PT, dois anos e meio após o início do atual Governo.

Parabéns ao PT por mais essa demonstração de grandeza e de altivez que dá à Nação brasileira. Concordo que essa CPI tem que ser apurada, mas não nos devemos desviar dos fatos, devemos apurar Correios, mensalão, “panelão” e o que vier por aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria também, a exemplo do Senador Antonio Carlos Magalhães, felicitar o PT por ter finalmente reconhecido o valor do Senador Pedro Simon, uma das figuras mais íntegras e mais respeitadas desta Casa, para participar da CPI da Privatização. Assim também os Senadores Mão Santa e Sérgio Cabral, figuras que, até este momento, foram impedidas, alijadas do processo de qualquer CPI. Quero dar parabéns ao próprio PMDB, que finalmente reconheceu essas lideranças como realmente dignas de participar, em seu nome, dessas investigações. Temos plena confiança de que S. Ex<sup>as</sup> trabalharão com a maior altivez e dignidade, representando à altura a história do PMDB. Fico muito feliz com essas indicações.

Quero felicitar, também, o Senador Mercadante, por ter aceitado, finalmente, que esses três grandes Senadores participassem da CPI, porque, até agora, ele estava relutando a que eles participassem da CPI dos Correios, da CPI do Mensalão e de qualquer outra CPI que envolvesse o Governo e o PT. Ele agora, finalmente, se rendeu à grandeza e à dignidade desses Senadores, o que mostra que está realmente mudando. Fico feliz com isso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas comunicar que a CPI dos Bingos se reunirá amanhã, ao meio-dia, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Antonio Carlos Magalhães comunica à Casa que a CPI dos Bingos se reunirá amanhã, ao meio-dia, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, em seguida à palavra, que já concedi, do Senador Hélio Costa.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas informar que amanhã, às 10 horas, na Comissão de Educação, estaremos ouvindo, em audiência pública, o Ministro Tarso Genro, sobre a sua nova versão da proposta de reforma universitária.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, em nenhum momento fui procurado pela Liderança do PMDB para sugerir qualquer tipo de indicação. Não fui procurado, não indiquei e não fui consultado. Portanto, não procede a afirmação que foi feita neste plenário.

Em segundo lugar, tenho dito e reiterado a esta Casa que, do meu ponto de vista, a CPMI não foi uma iniciativa nem da nossa Bancada nem do Governo. Tenho reiterado nesta Casa – e o fiz na semana passada, mais de uma vez, elogiando, inclusive, um pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, feito em maio de 2001 – que uma sucessão de CPIs, necessárias ou não, fictícias ou não, cria uma crise no Parlamento, prejudicando o andamento dos trabalhos e podendo, inclusive, incidir sobre a governabilidade. Citei-o, elogiando a coerência de S. Ex<sup>a</sup> com aquele pronunciamento e o que tinha feito no âmbito do colégio de Líderes. S. Ex<sup>a</sup> reafirmou sua posição, que é a minha. Tenho, recorrentemente, expressado esse sentimento. Não creio que concentrarmos um conjunto tão grande de comissões parlamentares de inquérito neste momento ajude o Senado ou o País. Creio que não contribui com o País nem com o Senado.

Minhas reflexões e minhas preocupações têm sido expressas publicamente. Entendo que deveríamos concentrar o nosso esforço em concluir a CPMI dos Correios. Temos a CPI da Terra e a CPI da Imigração Ilegal e deveremos ter, até amanhã, uma nova CPI sobre a compra de votos no âmbito da Câmara dos Deputados. Se não for aprovada lá, há uma CPI

mista, e aí será aprovada pelo Congresso Nacional. A minha posição, que quero mais uma vez reiterar, é que vejo que problema de decoro de deputado deve ser tratado no âmbito da Câmara dos Deputados. Não acho que o Senado deva se envolver com essa matéria, e disso isso várias vezes dessa tribuna, mas entendo que, se a Câmara não tomar uma atitude, é evidente que a CPI mista já foi protocolada, será lida e será, portanto, encaminhada.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Também quero destacar, só para concluir, que a decisão do Supremo Tribunal Federal foi que, para todas as CPIs apresentadas, as Lideranças que não indicaram o nome, a Presidência o faria à revelia da Liderança. Essa a decisão do Supremo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O que não foi o caso. Os nomes foram todos indicados pelos Líderes partidários.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Na outra também, todas as Lideranças se adiantaram e indicaram os nomes com antecedência.

Por tudo isso, acho que deveríamos avaliar o momento que estamos vivendo. Estamos na última semana antes do recesso legislativo. As duas CPIs, a dos Correios e a da compra de votos, devem funcionar, devem desempenhar suas funções, o Congresso Nacional tem a obrigação de ir até o fundo nessas apurações, identificar toda e qualquer irregularidade, todo e qualquer desvio de conduta, para encaminhar à Justiça e ao Ministério Público. A Corregedoria e o Ministério Público já estão investigando todos esses episódios. Acho que deveríamos avaliar, pois não vejo que a concentração de todas essas CPIs venha a contribuir para o andamento dos trabalhos do Congresso Nacional, para o processo legislativo, para o momento que estamos atravessando.

Mais uma vez expresso a minha posição, manifestada no Colégio de Líderes, que sustentei da tribuna, sustentei do plenário e venho refletindo que essas CPIs terão que ser instaladas. Elas foram apresentadas, estão com os membros indicados. É uma decisão em que a indicação é necessária, mas a decisão do Supremo não obriga à instalação. Então, deveríamos refletir sobre a oportunidade de instalarmos essa CPI. Não acho que seja o melhor momento, no final do semestre, na última semana do processo legislativo, com todos os problemas que já temos e o desafio imenso do Congresso em apurar os episódios que estão aí.

Esta é a ponderação que faço, mais uma vez, é a minha recomendação a esta Casa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, apenas para colaborar com...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, citado que fui, peço a palavra com base no art. 14 do Regimento da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e já darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, solicito que leia os nomes do PMDB que foram substituídos para que possa convocá-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento de substituição de nomes do PMDB ainda será lido.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, com a permissão do Senador Arthur Virgílio, apenas para colaborar com esse discurso republicano do nosso Líder do PT, a sugestão é se fazer a fusão da CPI dos Correios com a CPI do Mensalão. Já sabemos que elas são siamesas. Economizaríamos tempo e avançaríamos com mais rapidez. É só uma questão de boa vontade. Tenho a impressão de que o caminho mais lógico, Senadores Arthur Virgílio e Aloizio Mercadante, é a fusão das duas. Teríamos uma CPI com o mesmo objetivo e o mesmo fim, até porque os fatos estão conectados. A Nação toda sabe disso.

É uma sugestão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Vou conceder a palavra...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas por ter sido citado. Serei muito breve.

Primeiro, do ponto de vista constitucional e regimental, não tem nenhum sentido. A CPI dos Correios está em andamento, ela tem um fato determinado, um foco e uma investigação traçada. Vou repetir o meu argumento: problema de decoro parlamentar de Deputado deve ser feito no âmbito da Câmara dos Deputados e não deve ser feito pelo Senado Federal.

Por último, só quero esclarecer, particularmente ao Senador Tasso Jereissati, que a indicação do PMDB foi feita no mês de maio, em 22 de maio. Por isso, não só não fui consultado como fiquei sabendo que é uma indicação muito antiga, que não foi feita agora, e eu não tenho qualquer incidência. Porque, como meu nome foi mencionado...

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Estou parabenizando, porque eu vejo Senadores...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – ... só estou ponderando que não foi feita agora e que eu não fui consultado nem naquela ocasião nem em nenhuma oportunidade sobre os critérios do PMDB. Só estou esclarecendo a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, porque fui citado, eu gostaria apenas de esclarecer que estou elogiando porque estranhei enormemente a ausência, na CPI dos Correios, de Senadores desse porte, com a atuação que têm, principalmente do Senador Pedro Simon, que é uma lenda e um homem que se destaca em todas as CPIs. Estranhei profundamente. E agora, na CPI da Privatização, em que S. Ex<sup>a</sup> era excluído, ele está colocado, como também, do PT, o Senador Eduardo Suplicy, que não aparece em nenhuma dessas outras CPIs, de repente aparece nesta. Acho que este é um momento importante, pois vemos essas figuras importantes sendo colocadas no seu devido lugar e tendo o seu devido respeito. Pena que isso não tenha sido reconhecido antes, mas é sempre bom que haja o reconhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de mais nada, chamo a atenção para o fato de que nesta CPMI o Bloco da Minoria, PLF e PSDB, indica quatro Senadores e o PMDB indica três Senadores. Creio que está espancada a dúvida a respeito de quem deveria ter a direção da CPMI dos Correios e Telégrafos. Quatro é maior do que três e lá cinco deveria ter sido considerado maior do que quatro – e até vai indo muito bem o Senador Delcídio Amaral –, mas insistimos que houve uma manobra transformando, ficticiamente, minoria em maioria. Aqui está.

Quero ver agora qual é a mágica — para mim pode colocar Relator, não faço a menor questão —, mas queria ver se teria uma mágica absoluta em impedirem que se tivesse aqui uma posição de direção. Quis apenas repor a questão da matemática.

Mas, Sr. Presidente, quero me regozijar. Apresentei este requerimento porque havia um certo clima, à época, do tipo “se insistirem nessa, faremos aquela”. Então façam aquela e aquela é esta, das privatizações. Está aqui.

Na Câmara está saindo uma e me questiono: será que vale a pena esperarmos pela da Câmara? Por que não fazemos aqui a do Senado, de uma vez por todas, que foi decisão da nossa Bancada, reunida no nosso almoço semanal? Por que não fazemos, então, a do Senado?

Mas fico feliz por algumas coisas. A Senadora Heloísa Helena está de volta às CPIs.

E digo a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena, o que já havia dito na reunião com o Presidente Renan Calheiros, quando V. Ex<sup>a</sup> era substituída pelo Senador Geraldo Mesquita, que, se a questão fosse o seu Partido ter registro definitivo ou não, se fosse o motivo para impedi-la de participar de uma CPI, pelo que V. Ex<sup>a</sup> representa para opinião pública, eu disse ao Senador Geraldo Mesquita que o PSDB cederia uma das suas vagas para V. Ex<sup>a</sup> ou para ele e, mais ainda, com a altivez de quem já fez isso e nunca se aproximou do P-SOL para pedir voto em comissões em que o seu Partido se utiliza de uma das vagas que poderia ter cabido a algum Senador do PSDB.

O Senador Pedro Simon não foi considerado útil – não quero entrar na economia interna do PMDB – para investigar o Governo Lula e os Correios e Telégrafos. S. Ex<sup>a</sup> certamente colocará todo o seu talento na investigação sobre os fatos da privatização. Fico feliz de ver o Senador Pedro Simon reintegrado ao esforço para que se chegue a verdades positivas nesta Casa.

Senador Eduardo Suplicy, a quem não me atrevi a oferecer uma das vagas para que defendesse o Governo Lula na CPI dos Correios, não está mais marginalizado. O Senador Suplicy já pode voltar a integrar CPIs. Graças a Deus, não há nenhuma proibição limitando, cassando, castrando o mandato do Senador Eduardo Suplicy.

Temos absoluta convicção de que faremos um grande debate. Vamos ser bem francos.

Vou até dizer, Senadora Heloísa Helena, que considero impossível que, com tanto dinheiro em voga, não tenha havido alguém que se tenha locupletado. Resta saber se sim ou se não. Mas caso de Polícia, vamos tratar como caso de Polícia, da maneira mais clara.

Vamos também, nessa comissão parlamentar de inquérito – por isso insisti tanto na presença do Senador Tourinho, junto ao Líder José Agripino, e insisti tanto na presença do Senador Tasso Jereissati, pela qualidade de ambos –, discutir visões de mundo. Vamos discutir se foi melhor ou não para a economia brasileira. Vamos discutir se foi melhor ou não para a competitividade sistêmica da nossa economia. Vamos discutir ou não se isso tem ou não relação com a virada da balança comercial brasileira. E, se quiser voltar para o capítulo ético, não sei o que estaria sendo hoje dessa crise faminta e pantagruélica que toma conta do tecido da sociedade brasileira se houvesse mais Telebras, mais estatais para os Partidos fazerem esse loteamento torpe e sórdido que foi agora revelado à Nação.

Portanto, não consigo imaginar um mistério; não consigo imaginar nada de mais; não consigo imaginar



um motivo para se ter sentimento negativo em relação a uma comissão parlamentar de inquérito que haverá de pôr à prova quem tem ou não visão aberta, moderna, inteligente e lúcida sobre os caminhos da economia brasileira.

Para mim, tem que haver mais privatizações. Quero privatizar o IRB antes que continuem a assaltá-lo, como estão fazendo. Quero quebrar o monopólio e privatizar o IRB. Tem que haver mais privatizações, Senador Antonio Carlos Magalhães. É preciso retomar aquele trabalho interrompido por um Governo que fica meio hermafrodita: não sabe se estatiza; não sabe se privatiza. Essa coluna-do-meio cívica não faz bem à saúde política, à credibilidade deste Governo.

Portanto, para mim, não há nada de mais, Sr. Presidente. Não há nada de mais. Para mim, há um fato corriqueiro. Alguém diz: “Puxa, o Simon não podia estar naquela, podia estar nesta”! Ao contrário, para mim, é motivo de felicidade. O Senador Pedro Simon podia estar nas duas. Ou alguém pensa que o Senador Pedro Simon seria um torquemada contra Lula ou contra seu Governo na CPI dos Correios? Quem não sabe da integridade do Senador Pedro Simon? Quem não sabe da pureza de alma do Senador Eduardo Suplicy? Ou alguém acha que o Senador Eduardo Suplicy seria um bate-pau, seria um pau-mandado de alguém na Comissão dos Correios? Quem não sabe que o Senador Eduardo Suplicy haveria de ter isenção, haveria de saber investigar? Quem não sabe da posição da Senadora Heloísa Helena?

Volto a dizer, Senadora Heloísa Helena, que V. Ex<sup>a</sup> me conhece um pouco. Sei que V. Ex<sup>a</sup> pensa completamente diferente de mim quanto à visão de mundo. Há vaga para V. Ex<sup>a</sup> se por ventura, por qualquer razão, V. Ex<sup>a</sup> não puder, com o seu Partido, integrar essa CPI, ou para o Senador Geraldo Mesquita na comissão das privatizações. V. Ex<sup>a</sup>, lá, pode contrariar a minha palavra, contrariar a palavra dos meus companheiros, contrariar a nossa visão de mundo. Se V. Ex<sup>a</sup> descobrir algum fato delituoso, gostaria de partilhá-lo com V. Ex<sup>a</sup>, gostaria de denunciá-lo junto com V. Ex<sup>a</sup>, gostaria de fazer com que a Nação repudiasse aquele fato delituoso ao lado de V. Ex<sup>a</sup>.

Ou seja, é preciso percebemos que não tem cabimento pensarmos em País diferente fazendo uma política tão velha.

Imagino, Sr. Presidente, que vamos dar uma grande demonstração de capacidade, com um Senado lúcido e, como sempre, vigilante em relação a essas coisas da corrupção.

No mais, as advertências que tinha que ter feito, já fiz todas.

Estão me falando da tal CPI de Santo André. Suponho que deveríamos esperar esta leva para retomar. Há coisas insepultas, há coisas tão esquisitas, há certos tabus. Alguns cultivam tabus. Eu não cultivo tabus; o meu Partido não cultivava tabus. O meu Partido quer ver qual é a verdade a que chegará o Senado da República; o meu Partido acredita que aquele caminho foi o melhor e o único que poderia ter sido trilhado pela economia brasileira àquela altura.

Quem pensa o contrário, eu respeito; quem pensa o contrário, eu acato; quem pensa o contrário que venha com argumentos terçar as armas do convencimento contra nós na comissão parlamentar de inquérito. Quem por ventura entender de apontar algo delituoso não se julgue o dono absoluto da virtude, porque estaremos lá para partilhar a boa virtude de investigar a favor da lisura, para que nunca mais se repitam no futuro eventos que podem ter ocorrido no passado.

Ou seja, que fato bom! Quero olhar, Sr. Presidente, o lado positivo, quero olhar o lado bonito, quero olhar o lado do Senado maduro. Por que tanta paúra?

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)**  
– Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PDSB – AM)** – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com muita alegria.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)**  
– Senador Arthur Virgílio, apenas quero dizer que isso é uma tática para não haver a CPI do Bingo e diminuir o ímpeto dos Correios. Façam CPI à vontade. Inclusive, poderíamos convocar o Congresso para o mês de julho, a fim de que todo mundo soubesse das CPIs. Isso é uma jogada.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Sem dúvida, Senador Antonio Carlos Magalhães, temos que dar um salto de qualidade.

O salto de qualidade é: vamos nos referir ao famoso cartão SUS. Por que não também? Alguém pode estar indignado com o que possa ter havido de corrupção se por ventura houve no processo de privatizações, Senador Tasso Jereissati? Se alguém está indignado não precisa esperar a instalação de CPI para exigir a investigação cabal e as conclusões totais a respeito desse caso. Se alguém não está indignado, isso aqui não é futebol, não é pingue-pongue, não é basquetebol, para se fazer jogo tático, não beisebol – você fica na frente e eu fico atrás; eu pego a bola e depois passo para você.

Isso aqui não é jogo, Senador Eduardo Suplicy, de troca-troca. Isso aqui é para definirmos se temos ou não capacidade de revelar cidadãos indignados que vão atrás de suas convicções, haja o que houver,

custe o que custar e doa a quem doer. Não àquela indignação ocasional.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA)

– Permite-me V. Ex<sup>a</sup> mais um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com muita honra.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA)

– Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio, que o PT está no Governo e está sofrendo esses processos. Reaja, mostre o que houve na privatização! Venha para a tribuna discutir o que houve na privatização. Por que ficaram calados esse tempo todo? São cúmplices? É isso que está demonstrando com essa posição agora.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Vamos, Senador Antonio Carlos Magalhães, sem prejuízo da investigação.

Hoje, o Senador Tasso Jereissati falou algo que foi absolutamente oportuno sobre o cartão SUS. Não preciso ser o Montenegro do Ibope para imaginar que as pessoas estão muito mais interessadas no cartão SUS do que no “mensalão” que este Governo instituiu. Não acredito. Mas deve estar todo mundo preocupado com “mensalão”, disse o Senador Jereissati. Claro que estou ironizando.

A Senadora Heloísa Helena me chamava a atenção dizendo que às vezes elogiamos alguém por ironia, e pode ser que pessoas muito puras de alma e pouco afeitas a esse jogo da esgrima parlamentar entendam que aquela ironia é elogio mesmo. Então, vamos ser bem claros: trata-se de ironia clara e da grossa, ironia enorme, forte, ironia funda, ironia que não sei se é fina.

Só fico indignado se... Não existe essa de “indignado se”, mas de “indignado quando”, “indignado porque”, “indignado com razões fortes”.

Concedo, com muita alegria, o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, que é recomposto na inteireza do seu mandato parlamentar, que estava castrado, pois parece que V. Ex<sup>a</sup> não era visto como alguém que pudesse participar de uma CPI. Já pode. Que bom!

Vamos revirar do avesso as privatizações, os fundos de pensão, o que possa haver de equivocado. Vamos ver o que deu certo, o que deu errado. V. Ex<sup>a</sup> é um economista. V. Ex<sup>a</sup> não é outra coisa a não ser um grande economista e um grande Parlamentar. Estamos aqui saudando V. Ex<sup>a</sup>, com todo o respeito que V. Ex<sup>a</sup> merece de todos os colegas.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Agradeço a oportunidade, Senador Arthur Virgílio, mas, tendo em vista as observações feitas pelo Senador Tasso Jereissati e por V. Ex<sup>a</sup>, eu me sinto, Sr Presidente, na

responsabilidade de pedir, pelo art. 14, daqui a instantes, a palavra para uma explicação pessoal. Do contrário, seria muito longo no aparte. Gostaria de informar, Senador Arthur Virgílio, que já participo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra. Portanto, já tenho, além das responsabilidades...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Só não deixaram V. Ex<sup>a</sup> participar da dos Correios. Eu acompanhei bem o caso.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Mas informo a V. Ex<sup>a</sup> que transmiti ao Líder, Senador Delcídio Amaral, que, no caso de haver a CPMI do Mensalão – é claro que ainda depende de decisão da Câmara dos Deputados se haverá apenas a CPI da Câmara dos Deputados sobre o tal “mensalão” ou se será mista –, eu me interessei em fazer parte dela. O Senador Delcídio Amaral disse que, em havendo a comissão, serei indicado. Obviamente, sinto-me no dever de atender às responsabilidades que me são atribuídas, cooperando com o Partido dos Trabalhadores e com tudo o que considero o melhor para ajudar o Governo do Presidente Lula. E vou pedir a atenção, já que V. Ex<sup>a</sup> me citou por pelo menos seis ou oito vezes, pois usarei da palavra em seguida, conforme estabelece o art. 14.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Arthur Virgílio?

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer, Senador Heráclito Fortes; em seguida, os Senadores Edison Lobão e Sérgio Guerra.

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, peço permissão a V. Ex<sup>a</sup> para fazer um esclarecimento. A imprensa, no fim de semana, divulgou que o Senador Eduardo Suplicy foi perdoado, foi consagrado no Teatro Opinião, em São Paulo. Todos aqueles companheiros que participaram de uma tentativa de execução da imagem de S. Ex<sup>a</sup>, pelo fato de ter assinado a CPMI dos Correios...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Teatro Oficina, perdão.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Teatro Oficina. De ter assinado a CPMI dos Correios...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, no Teatro Oficina, o PT mudou de opinião sobre o Senador Eduardo Suplicy?

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Exatamente. Todos o homenagearam: os candidatos a Governador

e todos os presentes, inclusive o Senador Aloizio Mercadante. Faltou apenas o Deputado José Dirceu, que lançou candidatura em seu retorno.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ele não foi lá?

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Não foi ao Teatro Oficina. Porém, essa é uma rixa antiga, que eles próprios resolverão. Ou eles reconsideravam a posição que adotaram com o Senador Eduardo Suplicy ou cairiam na lama da opinião pública paulista, porque perceberam que o Senador Eduardo Suplicy estava realmente com a razão. O que o PT defende hoje não é o que o PT defendia antes em praça pública. E a única maneira foi essa festa consagradora em homenagem ao Senador Eduardo Suplicy. Fique tranquilo porque, até que outra crise apareça, S. Ex<sup>a</sup> volta a ser a estrela, volta a ser pessoa querida no seio dos petistas.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo o aparte ao Senador Edison Lobão, por favor.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Arthur Virgílio, estou convencido de que a CPI do BNDES terá o mérito de revelar o acerto das privatizações. O Brasil não é mais uma nação artesanal. É um grande país, uma grande economia. O mundo inteiro, civilizado, fez privatizações. A Inglaterra – a Grã-Bretanha – privatizou tudo o que tinha. A Rússia procede assim, a China, a Itália, todos os países. A privatização foi feita mediante uma licitação internacional às claras, da qual todos os interessados participaram. Não tenho dúvida, primeiramente, do acerto; segundo, de que essa CPI contribuirá apenas para revelar o que aconteceu de bom para o Brasil em virtude das privatizações. Não sei o que seria da economia do País se não houvessem sido agregados esses valores resultantes da privatização. Não sei onde estaríamos hoje.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Tenho a impressão de que, com mais alguns cargos preenchidos daquele jeito, a vaca estaria indo para o brejo. É a impressão que me passa, para usarmos uma linguagem de pecuária e de compra de boi, que está na moda ultimamente. Ou o boi estaria indo para o brejo, Sr. Presidente, porque, quando se fala em compra, fala-se em boi. Embora o ditado diga “vaca”, geralmente compra-se boi. Estou tentando apenas entrar na moda, quero me enturmar, até essa distância.

Mas, Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento. E agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela generosidade, chamando a atenção para o fato de que devemos trabalhar com base na mais absoluta normalidade. Toda aquela discussão sobre quem deveria presidir ou relatar a CPMI

foi meramente política. Apontamos os dados, Senador Cristovam Buarque, e não vamos, pura e simplesmente, tergiversar diante da verdade.

Apresentamos os dados da CPMI do Banestado. O Presidente foi o Senador Antero Paes de Barros, e o Deputado do PT de São Paulo, o Relator. A CPMI da Terra, em um acordo dos blocos majoritários, teve o Senador Alvaro Dias, do Bloco PSDB/PFL, como Presidente e, como Relator, o ilustre Deputado do PT de Pernambuco. De repente, quando chega aquela que investigaria o Governo Lula, o Governo que aí está, começou uma discussão sobre quem era a maioria, sobre como devia ser, como não devia ser.

Recomendei à minha mulher que retirasse minha filhinha de dez anos da frente da televisão, porque ela estava desaprendendo matemática. Eu disse: “Tire a Carol, porque, depois de um esforço danado, colégio caro, de repente, vão dizer a ela que quatro é mais do que cinco. Não vou permitir que deseduquem minha filhota”. Portanto, recomendei: “Nada de cena muito pesada. Tire a menina da sala. Ela tem só dez aninhos” quando veio essa história da matemática errada.

Agora, novamente, temos quatro do Bloco da Minoria e três do PMDB. Tenho a impressão de que, se medirmos a qualidade, vamos empatar, porque são todos os sete – seis, tirando a minha figura – pessoas de enorme valia pública. Ocorre um empate, se procurarmos por qualidade aqui. Se procurarmos por número, digo à minha filha, que está me ouvindo: “Minha filha, por favor, quatro é mais do que três, cinco é mais do que quatro. Carol, não acredite no resto. Esse pessoal não está querendo que você passe de ano. Carol, querida, o pessoal não quer que você passe de ano, minha filha! E você precisa de matemática para ter um raciocínio lógico, para ter um raciocínio limpo”.

Enfim, deveria hoje o Senador César Borges ser o Presidente ou o Relator daquela CPMI. É um fato, ou seja, o tempo...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, dentro da lógica, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> colaborasse: a apuração vai começar de 2004 para trás ou de trás para 2004? Porque, em 2004, existe uma transação envolvendo a Embratel e a Telmex, para a qual o Deputado Roberto Jefferson chama a atenção da sociedade no **Jornal do Brasil** de domingo. E S. Ex<sup>a</sup> não está errando nos prognósticos dele. Portanto, Sr. Presidente, dentro da cronologia, temos que apurar os mais recentes. Creio que a operação da Telmex deve ser apurada, e o Deputado Roberto Jefferson deve ser ouvido sobre o que sabe a respeito da compra, que foi comemorada com a presença da Embaixadora do México, em uma festa na casa de uma antiga militante do PT, em Brasília.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Encerro, Sr. Presidente, agradecendo ao Senador Heráclito Fortes e dizendo que é tão grave esse quadro que vivemos que será impossível, Senador Eduardo Azeredo, não discutirmos mensalão na CPI das Privatizações! Claro! Se, privatizando, não há mensalão, e, não privatizando, houve mensalão, como não vamos discutir IRB? Como não vamos discutir o episódio dos Correios? Como não vamos discutir o que teria sido? Ou seja, para mim, se é de antes para trás, de trás para diante, pouco se me dá. O importante é termos um roteiro correto e concreto, é termos dessa vez o reconhecimento da boa matemática, é colocarmos esta e as demais Comissões Parlamentares de Inquérito para trabalhar e cumprir com o seu papel. E vamos investigar e passar a limpo todos esses episódios, para que o Brasil se torne uma nação cada vez mais afeita à sinceridade e cada vez menos casada com gestos inúteis, nesta sociedade exigente de hoje, de hipocrisia política.

Era exatamente o que tinha a dizer, por enquanto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, por ter sido citado pelo art. 14.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio.

Darei já a palavra a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> foi citado, mas foi muito bem citado.

Vou dar a palavra ao Senador Efraim, ao Senador Sérgio Guerra e à Senadora Heloísa Helena e, depois, ouviremos V. Ex<sup>a</sup>, com muita satisfação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria, mais uma vez, dizer que tenho tido muita preocupação com o agravamento dos fatos e tenho procurado conduzir esta Casa com absoluta isenção e serenidade.

Mais do que nunca, pensando no País, pensando na economia, pensando nas instituições, é fundamental que conversemos. Esta Casa sempre deu demonstração de bom senso, de maturidade, e, mais do que nunca, precisamos demonstrar isso ao Brasil.

Eu me coloco inteiramente à disposição, independentemente de qualquer conotação política ou partidária, mas fazendo valer esses valores, para que possamos conversar.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, Senador Efraim.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela forma como vem conduzindo os trabalhos desta Casa, as CPIs do Congresso. V. Ex<sup>a</sup> merece o nosso respeito e o nosso apoio.

Pedi a palavra pela ordem para comunicar um fato ao País. Aconteceu no meu Estado, a Paraíba, e se encontra em vários *sites* no meu Estado, inicialmente no Paraíba *on line*. Vejam V. Ex<sup>as</sup> aonde chegamos.

Esta é a manchete do Paraíba *on line* sobre a ex-prefeita de Campina Grande, Cozete, do PT :

Familiares e auxiliares de ex-prefeita eram contemplados com o mensalão.

A pessoa responsável pelo recebimento de ‘vales’ [lá não é mensalão, é vale] na Secretaria de Finanças de Campina Grande, na gestão da ex-prefeita Cozete Barbosa (PT), revelou em depoimento ao Promotor Herbert Targino os beneficiários dessas retiradas.

Prestem bem atenção V. Ex<sup>as</sup> e o Brasil:

O servidor afirmou que “sempre fazia ‘vales’ na tesouraria” e entregava os numerários às seguintes pessoas: Francisca Carvalho (ex-secretária de Assuntos Jurídicos), Josenilta Dantas (Josy, secretária particular da ex-prefeita), ‘Seu Sena’ (pai de Cozete), Socorro Ramalho (ex-chefe de gabinete da PMCG e presidente municipal do PT), Francisco Avelino ‘Didi’ (irmão da Cozete), Ana Lígia Barbosa (irmã de Cozete).

O servidor também mencionou repasses para Paulo de Tarso Medeiros (ex-secretário, ex-presidente do Instituto de Previdência de Campina Grande e atual vereador), Conceição Trindade, uma das dirigentes do PT de Campina Grande – para pagamentos da casa da prefeita –, Edilza Vidal (ex-coordenadora política do gabinete da prefeita) e Jack (filho de Cozete).

Todos com direito a vales ou mensalão, como seja.

O pior, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é outra denúncia feita ao Ministério Público, com provas, que diz que a ex-prefeita do PT fez campanha com dinheiro público, pagando à produtora. E sabe quem aparece como beneficiário? Adivinhem. Duda Mendonça. Está aqui. Vou ler: “Aleni (que é o nome da figura) disse ainda que entregou em mãos à presidente do Partido dos Trabalhadores em Campina Grande, Socorro Ramalho, a importância de R\$100 mil, dinheiro que seria entregue a Duda Mendonça. A ex-secretária de finanças prometeu dar depoimento ao Ministério Público...” Era a tesoureira da Prefeitura.

Eu queria fazer essa denúncia ao País porque, lamentavelmente, atinge as finanças do segundo Município mais importante do meu Estado, Campina Grande, uma cidade que todos conhecem pelo trabalho, pelo povo trabalhador, hospitaleiro, que está aí ago-



ra fazendo o maior São João do mundo. E o que nos aparece é o PT, que, parece-me, a partir do Sr. Delúbio, do Sr. Sílvio e outros mais, espalhou essa história por todo o Brasil.

Lamentavelmente é mais um fato que, com certeza, vai mostrar ao Brasil que temos muito que apurar com o mensalão. Daí, sinceramente, dizer que, se fizer na Câmara dos Deputados a tal da CPI dos salários ou da compra de voto, é medo mesmo do PT, porque sabemos da força da CPI Mista.

Então, Sr. Presidente, vou torcer para que, amanhã, V. Ex<sup>a</sup> possa anunciar uma Comissão Mista do mensalão, principalmente agora em que os companheiros do PT que não estavam no mensalão apareceram lá na Prefeitura de Campina Grande: vereadores do PT, presidente do PT, ex-prefeita do PT, dentro exatamente do seu mandato.

Era isso que queria comunicar a V. Ex<sup>a</sup> e às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores e ao Brasil, pois, lamentavelmente, ocorre isso lá no meu Estado, a Paraíba.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, penso que vivemos um momento de insensatez exacerbada. No Senado, por várias razões, mais do que na Câmara, estão concentradas as maiores responsabilidades. A primeira grande responsabilidade neste instante é a de esclarecer o povo brasileiro. Há uma maré de acusações, umas graves, outras nem tanto, e a sociedade, de maneira geral, assume uma enorme irritação.

Eu estava, há pouco mais de duas horas – estiveram lá também os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino, Lúcia Vânia, Osmar Dias –, numa reunião com produtores rurais. O Senador José Agripino e o Senador Arthur Virgílio fizeram alguns comentários claramente políticos sobre esta crise. Houve uma verdadeira exacerbação emocional quando essa questão foi colocada. As ruas estão olhando atentas e precisam ter respostas seguras. Eu não estou satisfeito com o que está acontecendo nem, de maneira nenhuma, otimista.

Uma palavra sobre essa chamada CPI das Privatizações. Eu não saberia dizer se ela caberia antes ou se não caberia. Mas tenho certeza de que ela não cabe agora, porque carrega atraso alfandegário. É claramente uma resposta a uma outra CPI, como se o Brasil, a sociedade inteira tivesse de se submeter a esse cenário de respostas precárias, que nos comprometem ao invés de nos engrandecer.

Preocupa-me o andamento da chamada CPI dos Correios. Vamos ser sinceros: não pode ser contida e

não deve ser limitada. É evidente que o que se deu nos Correios é parte de um processo. Ouvimos, hoje, alguns arapongas lá. Sinceramente, passei por lá e não fiquei. Não acho que é o centro do problema saber se uma fita gravada sobre alguém, funcionário de quarta qualidade, representa exatamente o conteúdo do que temos de investigar.

Amanhã teremos o depoimento de quatro diretores. Há denúncias de que 10, 15, 20 contratos na área dos Correios são suspeitos, têm aparente irregularidade. Até agora, nenhum Senador da Comissão Parlamentar de Inquérito teve acesso a esses contratos. O Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto explicou a questão com todas as letras. Seria imprudente – não para nós da Oposição, que poderíamos até fazer uma festa política, mas dessas que não se concluem – ouvir amanhã esses quatro diretores se não tivermos acesso a nenhum dos contratos que devem ser investigados. Os diretores têm informações, detalhes de sua gestão. Nós vamos chegar lá sem detalhes, sem informação alguma. Ponderei nesse sentido da forma mais equilibrada possível. Outros Parlamentares o fizeram, mas nossas ponderações não foram acolhidas.

Sobre o “mensalão”. É claro que é conveniente que esse episódio seja tratado na Câmara. Não é uma boa atitude Senadores fiscalizarem Deputados. Mas quero dizer que não é nada absurdo que Senadores fiscalizem Deputados, nem que Deputados fiscalizem Senadores. Em uma CPI como a dos Anões do Orçamento, Senadores foram investigados por Deputados, Deputados foram investigados por Senadores. Houve imensa comoção. Foram apuradas as responsabilidades, e a CPI chegou a bom termo. Não podemos deixar de falar a verdade agora. Não podemos tentar encobrir com um lençol um corpo que a sociedade já percebe estar contaminado. Se o Congresso cumprir o seu papel, salvaremos as instituições e a democracia; se não cumprir, estarão ameaçadas no seu núcleo, na sua confiança essencial.

Vejo com preocupação essa maré de precariedade. Penso que o Presidente do Senado tem imensa responsabilidade agora. Lideranças como a do meu Partido, a do Senador Arthur Virgílio não têm sido suficientemente compreendidas, S. Ex<sup>a</sup> não tem tido colaboração no seu projeto, que é semelhante ou igual a esse que defendo, não tem tido compreensão no plural. Meu Partido e a Oposição de uma maneira geral não pretendem, não são golpistas, nem por formação nem por ação. Agora, não adianta querer fazer manobras para reduzir CPIs, para tumultuar processos que não podem ser tumultuados, porque vamos pagar, no plural, altos preços por isso. Sinto que é preciso uma interferência, uma intervenção para que não continue-

mos na marcha da insensatez e, sim, num programa para chegarmos a conclusões no mais breve espaço de tempo possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senadora Heloísa Helena

**A SRA HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sabe o Senador Arthur Virgílio o carinho que tenho por ele, pela Goretti, pela esposa dele; a prova disso é que até lhe confio o meu filho. Então, é porque realmente tenho muito carinho. Mas sabe ele também exatamente o que penso do Governo Fernando Henrique; sabe exatamente o que penso do Governo Fernando Henrique. Passei quatro anos nesta Casa ora como Senadora, ora como Líder do PT no Senado, ora como Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique e posso até ser convencida do contrário por uma CPI, mas hoje não tenho dúvida de que existem, que foram patrocinados crimes contra a Administração Pública, tráfico de influência, intermediação de interesse privados, exploração de prestígio no Governo Fernando Henrique, no processo de privatização. Pode uma CPI me mostrar exatamente o contrário, mas acho que aconteceu.

Espero ter a oportunidade de participar da CPI como suplente do Senador Jefferson Péres. Claro que é estranhíssimo que agora eu possa participar porque sei o que foi tentado para me tirar da CPI dos Correios, mas vou falar como professorinha sertaneja simplória para que as pessoas possam entender, de fato, o que está acontecendo. Não gosto da sofisticação quando ela se assemelha à arte do cinismo e da dissimulação, como o Cardeal Mazarin dizia que era o mundo da política. O que está acontecendo aqui claramente é um jogo sórdido de chantagem explícita. Como se instalou a CPI dos Bingos e, portanto, toca no Sr. Waldomiro, na estrutura de lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico e nos tapetes do Palácio do Planalto, imediatamente se responde, de forma revanchista, chantagista e sórdida, com a CPI das Privatizações.

Apenas para deixar absolutamente claro: sempre que eu tiver possibilidade de participar, vou participar, cumprindo minha obrigação constitucional com zelo e honestidade, com a minha própria consciência, as minhas convicções ideológicas, a minha visão de mundo. Agora me sinto na obrigação de dizer sem sofisticação, sem marola, sem manobras nas palavras: o que existe é claramente um jogo sórdido de chantagem explícita porque se apoiou e vão investigar os bingos. Então imediatamente responde-se com a privatização.

Espero que o povo brasileiro possa ver todas as comissões parlamentares de inquérito funcionando. É

bom deixar absolutamente claro: a CPI dos Correios, que era o mecanismo fraudulento para que empresários ganhassem licitações fraudadas para assim ter dinheiro para pagar o “mensalão”, ela vai ter que ser tratada com as duas formas ao mesmo tempo, não tenho dúvida disso, infelizmente, para tristeza profunda minha, mas vão acabar sendo discutidas as duas coisas na CPI dos Correios. Fraudava-se licitação, a licitação fraudada era vitoriosa para o empresário que, por sua vez, compensava a licitação fraudada, entregando dinheiro para depois ser distribuído, numa verdadeira guerra de gangues partidárias entre os que estão parasitando a máquina pública.

Vou estar atuando com a mais absoluta serenidade, tratando dos procedimentos investigatórios, como é minha obrigação constitucional, e com obrigação com a minha própria consciência. Mas não posso deixar de dizer isso até porque são três anos de cobrança aqui e um ano em que eu cobrava quando eu era da Executiva do PT que tudo aquilo que dizíamos, que inclusive se apresentou no programa de Governo, quando estava sendo construído, com a participação extremamente especial do Celso Daniel, em que nós dizíamos exatamente isso, que ia investigar, que ia auditar, que ia fazer isso ou aquilo outro. Depois de três anos de Governo não se fez nada, acobertou-se, prevaricou-se; e agora, como uma forma sórdida, faz-se esse jogo de chantagem. Então, espero que se possa investigar tudo: Fernando Henrique, Lula, qualquer um de nós, que se possa investigar tudo porque o povo brasileiro já está muito cansado de tanto cinismo e tanta dissimulação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas, motivado pela intervenção do Senador Sérgio Guerra, de voltar a expressar o meu ponto de vista e recolocar algumas questões em seus devidos lugares.

Primeiro, quero lembrar que esta CPI não foi apresentada pela base do Governo. Segundo, quanto às indicações, nós não apresentamos os nomes porque não achávamos oportuna a realização de nenhuma das duas, nem a dos Bingos, nem a das Privatizações. Considerávamos inoportuno tratar dessa matéria neste momento.

No caso específico do Sr. Waldomiro, quero lembrar que foram feitas duas CPIs, os três ex-Presidentes da Loterj foram enquadrados em vinte artigos do

Código Penal, inclusive o Sr. Waldomiro Diniz. Houve quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, houve inquérito na Polícia Federal. Tudo o que se podia fazer foi feito, e agora o processo dele está na Justiça. Cabe à Justiça tomar as providências finais.

Em relação aos Bingos, temos um projeto tramitando na CCJ. Inclusive o Senador Antonio Carlos Magalhães nomeou relator, e eu disse que a minha posição continua sendo contrária aos bingos. Penso que temos que tomar uma providência radical em relação a essa matéria. E é uma matéria que o Senado Federal seguramente vai pautar e discutir. Por tudo isso, sobretudo pela intervenção, eu diria, bastante responsável e lúcida do Senador Sérgio Guerra, eu gostaria de concluir a minha reflexão, propondo que o Presidente da Casa chame as Lideranças da Casa para que avaliemos o momento e estabeleçamos um cronograma de trabalho para o Senado, que vejamos de fato como deveremos realizar esse trabalho de investigação e de apuração.

É evidente que tenho uma profunda discordância tanto do prejulgamento, da condenação precipitada, desse clima de denunciismo que estamos vivendo. E acho que tudo tem que ser avaliado, investigado, pessoas que tiverem praticado qualquer tipo de ilícito, seja quem for. Ter carteirinha do PT não é passaporte para a impunidade de quem quer que seja. Temos o Estado de Direito, temos exigências legais que serão cumpridas e definidas pelo Partido e pelas instituições republicanas para quem quer que seja. Isso vale para o nosso e para os demais Partidos.

Então, a CPI dos Correios vai investigar tudo, apurar tudo, e punir quem tiver praticado qualquer ato de corrupção. Da mesma forma, a CPI da compra de votos, tenho certeza, vai a fundo, inclusive subsidiada pela Corregedoria e pelo Conselho de Ética da Câmara, que já estão investigando com transparência, chamando as testemunhas e apurando esses episódios.

Por tudo isso, são essas as duas questões fundamentais sobre as quais o Brasil aguarda resposta neste momento. Há matérias muito importantes para o País que devem ser encaminhadas no Poder Legislativo. Veja que com o funcionamento de uma única CPI não houve reunião na Comissão de Assuntos Econômicos pela segunda semana seguida, como não houve também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na semana passada. Da mesma forma, teremos dificuldades na CCJ amanhã, porque a CPI vai funcionar no mesmo horário.

Pergunto aos Senadores que conhecem esta Casa: como é possível estarmos em dez Comissões Permanentes com três CPIs que já estão funcionando e instalar mais duas, que vão envolver de 15 a 22 Senadores? Eu disse isso publicamente várias vezes.

No entanto, a interpretação de uma parte da imprensa é a de que se quer abafar a CPI. Abafar o quê? O Ministério Público, a Corregedoria, a Polícia Federal... Há duas CPIs funcionando e estão propondo mais uma na Câmara dos Deputados para investigar os fatos de forma completa.

Desde já adianto que se a CPI do Mensalão for mista o Senador Eduardo Suplicy estará lá. S. Ex<sup>a</sup> reivindicou a participação na CPI das privatizações, na CPI do Mensalão e já está na CPI da Terra, como outros Senadores estão em outras funções. Cada Senador, pelo art. 145, só pode participar de uma CPI. Estamos inclusive deixando de cumprir o Regimento Interno.

Antes o Senador podia ser membro de duas comissões – em uma como titular e em outra como suplente – e de uma CPI como titular. Agora, são três comissões, mas não foi revogado o capítulo das CPIs. Portanto, cada Senador só pode participar de uma comissão. Sequer estamos considerando o Regimento da Casa, que talvez seja uma regra sábia para que possamos orientar nossas atitudes.

Por tudo isso, Sr. Presidente, pondero a V. Ex<sup>a</sup>, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que aqui está, ao Senador Arthur Virgílio, Senador Eduardo Azeredo, Senador Sérgio Guerra que avaliemos amanhã a conjuntura com responsabilidade. Estamos na última semana do semestre legislativo. Vamos ponderar ao Senado, que tem sido uma Casa de equilíbrio, de moderação, se realmente devemos dar este passo que estamos dando. No meu ponto de vista, não tem racionalidade. Não deveria ser dado desta forma. Deveríamos, sim, estabelecer um calendário, concluir uma etapa, investigar os Correios e a compra de votos. Encerrado esse capítulo, instalaríamos as outras CPIs, mas não agora dessa forma que – creio – não está sendo motivada nem pela racionalidade.

Isso só está posto, porque o Supremo julgou e, ao fazê-lo, interferiu na vida do Poder Legislativo – temos de cumprir a sentença do Supremo – e obrigou o Presidente da Casa a indicar, caso as Lideranças não o fizessem. As Lideranças indicaram. Evidentemente, não iam delegar a responsabilidade ao Presidente da Casa, pois não seria correto. Contudo, o Supremo não exige que seja instalada a comissão neste momento.

Trata-se de uma decisão política do Senado. Vamos assumir a nossa responsabilidade política e conservar o caminho em que nós, durante dois anos e meio, estivemos e que não foi marcado nem pelo revanchismo, nem pelo ataque irresponsável, nem pela autofagia. Foi, sim, marcado para apurar e investigar quando há fatos determinados que precisam ser investigados com todo o rigor.

Por isso tudo, a minha sugestão é que V. Ex<sup>a</sup> marque a reunião de Líderes, que sentemos à mesa amanhã, avaliemos com cautela e responsabilidade o momento. Evidentemente, depois tomaremos uma decisão coletiva. É a ponderação que faço à Casa e ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros – PMDB-AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senado Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero agradecer a atenção do Senador Tasso Jereisatti, do Senador Arthur Virgílio e também do Senador Aloizio Mercadante, que mencionaram a minha disposição de participar das diversas CPLs que estão ocorrendo no Congresso Nacional. Eu gostaria de aproveitar essa oportunidade, já que foi citada a plenária ocorrida domingo último, no Teatro Oficina, inclusive pelo Senador Heráclito Fortes, para dizer que, de fato, perguntei às pessoas que poderiam estar avaliando, na medida em que sou Senador já no segundo mandato – estou no meio do 15º ano, serão 16 anos no ano que vem –, se o Partido dos Trabalhadores devia indicar-me novamente para um novo mandato e assim eu ser eleito em 2006.

Outro dia, o jornalista Fernando Rodrigues, Presidente Renan Calheiros, me perguntou: “Mas será que não é demais 24 anos como Senador? Será que não deveria ter alguma limitação? No México, por exemplo, sabe V. Ex<sup>a</sup> que cada Parlamentar pode exercer apenas uma vez o mandato. E há muitos ali que se candidatam a Deputado e, depois, a Senador. Há uma limitação”. Isso está no contexto do direito à reeleição. Acredito mesmo que poderíamos estar pensando muito no direito à reeleição dos Chefes do Poder Executivo e nos mandatos parlamentares, nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara dos Deputados.

Eu avalei que era importante perguntar às pessoas se deveria eu ser novamente candidato ao Senado.

Será que não seria o caso de as pessoas responderem: está na hora de você dedicar-se mais a ser professor de Economia, a escrever livros, reflexões sobre o que se passou, ou – quem sabe? – contribuir como jornalista, ou até fazer algumas coisas agradáveis? Quem sabe, ir cantar com os meus filhos – o Supla, o André e o João –, o que gosto de fazer. Imaginem se eu tivesse tempo para ensaiar com eles. Quem sabe? Talvez eu pudesse cantar melhor, e assim por diante, ou seja, fazer outras coisas na vida.

Então, eu achei mais do que justo perguntar às pessoas. E eis que eu tive uma resposta tão positiva. E é sobre isso que eu gostaria de falar. Vou aproveitar para dar a notícia, Senador Renan Calheiros.

Primeiro, quero informar que, para esse encontro, eu fiz questão de gastar o mínimo possível. Aproveitei os instrumentos que tenho, como, por exemplo, encaminhar *e-mails* a tantas pessoas. Hoje a Internet facilita muito. Pedi que fossem impressos quinze mil volantes pequenos, onde estava escrito: “Venha à plenária do Senador Suplicy”. Havia também uma pequena foto minha com o dizer: “É diferente de tudo que está aí”. Esse foi o mote da minha campanha em 1985, quando fui candidato a Prefeito e na ocasião foi eleito Jânio Quadros. Carlito Maia, Erazê Martinho e Chico Malfitani tinham colocado esse mote, que foi rememorado recentemente por mim quando um amigo meu disse que eu era um tanto estranho, mas ele próprio tinha dito que eu havia aprovado o mote “diferente de tudo que está aí” e era consistente com aquele mote.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer a cerca de 600 pessoas. Alguns que estavam na porta, das 3 horas da tarde até às 19 horas, disseram que de 500 a 600 pessoas apareceram no Teatro Oficina. Quero agradecer muito a José Celso Martinez Corrêa, e informar que fiz questão de perguntar-lhe quanto custaria se eu usasse durante quatro horas o Teatro Oficina. Ele disse que não custaria nada, mas os serviços do homem que cuida da iluminação e do som e do homem responsável pela segurança dos camarins, para que ninguém entre lá e pegue as coisas bonitas usadas na apresentação de “Os Sertões” estavam estimados em R\$900,00.

Fiz questão de pagar R\$2.000,00 para que a diferença ficasse como contribuição para a viagem que os 65 membros de **Os Sertões** que vão para a Alemanha. Foram convidados para apresentarem **A Luta**, a primeira parte de **Os Sertões** – já são quatro partes de **Os Sertões**. Um dia, quem sabe, poderão os baianos ver.



São seis horas cada uma dessas partes. Agora, são os alemães que vão assistir em setembro. Eles foram convidados especialmente para o mais importante festival de teatro da Alemanha. Eu quero muito agradecer a José Celso e a todo o seu elenco, que tiveram uma energia tão positiva para essa plenária.

Agradeço ao Presidente Nacional do PT, José Genoíno, que ali disse que sou imprescindível neste Senado Federal e que não há dúvida de que serei o candidato no ano que vem; aos três candidatos ao Governo do Estado de São Paulo pelo PT, meu colega Senador Aloizio Mercadante, Deputado João Paulo Cunha, que foi Presidente da Câmara dos Deputados, e Marta Suplicy. Os três foram muito bem recebidos e cada um expressou o quanto avaliam que eu seja importante aqui. Os candidatos a Presidente do PT, José Genoíno, Plínio de Arruda Sampaio, Walter Pomar e Marcos Sokol – Raul Pont e Maria do Rosário são do Rio Grande do Sul e não poderiam se deslocar, vieram dizer da importância de eu ser o Senador aqui por mais oito anos. Também os Deputados Federais Ivan Valente e Ricardo Zarattini, que aqui ali estiveram. Os Deputados Estaduais Simão Pedro Schioveti, Renato Simões, José Zico Prado de Andrade; os Vereadores Paulo Teixeira, Paulo Roberto Fiorillo e Chico Macena; e Soninha Francine, radialista, que serviu como mestre-de-cerimônias. Paulinho Bururu, Prefeito de Jandira, e Miro do Táxi, Vice-Prefeito; Wagner Lino, Vereador do PT. Mas também estiveram ali, Sr. Presidente, os movimentos sociais.

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, estamos concluindo a Ordem do Dia. Há um requerimento do Senador Tasso Jereissati que pretendemos votar.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vou concluir. Quero apenas dizer que foram os ambulantes do Parque Ibirapuera, os trabalhadores dos Correios, os moradores de rua, os movimentos sociais os mais diversos, o jurista Celso Antonio Bandeira de Mello, que fez um maravilhoso pronunciamento, o Professor Dalmo de Abreu Dallari, que ali chegou com os seus netos e falou coisas tão bonitas do tempo até que eu havia... Caso eu tivesse sido escolhido Prefeito ou designado Secretário de Negócios Jurídicos, ele lembrou desse episódio, e tantas pessoas, Sr. Presidente, inclusive...

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Bárbara Abramo, lembrando o meu irmão Cláudio Abramo e tantos...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, eu queria cooperar com a sua carreira política.

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Só quero dizer, Senador Mão Santa, que eu me senti com uma extraordinária energia positiva para continuar aqui debatendo com V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite? A maratona de V. Ex<sup>a</sup> tem de continuar.

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Rui Barbosa, 31 anos. Agora que V. Ex<sup>a</sup> está na metade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> não pode conceder apartes. V. Ex<sup>a</sup> está falando na forma do art. 14.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Quero dizer que estou extremamente animado para cumprir todas as funções que o PT atribuir a mim, inclusive o meu Líder, na CPI da Privatização ou na da Terra, onde já estou. Poderei colaborar na CPI dos Correios, na do Mensalão...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Na dos Correios não.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – A do Mensalão talvez exista. Se for CPI mista... Eu não posso em todas, simultânea e regimentalmente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Um passarinho me disse que não pode.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Mas eu disse que, se houver a do Mensalão, até prefiro ficar nela, porque eu considero importante cooperar para fazer aquilo que o Presidente Lula disse: espero que o Congresso Nacional possa realizar, com equilíbrio, a apuração mais completa dos fatos, mesmo que seja para “cortar a própria carne”. Quaisquer que sejam os responsáveis, há que se apurar até o fim todos os episódios para o bem do Brasil. É o que a população brasileira espera.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR.SENADOREDUAUDOSUPLICYEMSEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)*

*Para citar e aporádear  
toda a lista*

**PARLAMENTARES E AUTORIDADES DA PLENÁRIA**

- José Genoino – Presidente do PT Nacional
- Sen* - Aloizio Mercadante – Senador PT/SP e Vice-Presidente do PT Nacional
- D F* - João Paulo Cunha – Deputado Federal PT/SP, ex-presidente da Câmara dos Deputados
- Marta Suplicy – ex-Deputada Federal, ex-Prefeita de São Paulo e Vice-Presidente do PT Nacional
- D F* - Ivan Valente – Deputado Federal PT/SP
- D F* - Ricardo Zaratini – Deputado Federal PT/SP
- Simão Pedro Schioveti – Deputado Estadual PT/SP
- Renato Simões – Deputado Estadual PT/SP
- José Zico de Andrade Prado – Deputado Estadual PT/SP
- Paulo Teixeira – Vereador PT/SP
- Chico Macena  
Vereador SP* - Paulo Roberto Fiorillo – Vereador PT-SP
- Soninha Francine – Vereadora PT/SP
- Wagner Lino – Vereador PT/SP
- Paulinho Bururu – Prefeito de Jandira
- Miro do Táxi – Vice Prefeito de Jandira
- Marcio Rodrigues de Carvalho Barros – Vereador de Praia Grande
- Jilmar Tatto – ex-Deputado Federal e Candidato à presidência do PT Estadual
- Walter Pomar – Candidato à presidência do PT Nacional
- Marcos Sokol – Candidato à presidência do PT Nacional
- Plínio de Arruda Sampaio – Candidato à presidência do PT Nacional
- Prof. Dalmo de Abreu Dallari – Professor de direito e jurista
- Celso Antonio Bandeira de Mello – Professor de direito e jurista
- Nita Freire – Educadora
- Paulo Nogueira Batista – Economista e professor

*SP 422/1*  
*EM*  
*28.6.05*  
*SENADOR EDUARDO*  
*SUPlicy*

- Percival Maricatto – Presidente do PNBE
- José Celso Martinez Correa – Ator, Diretor, Dramaturgo
- Antonia Cileide Oliveira de Souza – Pres. Cooperativa dos Ambulantes do Ibirapuera
- Susana Prado – Psicanalista
- Bárbara Abramo – Fundação Perseu Abramo
- Liana Borges – Presidente da COOPERAPIC
- Betty Mindlin – Antropóloga e economista
- Ferréz – Escritor
- Gilberto Perri – Secretário de Finanças de São Carlos-SP
- Odilon Guedes – ex-mercador PT-SP
- José Xavier Cortez – Empresário, Editora Cortez
- Nazen Nascimento – Professor titular de engenharia da Unesp de Guaratinguetá
- Detentos do Rap – Conjunto de Rap de Capão Redondo
- Bezita Matarazzo Suplicy – Psicóloga e psicanalista

Superintendente  
Ação Comunitária  
Brasil do RJ

Marília Pastuk

Dr. Fio Cruz

~~Ação de~~ Comissão Mac.  
Coop. Juventude do RJ

Guissol, Godoi, Fundação

Movimentos de Moradia

Aposentados do Banco  
Trabalhadores dos Correios,

#### DEPOIMENTOS GRAVADOS PARA A PLENÁRIA

- 1- Celso Antonio Bandeira de Mello – Professor de direito e jurista
- 2- Antonio ~~Filho~~ <sup>Imari</sup> Filho – Ouvidor das policias de São Paulo
- 3- Nita Freire – Educadora
- 4- Lilia Azevedo – Grupo Solidário São Domingos
- 5- Fredy Ghedini – Presidente Sindicato dos Jornalistas de S. Paulo
- 6- Maria Tereza Augusti – Presidente Instituto Florestan Fernandes
- 7- Antonia Cileide Oliveira de Souza – Presidente da Cooperativa dos Ambulantes Ibirapuera
- 8- Paulo Paim – Senador PT/RS
- 9- Cristovão Buarque – Senador PT/DF
- 10- Heloisa Helena – Senador Psol/AL
- 11- Povo Fala (mais ou menos 20 depoimentos)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de retomar a votação, darei duas informações rapidamente. Uma delas é à Senadora Heloísa Helena e à Casa.

Quando discutimos, na última quinta-feira, sobre a possibilidade de o pessoal participar das Comissões Parlamentares de Inquérito, ficou combinado que, a partir daquela data, nós conversaríamos para decidir o que o fazer, e o que tivesse sido realizado antes deixariamos como estava, para não permitir que se substituisse um espaço já anteriormente ocupado.

Portanto, para essa Comissão Parlamentar de Inquérito, quanto à designação da Senadora Heloísa Helena, o ofício foi mandado para todos os Líderes Partidários no dia 26 de abril e a resposta à Senadora Heloísa Helena, fazendo a indicação, ocorreu no dia 04 de maio exatamente.

Respondendo ao Senador Antonio Carlos sobre a composição da CPI dos Bingos, em função das novas designações do Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna, eu gostaria de comunicar que, nos termos regimentais, o Senador Ney Suassuna encaminhou à Mesa do Senado Federal os nomes que integrarão a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, CPI dos Bingos, em substituição aos anteriormente indicados, ficando a mesma assim constituída – os nomes do PMDB, evidentemente, titulares: Senador Valdir Raupp, Senador Hélio Costa, Senador Leomar Quintanilha, Senador Garibaldi Alves. Suplentes: Senador Alberto Silva, Senador Ramez Tabet e Senador José Maranhão.

O PSDB acaba de fazer uma substituição também, datada do dia 28 de junho. Nos termos regimentais, solicita substituição do Senador Almeida Lima pelo Senador Reginaldo Duarte para integrar, como titular, a Comissão de Inquérito destinada a investigar as casas de bingo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 448, de 2005**, do Senador Tasso Jereissati, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e de Turismo, retorna à Comissão de Serviços e Infra-Estrutura, e, posteriormente, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Nezinho Alencar e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados

na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. NEZINHO ALENCAR** (Bloco/PSB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

Enquanto as atenções se voltam quase cem por cento para o descalabro de pseudos políticos, se desenrola no Hospital da Esperança, na Capital Pernambucana, um aflitivo drama de saúde de uma verdadeira e incontestada Liderança Política do nosso País.

Refiro-me ao mito vivo Miguel Arraes de Alencar. Um cearense de nascença, da cidade de Araripe, que faz história em Pernambuco, onde até então desenvolveu brilhante carreira como homem público, tendo ocupado inúmeros e importantes postos políticos, tal qual o de secretário de estado, deputado estadual, federal, prefeito do Recife, e governador do estado, o que lhe fez valer a condição de ícone da população da Zona Rural, onde é reverenciado quase como um santo em razão das realizações de seus governos.

Sim, excelentíssimos senhores e senhoras senadores, no Sertão de Pernambuco, os sertanejos chegam a atribuir poderes sobrenaturais a Miguel Arraes. **O Diário de Pernambuco** conta, em matéria especial sobre nosso grande líder do PSB, que são corriqueiras “as histórias de quem já ouviu eleitores pedirem ao ex-governador para fazer chover na Região ou que acreditam que tocar nele é sinal de boa sorte e saúde para a família”.

A devoção daquele sofrido povo, que lhe agradecerá eternamente pelo bem que lhes trouxe a eletrificação rural por ele iniciada antes do golpe militar, em 1962, e terminada somente 32 anos depois, em 1994, quando concluiu seu segundo mandato no governo dos pernambucanos, se junta e confunde com a admiração e infundável entusiasmo daqueles, que como eu, pautam a atuação política pelos seus exemplos.

A história profissional desse grande líder brasileiro teve início em 1932, quando se mudou para a cidade do Recife, depois de concluir o curso secundário na cidade do Crato, no Ceará. Naquela capital nordestina trabalhou como funcionário público do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e depois de concluir a Faculdade de Direito, quando já tinha completado seus 31 anos de idade, em 1948, ingressou na política vindo a ocupar a pasta de secretário estadual da Fazenda, na gestão do ex-governador Barbosa Lima Sobrinho.

Disputou a primeira eleição em 1950, para o cargo de deputado estadual e venceu novamente esse mesmo pleito em 1958. Deixou a Assembléia Legislativa em 1959 para ser secretário da fazenda do então Governador Cid Sampaio. No mesmo ano disputou o cargo majoritário do Executivo municipal e foi eleito Prefeito do Recife pelo PST.

Quando conquistou, em 1962, o primeiro mandato de governador do Estado de Pernambuco, obteve 47.98% dos votos e derrotou, naquela oportunidade os



candidatos Armando Monteiro do PSB e João Cleofas da UDN. Essa expressiva votação fortaleceu-lhe as convicções e fez com que dedicasse especial atenção ao campo, passando a intermediar uma negociação entre as Ligas Camponesas e os usineiros, o que valeu para os camponeses receber, a partir de então, o tão sonhado salário mínimo.

No agito do Golpe de 1964, recusou-se peremptoriamente a renunciar ao governo do estado e, por isso, saiu preso do Palácio do Campo das Princesas. Esse fato marcou de forma definitiva seu, sua carreira política e a História Moderna do Brasil.

Mantido preso por quase um ano no arquipélago de Fernando de Noronha, conheceu a força outras unidades prisionais até obter um **habeas corpus** do Supremo Tribunal Federal.

Em maio de 1965, Miguel Arraes deixou a prisão e o solo brasileiro, em direção à Argélia, onde permaneceu até 1979, quando recuperou os direitos políticos a partir da anistia.

Seu retorno ao Brasil e ao Estado de Pernambuco foi marcado por uma verdadeira comoção popular. Prova disso foi o grande comício no Largo de Santo Amaro, no dia 16 de setembro de 1979, onde estiveram presentes cerca de 60 mil pessoas.

Eleito deputado federal, em 1982, Miguel Arraes obteve o maior número de Votos no Norte/Nordeste pelo PMDB e, em 1986, voltou reeleito ao Palácio do Campo das Princesas, com 53,5% dos votos válidos, firmando de maneira inequívoca sua liderança e significado para nós seus admiradores.

Passados os anos de governo, retornou ao Congresso Nacional, desta vez como o deputado federal mais votado do Brasil pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), do qual já era presidente e fundador.

O terceiro mandato como Governador de Pernambuco teve início em 1994, depois de uma vitória contra o candidato Gustavo Krause (PFL), por mais de 300 mil votos de diferença. Em 1998, Arraes tentou a reeleição mas foi derrotado por Jarbas Vasconcelos (PMDB), com cerca de um milhão de votos de diferença. Em 2002, elegeu-se novamente deputado federal.

Sua trajetória mostra que não pode haver qualquer pessoa que conteste sua liderança, sua probidade e total ética na vida pública.

Esse grande nordestino, nesses momentos bicudos, de CPMI de “mensalões”, “bingos” etc, serve como referência e esperança a nós brasileiros que acreditam ser possível a construção de uma sociedade brasileira justa e honesta. Que Miguel Arraes de Alencar, o mito vivo, possa se recuperar dos graves problemas de saúde que lhe afligem, neste momento, e voltar ao convívio do povo brasileiro trazendo-nos sua sabedoria e servindo-nos de modelo de retidão e competência como homem público.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

### **PF Começa no Amazonas Ofensiva de Fiscalização Nacional**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Era de se esperar e está-se confirmando uma ação mais efetiva da Polícia Federal no combate à corrupção no País. Essa nova ofensiva, influenciada pelas revelações de propinas nos Correios, começa no meu Estado, o Amazonas e como foi noticiado pela imprensa, a PF efetuou a prisão de 18 policiais rodoviários, envolvidos em corrupção.

Manifesto aqui meu apoio a essa ação moralizadora, esperando que doravante tais procedimentos sejam mais frequentes e até mesmo permanentes. Com isso, sem dúvida, o País afasta a imagem até então vigente da impunidade.

Leio, a propósito, matéria publicada na edição de hoje de **O Estado de S. Paulo**, dando conta dos resultados da operação da Polícia Federal no Amazonas.

Segundo o relato, a Polícia Federal descobriu 18 policiais rodoviários que cobravam de R\$1 mil a R\$2 mil para a passagem livre de uma carreta nos postos de fiscalização no Amazonas.

Além dos policiais presos, estão envolvidos em irregularidades 20 empresários e empregados de empresas de transporte, que teriam concordado com o pagamento do pedágio.

Em consequência das primeiras investigações, já foi exonerado o suposto líder do grupo de policiais, que é o guarda rodoviário federal Jones Andrade Menezes. Outros 17 policiais envolvidos ficarão afastados de seus cargos enquanto durar a investigação.

A operação da PF no Amazonas teve a participação de 305 policiais, atingindo, além de Manaus, também os municípios de Presidente Figueiredo, Coari e Parintins.

Segundo as notícias, entre as 12 empresas de transporte de cargas envolvidas, figuram a Cometa, Ebrom, Aerotrans, Transcearense, Oliva Pinto, Thimbar e MLGF.

Cumprimento a Polícia Federal por essas ações.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa extraordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

**ORDEM DO DIA**

Item único

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 77-A, DE 2003**

(Incluído na Ordem do Dia nos termos do art. 358 do Regimento Interno)

Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (nº 227/2004, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 28, 37, 40,

195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

Relator : Senador Rodolpho Tourinho

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 21 horas e 48 minutos).

**ATA DA 73ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,  
REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2005**  
(Publicada no DSF de 02 de JUNHO de 2005)**RETIFICAÇÃO**

Na página 017129, na lista da votação nominal do Parecer nº 599, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/33, de 2005 (nº 17/2005, na origem), pela qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz do Trabalho, Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

*Onde se lê:*

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bioco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bioco-PT	SP	ALCÍZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PA	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANGO	Votou
Bioco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou
PFL	MA	ANTONIO CARLOS MACALHÃES	Votou
Bioco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALAQUES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bioco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bioco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMOSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bioco-P	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
Bioco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	Votou
Bioco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bioco-PT	PA	FLAVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GABRIEL ALVES FILHO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HELIO COSTA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERACLITO FORTES	Votou
Bioco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSE AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSE JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSE MARANHÃO	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LUCIA VIANA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	MT	LUIZ SOARES	Votou
Bioco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
Bioco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
Bioco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bioco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou
Bioco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	MS	PEDRO SPIN	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALDEIRAS	Votou
PMDB	RJ	SERGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SERGIO GUERRA	Votou
Bioco-PTB	MS	SERGIO ZAMBIASI	Votou
Bioco-PT	MT	SFRYS SLESARENKO	Votou
Bioco-PT	AC	SIBA MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JERISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bioco-PT	AC	TIAO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

# VOTAÇÃO SECRETA

## PARECER Nº 599, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. HUGO CAVALCANTI MELO FILHO, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1<sup>a</sup> Sessão: 1  
2<sup>a</sup> Sessão: 1/6/2005

Num. Votação: 5  
Hora Sessão: 14:00:00

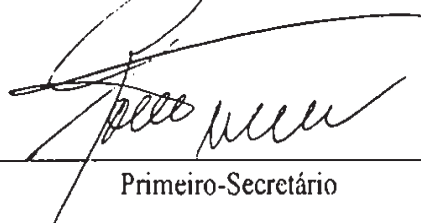
Abertura: 1/6/2005 19:12:52  
Encerramento: 1/6/2005 19:17:03

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
loco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
SDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
loco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
SDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
MDB	RO	AMIR LANDO	Votou
loco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
FL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
loco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
SDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
DT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
FL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
loco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
loco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
FL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
SDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
loco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
loco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
loco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
loco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
SDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
MDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
MDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
MDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
FL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
loco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
DT	AM	JEFFERSON PÉRÉS	Votou
MDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
FL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
FL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
FL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
FL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
MDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
DT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
MDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
SDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
SDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
MDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
	MT	LUIZ SOARES	Votou
loco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
MDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
loco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
FL	PE	MARCO MACIEL	Votou
FL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
loco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
MDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
DT	PR	OSMAR DIAS	Votou
loco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
FL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
loco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
MDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
MDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
SDB	CE	RÉGINALDO DUARTE	Votou
MDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
loco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
FL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Blcco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Blcco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Blcco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Blcco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	Votou

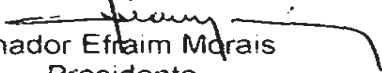
Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 55  
Votos NÃO : 10      Total : 67  
Votos ABST. : 02



Primeiro-Secretário

**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**

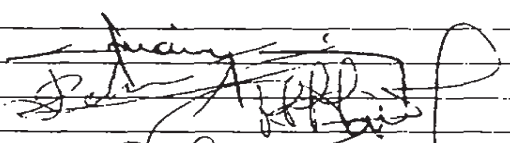
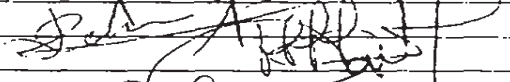
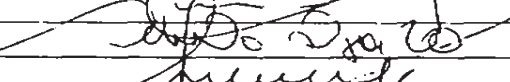
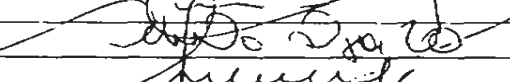
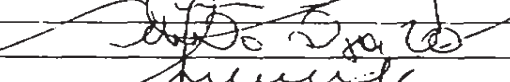
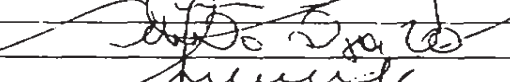
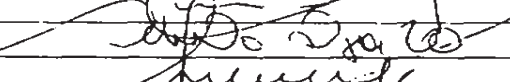
Publique-se  
  
Senador Efraim Morais  
Presidente

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO GRUPO BRASILEIRO DA ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2003.**

Às 9.30 horas do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e três, na sala no. 2705 do 27º andar do Anexo I da Câmara dos Deputados, reuniu-se, em segunda convocação, a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Estiveram presentes, conforme Folha de Presença, o Senhor Senador EFRAIM MORAIS – Presidente; Deputado ROBSON TUMA – 1º Vice-Presidente, Deputado JONIVAL LUCAS – 2º Vice Presidente, Senador HERACLITO FORTES – 1º Secretário, Deputado ALEXANDRE SANTOS – Tesoureiro e Deputado PAULO DELGADO – Suplente dos Membros Permanentes. O Senhor Presidente deu conhecimento aos presentes do convite enviado pela Organização Mundial de Turismo para a XV Assembléia Geral dentro da qual se realizará a Reunião dos Membros Afiliados, de onde faz parte o Grupo Brasileiro. A Assembléia Geral se realizará em Beijing – China, entre os dias 17 a 24 de outubro do corrente ano. Foram designados para compor a Delegação, os Senhores: Senador EFRAIM MORAIS – Chefe da Delegação e Senador SÉRGIO GUERRA e os Senhores Deputados ROBSON TUMA, ALEXANDRE SANTOS, VIC PIRES FRANCO, PAULO DELGADO, CIRO NOGUEIRA e HENRIQUE EDUARDO ALVES. Foi designado o Senhor Wellington Franco de Oliveira para assessor os trabalhos da delegação. Decidiu-se o pagamento de passagem aérea e 10 diárias de ajuda de custo no valor de US\$ 300,00 (trezentos dólares americanos) cada uma. Às 10.30 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião e, para constar eu, Wellington Franco de Oliveira, 1º Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será enviada à publicação.

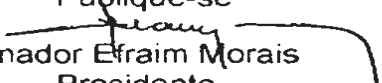
**LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO GRUPO BRASILEIRO DA ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO.**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24/09/2003.**

1

ASSINATURA	NOME
	SEN. EFRAIM MORAIS
	DEP. ROBSON TUMA
	DEP. JONIVAL LUCAS
	SEN. HERACLITO FORTES
	DEP. ALEXANDRE SANTOS
	DEP. PAULO DELGADO
	DEP. ROBSON TUMA



**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**

Publique-se  
  
Senador Efraim Morais  
Presidente

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO  
GRUPO BRASILEIRO DA ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO,  
REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2003.**

Às 9.30 horas do dia vinte e oito de outubro do ano de dois mil e três, na sala no. 2705 do 27º andar do Anexo I da Câmara dos Deputados, reuniu-se, em segunda convocação, a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Estiveram presentes, conforme Folha de Presença, o Senhor Senador EFRAIM MORAIS – Presidente; Deputado ROBSON TUMA – 1º Vice-Presidente, Deputado JONIVAL LUCAS – 2º Vice Presidente, Senador HERACLITO FORTES – 1º Secretário, Deputado ALEXANDRE SANTOS – Tesoureiro e Deputado PAULO DELGADO – Suplente dos Membros Permanentes. O Senhor Presidente, como Chefe da Delegação que representou o Grupo na XV Assembléia Geral da Organização Mundial de Turismo, realizada em Beijing – China, entre os dias 17 e 24 de outubro de 2003, fez sucinto relatório sobre as atividades daquele Encontro, enfatizando o bom desempenho dos delegados do Grupo. Determinou, a seguir, que o Senhor Secretário, Wellington Franco de Oliveira lesse o Relatório e o transcrevesse para que fosse publicado junto com esta Ata dos trabalhos e que o remetesse à Presidência da Casa: **R E L A T Ó R I O:** O Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo recebeu convocação para participar da 15ª Sessão da Assembléia-Geral da Organização Mundial de Turismo – **OMT**, realizada em **BEIJING - CHINA**, entre os dias 17 e 24 de outubro de 2003. **OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO.** A Organização Mundial de Turismo – **OMT**, fundada em 1975 para suceder à **UIOOT – União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo**, é, hoje, a única organização inter-governamental que gestiona em escala mundial, a política do turismo e questões relacionadas ao turismo. Com efeito, a **OMT** é a tribuna onde os governos e os setores de atividades turísticas se reúnem para estudar os temas de interesse comum. A missão da **OMT** é a de promover e desenvolver o turismo como instrumento de paz e de entendimento entre as nações, e converte-lo em meio privilegiado de desenvolvimento econômico e de comércio internacional. De maneira geral o programa de trabalho da **OMT** se relaciona a sete tópicos principais: Cooperação para o desenvolvimento; Desenvolvimento de recursos humanos; Desenvolvimento sustentável do turismo; Estatísticas e avaliação econômica do turismo; Estudos de mercado e técnicas de promoção; Qualidade do desenvolvimento turístico; Comunicações, publicações e documentação. **PREÂMBULO:** Os Estatutos da **OMT**, prevêem a realização, a cada dois anos, de sua Assembléia-Geral. A 15ª Assembléia-Geral da Organização foi realizada na cidade de Beijing - China, entre os dias 17 e 24 de outubro de 2003. Na qualidade de Membro Afiliado a Associação Interparlamentar de Turismo se fez representar através do Grupo Brasileiro com a seguinte: **D E L E G A Ç Ã O** Senador EFRAIM MORAIS – Chefe da Delegação, Senador SERGIO GUERRA, Deputado ROBSON TUMA, Deputado ALEXANDRE SANTOS, Deputado CIRO NOGUEIRA, Deputado PAULO DELGADO, Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES, Assessor WELLINGTON FRANCO DE OLIVEIRA. **ENCONTRO COM O SENHOR EMBAIXADOR DO BRASIL.** O Senhor Embaixador AFONSO CELSO DE OURO PRETO, promoveu, no dia 18 de outubro, encontro entre os representantes de nosso Grupo e do Ministério do Turismo do Brasil. Compareceram pelo Grupo Brasileiro os Senhores Senador EFRAIM MORAIS, Senador SERGIO GUERRA e o Deputado PAULO DELGADO.

Representando o Ministério, além do Senhor Embaixador, o Secretário Executivo, Senhor Marcio Favilla Lucca de Paula e o Assessor do Ministro o Senhor Pedro Wendler. O Senhor Secretário Marcio Favilla comunicou resultados preliminares para eleger o Brasil para o Conselho Executivo, compartilhando com o Canadá, Costa Rica e Peru, cabendo ao Brasil e ao Peru o posto no Conselho por dois anos cada um. O Senhor Secretário anunciou a assinatura de carta de interesse entre China e Brasil para o intercâmbio turístico entre os dois países, abrindo perspectiva de incremento de entradas do turista chinês no nosso País. O Senhor Senador EFRAIM MORAIS discorreu sobre a atual situação do Grupo, colocando o parlamento a disposição do Ministério de Turismo.

**PARTICIPANTES DA 15ª ASSEMBLÉIA GERAL DA OMT:** MEMBROS EFETIVOS, MEMBROS ASSOCIADOS, OBSERVADOR PERMANENTE, MEMBROS AFILIADOS, ESTADOS NÃO MEMBROS/ AUTORIDADES/ OBSERVADORES. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.

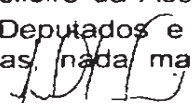
**PROGRAMA:** A transformação da OMT em órgão especializado das Nações Unidas. A política e a estratégia do turismo. Conferência de Líderes de Turismo. **Seminários, Mesas Redondas.**

**MENSAGEM DO SECRETÁRIO GERAL DA OMT** O senhor Secretário-Geral da OMT, Francesco Frangialli, entusiasticamente deu boas vindas aos participantes da 15ª Assembléia Geral da OMT, dando especial enfoque à transformação do órgão em Agência especializada das Nações Unidas. Mencionou as dificuldades encontradas na realização da Assembléia em razão da epidemia do SARS, ocorrida na China e parabenizou o governo chinês pelos esforços em erradicar a pneumonia asiática e tornar possível a realização de mais esta Assembléia-Geral.

**MENSAGEM DO SENHOR HE GUANGWEI, DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO CHINESA DE TURISMO.** O Senhor He Guangwei, Diretor da Administração Chinesa de Turismo deu as boas vindas aos participantes, citando um provérbio chinês: **ver e acreditar**, referindo-se aos esforços de seu governo em mostrar todo o seu desempenho para o engrandecimento do Evento.

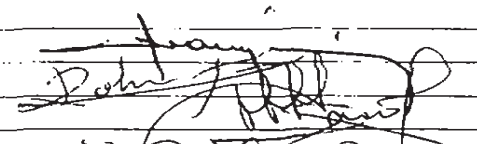
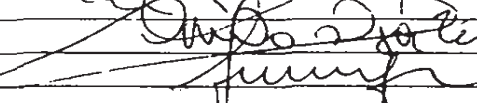


**SESSÃO DE ABERTURA:** A Abertura da Assembléia teve lugar no Grande Salão do Povo. Coube ao Senhor Francesco Frangialli, Secretário-Geral da OMT, a orientação para a abertura da 15ª Assembléia-Geral da **Organização Mundial de Turismo**. Na abertura dos trabalhos da 15ª Assembléia Geral da OMT, o Senhor **Wen Jiabao**, Premier do Conselho de Estado da República Popular da China, deu boas vindas aos participantes e salientou a importância do turismo para a economia da China. Fez referência ao impacto do SARS na diminuição das chegadas de turistas no período, mencionando o esforço de seu governo em acabar com o vírus e o sucesso no tratamento. O Premier Wen acrescentou reconhecer o grande impacto social trazido pelo turismo: "Ele (o turismo) é muito importante para a disseminação cultural e a promoção da amizade entre os povos de diferentes países". Citou, também ele, velho provérbio chinês que diz: "viajar é tão importante quanto a leitura de milhares de livros". Vários Ministros e representantes de países participantes comentaram e louvaram o esforço do governo chinês em superar a crise vivida pelos países asiáticos, principalmente a China, em decorrência do **SARS**, quase impossibilitando a realização da 15ª Assembléia da OMT.

**TEMAS ABORDADOS:** O PAPEL DO ENSINO NA CONDUÇÃO DOS DESTINOS DO TURISMO, Ensino de qualidade para destinos turísticos de qualidade. Formação para a excelência, Gestão do conhecimento da teoria e da prática. **ELIMINAÇÃO DA POBREZA NO CONTEXTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL** Turismo sustentável – eliminação da pobreza. **CONSOLIDAÇÃO DO SETOR DO TURISMO E O IMPACTO SOBRE OS DESTINOS. ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DOS VICE-PRESIDENTES DA ASSEMBLÉIA-GERAL** Eleitos pela Resolução 413: **Presidentes:** Mr. **NAM-KUNG JIN**, Ministro da Cultura e Turismo da República da Coreia e Mrs. **CHIKAGE OOGI**, Ministra de Terra, Infra-estrutura e Transporte do Japão. **Vice-Presidentes:** Ms. **KOUMBA SYLLA HADJA DIAKITÉ**,

da Guiné, Mr. FRANCIS NHEMA, do Zimbábwe, Mr. FRANKA PRINGLE, da Jamaica, Mr. FRANCISCO MADRID, do México, Mr. AGIM SINOIMERI, da Albânia, Mr. ZOLTAN BUDAI, da Hungria, Mr. TALEB RIFAI, da Jordânia, Mr. BAL BAHADUR, do Nepal. **ELEIÇÕES PARA OS PRINCIPAIS ÓRGÃOS DA OMT:** CONSELHO EXECUTIVO: AFRICA: Botswana, Mali, Nigéria, Senegal, Seychelles e Tunísia. Presidente: Angola. Vice-Presidentes: Sudão, Camarões e Madagascar. AMÉRICAS: Equador, República Dominicana, Brasil (de 2003 até 2005)], Canadá (de 2005 até 2007), México (de 2003 até 2005), Peru (de 2005 até 2007). Presidente: Costa Rica, Vice-Presidentes: Haiti e Panamá. EUROPA: Bulgária, Croácia, Itália, Turquia. Presidente: Suíça, Vice-Presidentes: Grécia, Uzbequistão e Portugal. ASIA E PACÍFICO: Indonésia, República da Coreia. Presidente: Camboja, Vice-Presidentes: Vietnã e República da Coreia. ORIENTE MEDIO: Jordânia, Líbano. Presidente: Síria, Vice-Presidentes: Líbia e Jordânia. ASIA: Índia, Irã. Presidente: Índia, Vice-Presidentes: Sri Lanka e Paquistão. **MEMBROS AFILIADOS – WTOBC:** Foi eleito para a presidência dos Membros Afiliados o Senhor ANDRE VALLERAND, do Canadá. Os Membros Afiliados são representados no Conselho pelo seu Presidente. **PRONUNCIAMENTOS NA ABERTURA DOS TRABALHOS TÉCNICOS:** No decorrer das reuniões dos Membros Afiliados o Senhor Presidente Senador EFRAIM MORAIS, em nome da Associação Interparlamentar, usou da palavra para agradecer a honra do convite para atender à 15ª Assembléia do Órgão, mencionando o 850º aniversário da grande e linda capital da República Popular da China. Agradeceu, também, a calorosa hospitalidade aos participantes do Evento. Fez, ainda, curto e elogioso comentário sobre a atuação das autoridades chinesas objetivando a erradicação do SARS, com vistas a possibilitar a realização da Assembléia bianual da OMT em seu território. **RELATÓRIO DAS DESPESAS:** Os gastos para atender ao compromisso atingiram o montante de R\$219.128,28. Com passagens: R\$.159.005,28, 10 diárias de Ajuda de Custo para o período do Evento (17 a 24-10): R\$.60.123,00. **AGRADECIMENTOS:** A delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar tem o dever de manifestar o seu agradecimento aos governos da República da Coreia e ao Japão, pela acolhida e pelo acompanhamento necessário ao bom desempenho de seus trabalhos. Este é o **RELATÓRIO** que a Delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar submete ao conhecimento da Câmara dos Deputados e a seus pares. Senador EFRAIM MORAIS Presidente. Às 11.30 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião e, para constar eu,  Wellington Franco de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será enviada à publicação.

**LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO GRUPO  
BRASILEIRO DA ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO.  
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28/10/2003.**

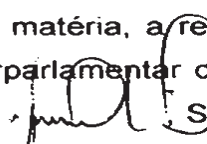
**1**

ASSINATURA	NOME
	SEN. EFRAIM MORAIS
	DEP. CASSIO CUNHA
	DEP. ALEXANDRE SANTOS
	SEN. HUMBERTO SETES
	DEP. PAULO DELGADO
	DEP. ARNIVAL AZERES

**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**


Publique-se  
  
Senador Efraim Morais  
Presidente

**TERMO DE REUNIÃO**

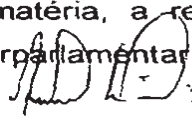
Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e três, deixou de ser realizada, por falta de matéria, a reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira,  Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado à publicação.

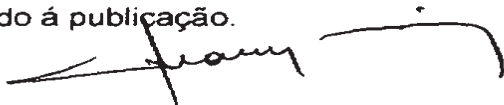


**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**

Publique-se  
  
Senador Efraim Morais  
Presidente


**TERMO DE REUNIÃO**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e quatro, deixou de ser realizada, por falta de matéria, a reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira,  Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado à publicação.

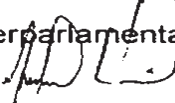




**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**


Publique-se  
  
Senador Efraim Morais  
Presidente

**TERMO DE REUNIÃO**


Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e quatro, deixou de ser realizada, por falta de matéria, a reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira, , Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado á publicação.



**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**

Publique-se  
  
Senador Efraim Morais  
Presidente

**TERMO DE REUNIÃO**


Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e quatro, deixou de ser realizada, por falta de matéria, a reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira, , Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado á publicação.



**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**

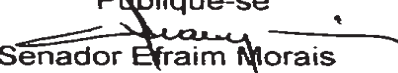
Publique-se  
  
Senador Efraim Morais  
Presidente

**TERMO DE REUNIÃO**

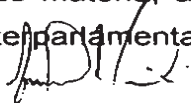
Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e quatro, deixou de ser realizada, por falta de matéria, a reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira, , Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado à publicação.



**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**

Publique-se  
  
Senador Efraim Morais  
Presidente

**TERMO DE REUNIÃO**

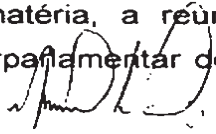
Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e quatro, deixou de ser realizada, por falta de matéria, a reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira, , Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado à publicação.



**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**

Publique-se  
  
Senador Efraim Morais  
Presidente

**TERMO DE REUNIÃO**

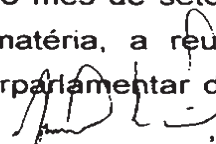
Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e quatro, deixou de ser realizada, por falta de matéria, a reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira, , Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado à publicação.



**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**

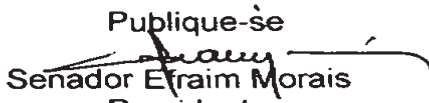
Publique-se  
  
Senador Efraim Morais  
Presidente

**TERMO DE REUNIÃO**

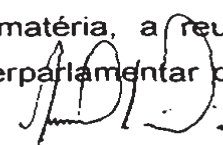
Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e quatro, deixou de ser realizada, por falta de matéria, a reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira, , Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado à publicação.



**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**

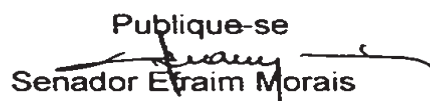
Publique-se  
  
Senador Efraim Morais  
Presidente

**TERMO DE REUNIÃO**

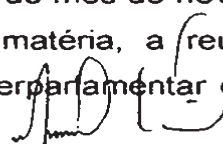
Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e quatro, deixou de ser realizada, por falta de matéria, a reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira, , Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado à publicação.

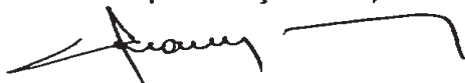


**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**

Publique-se  
  
Senador Efraim Morais  
Presidente


**TERMO DE REUNIÃO**

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e quatro, deixou de ser realizada, por falta de matéria, a reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira, , Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado à publicação.

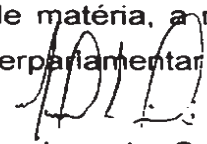




**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**

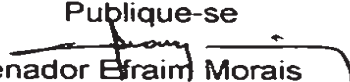
Publique-se  
  
Senador Efraim Moraes  
Presidente

**TERMO DE REUNIÃO**

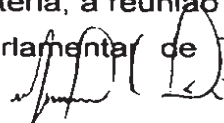
Aos trinta dias do mês de março de dois mil e cinco, deixou de ser realizada, por falta de matéria, a reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira, , Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado á publicação.



**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**

Publique-se  
  
Senador Efraim Moraes  
Presidente

**TERMO DE REUNIÃO**

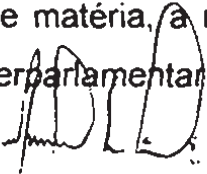
Aos vinte e tres dias do mês de fevereiro de dois mil e cinco, deixou de ser realizada, por falta de matéria, a reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira, , Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado á publicação.

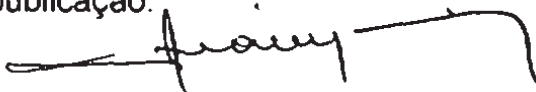


**ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR**  
**Grupo Brasileiro**

Publique-se  
  
Senador Efraim Morais  
Presidente

**TERMO DE REUNIÃO**

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e cinco, deixou de ser realizada, por falta de matéria, a reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira,  Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado à publicação.



**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

<b>BAHIA</b>		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	<b>SANTA CATARINA</b>	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
<b>MARANHÃO</b>		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	<b>ALAGOAS</b>	
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
<b>PARÁ</b>		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	<b>SERGIPE</b>	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
<b>PERNAMBUCO</b>		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	<b>AMAZONAS</b>	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
<b>SÃO PAULO</b>		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	<b>PARANÁ</b>	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
<b>MINAS GERAIS</b>		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	<b>ACRE</b>	
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
<b>GOIÁS</b>		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
<b>MATO GROSSO</b>		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	<b>TOCANTINS</b>	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
<b>CEARÁ</b>		BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	<b>AMAPÁ</b>	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
<b>PARAÍBA</b>		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	<b>RONDÔNIA</b>	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	<b>RORAIMA</b>	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
<b>PIAUÍ</b>		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CFC	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CLP	Maria Dulce V de Queirós Campos (Ramal: 1856)



## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Slhessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)\***

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

\* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE**  
**(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM  
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA  
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

\* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

\*\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).



**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
(9 titulares e 9 suplentes)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .



**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.



**10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA <sup>13</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES <sup>2</sup>**

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) <sup>10</sup>			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves <sup>12</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena <sup>14</sup>	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) <sup>16</sup>		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca <sup>7</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1-15</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>12</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

<sup>13</sup> Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

<sup>14</sup> Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

<sup>15</sup> Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

<sup>16</sup> O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5257  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## **CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### **COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP)
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador José Jorge (PFL-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

**01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação**

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 - Comissão de TV por Assinatura**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

# **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

## **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

<b>Senador CRISTOVAM BUARQUE</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado AROLDO CEDRAZ</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

#### **BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

#### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

#### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

#### **PDT**

	1.
--	----

#### **P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

#### **PT**

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

#### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

#### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

#### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

#### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

#### **PTB**

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

#### **PL**

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

#### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  PAULO ROCHA PT-PA	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ JORGE PFL-PE
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  AROLDÓ CEDRAZ PFL-BA	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311- 5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY**  
**RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 24.2.2005

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

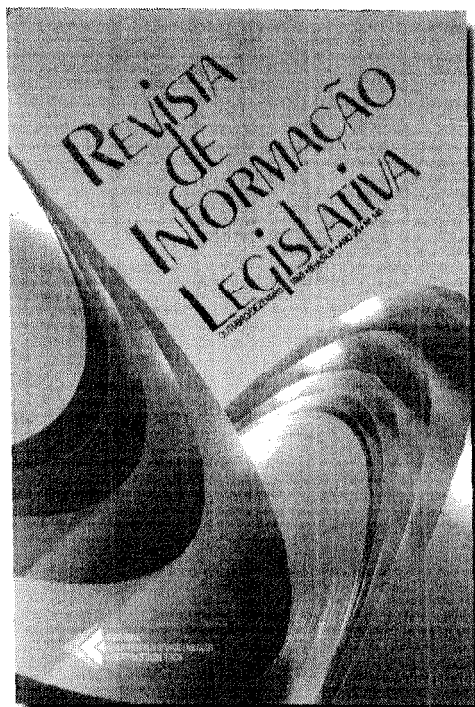
## Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



**EDIÇÃO DE HOJE: 234 PÁGINAS**